



SENADO FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014



ABRIL/2015



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014**

ABRIL/2015



PODER LEGISLATIVO SENADO FEDERAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014.

.Unidade Consolidada: Fundo Especial do Senado Federal - FUNSEN

Brasília, abril de 2015

Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal.

Prestação de contas ordinárias anual : Relatório de Gestão do exercício de 2014 / Senado Federal. -- Brasília : Senado Federal, 2015.

432 p. : il.

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 134/2013, da Portaria TCU nº 90/2014.

Unidade Consolidada: Fundo Especial do Senado Federal – FUNSEN.

1. Brasil. Congresso Nacional. Senado Federal, relatório, 2014. 2. Prestação de contas, relatório, 2014. I. Título.

CDDir 341.2531

O relatório deste ano e dos anos anteriores estão disponíveis em versão digital em:
[http://www.senado.gov.br/transparecia/](http://www.senado.gov.br/transparencia/)

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	14
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014	19
INTRODUÇÃO.....	21
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	23
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO SENADO FEDERAL	23
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	31
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	32
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	34
<i>1.4.1 Secretaria-Geral da Mesa</i>	37
<i>1.4.2 Consultoria Legislativa</i>	41
<i>1.4.3 Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle</i>	42
<i>1.4.4 Principais parceiros</i>	42
2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA	43
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	43
2.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	44
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	44
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	46

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	49
3.1 DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO SENADO FEDERAL	49
3.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	73
3.3 DEMONSTRAÇÃO DOS MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS IDENTIFICADOS	73
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DO SENADO FEDERAL.....	112
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO SENADO FEDERAL.....	113
3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE	113
4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO.....	141
5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	142
5.1 PLANEJAMENTO DO SENADO FEDERAL	142
<i>5.1.1 Estrutura de Apoio</i>	142
<i>5.1.2 Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica</i>	142
<i>5.1.3 Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.....</i>	144
<i>5.1.4 Mapa Estratégico do Senado Federal.....</i>	144
<i>5.1.5 Estratégia de Atuação</i>	148
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	148
<i>5.2.1 Ações</i>	150
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DE GESTÃO	175
<i>5.3.1 Programa de Sistematização das Contratações do Senado Federal</i>	175
<i>5.3.2 Controle da Execução Financeira das Contratações do Senado Federal</i>	176
<i>5.3.3 Pesquisas e Consultas</i>	177
<i>5.3.4 Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.....</i>	178
5.4 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	179
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	181

6.1 DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS	181
6.1.1 Programação	181
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa	185
6.1.3 Realização da Despesa	187
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	199
6.3 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	201
6.4 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	202
6.5 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	204
6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	204
6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	205
6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse	206
6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse	207
6.6 SUPRIMENTO DE FUNDOS	209
6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos	209
6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos	209
6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos	210
6.7 GESTÃO DE PRECATÓRIOS	212
6.8 FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL	213
7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS	215
7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DO SENADO FEDERAL	215
7.1.1. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho do Senado Federal	215
7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho	224
7.1.3. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos do Senado Federal	232
7.1.4 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	233
7.1.5 Riscos identificados na Gestão de Pessoas	235
7.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos	235

7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	236
7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância	236
7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão.....	237
7.2.3 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários	238
8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	240
8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	240
8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	242
8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	242
8.2.2 Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do Senado Federal, exceto Imóvel Funcional.....	243
8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade do Senado Federal	283
8.3 IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	284
9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	285
9.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	285
9.2 NECESSIDADES DE SISTEMAS ESTRATÉGICOS	304
9.3 RELAÇÃO DE SISTEMAS FINALÍSTICOS E ESTRATÉGICOS DO SENADO FEDERAL	306
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	310
10.1 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	310
11. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	311
11.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU	311
11.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) – SCISF.....	346
11.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI nº 8.730/93	420
11.4 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO.....	420
11.5 ALIMENTAÇÃO SIASG E SINCOV.....	421
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	422

12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.....	422
<i>12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas</i>	422
<i> 12.2.1 Identificação da Estrutura Orgânica do Senado Federal Responsável pelo Gerenciamento de Custos.....</i>	422
<i> 12.2.2 Identificação das Subunidades Administrativas do Senado Federal das quais os Custos são Apurados</i>	422
<i> 12.2.3 Descrição Sucinta do Sistema Informatizado de Apuração dos Custos</i>	426
<i> 12.2.4 Práticas de Tratamento e Alocação Utilizadas no Âmbito das Subunidades ou Unidades Administrativas para Geração de Informações de Custos</i>	426
<i> 12.2.5 Impactos Observados na Atuação do Senado Federal, bem como no Processo De Tomada de Decisões, que Podem Ser Atribuídos À Instituição Do Gerenciamento De Custos.....</i>	426
<i> 12.2.6 Relatórios Utilizados pelo Senado Federal para Análise de Custos e Tomada De Decisão</i>	426
<i> 12.3 Conformidade Contábil.....</i>	426
<i> 12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis</i>	427
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	428
CONSIDERAÇÕES FINAIS	429
ANEXOS E APÊNDICES	430

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

Siglas pertencentes ao Senado Federal	Demais siglas
ATC – Ato da Comissão Diretora do Senado Federal	BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
ADVOSF – Advocacia do Senado Federal	CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CD – Comissão Diretora do S F	LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
CONLEG – Consultoria Legislativa	LOA – Lei Orçamentária Anual
CONORF – Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle	PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
CONTAB – Coordenação de Contabilidade/SAFIN	PPA – Plano Plurianual
COPOP – Coordenação de Pesquisa e Opinião	SECEX – Secretaria de Controle Externo/TCU
DGER – Diretoria Geral	SEFIP – Secretaria de Fiscalização de Pessoal /TCU
DGERAD – Diretoria Geral Adjunta	SEPPIR/PR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
EGOV – Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica	SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
ERGON – Sistema de Informações dos Recursos Humanos	SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
FUNSEN – Fundo Especial do Senado Federal	SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
ILB – Instituto Legislativo Brasileiro	SIGPLAN – Sistemas de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
INTERLEGIS – Rede de Integração e Participação Legislativa	SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
NCAS – Núcleo de Ações Socioambientais	SIORG – Sistema de Informações Organizacionais da Administração Pública Federal
NGCONT – Núcleo de Gestão de Contratos	SISAC – Sistema de Registro e Apreciação de Atos de Admissão e Concessão
PRODASEN – Secretaria de Tecnologia da Informação	SOF – Secretaria de Orçamento Federal
SADCON – Secretaria de Administração de Contratações	SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SAFIN – Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade	TCU – Tribunal de Contas da União
SCISF – Secretaria de Controle Interno (=OCI no SF)	UG – Unidade Gestora Executora
SCISF – Secretaria de Controle Interno (=OCI no SF)	UO – Unidade Orçamentária
SECOM – Secretaria de Comunicação Social	OCI – Órgão de Controle Interno (= SCISF no Senado)
SEGP – Secretaria de Gestão de Pessoas	UJ – Unidade Jurisdicionada
SEGRAF – Secretaria de Editoração e Publicações	
SF – Senado Federal	
SGIDOC – Secretaria de Gestão de Informação e Documentação	
SGM – Secretaria Geral da Mesa	
SIGA BRASIL – Sistema de Informações sobre Orçamento Público	
SIGAD – Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos do Senado Federal	
SINFRA – Secretaria de Infraestrutura	
SIS – Sistema Integrado de Saúde	
SPATR – Secretaria de Patrimônio	
SPSF – Secretaria de Polícia Legislativa	
STRANS – Secretaria de Transparência do Senado Federal	

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Organograma do Senado Federal	32
Figura 2 Macroprocessos do Senado Federal	36
Figura 3 Organograma do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.....	143
Figura 4 Mapa Estratégico do Senado Federal	147
Figura 5 Tela do Sistema GEP	177
Figura 6 Declaração de Inserção de Dados no SIASG e no SINCOV.....	421

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução do Recebimento das Manifestações	54
Gráfico 2 Evolução da Distribuição das Manifestações	55
Gráfico 3 Evolução das Manifestações Registradas x Manifestações Distribuídas.....	56
Gráfico 4 Assuntos das Manifestações Registradas	57
Gráfico 5 Temas mais Frequentes	58
Gráfico 6 Principais Formas de Contato	59
Gráfico 7 Perfil do Usuário - Gênero	60
Gráfico 8 Perfil do Usuário – Faixa Etária.....	61
Gráfico 9 Perfil do Usuário – Escolaridade.....	62
Gráfico 10 Perfil do Usuário – Região	63
Gráfico 11 Perfil do Usuário – Unidades da Federação	64
Gráfico 12 Perfil do Usuário – Destinatário das Mensagens	65
Gráfico 13 Prazo de resposta às solicitações de informação.....	68
Gráfico 14 Pesquisa de Satisfação	73
Gráfico 15 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Vínculo	217
Gráfico 16 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim.....	218
Gráfico 17 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim II	219
Gráfico 18 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Vínculo II	220
Gráfico 19 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim III.....	221
Gráfico 20 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Distribuição dos Servidores Efetivos por Faixa Etária	222
Gráfico 21 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Previsão de Aposentadorias dos Cargos Efetivos do Senado Federal.....	223
Gráfico 22 Quantitativo de Servidores Efetivos em Condições de Aposentadoria.....	224

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Quadro A.1.1.2 – Identificação do Senado Federal – Relatório de Gestão Consolidado	23
Tabela 2 Normas de Criação e Alteração	24
Tabela 3 Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do Senado Federal	24
Tabela 4 Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	33
Tabela 5 Sessões Realizadas	37
Sessões Realizadas	37
Total	37
Sessões Plenárias previstas e não realizadas	37
Total	37
Tabela 6 Atividades Legislativas Referentes À 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª legislatura	38
Tabela 7 Audiências interativas realizadas	40
Tabela 8 Ideias legislativas publicadas	40
Tabela 9 Propostas de debate publicadas	40
Tabela 10 Consultas públicas realizadas	41
Tabela 11 Matérias legislativas que receberam opiniões	41
Tabela 12 Produção da Consultoria Legislativa	41
Tabela 13 Produção da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle	42
Tabela 14 Sindicâncias em Apuração	44
Tabela 15 Processo Administrativo Disciplinar – PAD em Apuração	45
Tabela 16 Sindicâncias concluídas	45
Tabela 17 Processos Administrativos Disciplinares – PAD Concluídos	46
Tabela 18 Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos do Senado Federal	46
Tabela 19 Resultados da Ouvidoria por Tipo de Abordagem	50
Tabela 20 Resultados da Ouvidoria por Região	50
Tabela 21 Resultados da Ouvidoria por Tema	51
Tabela 22 Resultados da Ouvidoria por Assunto	51

Tabela 23 Resultados da Ouvidoria por Unidade da Federação	51
Tabela 24 Resultados do Alô Senado por Número de Registro de Demandas	53
Tabela 25 Número de seguidores no Twitter.....	66
Tabela 26 Número de curtidas na fanpage do Facebook	67
Tabela 27 Temas das solicitações de informação.....	69
Tabela 28 Audiências interativas	71
Tabela 29 Ideias legislativas	71
Tabela 30 Proponha um Debate	72
Tabela 31 Consultas PÚblicas.....	72
Tabela 32 Opine sobre Projetos	72
Tabela 33 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - I	74
Tabela 34 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - II.....	76
Tabela 35 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - III	78
Tabela 36 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - IV	80
Tabela 37 Pesquisa Copa do Mundo de Futebol	82
Tabela 38 Pesquisa Segurança Pública no Brasil.....	84
Tabela 39 Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	85
Tabela 40 Pesquisa Reforma do Código Penal	88
Tabela 41 Pesquisa “Violência contra a juventude negra no Brasil”	91
Tabela 42 Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres	96
Tabela 43 Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparéncia do Senado.....	97
Tabela 44 Pesquisa Transparéncia e Lei de Acesso à Informação	98
Tabela 45 Pesquisa Lei de Drogas	100
Tabela 46 Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares	101
Tabela 47 Pesquisa Reforma Política.....	102
Tabela 48 Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana	103
Tabela 49 Pesquisa 25 anos da Constituição.....	103
Tabela 50 Pesquisa Federalização da Educação Básica.....	104

Tabela 51 Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil	105
Tabela 52 Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas	107
Tabela 53 Pesquisa Legalização da Maconha	109
Tabela 54 Pesquisa Mulheres na Política	110
Tabela 55 Pesquisa “CCT Banda Larga”	111
Tabela 56 Classificação dos Programas do Senado Federal	149
Tabela 57 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade do Senado Federal – OFSS – Ação 20TP (Pagamento de Pessoal Ativo).....	150
Tabela 58 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)	151
Tabela 59 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0397 (Encargos Previdenciários do IPC)	152
Tabela 60 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 09HB (Contribuição da União para o RPSPF).....	153
Tabela 61 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0C04 (Provimento de Cargos e Funções e Revisão de Remunerações)	154
Tabela 62 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00H7 (Contribuição da União sobre Provimento de Cargos e Funções)	155
Tabela 63 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica)	156
Tabela 64 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2010 (Assistência Pré-Escolar)	157
Tabela 65 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2011 (Auxílio-Transporte).....	158
Tabela 66 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2012 (Auxílio-Alimentação)	159
Tabela 67 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00M1 (Auxílios Funeral e Natalidade).....	160
Tabela 68 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 007F (Parlamento Latino-Americano)	161
Tabela 69 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 007G (União Interparlamentar)	162
Tabela 70 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00D2 (Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento).....	163
Tabela 71 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00NW (IFPUG)	164
Tabela 72 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00NX (IFLA).....	165
Tabela 73 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0166 (Associação Interparlamentar de Turismo)	166
Tabela 74 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0E58 (FIPA)	167
Tabela 75 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 1I29 (Interlegis II)	168
Tabela 76 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0284 (Amortização da Dívida Contratual Externa).....	169

Tabela 77 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2549 (Comunicação e Divulgação Institucional)	170
Tabela 78 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 4061 (Processo Legislativo)	172
Tabela 79 Matriz de Correlação Ações/Planos Orçamentários	173
Tabela 80 Indicadores Orçamentários – Painel da Presidência.....	180
Tabela 81 Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas.....	181
Tabela 82 Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	185
Tabela 83 Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total	187
Tabela 84 Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pelo Senado Federal, por modalidade de contratação – Créditos Originários ...	188
Tabela 85 Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.....	189
Tabela 86 Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pelo Senado Federal – Créditos Originários.....	191
Tabela 87 Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	193
Tabela 88 Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	194
Tabela 89 Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade.....	199
Tabela 90 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing	200
Tabela 91 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing – Twitter.....	201
Tabela 92 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing – Facebook.....	201
Tabela 93 Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores.....	202
Tabela 94 Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – Posição em 31.12.2014 ...	204
Tabela 95 Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	205
Tabela 96 Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Senado Federal na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	206
Tabela 97 Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse em R\$ 1,00	207
Tabela 98 Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos.....	209
Tabela 99 Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos	209
Tabela 100 Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência.....	210
Tabela 101 Quadro A.6.8.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta.....	212
Tabela 102 Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho do Senado Federal apurada em 31/12.....	215
Tabela 103 Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva	216

Tabela 104 Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Senado Federal.....	216
Tabela 105 Cursos na Modalidade Presencial.....	225
Tabela 106 Cursos na Modalidade Presencial II.....	226
Tabela 107 Total de Cursos Oferecidos	227
Tabela 108 Estatísticas dos Cursos Oferecidos.....	227
Tabela 109 Levantamento dos Cursos Oferecidos – Modalidade EAD com Tutoria	228
Tabela 110 Levantamento dos Cursos Oferecidos – Modalidade EAD sem Tutoria.....	229
Tabela 111 Levantamento dos Cursos de Pós Graduação.....	230
Tabela 112 Ações de extensão no ano de 2014	231
Tabela 113 Ações de pesquisa no ano de 2014	232
Tabela 114 Quadro A.7.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores	232
Tabela 115 Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	236
Tabela 116 Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	237
Tabela 117 Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários.....	238
Tabela 118 Gestão da Frota de Veículos	240
Tabela 119 Custos dos Contratos relacionados à Locação de Veículos	241
Tabela 120 Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	242
Tabela 121 Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do Senado Federal, exceto Imóvel Funcional	243
Tabela 122 Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do Senado Federal	248
Tabela 123 Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade do Senado Federal	283
Tabela 124 Manutenção dos Bens Imóveis sob a Administração do Senado Federal	283
Tabela 125 Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	284
Tabela 126 Custos Relacionados a Imóveis Locados de Terceiros.....	284
Tabela 127 Quadro A.8.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014.....	285
Tabela 128 Necessidades de Sistemas Estratégicos.....	304
Tabela 129 Relação de Sistemas Finalísticos e Estratégicos do Senado Federal.....	306
Tabela 130 Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental	310
Tabela 131 Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	311

Tabela 132 Quadro A.11.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno	346
Tabela 133 Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do Senado Federal, da obrigação de entregar a DBR420	
Tabela 134 Classificação por Unidades Gestoras	423
Tabela 135 Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis – Declaração Plena.....	427

Participaram da elaboração do presente relatório os servidores:

Andrei Ramos Porto, coordenador.

Adriano Torres Ribeiro de Castro, Alexandre Coelho Batista Junior, Alexandre Sérgio de Mendonça Caminha, Ana Lucia Gomes de Melo, Andrea Goes Bakaj Rezende, Ayres Lara de Queiroz, Clara Martins Pereira Delgado, Gabriela Agustinho Borges, Fabrício Ferrão Araújo, Giselle Claudio Santos, Humberto Gauche, João Carlos Britto Gomes, José Coelho Ávila, Josefina Valle de Oliveira Pinha, Juliana Carolina Santos Martins, Lais de Santana Araujo, Liu de Oliveira Lopes Pereira, Luciano Brasil de Araújo, Luiz Mário Ramos Porto, Marcia Maria Paulista Roquete, Marcus Vinícius da Silva Amaral, Maxwell Perona Ribeiro, Olivan Duarte de Almeida, Otto Luiz Vilela Do Nascimento, Paulo Henrique Brandão, Paulo Roberto Marques Dourado Primo, Renata Felix Perez, Roberta Lima Barreto, Rolf Regehr, Rômulo Fulgoni Branco, Tairone Messias Rosa, Valéria Cristina Castanho de Almeida, Wennder Indalecio Oliveira Fidelis, Wilson Pereira de Carvalho Filho e Yuri Moraes Bezerra, colaboradores.

INTRODUÇÃO

Ao longo de seus quase 200 anos de intensa participação na vida política do Brasil, o Senado Federal tem sido um dos pilares da estabilidade institucional do País. Suas competências constitucionais, de caráter eminentemente federativo, coadunam-se com o engajamento da sociedade civil organizada em projetos de seu interesse, além da prospecção de ideias para a elaboração de novas leis pelo cidadão comum.

Neste sentido, houve um aumento do número de audiências interativas realizadas na ordem de 63%; a quantidade de ideias legislativas publicadas saltou de 596, em 2013, para 861 em 2014; a proposição de debates em audiências públicas das Comissões temáticas teve uma evolução de 80% no último ano; e as manifestações registradas sobre projetos em trâmite nesta Casa Legislativa obtiveram um incremento de 6.210%, saltando de 2.781 em 2013 para 175.479 no ano passado.

Na seara administrativa, tendo em vista as diretrizes para o planejamento e definição de prioridades emanadas pela Comissão Diretora por meio do ATC nº 01/2014, empreendeu-se uma grande readequação dos espaços físicos existentes, centralizando a Administração e, consequentemente, reduzindo barreiras na comunicação interna; triplicaram-se os investimentos, especialmente em áreas sensíveis como a de processamento de dados e de Comunicação; entregou-se um Regulamento Administrativo consolidado e aprovado em Plenário, conferindo maior segurança jurídica aos atos internos; iniciou-se o processo de digitalização da gráfica; renovou-se o Quadro de pessoal ativo através da nomeação de novos servidores concursados; conferiu-se agilidade às contratações e decisões administrativas por meio da aprovação do Programa de Sistematização das Contratações do Senado Federal; fixou-se um panorama normativo com políticas de capacitação, contratações, logística ambiental, gestão patrimonial e gestão de jornada de trabalho; investiu-se no processo legislativo, adquirindo-se novos equipamentos, inclusive com a troca dos painéis do Plenário e melhoraram-se as condições de trabalho e de espaço físico das comissões permanentes.

Ademais, o Senado Federal fortaleceu suas diretrizes institucionais ao promover a modernização de suas Comissões. Neste sentido, a Comissão de Assuntos Econômicos foi a área piloto deste projeto, onde investiu-se em um novo sistema com um painel em alta definição para exibição da presença dos senadores, para a realização de votações eletrônicas e também para exibição de audiências públicas. Tendo em vista a economicidade de seus processos, as bancadas terão um computador com tela sensível ao toque com a pauta eletrônica da comissão, dispensando a impressão de avulsos. Na entrada da sala da Comissão, foi instalado um totem de registro de presença biométrica e, na entrada das alas Alexandre Costa e Nilo Coelho, telões apresentarão tudo o que está ocorrendo em cada comissão. No plenário, novos painéis foram instalados e neles será possível acompanhar a transmissão ao vivo da TV Senado; nas galerias, independentemente do ângulo de visão, será possível ao visitante visualizar melhor o orador. O painel permitirá o registro da orientação de Liderança e, em sessões solenes e especiais, a exibição de vídeos e apresentações. Novos equipamentos de votação do plenário permitem o reconhecimento da íris do parlamentar e possibilitarão o voto com o piscar dos olhos ou com os pés, a depender da necessidade especial do votante, além de teclas com relevo em braile. O novo sistema passará a solicitar a confirmação do senador quanto ao voto dado, evitando erros e permitindo a publicação, em tempo real, dos resultados de votação em meio eletrônico. O orçamento total do projeto foi de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), custeados, em sua integralidade, com receitas próprias desta Casa Legislativa.

Desta forma, os resultados apresentados ao longo destas mais de 400 páginas são um compêndio de uma miríade de ações destinadas ao desenvolvimento do Senado Federal como instituição balizadora do interesse público, desdobradas em suas mais diversas perspectivas administrativas, tais

como a Identificação de seus Atributos (Finalidade e Competências), além da especificação dos Macroprocessos Finalísticos; o desenvolvimento tático e operacional das Diretrizes Estratégicas emanadas pela Alta Administração; a gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário; o atendimento das demandas do Órgão de Controle Interno (OCI) e do Tribunal de Contas da União; as Informações Contábeis e de Execução Orçamentária e Financeira; a Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e seus Custos Relacionados; o Relacionamento do Senado Federal com a Sociedade; a Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e, por fim, a Gestão da Tecnologia da Informação.

Neste ínterim, alguns itens deste Relatório foram excluídos de sua composição, seja por estarem fora do escopo pré-determinado no Quadro A1 da Decisão Normativa - TCU nº 134/2013, ou mesmo por não possuírem uma correlação com as competências precípuas desta Casa Legislativa. No último caso, optou-se pela exclusão do item Atuação da Unidade de Auditoria Interna por ser o Senado Federal uma entidade da Administração Direta. Além deste, o item Informações sobre Custos de Produtos e Serviços restou-se prejudicado por ser o Senado Federal um órgão de caráter eminentemente normativo, destarte, não há o escopo de produção física de bens materiais por esta Unidade Jurisdicionada. No que tange aos itens que não possuem conteúdo a ser declarado no exercício de referência, cita-se o relacionado às Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário. Neste caso em especial, não há o registro da conclusão de processos pertinentes a Tomada de Contas Especial neste ano de 2014.

Para que a coleta e a consolidação de todas as informações contidas neste Relatório de Gestão fossem apresentadas de maneira precisa e tempestiva, ressalto a dedicação e o esforço dos servidores que, com competência e profissionalismo, se lançaram neste processo de autoconhecimento institucional. Para que a conclusão deste trabalho fosse possível, contou-se com a participação de diversas áreas do Senado Federal por meio da Rede dos Escritórios Setoriais de Gestão, consubstanciada por órgãos e unidades como: Diretoria Geral; Diretoria Geral Adjunta; Secretaria-Geral da Mesa; Escritório de Governança e Gestão Estratégica; Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade; Secretaria de Gestão de Pessoas; Secretaria de Administração de Contratações; Secretaria de Patrimônio; Secretaria de Transparéncia; Secretaria de Controle Interno; Secretaria de Tecnologia da Informação; Secretaria de Comunicação Social; Secretaria de Editorações e Publicações; Consultoria Legislativa; Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle; Instituto Legislativo Brasileiro; Advocacia do Senado Federal; Gabinete da Presidência e Primeira Secretaria. Coube ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica a coordenação e consolidação dos trabalhos.

Por fim, ressalto que 2015 será um ano de continuidade no desenvolvimento de novos paradigmas gerenciais e procedimentais na Administração do Senado Federal, destacando-se o desenvolvimento do Sistema de Execução Orçamentária, a conclusão da implantação do Processo Eletrônico e do Programa de Sistematização das Contratações, assim como o encerramento dos trabalhos relacionados ao Programa de Lotação Ideal. Assim, tendo em mente sua missão de fortalecer o modelo democrático federativo, esta Casa Legislativa procura, de forma prospectiva, modernizar-se para melhor representar as Unidades da Federação aqui presentes e, consequentemente, contribuir com a consolidação da democracia brasileira.

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

PARTE A, ITEM 1 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

1.1 Identificação do Senado Federal

Tabela 1 Quadro A.1.1.2 – Identificação do Senado Federal – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Legislativo	Órgão de Vinculação: SENADO FEDERAL – SF		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora			
Denominação Completa: SENADO FEDERAL – SF			
Denominação Abreviada: SENADO FEDERAL – SF			
Código SIORG:	Código LOA: 02101	Código SIAFI: 020001	
Natureza Jurídica: Órgão do Poder Legislativo Federal	CNPJ: 00.530.279/0001-15		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral	Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:	0800-612211	(61) 3303.4141	(61) 3303.2715
Endereço Eletrônico:	dger@senado.gov.br		
Página na Internet:	http://www.senado.gov.br/		
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, s/nº - Anexo I – Senado Federal – Esplanada dos Ministérios			
CEP: 70.165-900 – Brasília – DF.			
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas			
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Código SIORG
Fundo Especial do Senado Federal- FUNSEN	00.530.279/0001-15	20054	
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Ver quadro detalhado a seguir			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Ver quadro detalhado a seguir			
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas			
Ver quadro detalhado a seguir			
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas			

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
020001	Senado Federal
20054	Fundo Especial do Senado Federal
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
20054	00001
020001	00001

Fonte: Diretoria-Geral

Tabela 2 Normas de Criação e Alteração

Normas de criação e alteração

Criação: Constituição Política do Império do Brasil, outorgada em março de 1824.

Regimento Interno: Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970.

Regulamento Administrativo: Resolução do Senado Federal nº 58, de 1972, e suas alterações.

Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal: Lei nº 12.300, de 28 de julho de 2010.

Fonte: Diretoria-Geral

Tabela 3 Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do Senado Federal

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura do Senado Federal

Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas

Criação do Fundo Especial do Senado Federal- FUNSEN: Lei nº 7.432, de 18 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Ato da Comissão Diretora nº 02, de 1986 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 36/1991), Decreto Legislativo nº 027, de 14 de setembro de 1990, e Resolução nº 31, de 13 de abril de 1994.

Ato do Primeiro-Secretário nº 5/89: Dispõe sobre o reajuste de preço contratual relativo à venda ou fornecimento de bens para entrega futura, a realização de obra ou a prestação de serviços contínuo ou futuro, e dá outras providências.

Ato do Presidente nº 344/95 (alterado pelo Ato do Presidente nº 367/1995): Dispõe sobre os editais de licitação do Senado Federal e dá outras providências.

Ato do Primeiro-Secretário n.º 10/95: Institui o calendário de aquisições e contratações no âmbito do Senado Federal.

Resolução nº 53/97: Regulamenta, no âmbito do Senado Federal, os arts. 17 e 18 da Lei nº 8.666/93, concernentes à alienação de bens móveis e imóveis.

Ato da Comissão Diretora n.º 24/98 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 13/2005 e pelo Ato da Comissão Diretora nº 15/2008): Dispõe sobre os procedimentos de alterações, de reajuste de preços e de prorrogação dos contratos administrativos do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 9/2002 e alterações: Disciplina os procedimentos relativos à nomeação, posse e cessão de servidores para o exercício de cargos em comissão do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 26/2002: Disciplina as rotinas de administração patrimonial, com vista à adoção da nova Tabela de Codificação dos Materiais e Serviços do Senado Federal - TCMS.

Ato da Comissão Diretora nº 3/2003 e alterações: Institui a verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar.

Ato da Comissão Diretora nº 20/2004: Dispõe sobre a competência para assinatura de ofícios e correspondências dirigidas pelo Senado Federal a quaisquer autoridades e agentes públicos.

Ato do Primeiro-Secretário nº 36/2004: Dispõe sobre as contratações por dispensa e inexigibilidade de licitação, a celebração de termos aditivos a contratos firmados e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 9/2005 e alterações: Disciplina a realização de inventários nas unidades administrativas do Senado Federal e estabelece procedimentos de movimentação e tombamento de bens permanentes.

Ato da Comissão Diretora nº 10/2005 e alterações: Consolida e atualiza a legislação dos serviços de transporte do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora 15/2005 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 25/2006 e pelo Ato da Comissão Diretora nº 8/2008): Dispõe sobre as regras de cadastramento de convênios firmados pelo Senado Federal com entidades consignatárias.

Ato da Comissão Diretora 17/2005: Dispõe sobre a concessão de uso para exploração de restaurantes e lanchonetes no Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 5/2006 e alterações: Dispõe sobre o fornecimento de passagens e a concessão de diárias de viagem, a serviço.

Ato da Comissão Diretora nº 1/2008: Disciplina a entrega, a tramitação e a guarda da declaração de bens e rendas no âmbito do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 2/2008: Dispõe sobre a gestão de Contratos no Senado Federal e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 16/2008: Institui, no âmbito do Senado Federal e de suas Secretarias Especiais e Órgãos Supervisionados, as minutas padrão constantes do Anexo deste Ato e dá outras providências.

Ato do Diretor-Geral nº 448/2008: Dispõe sobre as atribuições e competências da Diretoria-Geral Adjunta do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 12/2009: Institui o Portal da Transparência do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 15/2009: Regulamenta a atuação dos servidores de quadro do Senado Federal como Fiscais do Contrato, nos termos do § 3º do art. 11 do Ato da Comissão Diretora nº 2/2008.

Ato da Comissão Diretora nº 16/2009: Autoriza os Senadores a manter Escritório de Apoio às Atividades Parlamentares

Ato da Comissão Diretora nº 18/2009 e alterações: Regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 43/2009 e alterações: Institui o Recadastramento Anual dos servidores ocupantes de cargo efetivo e em comissão do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 44/2009: Institui a Gestão Unificada de Pessoal do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 49/2009: Institui Comissão Permanente incumbida de elaborar e manter atualizadas as minutas-padrão de editais de licitação, contratos, convênios e demais ajustes a serem utilizados pela Administração do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 54/2009: Define o uso e administração dos recursos computacionais e da rede do Senado Federal.

Ato do Presidente nº 309/2010: Institui o PDG-SF.

Ato do Primeiro-Secretário nº 67/2009: Dispõe sobre a homologação de licitações efetuadas por intermédio do Sistema Eletrônico de Compras - COMPRASNET e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 3/2010: Dispõe sobre a unificação da área de compras e contratações, e da área de orçamento, finanças e contabilidade do Senado Federal, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP e da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN.

Ato da Comissão Diretora nº 7/2010 (alterado pelo Ato do Presidente nº 25/2011): Disciplina o horário de trabalho e a jornada legal dos servidores do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 9/2010 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 19/2012): Dispõe sobre o sítio do Senado Federal na rede mundial de computadores (Internet), para definir sua finalidade, conteúdo e gestão.

Ato da Comissão Diretora nº 10/2010: Institui no âmbito do Órgão Senado Federal, o Regulamento de Compras e Contratações a ser observado nas licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, aquisições, alienações e locações.

Ato da Comissão Diretora nº 12/2010: Estende a vedação de nepotismo aos empregados das empresas contratadas pelo Senado Federal para a prestação de serviços terceirizados.

Ato do Terceiro Secretário nº 1/2010: Disciplina a administração, a utilização, a outorga de permissão de uso e de cessão de uso dos imóveis residenciais de uso dos Senadores e dos que constituem a reserva técnica do Senado Federal

Ato da Comissão Diretora nº 1/2011 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 4/2011): Dispõe sobre o Programa de Gestão por Resultados do Senado Federal – PRORESULTADOS.

Ato da Comissão Diretora nº 3/2011: Dispõe sobre a afixação de peças publicitárias nas áreas externas do complexo arquitetônico do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 12/2011: Autoriza o estabelecimento da Rede Senado de TV Digital, nos termos do Decreto nº 5.820, de 29/06/2006, Portaria nº 24, de 11 de fevereiro de 2009 e Norma nº 1/2009 - Norma Geral para Execução dos Serviços de Televisão Pública Digital, Portaria nº 235, de 2 de dezembro de 1998, do Ministério das Comunicações.

Ato da Comissão Diretora nº 10/2011 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 31/2013): Dispõe sobre a política de capacitação e desenvolvimento dos servidores do Senado Federal e dá outras providências.

Ato do Primeiro-Secretário n.º 10/2011 (alterado pelo APS 5/2012 e APS 6/2012): Estabelece instruções complementares sobre procedimentos a serem observados para a administração, controle e resarcimento das despesas realizadas à conta da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores -CEAPS.

Ato do Primeiro-Secretário n.º 14/2011: Dispõe sobre o acesso e uso da INTERNET por meio da Rede do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário n.º 16/2011: Institui o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 17/2011: Dispõe sobre os procedimentos relativos à concessão das licenças para tratamento da própria saúde, por motivo de doença em pessoa da família, à gestante, e por acidente em serviço, previstas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Ato da Comissão Diretora nº 05/2011 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 19/2011): Dispõe sobre a vedação do nepotismo no Senado Federal.

Ato do Presidente nº 111/2011: Disciplina as competências do Presidente do Senado Federal delegadas ao Diretor-Geral.

Ato da Diretoria Geral nº 5562/2011: Disciplina a concessão do auxílio-alimentação aos servidores do Senado Federal.

Resolução nº 35/2012: Dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS).

Resolução nº 69/2012: Define os critérios e procedimentos para a realização das avaliações de desempenho e para o pagamento da Gratificação de Desempenho do Senado Federal (GDSF).

Ato da Comissão Diretora nº 6/2012: Regulamenta o pagamento de auxílio-transporte para os servidores do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 7/2012: Disciplina o programa de assistência pré-escolar no Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 9/2012 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 10/2012 e pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013): Regulamenta, no âmbito do Senado Federal, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso aos dados, informações e documentos de interesse da sociedade e do Estado.

Ato da Comissão Diretora nº 11/2012: Estabelece o procedimento de constituição, cobrança e recuperação dos créditos fiscais não tributários do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 14/2012: Dispõe sobre o pagamento do imposto de renda incidente sobre os valores percebidos pelos Senadores a título de ajuda de custo.

Ato da Comissão Diretora nº 16/2012: Dispõe sobre a elaboração dos atos administrativos normativos e sobre a publicação dos atos administrativos em geral no âmbito do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 17/2012: Dispõe sobre a realização de despesas com a utilização de suprimento de fundos no Senado Federal e autoriza o uso do Cartão de Pagamento para operações dessa natureza.

Ato do Primeiro-Secretário nº 9/2012: Dá nova regulamentação ao Adicional de Especialização.

Ato do Primeiro-Secretário nº 12/2012: Institui o Programa de Integração para os novos servidores do Senado Federal aprovados em Concurso Público.

Resolução nº 9/2013: Cria a Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal.

Resolução nº 13/2013: Altera o disposto no art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 53, de 1997, para permitir a doação de bens móveis que integram o patrimônio do Senado Federal.

Resolução nº 35/2013: Altera o § 1º do art. 4º da Resolução do Senado Federal nº 63, de 1997, que “estabelece a composição e a infra-estrutura dos Gabinetes do Senado Federal”, para estabelecer critérios a serem seguidos na nomeação de ocupantes de cargos em comissão, que menciona.

Ato da Comissão Diretora nº 1/2013: Dispõe sobre a criação da Escola de Gestão na estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro.

Ato da Comissão Diretora nº 2/2013 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 6/2013): Aprova as propostas de Convênio de Adesão do Poder Legislativo Federal à Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - FUNPRESP-EXE, e de Regulamento do Plano de Benefícios do Poder Legislativo Federal LegisPrev.

Ato da Comissão Diretora nº 3/2013 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013): Implementa medidas de racionalização administrativa no âmbito do Senado Federal, com redução de despesas, e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 4/2013: Institui a Política de Responsabilidade Socioambiental do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 7/2013: Permite a habilitação de uma função comissionada símbolo FC-3 mediante o bloqueio das funções que menciona; suspende temporariamente a movimentação de servidores de carreira do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com as exceções que menciona.

Ato da Comissão Diretora nº 8/2013: Dispõe sobre as taxas de administração e conservação e de ocupação dos imóveis situados na SQS 309 para não senadores e fixa prazo para devolução dos imóveis para uso do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 9/2013: Aprova o Planejamento Estratégico do Senado Federal, composto pelo Mapa Estratégico Institucional e o Plano de Metas da Administração.

Ato da Comissão Diretora nº 10/2013: Dispõe sobre os recursos de impressão dos gabinetes parlamentares, dos Membros da Mesa, das Lideranças, dos Blocos Parlamentares e do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 11/2013 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 18/2013): Autoriza doação de bens móveis do Senado Federal para fins de interesse social.

Ato da Comissão Diretora nº 12/2013: Autoriza doação de bens de uso ambulatorial e de medicamentos para fins de interesse social.

Ato da Comissão Diretora nº 13/2013 (alterado pelo Ato da Comissão Diretora nº 23/2013): Dispõe sobre o resarcimento das despesas pelo uso, manutenção e conservação dos imóveis situados na SQS 309 e na SQS 316, ocupados por não senadores, e trata da devolução dos imóveis ao Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 14/2013 (alterado pelos Atos da Comissão Diretora nº 17/2013, 25/2013 e 30/2013): Altera e consolida as Partes II e III do Regulamento do Senado Federal, que tratam, respectivamente, do Regulamento Orgânico e do Regulamento de Cargos e Funções.

Ato da Comissão Diretora nº 15/2013: Institui a Política de Acessibilidade do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 16/2013: Institui a Política de Gestão de Riscos Organizacionais do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 20/2013: Revoga o Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2013, que “estabelece o marco inicial do 1º Período Avaliativo de que trata a Resolução nº 69, de 2012.”

Ato da Comissão Diretora nº 21/2013: Aprova a reestruturação do Plano de Classificação e da Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivo do Senado Federal e do Congresso Nacional.

Ato da Comissão Diretora nº 22/2013 Dispõe sobre os critérios para a redistribuição da cota de correspondências, e revoga os Atos da Comissão Diretora nºs 25, de 1991, 13, de 1995, e 07, de 2004.

Ato da Comissão Diretora nº 24/2013: Disciplina o planejamento das contratações do Senado Federal para o exercício de 2014.

Ato da Comissão Diretora nº 27/2013: Revoga a Decisão da Comissão Diretora de 28 de outubro de 2005, que aprovou o Parecer nº 242/2005-ADVOSF, e determina a aplicação do item 9.2.1 do Acórdão nº 2602/2013, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

Ato da Comissão Diretora nº 28/2013: Institui o Manual de Identidade Visual de Publicações do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 29/2013: Altera o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2005, e determina a publicação no Portal da Transparência da relação dos bens colocados à disposição das unidades do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 31/2013: Altera o Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011, para ampliar a possibilidade de participação de servidores nos cursos de pós-graduação promovidos pelo Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 32/2013: Dispõe sobre a distribuição e a comercialização, pela Coordenação de Edições Técnicas, das obras editadas, reeditadas, coeditadas ou impressas pelo Senado Federal.

Ato do Presidente do Senado Federal nº 4/2013: Institui a atividade de Ombudsman no âmbito da Comunicação Social, do Senado Federal.

Ato do Presidente do Senado Federal nº 31/2013: Estabelece obrigatoriedade para as contratações de menor valor no âmbito do Senado Federal.

Ato do Presidente do Senado Federal nº 33/2013: Fixa o órgão responsável por prestar esclarecimentos de natureza administrativa aos meios de comunicação.

Ato do Primeiro-Secretário nº 2/2013: Regulamenta o controle do cumprimento da jornada e do horário de trabalho pelos servidores do Senado Federal, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2010.

Ato do Primeiro-Secretário nº 2/2013: Altera a redação do Ato do Primeiro-Secretário nº 9, de 2002, para definir o procedimento de apresentação de documentos para a nomeação de ocupantes de cargos em comissão, em face das vedações instituídas pela Resolução nº 35 de 2013.

Ato do Diretor-Geral nº 665/2013: Institui o subprograma de Segurança Ocupacional Corporativa do Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 666/2013: Dispõe sobre as normas e procedimentos de tratamento dos documentos arquivísticos para organização do acervo documental arquivístico de fase corrente e transferência de documentos à Coordenação de Arquivo.

Ato do Diretor-Geral nº 667/2013: Dispõe sobre as normas e procedimentos de Protocolo Administrativo.

Ato do Diretor-Geral nº 670/2013: Regulamenta o registro de frequência de estagiários do Programa de Estágios do Senado Federal.

Ato Conjunto nº 1/2014 - Moderniza as publicações oficiais dos Diários do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Ato Conjunto nº 5/2014 - Regulamenta o Programa Visite o Congresso, desenvolvido conjuntamente pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados.

Ato do Diretor-Geral nº 1/2014 - Dispõe sobre o Cronograma Anual de Desembolso Mensal do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 19/2014 - Institui a Política de Qualidade de Vida no Trabalho do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 21/2014 - Dispõe sobre concessão de passagens aéreas para servidores, terceirizados e colaboradores.

Ato do Diretor-Geral nº 23/2014 - Estabelece, no âmbito do Senado Federal, normas procedimentais para contratações.

Ato do Diretor-geral nº 24/2014 - Estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 27/2014 - Torna pública a versão consolidada do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 29/2014 - Dispõe sobre procedimentos de exoneração e nomeação de servidores comissionados em razão do início da 55ª Legislatura.

Ato da Mesa do Senado Federal nº 1/2014 - Define o conteúdo dos avulsos da Ordem do Dia de que tratam os §§ 2º e 3º do art. 170 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ato da Mesa do Senado Federal nº 2/2014 - Regulamenta os procedimentos e condições do arquivamento de proposições ao final da legislatura de que trata o art. 332 do Regimento Interno.

Ato do Primeiro-Secretário nº 3/2014 - Institui a Matriz de Correlação das áreas do conhecimento de interesse do Senado Federal com as especialidades integrantes da carreira legislativa e dá outras providências.

Ato do Primeiro-Secretário nº 5/2014 - Estabelece instruções complementares sobre procedimentos a serem observados para a administração, controle e resarcimento das despesas realizadas à conta da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores - CEAPS. (alterado pelos Atos do Primeiro Secretário 9 e 19/2014)

Ato do Primeiro-Secretário nº 12/2014 - Dispõe sobre as restrições ao uso de produtos fumígenos nos espaços do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 18/2014 - Estabelece as atribuições e rotinas administrativas a serem adotadas no âmbito do Senado Federal visando ao reconhecimento do direito à aposentadoria especial com fundamento no art. 57 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, aplicável por força da Súmula Vinculante nº 33, do Supremo Tribunal Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 1/2014 - Estabelece diretrizes para planejamento e definição de prioridades à área administrativa do Senado Federal, a cada biênio.

Ato da Comissão Diretora nº 2/2014 - Institui o Programa Jovem Aprendiz no âmbito do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 7/2014 - Obriga a destinação de vagas para afrodescendentes nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados, bem como nos editais de concurso público para provimento de cargos efetivos do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 11/2014 - Dispõe sobre o Processo Eletrônico no âmbito do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 13/2014 - Dispõe sobre a ocupação dos gabinetes parlamentares e dos membros titulares da Comissão Diretora para a 55ª Legislatura.

Ato da Comissão Diretora nº 14/2014 - Regulamenta o art. 182 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre o acesso de servidores credenciados ao Plenário do Senado Federal.

Ato da Comissão Diretora nº 18/2014 - Regulamenta o acesso e a cessão das salas de reuniões das comissões do Senado Federal.

Instrução Normativa nº 1/2014 – SGM - Estabelece procedimento para encerramento da impressão de boletins de ação legislativa e registro exclusivo no sistema eletrônico de tramitação de matérias, nos termos do art. 445 do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Instrução Normativa nº 1/2014 – ILB/SERH - Regulamenta os procedimentos para concessão da Licença Capacitação, de que trata o artigo 87, da Lei 8.112/90 e Ato da Comissão Diretora nº 10, de 2011.

Instrução Normativa nº 1/2014 – CSS - Regulamenta a assistência domiciliar aos beneficiários do Sistema Integrado de Saúde.

Instrução Normativa nº 2/2014 – CSS - Regulamenta o resarcimento de honorários médicos para procedimentos cirúrgicos de cobertura obrigatória pelo SIS, para os quais não haja profissionais credenciados.

Instrução Normativa nº 2/2014 – SEGP - Dispõe sobre as diretrizes gerais de atendimento a pedidos de informação formulados pelo usuário da Secretaria de Gestão de Pessoas e sobre o tratamento a ser dispensado às mensagens enviadas a essa Secretaria por seus usuários.

Instrução Normativa nº 3/2014 – SGM - Estabelece procedimento para autuação de mídia eletrônica para as matérias orçamentárias e os relatórios de fiscalização e de controle recebidos ou gerados pelo Congresso Nacional.

Instrução Normativa nº 3/2014 – CSS - Regulamenta a assistência farmacêutica em tratamentos especiais realizados fora do ambiente hospitalar.

Instrução Normativa nº 4/2014 – CSS - Esclarece sobre a aplicação do art. 40, § 1º, do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde em caso de impossibilidade material de apresentação do documento previsto no inciso I.

Instrução Normativa nº 5/2014 – CSS - Regulamenta o tratamento continuado ambulatorial e domiciliar em Acupuntura, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia e Terapia Ocupacional aos beneficiários da SIS.

Instrução Normativa nº 6/2014 – CSS - Regulamenta a Assistência Odontológica aos beneficiários da SIS.

Resolução nº 40/2014 - Consolida as alterações promovidas na estrutura administrativa do Senado Federal.

Ato do Primeiro-Secretário nº 10/2014 - Cria o subprograma Prática de Mobilidade Sustentável.

Ato do Diretor-Geral nº 7/2014 - Transforma cargos vagos do Quadro do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 12/2014 - Transforma cargos vagos do Quadro do Senado Federal.

Ato do Diretor-Geral nº 22/2014 - Altera o Ato da Diretoria-Geral nº 1615, de 2010, que “disciplina o parcelamento das férias anuais a que fazem jus os servidores do Senado Federal e de seus órgãos supervisionados.”

Ato do Diretor-Geral nº 31/2014 - Delega competências ao Diretor-Geral Adjunto de Contratações e ao Diretor-Geral Adjunto de Gestão.

Ato do Primeiro-Secretário nº 4/2014 - Modifica a sistemática de hospedagem, alimentação e transporte de colaboradores eventuais. (alterado pelo APS 6 e 7/2014)

Ato do Primeiro-Secretário nº 14/2014 - Altera o Ato do Primeiro-Secretário nº 9 de 2002, para modificar o rol de documentos obrigatórios para instrução de indicação para provimento de cargo em comissão e dá outras providências.

Ato do Primeiro-Secretário nº 15/2014 - Altera o art. 6º do Ato do 1º Secretário nº 61, de 2009, que dispõe sobre a regulamentação do processamento das consignações em folha de pagamento no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos e Elaboração de Folha de Pagamento do Senado Federal - ERGON.

Ato do Primeiro-Secretário nº 16/2014 - Altera o Ato do 1º Secretário nº 2 de 2013 que regulamenta o controle do cumprimento da jornada e do horário de trabalho pelos servidores do Senado Federal, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7 de 2010.

Ato da Comissão Diretora nº 3/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 2, de 2009, que disciplina a concessão de passagens aéreas aos Senadores.

Ato da Comissão Diretora nº 4/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003 e o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir a Coordenação de Apoio a Parlamentares da Diretoria-Geral, transpor suas competências para outras unidades da estrutura administrativa do Senado Federal; e altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para extinguir uma função comissionada de Diretor-Geral Adjunto da Diretoria-Geral do Senado Federal, e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 5/2014 - Dá nova redação ao art. 4º do Ato da Comissão Diretora nº 3 de 2013, que implementa medidas de racionalização administrativa no âmbito do Senado Federal, com redução de despesas, e dá outras providências.

Ato da Comissão Diretora nº 6/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2003, relativo aos procedimentos de resarcimento com recurso da Cota para Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores - CEAPS.

Ato da Comissão Diretora nº 8/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para corrigir inconsistências formais e realizar mudanças para promover a racionalização administrativa.

Ato da Comissão Diretora nº 10/2014 - Altera o anexo da Resolução nº 35, de 2012, que dispõe sobre o Regulamento do Sistema Integrado de Saúde (SIS), para instituir a assistência odontológica.

Ato da Comissão Diretora nº 12/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para corrigir inconsistências formais e promover a racionalização administrativa, com vistas à economia de recursos.

Ato da Comissão Diretora nº 15/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013, para corrigir inconsistências formais e promover a racionalização administrativa, com vistas à economia de recursos.

Ato da Comissão Diretora nº 16/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2005.

Ato da Comissão Diretora nº 17/2014 - Altera o Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1995, que dispõe sobre a assistência à saúde prestada aos senadores e seus dependentes e aos seus cônjuges.

Ato da Comissão Diretora nº 19/2014 - Dispõe sobre o controle do material permanente e dos bens de propriedade do Senado Federal.

Instrução Normativa nº 1/2014 – DGER- Altera a sistemática de designação dos gestores de contratos nos processos de contratações no Senado Federal.

Instrução Normativa nº 2/2014 – SGM – Reduz o número de cópias a serem encaminhadas ao Protocolo Legislativo por ocasião da apresentação de proposição.

Orientação Normativa nº 1/2014 – SEGP - Altera a Instrução Normativa SERH nº 1 de 2011, que regulamenta o Ato da Diretoria-Geral nº 3.274 de 2010, para permitir a posse por procuração a nomeado residente no Distrito Federal.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O Senado Federal possui funções de caráter mais geral que são compartilhadas com a Câmara dos Deputados, como a legislativa, a fiscalizadora, a investigativa e a de representação política. Outras são de sua exclusiva competência, como as descritas no Art. 52. da Constituição Federal:

- Processar e julgar: Presidente da República, Vice Presidente, Ministros do Supremo Tribunal Federal, Membros do Conselho de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Procurador-Geral da República, Advogado-Geral da União e, **nos crimes conexos ao Presidente e Vice**, Ministros de estado, Comandantes da Forças Armadas;
- Escolher: Ministros do Tribunal de Contas indicados pelo Presidente da República, Presidente e Diretores do Banco Central do Brasil, Procurador-Geral da República, Chefes de Missão Diplomática e outros cargos que a lei determinar;
- Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;
- Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- Suspender, no todo ou em parte, a execução de lei declarada inconstitucional pelo STF.
- Aprovar a exoneração, de ofício, do procurador-geral da República antes do término do seu mandato.
- Elaborar seu regimento interno e dispor sobre sua organização e funcionamento.
- Eleger componentes do Conselho da República.

1.3 Organograma Funcional

Figura 1 Organograma do Senado Federal

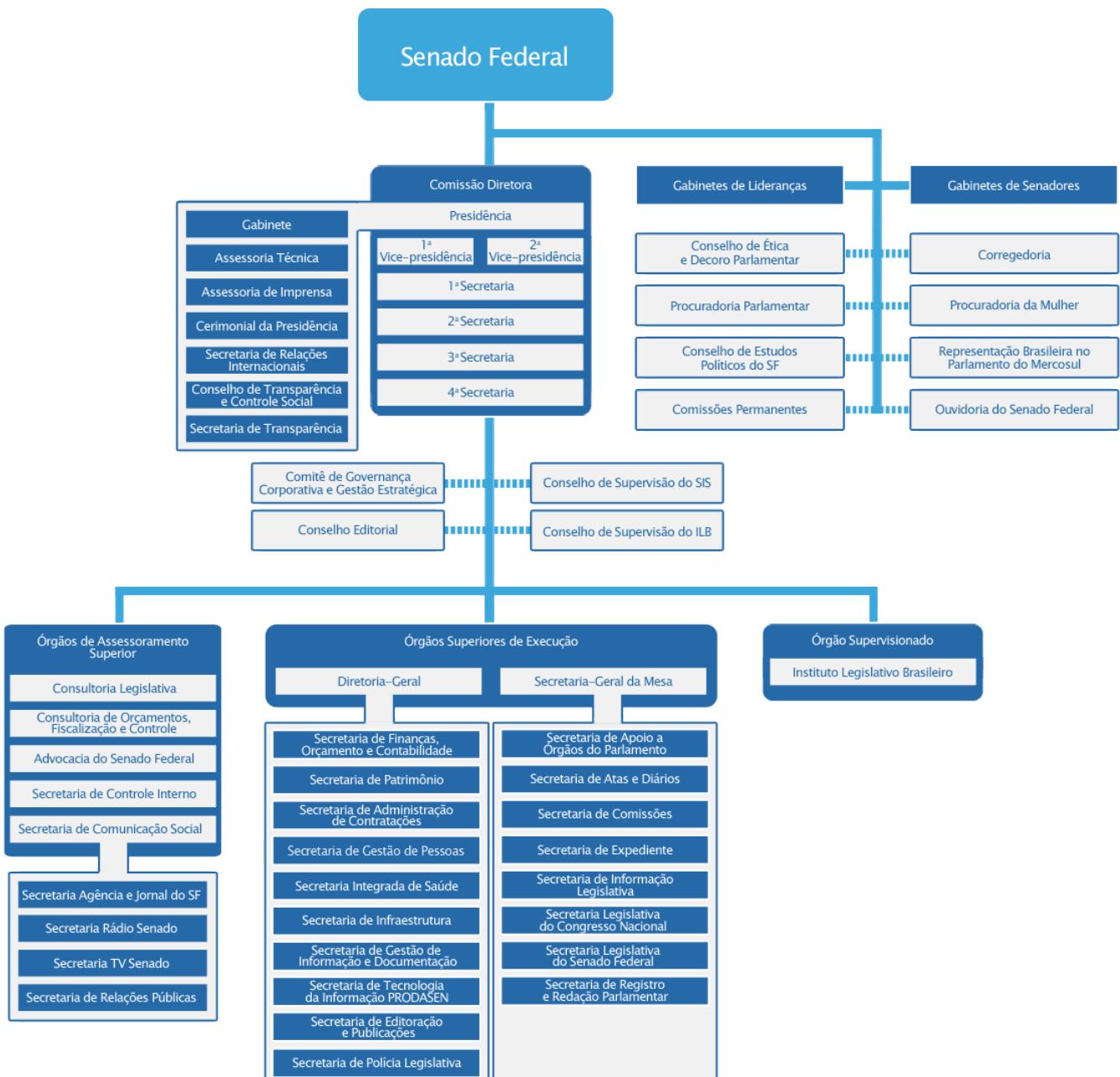


Tabela 4 Quadro A.1.3 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Comissão Diretora	À Comissão Diretora compete exercer a administração interna do Senado Federal nos termos das atribuições fixadas em seu Regulamento Administrativo, emitindo, dentre outros, parecer sobre as proposições relacionadas aos serviços administrativos, além de propor alterações em suas organização e funcionamento.	Senador Renan Calheiros	Presidente do Senado Federal	Biênio 2013-2014
Consultoria Legislativa	À Consultoria Legislativa, compete a prestação de consultoria e assessoramento especializado à Mesa, às Comissões e aos Senadores, no âmbito do Senado Federal e do Congresso Nacional, para o desempenho de suas funções legislativa, parlamentar e fiscalizadora, bem como consultoria e assessoramento eventual à Secretaria-Geral da Mesa e à Diretoria-Geral	Senhor Paulo Fernando Mohn e Souza	Consultor Legislativo	Desde 06/07/2011
Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle	À Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle compete prestar consultoria e assessoramento técnico na área de direito financeiro, planos, orçamentos públicos, fiscalização e controle à Mesa, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional (CMO), às Comissões do Senado Federal e às demais Comissões Mistas do Congresso Nacional, bem como aos Senadores, no exercício do mandato, bem como assessoria eventual à Secretaria-Geral da Mesa e da Diretoria-Geral	Senhor Luiz Fernando de Mello Perezino	Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle	Desde 09/05/2013
Advocacia do Senado Federal	À Advocacia do Senado Federal compete prestar consultoria e assessoramento jurídicos à Mesa, à Comissão Diretora, à Procuradoria Parlamentar, à Corregedoria Parlamentar, à Secretaria-Geral da Mesa; à Diretoria-Geral e demais órgãos da estrutura administrativa da Casa.	Senhor Alberto Machado Cascais Meleiro	Advogado	De 31/03/2011 a 27/08/2014
		Senhor Rômulo Gobbi do Amaral	Advogado	Desde 28/08/2014
Secretaria de Controle Interno	À Secretaria de Controle Interno do Senado Federal, órgão de assessoramento superior, compete avaliar a regular e efetiva aplicação dos recursos públicos do Senado Federal, por meio de auditorias, atividades e demais ações de controle, de forma a contribuir, respeitando a segregação de funções, para o contínuo aperfeiçoamento da gestão administrativa, atuando com compromisso institucional, independência do órgão de controle interno, ética profissional, imparcialidade do auditor e objetividade nas ações de controle	Senhor Aires Pereira das Neves Júnior	Analista Legislativo - Informática Legislativa	Desde 01/07/2013
Secretaria de Comunicação	À Secretaria de Comunicação Social compete formular, coordenar e supervisionar a execução de programas concernentes à política de comunicação social do Senado Federal, promovendo a instituição e o Poder Legislativo, além de assessorar, nos assuntos de sua competência, a Presidência, a Comissão Diretora, as Comissões Permanentes e Temporárias e os senadores.	Senhor Davi Emerich	Analista Legislativo - Comunicação Social	Desde 06/03/2013
Diretoria Geral	À Diretoria-Geral compete a superior coordenação, supervisão e controle da gestão administrativa do Senado Federal, bem como executar as ações administrativas em consonância com as diretrizes e políticas de gestão estabelecidas pela Comissão Diretora do Senado Federal. Ademais, provê e integra o suporte administrativo e logístico às atividades parlamentares e legislativas e aos órgãos da estrutura geral do Senado Federal de acordo com as políticas, as normas legais e regulamentares e as deliberações da Comissão Diretora e do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.	Senhor Antônio Hélder Medeiros Rebouças	Consultor de Orçamentos, Fiscalização e Controle	De 27/09/2013 a 20/05/2014
		Senhor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	Consultor Legislativo	Desde 21/05/2014
Secretaria Geral da Mesa	À Secretaria-Geral da Mesa compete prestar assessoramento direto e imediato às Mesas do Senado Federal e do Congresso Nacional no desempenho de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, assim como executar as atividades de gestão do processo legislativo e coordenar as unidades administrativas que lhe estão afetas.	Senhora Cláudia Lyra Nascimento	Analista Legislativo - Processo Legislativo	De 13/03/2007 a 04/04/2014
		Senhor Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho	Consultor Legislativo	Desde 07/04/2014

Fonte: SEGP

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A identificação e o mapeamento dos macroprocessos organizacionais constituem-se como base fundamental para a análise e o diagnóstico da estrutura formal de uma instituição. Sua importância assenta-se no diagnóstico do grau de congruência entre os processos existentes e seu arcabouço de suporte, permitindo um maior alinhamento entre ambos e, consequentemente, uma maior efetividade dos objetivos estratégicos pretendidos.

No que tange ao Senado Federal, foram identificados três grandes blocos de processos: Gestão Institucional, Finalístico e de Suporte. Os processos finalísticos são aqueles que impactam diretamente os beneficiários externos: no caso do Senado Federal, a sociedade, os estados federados e os cidadãos. Os processos de suporte são aqueles que sustentam os processos finalísticos, fornecendo apoio de recursos financeiros, humanos, materiais e tecnológicos, entre outros. Já os processos de gestão institucional são aqueles necessários para coordenar, controlar e dotar de direcionamento os processos finalísticos e de suporte, além de representar a interface da instituição com elementos de seu ambiente externo.

O bloco “Processos de Gestão Institucional” abrange os seguintes processos:

- a) Relações Internacionais, representado pela Secretaria de Relações Internacionais;
- b) Consultoria Jurídica e Advocacia, representado pela Advocacia do Senado Federal;
- c) Planejamento e Modernização, representado pelo Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- d) Controle Interno, representado pela Secretaria de Controle Interno.

Já o bloco “Processos Finalísticos” subdivide-se de duas áreas: Atividade Parlamentar e Apoio à Atividade Parlamentar, assim consignados:

I. Atividade Parlamentar:

- a) Interlocução e Debate Parlamentar;
- b) Elaboração Legislativa;
- c) Fiscalização e Controle das Políticas Públicas, do Orçamento e da Ação do Estado;
- d) Controle do Equilíbrio entre os Poderes;
- e) Controle Federativo.

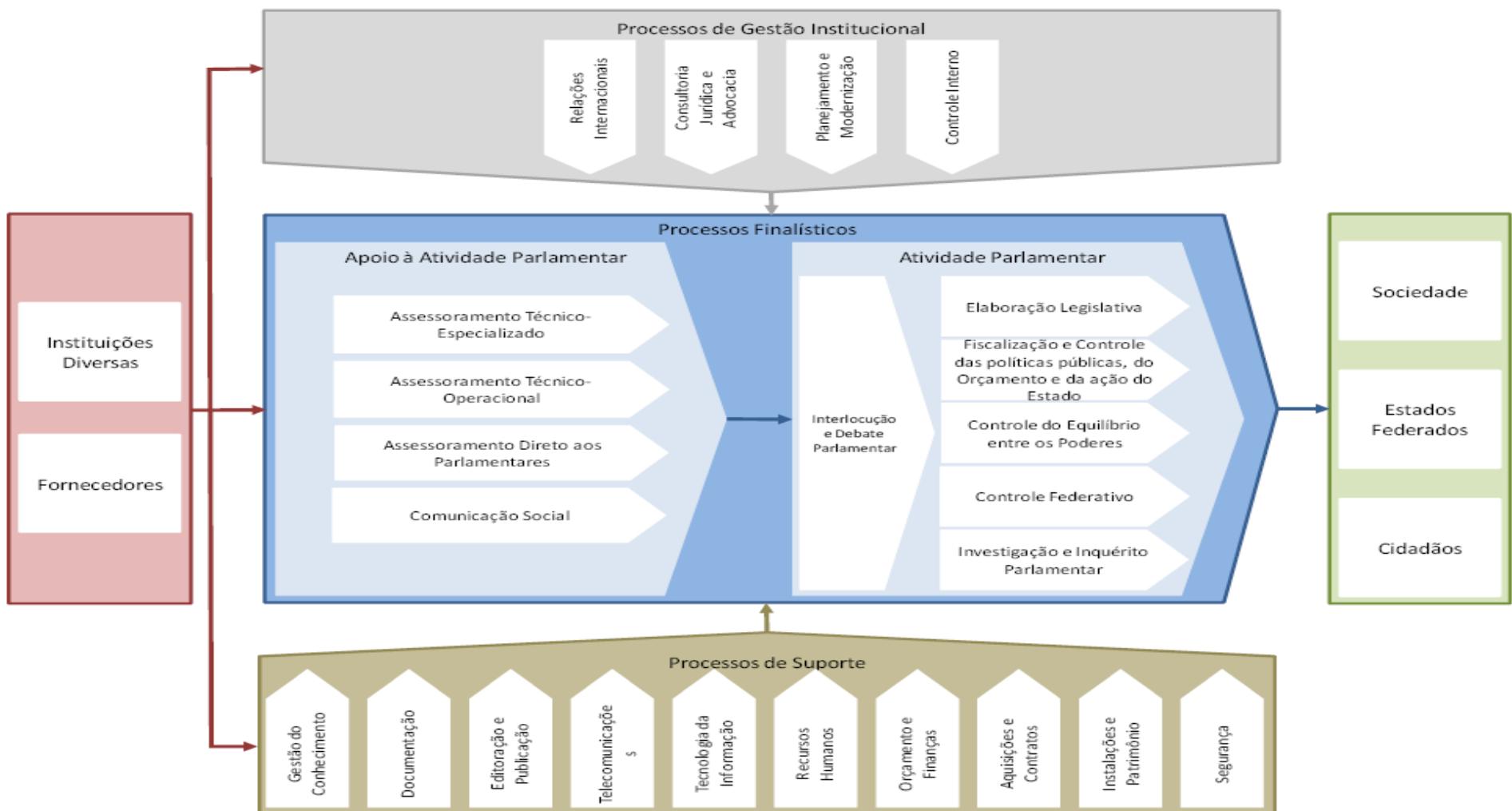
II. Apoio à Atividade Parlamentar:

- a) Assessoramento Técnico Especializado, representado pela Consultoria Legislativa (CONLEG) e pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF);
- b) Assessoramento Técnico Operacional, representado pela Secretaria Geral da Mesa (SGM);
- c) Assessoramento Direto aos Parlamentares, representado pelos Gabinetes dos Senadores e dos Gabinetes das Lideranças;
- d) Comunicação Social, representado pela Secretaria de Comunicação (SECOM).

Por fim, o bloco “Processos de Suporte” reúne os seguintes processos:

- a) Gestão do Conhecimento;
- b) Documentação, representado pela Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDOC);
- c) Editoração e Publicação, representado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (SEEP);
- d) Telecomunicações, representado pela Secretaria de Comunicação (SECOM);
- e) Tecnologia da Informação, representado pela Secretaria de Tecnologia da Informação (PRODASEN);
- f) Recursos Humanos, representado pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP);
- g) Orçamento e Finanças, representado pela Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade (SAFIN);
- h) Aquisições e Contratos, representado pela Secretaria de Administração de Contratações (SADCON);
- i) Instalações e Patrimônio, representado pela Secretaria de Patrimônio (SPATR);
- j) Segurança, representado pela Secretaria de Polícia Legislativa (SPSF).

Figura 2 Macroprocessos do Senado Federal



Tendo em vista suas funções precípuas, os principais produtos originados dos Processos Finalísticos desta Casa são aqueles oriundos daquelas unidades relacionadas à atividade legislativa, tais como:

1.4.1 Secretaria-Geral da Mesa

Sessões e reuniões plenárias

Durante a 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura, o Senado Federal realizou 190 sessões. A primeira delas ocorreu em três de fevereiro de 2014 e a última em 22 de dezembro de 2014.

Em 30 das sessões plenárias realizadas, as deliberações legislativas do Senado estiveram sobrestadas em decorrência de votação de Medidas Provisórias, nos termos do art. 62, §6º, da Constituição Federal. Em 21 dessas sessões, a pauta esteve integralmente obstruída; em nove, a obstrução ocorreu durante apenas uma parte da sessão.

Também houve dois sobrestamentos de sessões pela necessidade de votação de projetos de lei em regime de urgência constitucional, nos termos do art. 64, §1º da Constituição Federal. Uma obstrução foi parcial e outra total.

Nessas 32 sessões plenárias em que a pauta esteve obstruída, houve 16 sessões com deliberação sobre projetos de normas jurídicas primárias (CF, art. 59) e cinco sessões com deliberação sobre matérias diversas. Em onze sessões não houve deliberações.

Tabela 5 Sessões Realizadas

Sessões Realizadas	Total
Sessões Deliberativas Ordinárias	73
Sessões Deliberativas Extraordinárias	2
Sessões Não Deliberativas	96
Sessões Especiais	16
Programa Senado Jovem Brasileiro	2
Sessões Extraordinárias*	1
Total de Sessões Realizadas	190

Fonte: SGM

Sessões Plenárias previstas e não realizadas	Total
Reuniões Plenárias (art. 155, § 2º do RISF) (dia 19/04/2013)	7
Reuniões não realizadas (art. 155, § 2º do RISF)	30
Total	37

* Trata-se de sessão não-deliberativa extraordinária. Fonte: SGM

Proposições e Matérias Legislativas

Quadro resumido das principais atividades legislativas* referentes à 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura:

Tabela 6 Atividades Legislativas Referentes À 4^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a legislatura

	Propostas de Emenda à Constituição (PEC)	Projetos de Lei do Senado Federal (PLS)	Projetos de Lei da Câmara (PLC)	Projetos de Decreto Legislativo (PDS)	Medidas Provisórias (MPV) e Projetos de Lei de Conversão (PLV)	Projetos de Resolução do Senado (PRS)
Pendentes no início da Sessão Legislativa	468	2525**	486	273	1	212
Apresentadas/Recebidas	56	433	136	201	20	63
Total Aprovadas	9	73	106	269	20	43
Total Rejeitadas	2	28	51	2	-	-
Prejudicadas	4	18	2	1	-	-
Retiradas pelo autor	1	13	-	-	-	-
Arquivadas ao final da Legislatura	235	1142	217	26	-	105
Pendentes no final da Sessão Legislativa	273	1684	246	176	1	127

Fonte: SGM

* O detalhamento da produção legislativa e seus produtos constam do Relatório da Presidência – 2014, publicado anualmente e que reúne informações sobre todas as atividades legislativas da Casa no período, cujo endereço eletrônico é: http://www.senado.gov.br/relatorios_sgm/RelPresi/2014/

** No RAP de 2013 constou que 2.303 Projetos de Lei Ordinária e 222 Projetos de Lei Complementar ficaram pendentes de apreciação ao final da sessão legislativa. Em 2014, 2 PLS que constaram como de lei ordinária foram reavaliados como de lei complementar (PLS 150 e 152/2013). Dessa forma, o número de PLS de lei ordinária pendentes de apreciação no início de 2014 foi de 2.301, e o número de PLS de lei complementar na mesma situação foi de 224.

Programa “e-Cidadania”

O Programa e-Cidadania foi instituído pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011, com o objetivo de estimular maior participação dos cidadãos no processo legislativo. Em 10 de junho de 2014, o Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2014 criou o Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, que faz parte da Secretaria de Comissões. O Serviço foi criado para administrar e melhorar os instrumentos de participação do Programa.

As principais ferramentas implantadas em razão do Programa estão disponíveis no Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania):

- a) **Audiência interativa:** permite o acompanhamento ao vivo da audiência e o encaminhamento de perguntas e comentários a convidados e senadores;
- b) **Ideias legislativas:** possibilita a apresentação de ideias para elaboração de novas leis;
- c) **Proponha um debate:** recebe temas para discussão em audiências públicas das Comissões;
- d) **Consulta pública:** coloca um texto legislativo para construção colaborativa pela sociedade;
- e) **Opine sobre projetos:** oferece mecanismo para os cidadãos se manifestarem a favor ou contra proposições em tramitação na Casa.

Ao longo de 2014, o Portal e-Cidadania ganhou popularidade nas redes sociais, em especial no Facebook, onde sua base de seguidores saltou de 5.901 para 13.695 – um crescimento de 132%.

A evolução do interesse dos cidadãos pelas ferramentas de interatividade é evidente: em 2014, mais cidadãos participaram e em maior número de interações.

Em 2014, as ideias legislativas que superaram o apoio popular necessário pelo portal e-Cidadania passaram a ser enviadas por memorandos da Secretaria de Comissões às presidências das comissões pertinentes. A medida simplificou o trâmite e trouxe agilidade para a apreciação das sugestões pelos senadores.

Três ideias legislativas foram encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Uma delas, sobre a regulação da maconha, resultou em uma série de audiências públicas interativas, com expressiva participação popular, e relatório propondo a criação de subcomissão permanente para dar continuidade ao debate. Duas audiências propostas pelos cidadãos foram realizadas: uma na CCJ, sobre a constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, e outra na CE, sobre o uso medicinal da maconha. Outras três aguardam realização nas respectivas comissões.

Na única consulta pública realizada – sobre o exame da OAB -- o número de cidadãos que participou foi 820% maior que a consulta realizada em 2013, sobre o anteprojeto para o novo Código Comercial.

Por fim, no Opine sobre projetos, lançado no final de 2013, pode-se notar o real potencial da participação da sociedade no processo legislativo, com destaque para a MPV 657/2014, que atraiu boa parte das manifestações registradas. Os seguintes resultados foram alcançados em 2014 (Fonte: Secretaria Geral da Mesa):

Audiências interativas

Tabela 7 Audiências interativas realizadas

	2013	2014	Evolução
Audiências interativas realizadas	60	98	63%
Comentários	1.514	6.696	342%
Cidadãos que participaram	311	1.015	226%

Ideias legislativas

Tabela 8 Ideias legislativas publicadas

	2013	2014	Evolução
Ideias legislativas publicadas	596	861	44%
Cidadãos proponentes	428	598	40%
Número de acompanhamentos	20.621	21.497	4%
Número de apoiantes	52.606	79.188	51%
Ideias que superaram 20.000 apoios	1	3	200%

Proponha um debate

Tabela 9 Propostas de debate publicadas

	2013	2014	Evolução
Propostas de debate publicadas	138	249	80%
Cidadãos proponentes	115	202	76%
Número de acompanhamentos	3.117	26.764	759%
Número de apoiantes	12.061	70.861	488%
Propostas que superaram 10.000 apoios	1	5	400%
Audiências realizadas	1	2	100%

Consultas públicas

Tabela 10 Consultas públicas realizadas

	2013	2014	Evolução
Consultas públicas realizadas	1	1	0%
Comentários	463	517	12%
Cidadãos que participaram	40	368	820%

Opine sobre projetos

Tabela 11 Matérias legislativas que receberam opiniões

	2013	2014	Evolução
Matérias legislativas que receberam opiniões	184	915	397%
Manifestações registradas	2.781	175.479	6210%

1.4.2 Consultoria Legislativa

Tabela 12 Produção da Consultoria Legislativa

Notas e Estudos	2.417
Pareceres/Relatórios	2.100
Proposições	1.238
Apoio às Comissões	673
Discursos	642
Consultas Orais	486
Outros Tipos	553
Total de trabalhos	8.109

Fonte: Consultoria Legislativa

1.4.3 Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Tabela 13 Produção da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

Solicitações de Trabalhos Orçamentários	532 Solicitações
Curso Siga Brasil	Modalidade EAD: 360 pessoas
	Modalidade Presencial: 150 pessoas
Criação de Senhas Siga Brasil (estimativa)	700
Criação de Senhas SIAFI (estimativa)	360

Fonte: Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle

1.4.4 Principais parceiros

Por ser uma instituição determinante para a resolução das diretrizes políticas e sociais brasileiras, o Senado Federal relaciona-se constantemente com uma série de parceiros, ou *stakeholders*, igualmente interessados na proposição das políticas públicas necessárias ao desenvolvimento nacional, tais como:

- a) Sociedade Civil em geral;
- b) Sociedade Civil organizada;
- c) Poder Executivo da União;
- d) Poder Judiciário;
- e) Tribunal de Contas da União;
- f) Poder Legislativo de Estados e Municípios;
- g) Poder Executivo de Estados e Municípios.

2. INFORMAÇÕES SOBRE GOVERNANÇA

PARTE A, ITEM 2 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

2.1 Estrutura de Governança

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, instituído pelo Ato do Primeiro Secretário nº 16 em 22 de dezembro de 2011, tem a finalidade de garantir o uso de boas práticas de administração no Senado Federal, de modo a colocá-lo no mesmo nível de outros entes do setor público brasileiro que já adotavam o sistema de gestão pública de excelência (GesPublica). Por esse sistema, os esforços se concentram em adaptar modelos e práticas de Governança Corporativa e Gestão Estratégica, com medida de desenvolvimento institucional, e também em atendimento da sociedade por mecanismos cada vez mais eficazes de governança, para zelar por seus interesses na gestão pública.

Entre os principais mecanismos de sustentação ali definidos estão:

- I. Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- II. Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica;
- III. Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

O Mapa Estratégico Institucional do Senado Federal – estabelecido pelo Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2013, objetiva proporcionar um direcionamento para as ações a serem realizadas pela organização no período entre 2013 e 2023.

Por fim, o Comitê de Contratações, instituído por meio do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 24 de outubro de 2014, como parte da Política de Contratações do Senado Federal, possui como escopo a otimização, modernização e desburocratização dos processos relacionados às contratações desta Casa Legislativa. Desta forma, compete ao Comitê de Contratações:

- I. aprovar anualmente o Plano de Contratações do Senado Federal;
- II. estabelecer prioridades das contratações de acordo com a estratégia organizacional e diretrizes da Comissão Diretora;
- III. acompanhar a execução do Plano de Contratações do Senado Federal;
- IV. decidir sobre alterações no Plano de Contratações do Senado Federal.

No Senado Federal, não há um sistema de correição nos termos instituídos pelo Poder Executivo, pelo Decreto nº 5.480, de 30/06/2005, porém, há diversas instâncias com competências de correição, entre as quais:

- **Ouvidoria do Senado Federal:** criada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05/2005 e Ato da Comissão Diretora nº 01/2011;
- **Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos:** instituída por meio do Ato da Comissão Diretora nº 18/2006;
- **Presidência:** art. 193, inciso I, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal);
- **Primeira-Secretaria:** art. 201, 232, III, e 237 do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- **Diretoria-Geral:** art. 193, inciso III, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal);
- **Núcleo Comissão Processante:** art. 252 c/c 254, VII, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- **Secretaria de Polícia:** art. 252, §1º, XIX, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte II (Regulamento Orgânico), com redação dada pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2013;
- Titulares da Secretaria-Geral da Mesa, Advocacia, Consultorias e de Secretarias, nos limites definidos pelo art. 193, IV, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal), e diretores de Subsecretarias, conforme art. 193, V, do Regulamento Administrativo do Senado Federal, Parte I (Regulamento de Pessoal).

2.2 Informações sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

Conforme informações prestadas pela Secretaria de Controle Interno (SCISF), o item em comento não cabe ao Senado Federal.

2.3 Sistema de Correição

Processos em Apuração

Tabela 14 Sindicâncias em Apuração

Nº Processo	Tipo de Processo	Ementa / Interessado
00200.019401/13-18	Sindicância	Dezival Ribeiro dos Reis , mat. 37178. Acumulação ilegal de Cargos. Processo em fase de reconstituição.
00200.004851/14-89	Sindicância	Irlene Barbosa Monteiro de Oliveira , serv. Aposentada. Tempo rural irregular. Solicitada prorrogação de prazo.
00200.006226/14-71	Sindicância	Itamar Barbosa Monteiro , mat. 34025. serv. Aposentado. Tempo rural irregular. Solicitada prorrogação de prazo.
00200.011579/13-11	Sindicância	Joana Maria da Conceição . Pensionista (mãe Antônio Pereira dos Santos). Recebimento indevido de pensão pós-morte. Encaminhado à 1ª-Sec. Em 07.07.14 para análise.

00200.003854/14-03	Sindicância	Márcia Castanheira Matos, mat. 36204. Não se reapresentou ao Senado após cessão ao TRE/GO.
00200.026319/12-51	Sindicância	Empresa DAMOVO. Apuração de responsabilidade por pagamento de multa.

Tabela 15 Processo Administrativo Disciplinar – PAD em Apuração

Nº Processo	Tipo de Processo	Ementa / Interessado
00200.013509/14-70	PAD	Cleone Borges Rabelo. Frequência irregular (ausência) e denúncia de conduta irregular.

Processos Concluídos com Relatório Final Encaminhado para Deliberação Superior**Tabela 16 Sindicâncias concluídas**

Nº Processo	Tipo de Processo	Ementa / Interessado
00200.020718/09-11		
00200.005564/14-96	Sindicância	SAVONITTI LIVRARIA/ Apuração de responsabilidade/prejuízo ao erário na venda de livros editados pela SEGRAF. Relatório Final encaminhado em 01.07.14
00200.013825/11-07	Sindicância	Apuração de responsabilidade acidente de trânsito – Wilson Thomé Maier. Relatório Final encaminhado em 03.07.14.
00200.002526/00-86	Sindicância	DGER – Apuração de responsabilidade. Empresa MIC. Despacho 005/14 (indicando membros). Encaminhado para arquivo.
00200.005519/14-31	Sindicância	Cleone Borges Rabelo, mat. 30044, frequência irregular. Aberto PAD (Proc. 00200.13509/2014-70)

Tabela 17 Processos Administrativos Disciplinares – PAD Concluídos

Nº Processo	Tipo de Processo	Ementa / Interessado
00200.023823/13-80	PAD	Apuração de desvio de material (TONNER). Encaminhado o Relatório Final em 03.07.14
00200.026867/13-61	PAD	Miguel Pereira da Costa Filho (Sindicância Proc. 00200.019432/12-80). Abandono de emprego. Encaminhado Relatório Final.
00200.007329/07-20	PAD	Idalina Maria Oliveira de Andrade – recebimento indevido de Pensão do IPC. Pedido o arquivamento por prescrição
00200.023616/13-25	PAD	Teresa Mônica Nunes de Barros Mendes - Acumulação ilegal de cargos. Prorrogação processo 00200.013255/14-90. Relatório final encaminhado em 23/12/14
00200.025633/13-05	PAD	Novo Rio Papéis / Cláudio Cavalcante e José Adolfo. Processo ARQUIVADO por determinação do Primeiro-Secretário, conforme fls. 139/143
00200.004557/14-77		

2.4 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

Tabela 18 Quadro A.2.4 – Avaliação do Sistema de Controles Internos do Senado Federal

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X		
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		X			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.			X		
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			X		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		

26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			X		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			X		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise crítica e comentários relevantes:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

PARTE A, ITEM 3 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

3.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao Senado Federal

Como forma de promover o relacionamento com a sociedade, o Senado Federal disponibiliza aos cidadãos os seguintes canais de interatividade: Ouvidoria, Alô Senado, Serviço de Atendimento ao Cidadão – SIC, o Programa Visite do Congresso Nacional e o e-Cidadania.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do Senado Federal é constituída por um Ouvidor-Geral designado pelo Presidente do Senado, dentre os membros da Casa, no início da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, para mandato de 2 (dois) anos, proibida a recondução no período subsequente.

A Ouvidoria encontra-se no seu segundo Biênio (2013/2014), tendo sido instalada oficialmente no dia 28 de junho de 2011.

Em 2014, o Ato da Comissão Diretora nº 8, art. 238, alterou a estrutura orgânica da Ouvidoria do Senado, incorporando a Coordenação de Pesquisa e Opinião (COPOP) à estrutura da Ouvidoria. Em novembro de 2014, a nomenclatura da Coordenação de Pesquisa e Opinião e as suas atribuições foram alteradas a partir do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2014.

Este relatório apresenta as estatísticas de atendimento, as medidas adotadas e as ações desenvolvidas em 2014, em continuidade àquelas desenvolvidas em 2013, visando melhorar o atendimento à população.

Metodologia de gerenciamento das demandas

- a) Total de mensagens recebidas: 1.613
- b) Respondidas até 31/12/14: 1.605 mensagens
- c) Média mensal: 134 mensagens

Os dados estatísticos informados foram coletados a partir do sistema de gestão de informação Gabflow, utilizado para o gerenciamento de demandas recebidas pela Ouvidoria. O procedimento para a publicação desses dados observou o critério de confidencialidade no que se refere à identificação de cada cidadão. O perfil dos mesmos foi classificado em grupos de Gênero, Faixa Etária, Escolaridade e Naturalidade.

O conteúdo das mensagens foi analisado de acordo com o tipo de abordagem das manifestações (Solicitação, Reclamação, Críticas, Elogio, Denúncia e Sugestão), que, por sua vez, também são organizadas por grupos e subgrupos temáticos. Nesta metodologia, o agrupamento de temas se dá a partir da classificação das mensagens de acordo com o assunto principal identificado na manifestação enviada.

Com relação ao cômputo geral das manifestações, a Ouvidoria do Senado Federal, no período de 1º de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2014, recebeu 1.613 mensagens.

*Deste Total, foram registradas 246 manifestações classificadas como Fora da Competência, uma vez que faziam referência à atuação de outros órgãos da administração pública. Essas 246 manifestações não foram consideradas no cômputo da distribuição por Tipo de Abordagem.

Tabela 19 Resultados da Ouvidoria por Tipo de Abordagem

Distribuição por Tipo de Abordagem*		
Solicitação	513	37%
Reclamação	344	25%
Crítica	256	19%
Sugestão	183	13%
Não Identificado	36	3%
Elogio	27	2%
Denúncia	8	1%
Total	1367	100%

Fonte: Ouvidoria

Tabela 20 Resultados da Ouvidoria por Região

Distribuição por Região		
Sudeste	788	49%
Nordeste	314	19%
Sul	237	15%
Centro-Oeste	211	13%
Norte	54	3%
Não Informado	9	1%
Total	1.613	100%

Fonte: Ouvidoria

Tabela 21 Resultados da Ouvidoria por Tema

Distribuição por Tema		
Gestão Administrativa	289	18%
Atuação Parlamentar	270	17%
Processo Legislativo	190	12%
Segurança Pública	115	7%
Seguridade Social e Previdência	99	6%
Outros	404	25%
Fora da Competência	246	15%
Total	1613	18%

Fonte: Ouvidoria

Tabela 22 Resultados da Ouvidoria por Assunto

Distribuição por Assunto		
Sugestões Legislativas	187	12%
Atuação Parlamentar Geral	120	7%
Exemplar De Publicação	98	6%
Poder Executivo Federal	79	5%
Orçamento Público	63	4%
Outros	1066	66%
Total	1613	100%

Fonte: Ouvidoria

Tabela 23 Resultados da Ouvidoria por Unidade da Federação

Distribuição Unidade da Federação		
SP	346	21,5
MG	217	13,5
RJ	195	12,1
DF	136	8,4
BA	93	5,8

SC	83	5,1
PR	78	4,8
RS	76	4,7
CE	61	3,8
PE	58	3,6
GO	40	2,5
RN	24	1,5
PB	22	1,4
MS	19	1,2
PA	19	1,2
MT	16	1
AL	15	0,9
SE	14	0,9
PI	14	0,9
AM	13	0,8
MA	13	0,8
RO	8	0,5
TO	5	0,3
AP	3	0,2
RR	3	0,2
AC	3	0,2
Não Informado	9	0,6
Total	1613	100%

Fonte: Ouvidoria

Dados estatísticos do Serviço de Relacionamento ao Público Alô Senado

Em julho de 2014, o Ato da Comissão Diretora do Senado nº 8, art. 238, alterou a estrutura orgânica da Ouvidoria do Senado, incorporando a Coordenação de relacionamento com o Cidadão à sua estrutura.

Os dados abaixo demonstram o quantitativo de manifestações registras por meio do Alô Senado no período de julho a Dezembro 2014, distribuí-

das aos senadores, comissões temáticas e aos órgãos administrativos da Casa.

Tabela 24 Resultados do Alô Senado por Número de Registro de Demandas

Número de Registro de Demandas			
Mês	MENSAGEM	SERVIÇO	INFORMAÇÃO
Julho	2.841	888	3.256
Agosto	1.940	825	3.127
Setembro	1.878	796	2.793
Outubro	4.485	821	3.296
Novembro	5.109	804	3.516
Dezembro	4.210	621	2.640
Total	20.463	4.755	18.628

Fonte: Ouvidoria

Considerações Finais

No Biênio 2013/2014 houve um grande esforço com a finalidade de se intensificar, cada vez mais, a divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela Ouvidoria.

Foram identificados os diversos canais de comunicação do Senado com a sociedade e seus gargalos, a heterogeneidade nos processos e a diversidade no tratamento das informações.

A Ouvidoria está se reestruturando para alcançar a excelência que a sociedade brasileira exige e merece. O Alô Senado, por exemplo, que recebia grande parte das manifestações sociais e as reencaminhava, foi incorporado à estrutura. Com isso, garante-se a uniformidade no atendimento ao cidadão e no encaminhamento de seus questionamentos.

Esperamos, dessa forma, alcançar sempre um maior número de cidadãos, garantido a eles respostas ainda mais rápidas e completas. As mudanças continuarão sendo feitas e os resultados virão em 2015.

ALÔ SENADO

O Alô Senado é a Central de Relacionamento com o Cidadão, cujo objetivo principal é registrar as manifestações da população e encaminhá-las aos destinatários: parlamentares ou órgãos da Casa. Para maior clareza, apresentamos abaixo os conceitos dos termos que identificam os tipos de encaminhamentos feitos, a partir das manifestações recebidas:

- 1. Mensagens** – são manifestações **distribuídas** aos Senadores.

2. Serviços – são manifestações **distribuídas** aos órgãos.

3. Informações — são solicitações diversas respondidas pelos atendentes e não carecem de distribuição.

Em 2014, o Alô Senado recebeu 74.141 contatos por meio de seus diversos canais de comunicação: telefone, Portal Web e outros. Levando em consideração que um contato pode gerar mais de um registro, o volume desse ano foi de 86.331 registros, o que gerou 1.519.671 mensagens e serviços distribuídos.

A demanda acima registrada, devidamente analisada, apresentou os seguintes resultados: 47% das manifestações (40.253 registros), geraram 1.473.434 mensagens distribuídas aos parlamentares da Casa; 11% do total (9.458 registros), foram encaminhados aos órgãos do Senado; e 42% do total registrado (36.620 registros) foram informações rápidas, prestadas diretamente ao cidadão.

No gráfico abaixo, podemos avaliar a evolução do recebimento das manifestações.

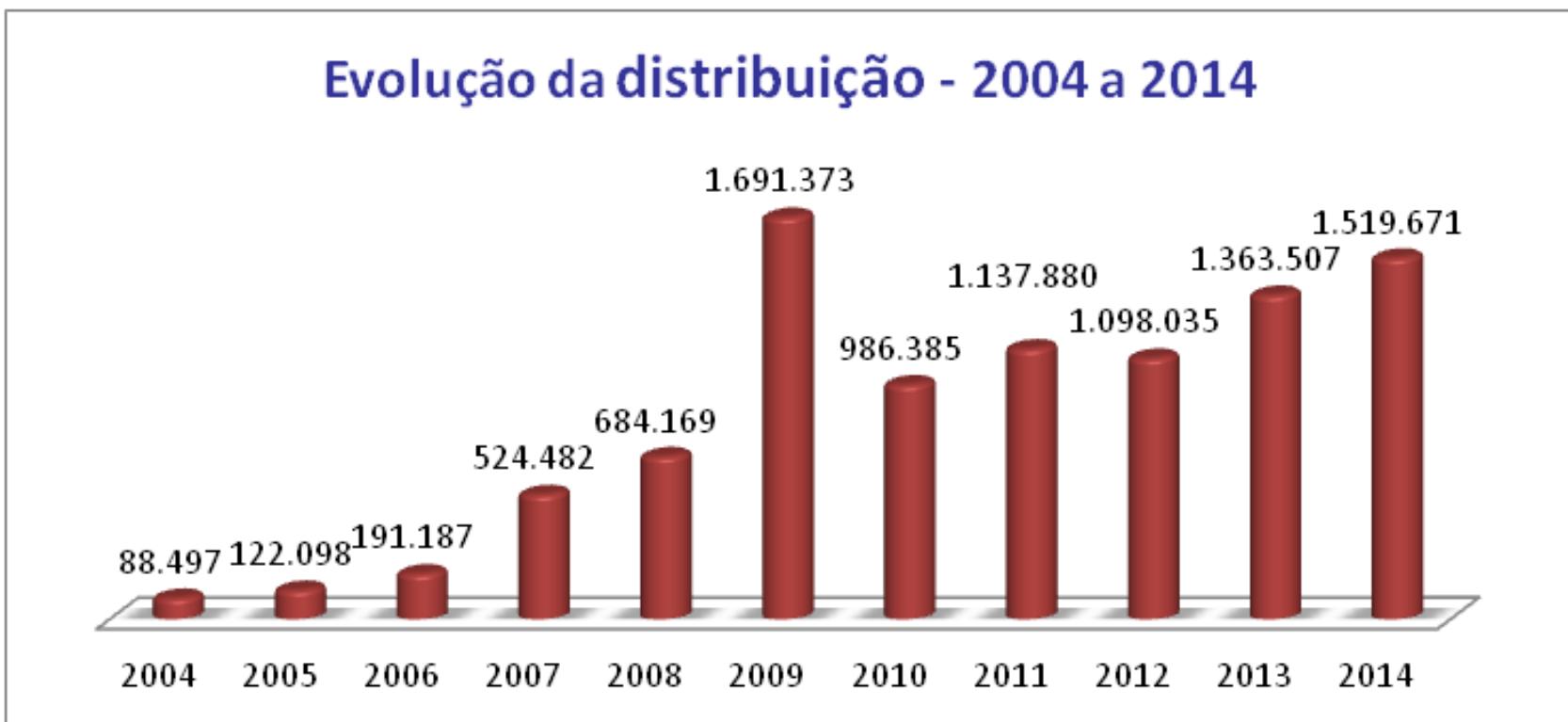
Gráfico 1 Evolução do Recebimento das Manifestações



Fonte: Ouvidoria

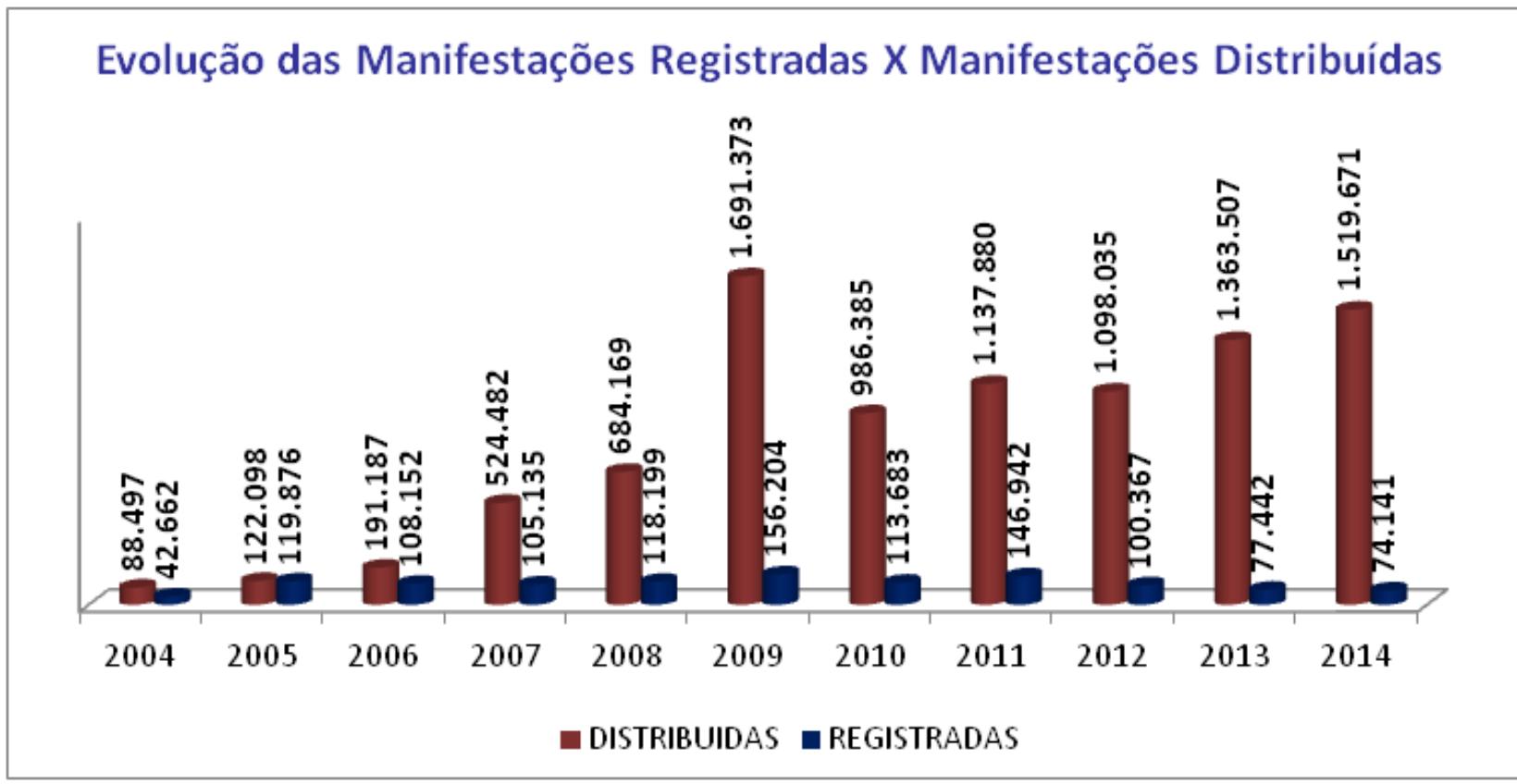
No gráfico a seguir, temos a evolução da distribuição das manifestações, ou seja, a soma de mensagens e serviços após a distribuição. Essa metodologia de trabalho, que contabiliza as manifestações a partir da distribuição, foi adotada no Alô Senado a partir do ano de 2007, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2 Evolução da Distribuição das Manifestações



No gráfico abaixo, é possível acompanhar a evolução das manifestações registradas e das distribuídas ao longo dos últimos 10 anos.

Gráfico 3 Evolução das Manifestações Registradas x Manifestações Distribuídas

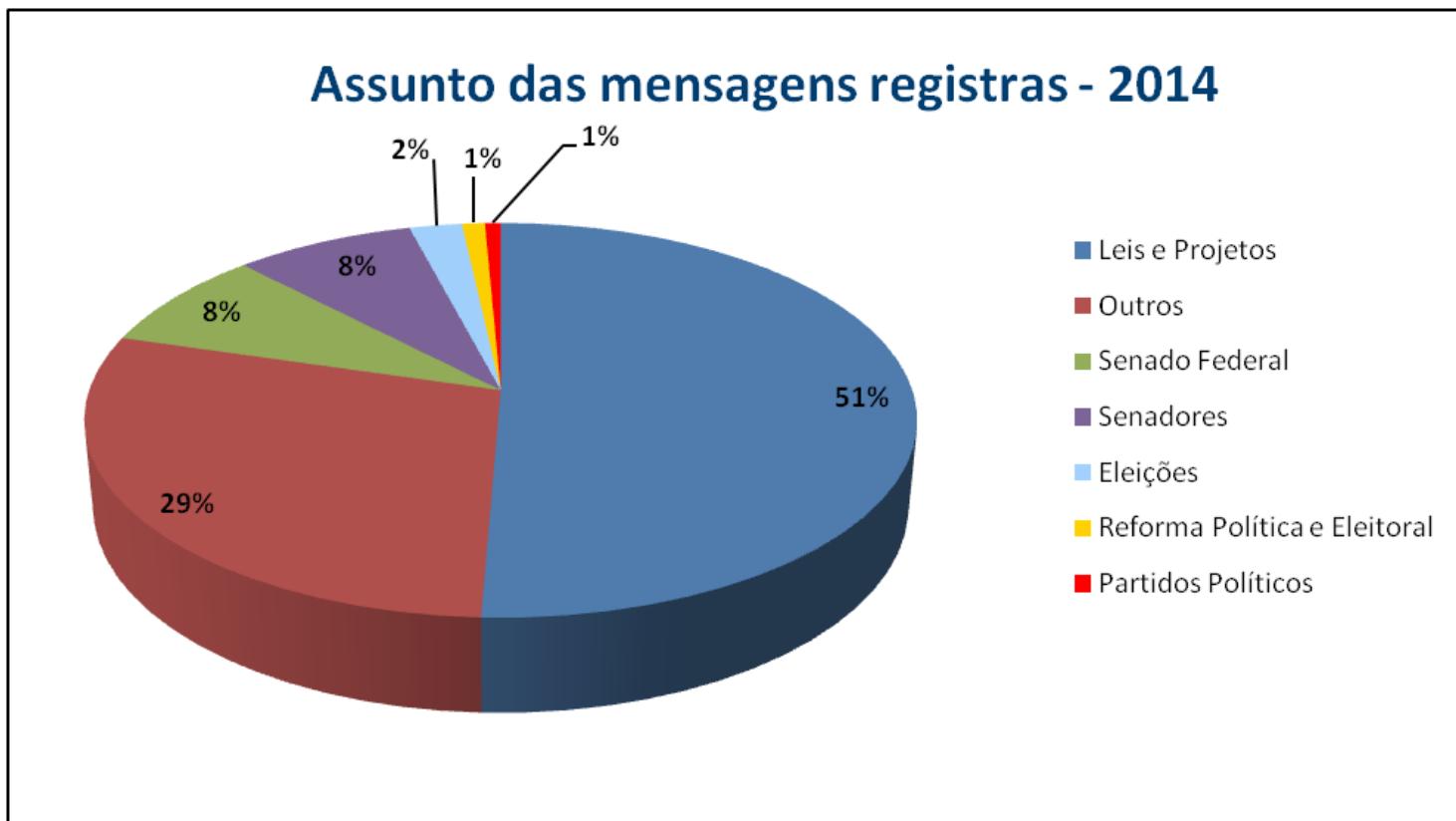


Análise Das Manifestações Registradas

Assuntos mais frequentes

Do total de 86.331 mensagens registradas pelo Alô Senado em 2014, 51% eram referentes às leis e projetos de lei em tramitação no Senado Federal e no Congresso Nacional. Temas diversos reunidos em **Outros** somaram 29%. O assunto Senado Federal e Senadores receberam 8% cada um.

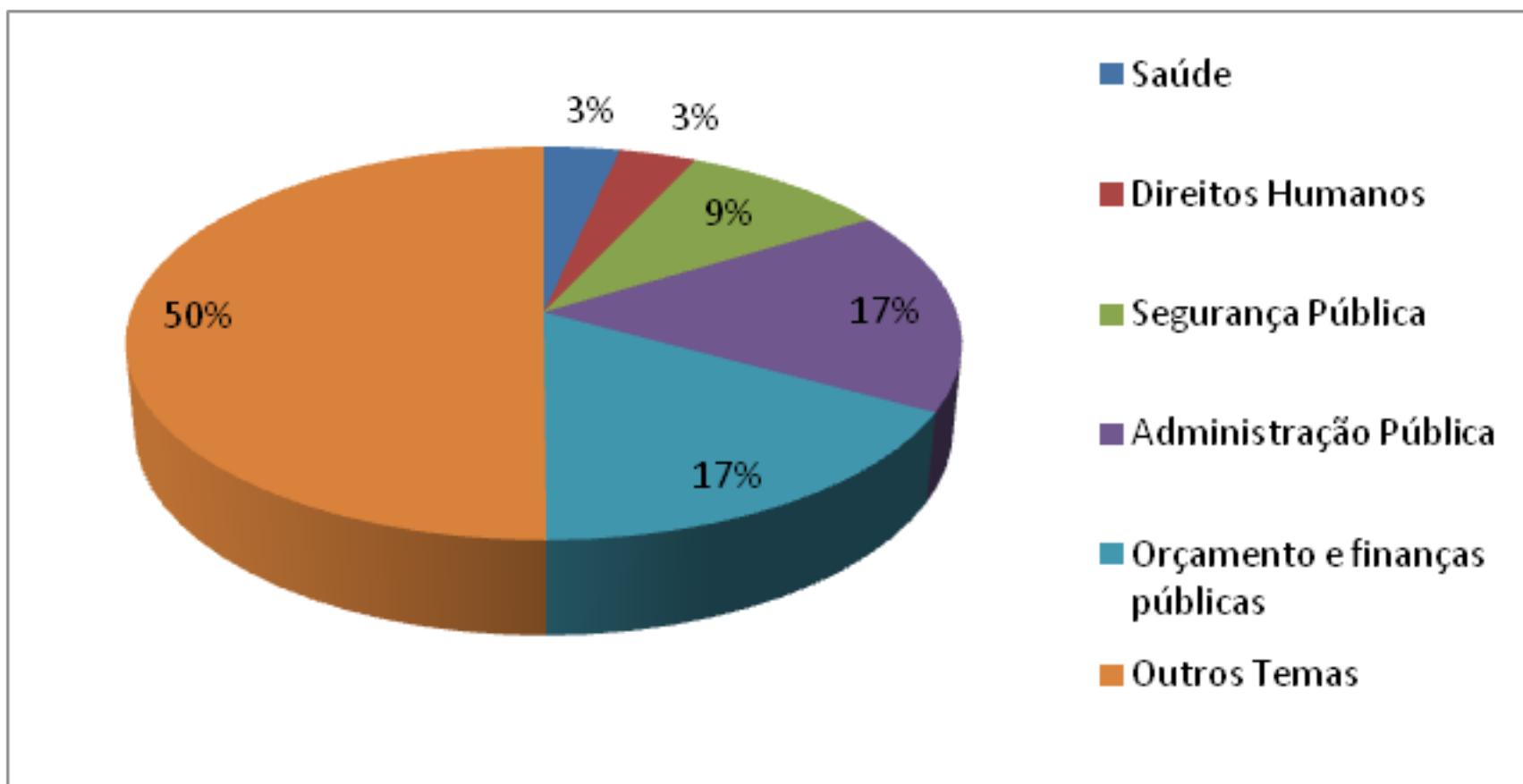
Gráfico 4 Assuntos das Manifestações Registradas



Fonte: Ouvidoria

Temas mais frequentes

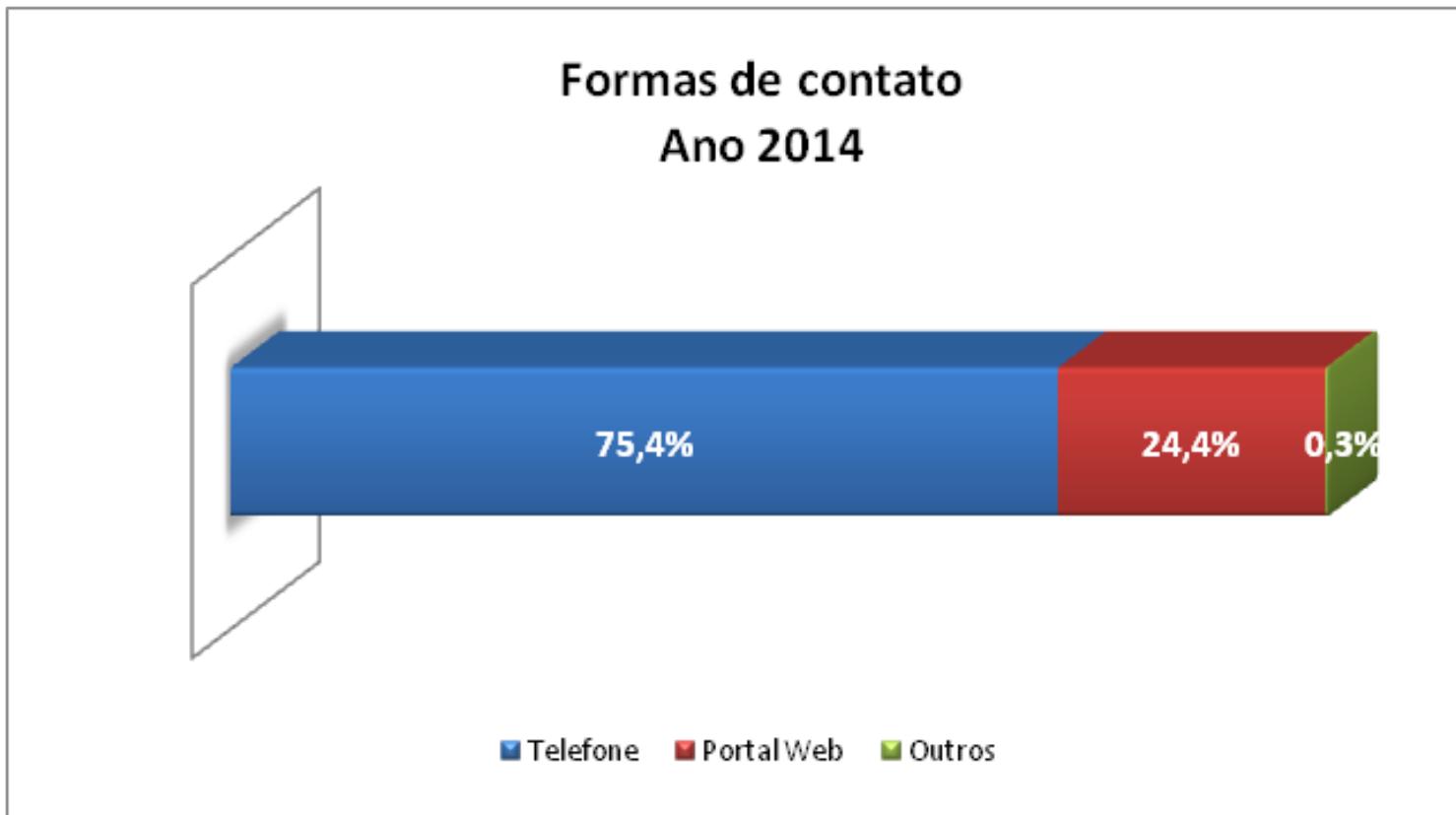
Durante o ano de 2014, os temas foram bem diversificados e a maioria foi agrupada em **Outros Temas**, que somam 50% das manifestações registradas. Na outra metade receberam destaque **Administração Pública** e **Orçamento e Finanças Públicas**, com 17% cada um.

Gráfico 5 Temas mais Frequentes

Fonte: Ouvidoria

Mídias de acesso

Em 2014 o telefone participou com 75,4% do total de 86.331 manifestações registradas, sendo, novamente, a forma de contato preferida pelo cidadão que recorreu ao Alô Senado para registrar suas manifestações a respeito da Casa e dos trabalhos legislativos. As manifestações recebidas pelos formulários no Portal Web representaram 24,4% desse volume e os demais meios de que o cidadão dispõe para o acesso ao Alô Senado, como carta, fax e correio de voz, somaram 0,3%.

Gráfico 6 Principais Formas de Contato

Fonte: Ouvidoria

Perfil do Usuário

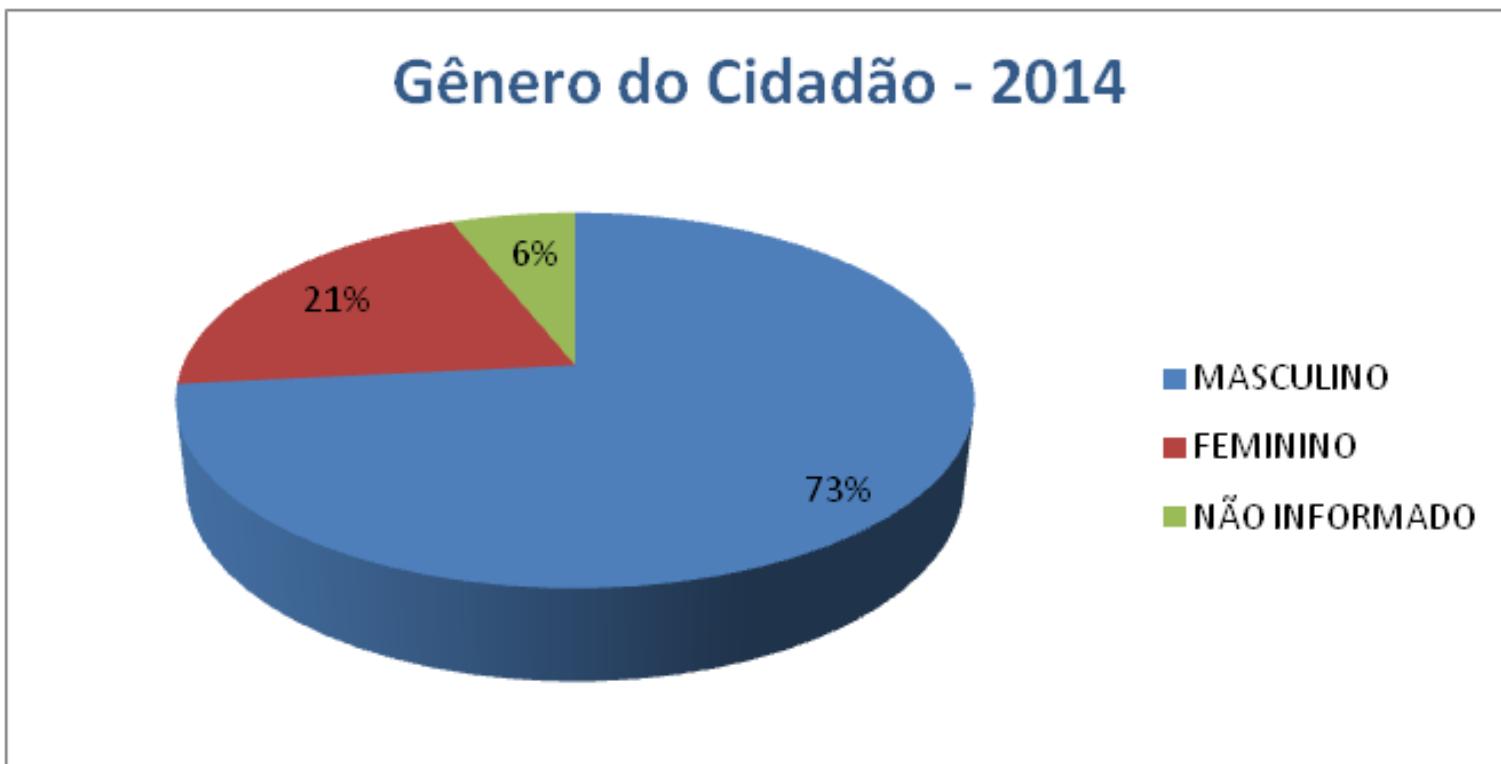
Para que as manifestações sejam registradas pelo Alô Senado, é necessário que o cidadão realize um cadastro. Nos atendimentos por meio do 0800, esse cadastro é concluído, porém em manifestações recepcionadas pelos diversos formulários no Portal Web o cidadão não é obrigado a fornecer os dados de seu perfil, portanto não se deve estranhar a classificação de não informado/não identificado nas análises a seguir.

Com essas informações, foi possível avaliar o perfil dos usuários que registraram manifestações no ano de 2014.

Gênero

Levando em consideração as 74.141 manifestações registradas, o gráfico abaixo demonstra que a participação feminina foi de 15.245, o que corresponde a 21% do total, e a masculina foi de 54.415, 73%. O volume de manifestações classificadas como não informado, 6%, trata de solicitações diversas em que o cadastro não é necessário, por se tratar de Pessoas Jurídicas, que não possuem determinação de gênero.

Gráfico 7 Perfil do Usuário - Gênero

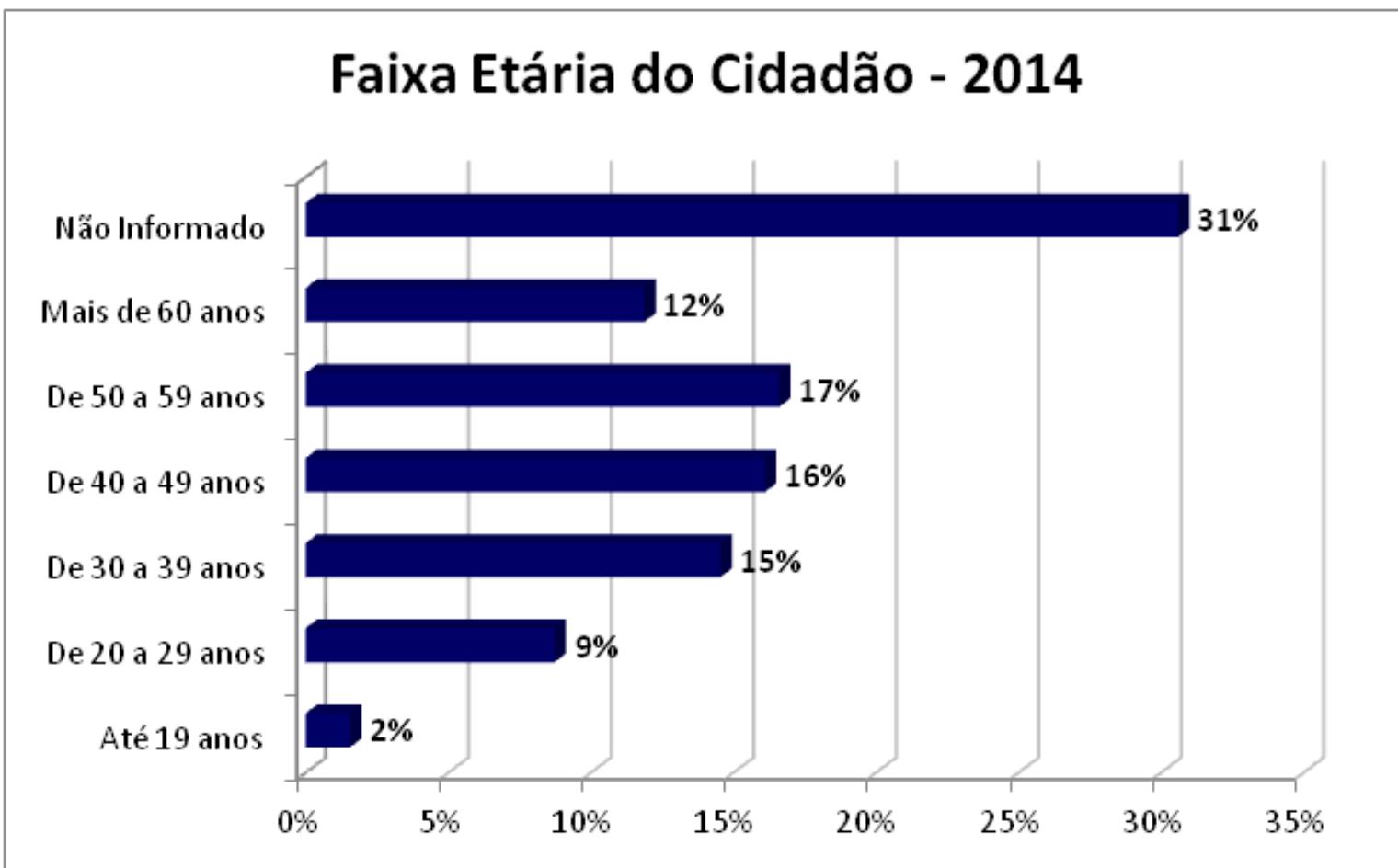


Fonte: Ouvidoria

Faixa etária

Os cidadãos acima de 30 anos e abaixo de 60 representam 47% do total, ou seja, a maioria dos cidadãos que registraram manifestações no Alô Senado. Desse volume, 17% têm entre 50 e 59 anos, 16% têm entre 40 e 49 anos e 15% têm entre 30 e 39 anos. Os mais jovens, com faixa etária até 29 anos, são os que menos participaram.

Gráfico 8 Perfil do Usuário – Faixa Etária

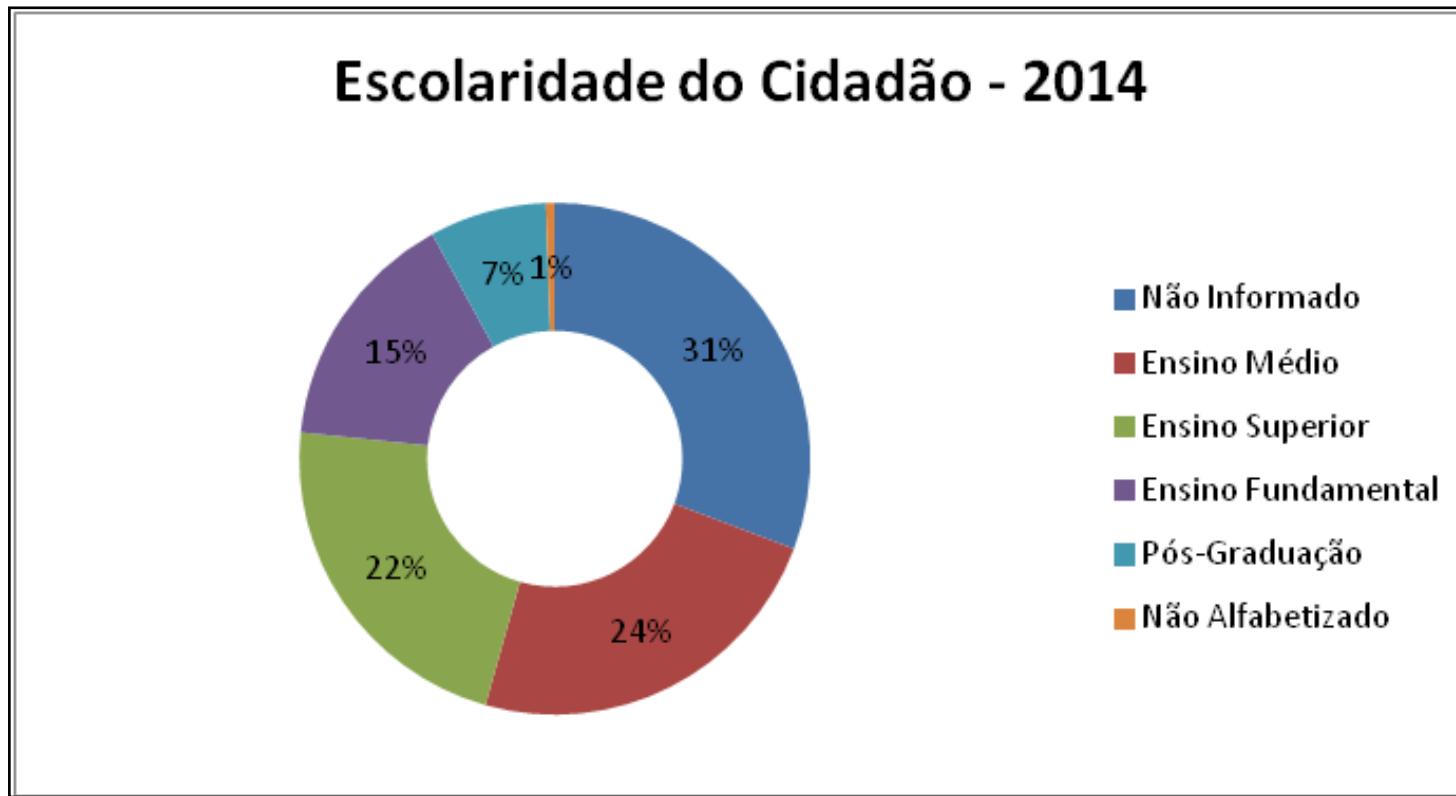


Fonte: Ouvidoria

Escolaridade

Levando em consideração a totalidade de 74.141 manifestações, tem-se que 24% dos cidadãos que acessaram o Alô Senado possuem ensino médio e 22% possuem ensino superior. Os não alfabetizados representam apenas 1%.

Gráfico 9 Perfil do Usuário – Escolaridade

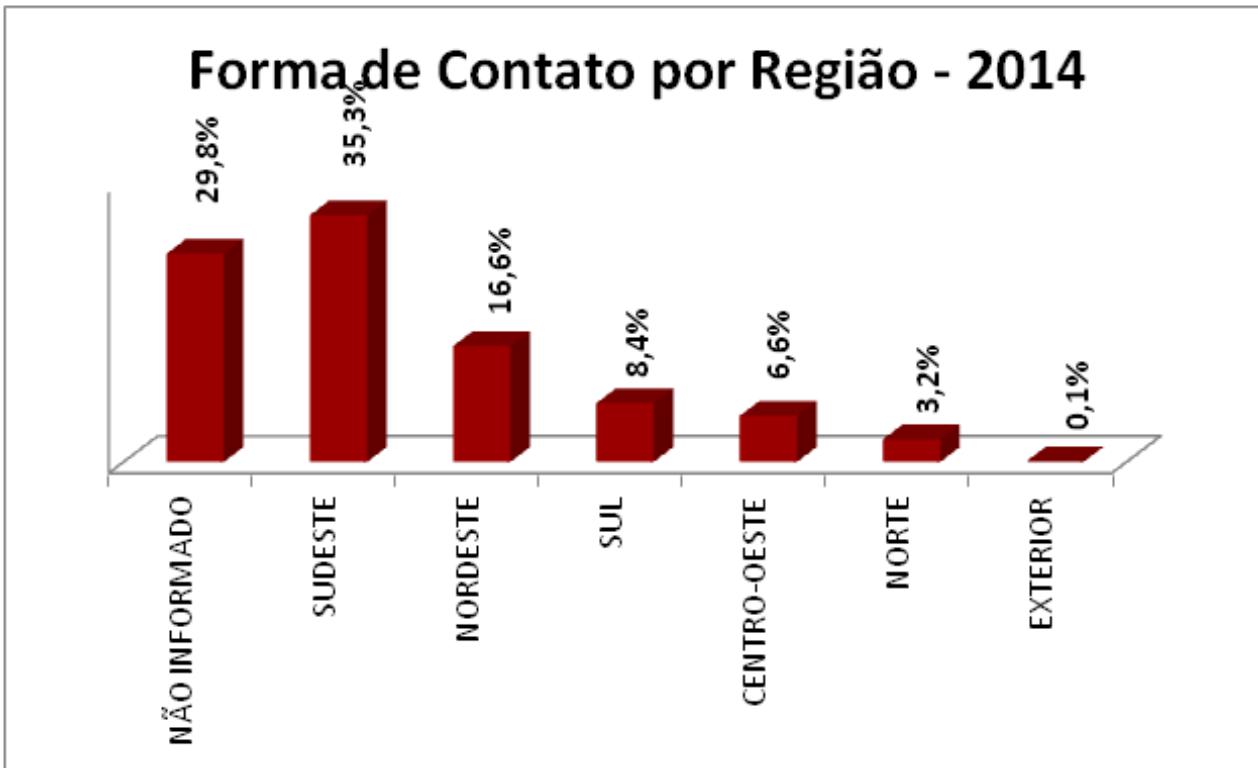


Fonte: Ouvidoria

Região

De acordo com o gráfico abaixo, a maior parte dos cidadãos que contataram o Alô Senado são da Região Sudeste, o que corresponde a 35,3% do total de 74.141 manifestações. A Região Norte é a que menos participou, com 3,2% do total. Ainda foram registradas 0,1% de manifestações vindas do exterior.

Gráfico 10 Perfil do Usuário – Região

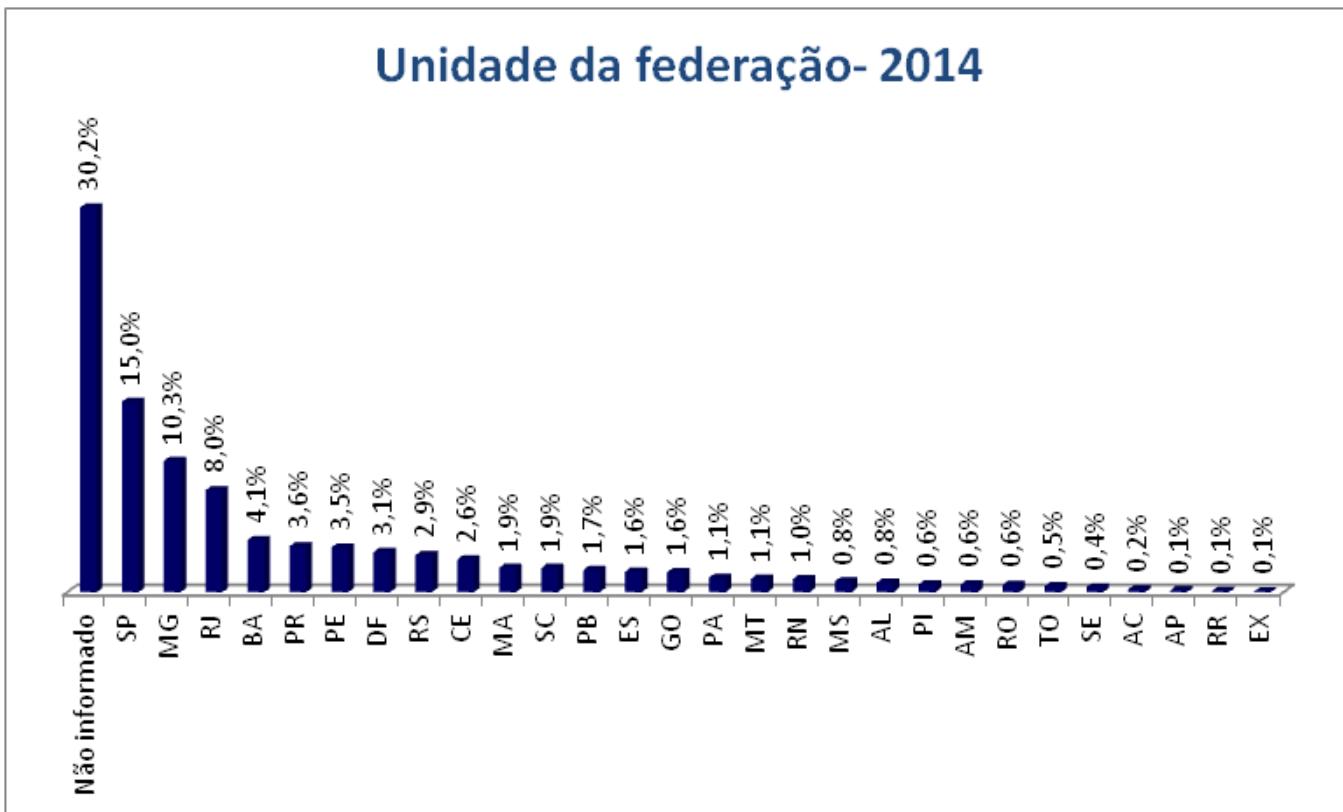


Fonte: Ouvidoria

Unidades da federação

De acordo com o gráfico abaixo, os estados em que o cidadão mais utiliza o serviço Alô Senado são: São Paulo, com 15%, Minas Gerais, com 10%, e Bahia, com 8%. Para essa análise, foram consideradas 74.141 manifestações registradas.

Gráfico 11 Perfil do Usuário – Unidades da Federação



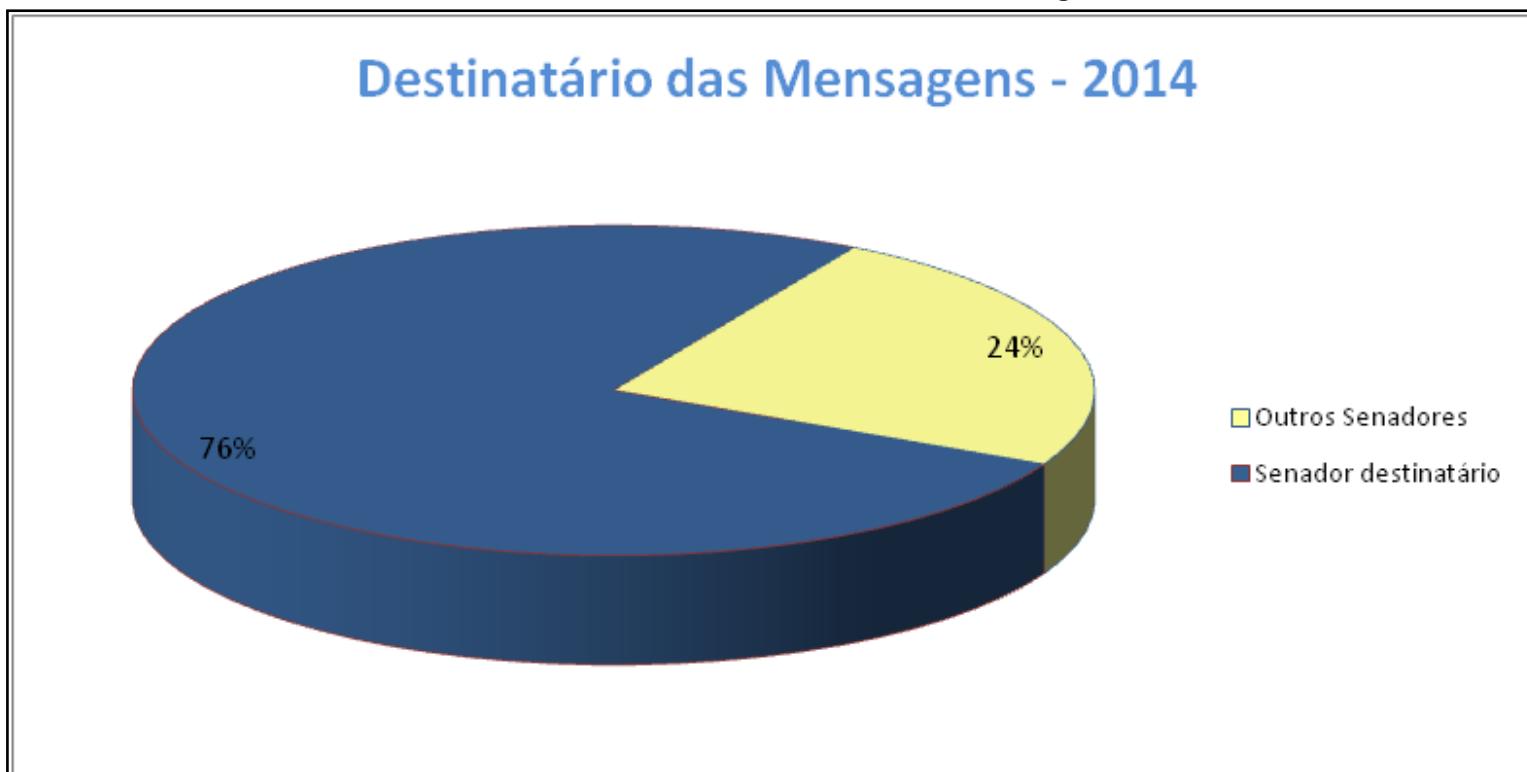
Fonte: Ouvidoria

Análise Das Manifestações Distribuídas

Destinatário das mensagens

Do volume de 1.473.434 manifestações distribuídas, 76% tratavam de mensagens referentes à atuação do senador destinatário, enquanto que 24% da atuação parlamentar de outros senadores.

Gráfico 12 Perfil do Usuário – Destinatário das Mensagens



Fonte: Ouvidoria

Redes Sociais

O Senado Federal mantém, também como mecanismo de relacionamento com a sociedade, diversos perfis em redes sociais, com o objetivo de oferecer mais uma forma de o cidadão realizar solicitações, reclamações, denúncias e sugestões.

Resultado da fusão dos perfis Agência Senado e Jornal do Senado, que existiram até 2013, o perfil Notícias do Senado apresentou, em 2014, o maior número de curtidas na *fanpage* do Facebook (288.169) e a maior quantidade de seguidores no Twitter (145.000). A Rádio e a TV Senado também tiveram acréscimo no número de curtidas no Facebook – 27% e 44% – e de seguidores no Twitter – 32% e 9%.

A Biblioteca do Senado apresentou crescimento 32% de curtidas no Facebook e de 61% no número de seguidores em seu Twitter.

O perfil do Alô Senado, que em agosto de 2014 passou a integrar a Ouvidoria do Senado, registrou 12.201 curtidas em sua *fanpage* no Facebook e 5.748 seguidores no Twitter.

O Senado possui outros perfis, gerenciados por diferentes áreas de interesse, dentre eles e-cidadania, DataSenado, Senado Federal, Presidência do Senado, ILB, Interlegis, Jovem Senador e Procuradoria da Mulher do Senado.

Abaixo, segue o quantitativo de curtidas na *fanpage* e de seguidores de cada um desses perfis. É importante destacar que só foram analisados o Facebook e o Twitter por se tratarem das redes sociais que possuem maior popularidade e maior uso. No entanto, o Senado possui também perfis em outras redes, que incluem : Youtube, Flickr, Instagram, Pinterest, Tumblr, Google+, Wikipedia, Foursquare, Blog e Slideshare.

Tabela 25 Número de seguidores no Twitter

Perfil no Twitter	Quantidade de seguidores*
Notícias do Senado	145.000
Rádio Senado	34.800
Alô Senado	5.748
E-cidadania	2.923
DataSenado	1.404
Biblioteca do Senado	459
TV Senado	27.000
Senado Federal	10.600
Presidência do Senado	2.256
ILB	1.303
Interlegis	370
Jovem Senador	962

Fonte: Ouvidoria

*Dados coletados em 13/01/2015

Tabela 26 Número de curtidas na fanpage do Facebook

Perfil no Facebook	Quantidade de curtidas*
Notícias do Senado	288.169
Rádio Senado	7.163
Alô Senado	12.201
E-cidadania	Perfil desativado
Biblioteca do Senado	11.509
TV Senado	21.520
Senado Federal do Brasil	15.582
Presidência do Senado	1.911
ILB	32.678
Interlegis	5.337
Jovem Senador	4.833
Procuradoria da Mulher do Senado	3.023

Fonte: Ouvidoria

*Dados coletados em 13/01/2015

Serviço De Atendimento Ao Cidadão – Sic

A partir de maio de 2012, que marcou o início da vigência da Lei nº 12.527, de 2011, também conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), o Senado Federal implantou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), vinculado à Secretaria de Gestão da Informação e Documentação, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 9 de 2012. Basicamente, a LAI prevê duas modalidades de fornecimento de informações: 1) transparência ativa, em que as informações são disponibilizadas na Internet por meio do Portal da Transparência; e, 2) transparência passiva, em que o cidadão solicita informações por meio de telefone, formulário eletrônico na internet ou balcão de atendimento. O SIC atua diretamente nos pedidos decorrentes da transparência passiva.

Os pedidos de informação, tanto por telefone quanto por email, são captados e registrados pelo serviço “Alô Senado”, e também pelo balcão de atendimento pessoal localizado na Biblioteca. Posteriormente, os pedidos são encaminhados ao SIC que é responsável pela operacionalização das rotinas de busca e identificação das informações junto às unidades técnicas da Casa, bem como pelos procedimentos de elaboração/revisão e expedição das respostas ao cidadão. Adicionalmente, compete ainda ao SIC controlar e verificar o cumprimento de prazos legais e elaborar estatísticas e relatórios técnicos periódicos sobre a LAI.

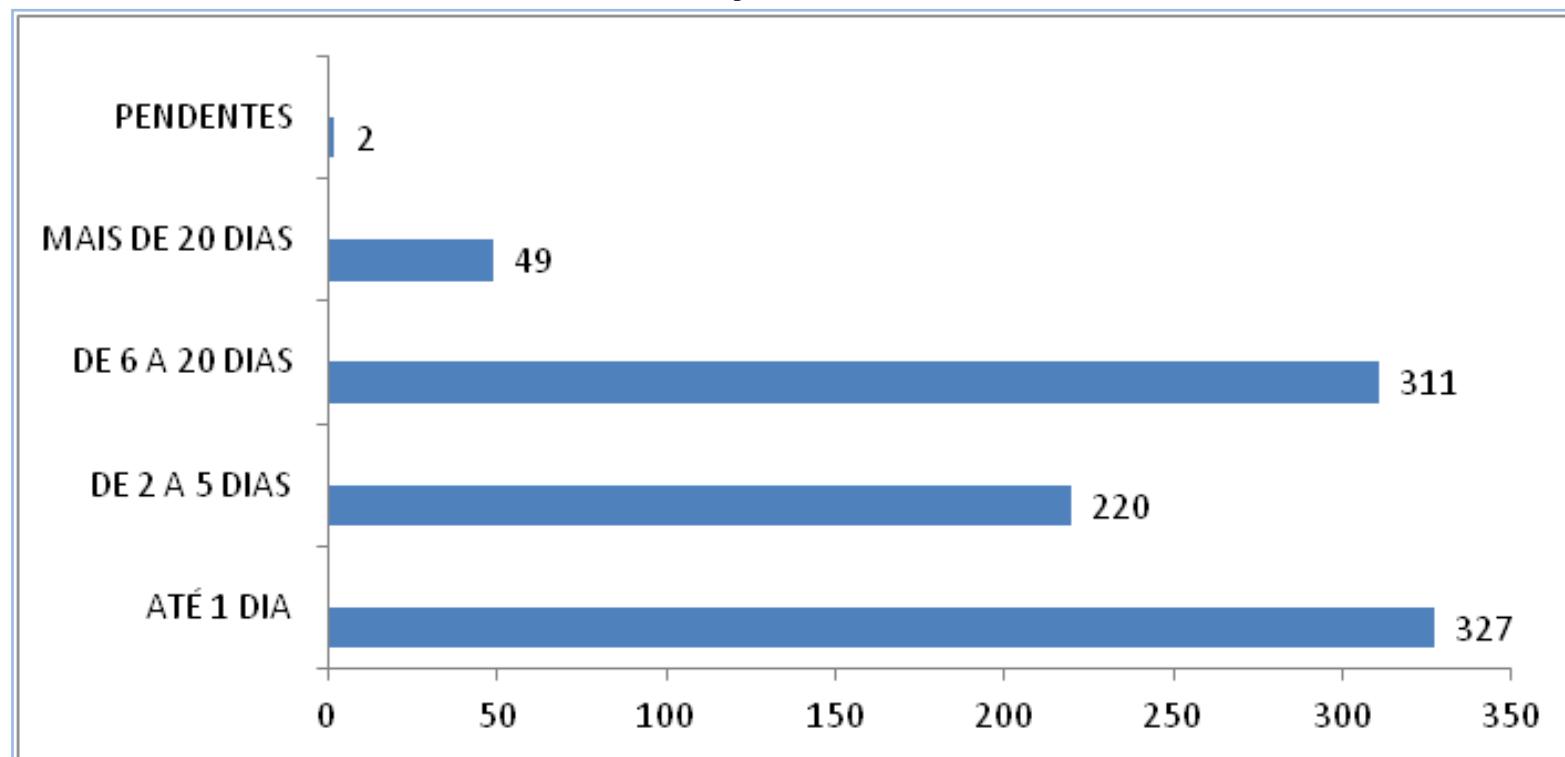
No ano de 2014 foram recebidas 909 solicitações de informações, o que representa uma média de 76 solicitações por mês. No comparativo com o ano anterior, houve queda de 31% no número de pedidos. Essa redução pode ser atribuída ao aprimoramento do conteúdo disponibilizado aos cidadãos no portal do Senado Federal, a chamada transparência ativa.

Dentre os 909 pedidos, 327 (36%) foram atendidos em até um dia, 220 (24,2%) foram atendidos entre dois e cinco dias, 311 (34,2%) entre seis e vinte dias, e 49 (5,4%) em mais de 20 dias. Havia dois pedidos pendentes de resposta (0,2% do total anual) na data de emissão deste relatório (21/01/2015).

Dos 49 (quarenta e nove) pedidos atendidos com prazo superior a vinte dias, 40 (quarenta) se mantiveram dentro do prazo estendido de trinta dias, previsto no art. 11, § 2º da Lei Nº 12.527/2011, e 9 (nove) foram atendidos com mais de trinta dias. Isso representa o cumprimento do prazo legal de vinte dias em 94,4% dos casos, e atendimento de 99% dos pedidos dentro do prazo de até trinta dias.

Houve 33 (trinta e três) negativas de acesso em 2014, representando 3,6% do total de pedidos. Destes, 4 (quatro) receberam resposta negativa por se tratarem de pedidos excessivamente onerosos, exigindo trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados ou informações; 9 (nove) por solicitar informações de caráter pessoal; 3 (três) por recair sobre informações classificadas como “reservadas”; 2 (dois) por solicitar informação prestada em razão do exercício do mandato, mantida sob a salvaguarda do § 6º do art. 53 da Constituição Federal; 1 (um) por solicitar uma legislação brasileira em língua inglesa, da qual o Senado Federal não dispõe; e 14 (quatorze) por se tratarem de pedidos genéricos. Nesses casos, foi solicitado a cada um dos requerentes o envio de novo pedido com maior detalhamento de sua necessidade.

Gráfico 13 Prazo de resposta às solicitações de informação



Fonte: SGIDOC

Tabela 27 Temas das solicitações de informação

Assunto	Total geral	%
Arquivo	105	11,50%
Atividade Administrativa	44	4,80%
Atividade Legislativa	256	28,20%
Biblioteca E Publicações	15	1,70%
Ceaps E Nota Fiscal	27	3,00%
Concurso Público	160	17,60%
Contratos E Licitações	16	1,80%
Diárias E Passagens	1	0,10%
Gastos Com Saúde E Telefonia	8	0,90%
Legislação	49	5,40%
Outros	58	6,40%
Portal Do Senado E Transparência	19	2,10%
Recurso	2	0,20%
Remuneração	13	1,40%
Senador	33	3,60%
Servidor	69	7,60%
Voto E Presença	34	3,70%
Total geral	909	100%

Fonte: SGIDOC

Programa Visite O Congresso

O Programa Visite o Congresso foi criado, em parceria com a Câmara dos Deputados, com o objetivo de oferece ao cidadão a possibilidade de visitar os principais espaços do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e receber informações a respeito das atribuições, da composição e da história do Poder legislativo brasileiro. Trata-se de importante instrumento de relacionamento entre o Congresso Nacional e o cidadão e oferece visita mediada que integra o circuito de turismo cívico em Brasília e recebe turistas nacionais e estrangeiros, que podem contemplar a arquitetura do prédio que abriga o parlamento nacional, bem como suas obras de arte e mobiliário histórico proveniente da antiga capital, o Rio de Janeiro.

Em 2014 o Programa recebeu 151.515 visitantes, sendo 7.595 estrangeiros, o que representa um aumento de 13% em relação a 2013. Pessoas de 106 países visitaram o Congresso em 2014, sendo a maioria oriunda da França, Colômbia, Estados Unidos, Argentina e Alemanha. O Programa teve, ainda, 1.842 mensagens registradas no livro Palavra do Visitante e em formulários próprios, que substituíram o livro a partir de junho.

Do total de visitantes, 59% participaram do Programa durante finais de semana e feriados.

e-Cidadania (dados fornecidos pelo Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania)

O Programa e-Cidadania foi instituído pelo Ato da Mesa Nº 3, de 2011, com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos no processo legislativo. Em 10 de junho de 2014, o Ato da Comissão Diretora nº 8, de 2014, criou o Serviço de Apoio ao Programa e-Cidadania, integrando a estrutura orgânica da Secretaria de Comissões, com a competência para administrar e evoluir instrumentos de participação no âmbito do Programa. Também em 2014 foi adotado novo procedimento administrativo de encaminhamento às comissões pertinentes das ideias e propostas de debate que superaram os apoios necessários, por meio de memorando da Secretaria de Comissões à presidência da comissão. A medida simplificou o trâmite e trouxe agilidade para a apreciação das sugestões pelos senadores.

As principais ferramentas implementadas em razão do Programa estão disponíveis no Portal e-Cidadania (www.senado.leg.br/ecidadania):

- a) **Audiência interativa:** permite o acompanhamento ao vivo da audiência e o encaminhamento de perguntas e comentários a convidados e senadores;
- b) **Ideias legislativas:** possibilita a apresentação de ideias para elaboração de novas leis;
- c) **Proponha um debate:** recebe temas para discussão em audiências públicas das Comissões;
- d) **Consulta pública:** coloca um texto legislativo para construção colaborativa pela sociedade;
- e) **Opine sobre projetos:** disponibiliza mecanismo para os cidadãos se manifestarem a favor ou contra proposições em tramitação na Casa.

Ao longo de 2014, o Portal e-Cidadania continuou ganhando popularidade nas redes sociais, em especial no Facebook, onde sua base de seguidores saltou de 5.901 para 13.695, crescimento de 132%. Mesmo com esse crescimento, objetivando maior efetividade no alcance das publicações, foi estabelecido acordo operacional com Agência Senado para que divulgasse na respectiva página naquela rede social (<http://facebook.com/senadofederal>), que conta com mais de 300 mil seguidores, os eventos interativos e resultados do Programa e-Cidadania.

A evolução do interesse dos cidadãos por todas as ferramentas de interatividade disponibilizadas é evidente: mais cidadãos participaram e em maior número de interações. Três ideias legislativas foram encaminhadas à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Uma delas, referente à regulação da maconha, resultou em uma série de audiências públicas interativas, com expressiva participação popular, e relatório propondo a criação de subcomissão permanente para dar continuidade ao debate. Duas audiências propostas pelos cidadãos foram realizadas, uma na CCJ, sobre a constitucionalidade da criminalização do porte de drogas para consumo pessoal, e outra na CE, sobre a questão do uso medicinal da maconha. Outras três aguardam realização nas respectivas comissões. Na única consulta pública realizada, sobre o exame da OAB, o número de cidadãos que participaram foi 820% maior que a consulta realizada em 2013, sobre o anteprojeto para o novo Código Comercial. Por fim, no Opine sobre projetos, lançado no final

de 2013, percebe-se o real potencial da participação da sociedade no processo legislativo, com destaque para a MPV 657/2014, que atraiu boa parte das manifestações registradas. Os seguintes resultados foram alcançados em 2014:

Audiências interativas

Tabela 28 Audiências interativas

	2013	2014	Evolução
Audiências interativas realizadas	60	98	63%
Comentários	1.514	6.696	342%
Cidadãos que participaram	311	1.015	226%

Fonte: SGIDOC

Ideias legislativas

Tabela 29 Ideias legislativas

	2013	2014	Evolução
Ideias legislativas publicadas	596	861	44%
Cidadãos proponentes	428	598	40%
Número de acompanhamentos	20.621	21.497	4%
Número de apoiaimentos	52.606	79.188	51%
Ideias que superaram 20.000 apoios	1	3	200%

Fonte: SGIDOC

Proponha um debate

Tabela 30 Proponha um Debate

	2013	2014	Evolução
Propostas de debate publicadas	138	249	80%
Cidadãos proponentes	115	202	76%
Número de acompanhamentos	3.117	26.764	759%
Número de apoiantes	12.061	70.861	488%
Propostas que superaram 10.000 apoios	1	5	400%
Audiências realizadas	1	2	100%

Fonte: SGIDOC

Consultas públicas

Tabela 31 Consultas PÚblicas

	2013	2014	Evolução
Consultas públicas realizadas	1	1	0%
Comentários	463	517	12%
Cidadãos que participaram	40	368	820%

Fonte: SGIDOC

Opine sobre projetos

Tabela 32 Opine sobre Projetos

	2013	2014	Evolução
Matérias legislativas que receberam opiniões	184	915	397%
Manifestações registradas	2.781	175.479	6210%

Fonte: SGIDOC

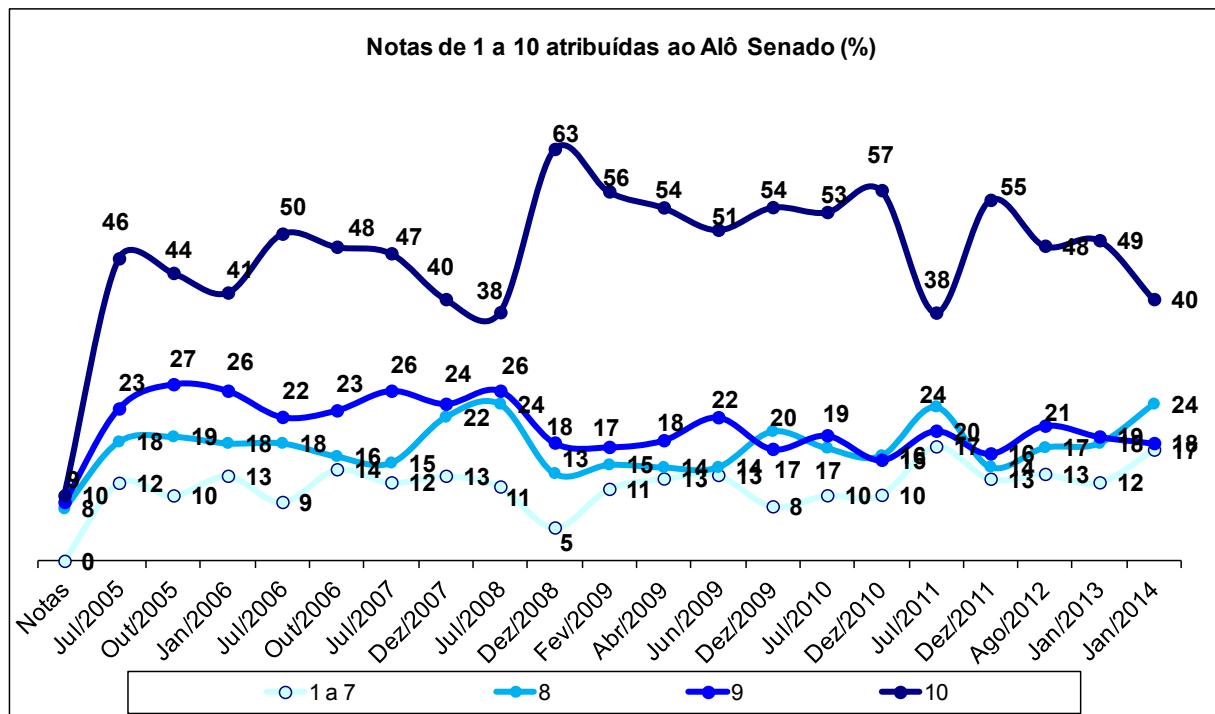
3.2 Informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do Senado Federal ainda está em fase de estudos, para posterior elaboração e divulgação.

3.3 Demonstração dos mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e/ou serviços resultantes da atuação da unidade jurisdicionada e demonstração dos resultados identificados

O serviço Alô Senado, da Ouvidoria, realiza pesquisa de satisfação com os seus cidadãos-usuários como forma de aferir a qualidade nos atendimentos e com isso aprimorar seus trabalhos. O questionário é aplicado pela equipe do Alô Senado por meio de entrevistas telefônicas. O DataSenado acompanha o processo de coleta para garantir o rigor metodológico da pesquisa, bem como procede à análise dos dados obtidos.

Gráfico 14 Pesquisa de Satisfação



Fonte: STRANS

O DataSenado é um serviço da Coordenação de Controle Social, ligada à Secretaria de Transparência, cujo objetivo é desenvolver pesquisas que servem para estreitar a comunicação entre o Senado Federal e as necessidades e desejos da sociedade.

O DataSenado promove pesquisa de opinião sobre a atuação do Senado e seu papel de elaborar leis e fiscalizar as ações do governo federal, intitulada O Cidadão e o Senado Federal, cuja periodicidade é semestral. Além disso, realiza pesquisas com usuários dos serviços que o Senado oferece, sob demanda da Administração da Casa.

As pesquisas de opinião oferecem um retrato confiável da opinião pública a respeito do desempenho da Instituição e do trabalho parlamentar, das votações, da formulação de projetos de lei, entre outros temas. É de responsabilidade do DataSenado a execução de todas as etapas para a realização das pesquisas, seja por meio de telefone ou internet, com margem segura de confiança e validade.

O serviço também realiza enquetes quinzenais, por internet, que sondam tendências e expectativas de opinião na sociedade. As enquetes têm acompanhamento instantâneo e podem ser sugeridas pelos Senadores para investigar um assunto específico.

As pesquisas do DataSenado são feitas por meio de amostragem com entrevistas telefônicas. A população considerada é a de cidadãos com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo. A margem de erro admitida é de no máximo 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos. O nível de confiança utilizado nos resultados da pesquisa é de 95%. Isso significa que se forem realizados 100 pesquisas com a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Atualmente, a seleção dos participantes é feita utilizando o método de amostragem aleatória estratificada, com alocação proporcional: cada UF é definida como um estrato e, para cada estrato, são sorteados aleatoriamente números de telefones fixos extraídos do cadastro da Anatel, no qual constam todos os números habilitáveis no país. Em seguida, os números selecionados são dispostos de forma aleatória, e ligações telefônicas são realizadas para cada UF. Atendido o telefone, solicita-se autorização para realizar a pesquisa. Essas ligações são feitas até se atingir, numa determinada UF, o número de respondentes definidos *a priori* no cálculo do tamanho da amostra, adotando o critério de proporcionalidade descrito.

Durante a aplicação dos questionários, são realizadas verificação e validação de 20% das entrevistas, conduzidas por uma equipe de profissionais do DataSenado, devidamente treinada para esse fim.

Pesquisas de Opinião sobre a Atuação do Senado Federal

Tabela 33 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - I

Pesquisa O cidadão e o senado Federal	
Período de Aplicação	10 a 24 de julho de 2012
Total de Participantes	1.227
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

Mantendo relativa estabilidade em relação às ultimas pesquisas, a mais recente pesquisa do DataSenado apontou que 55% dos entrevistados acham que sua condição econômica vai melhorar nos próximos 6 meses. Em pesquisas realizadas em maio e em novembro de 2011, esse percentual foi de 56% e de 58% respectivamente. Uma quantidade semelhante de pessoas entrevistadas afirmou que sua sensação de bem estar (54%) e sua condição econômica (52%) permaneceram iguais nos últimos 6 meses. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do país, com 1.227 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 10 a 24 de julho de 2012.

Os resultados dessa mesma pesquisa mantiveram a saúde como a maior preocupação atual dos brasileiros, conforme apontaram 34% dos entrevistados. E, assim como a pesquisa realizada em novembro último, a corrupção foi apontada por 20% dos entrevistados, mostrando-se a segunda preocupação mais manifestada. Ampla maioria dos entrevistados (75%), entretanto, concorda que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação.

A democracia e o Senado Federal

Em que pese a confiança de que o Senado Federal pode ajudar muito, menos de um quarto dos entrevistados (22%) avaliaram ter alto interesse por política. Pouco menos da metade (47%) disse ter médio interesse por política, enquanto 29% avaliaram ter interesse baixo ou nenhum por política. A democracia, contudo, prossegue sendo amplamente avaliada como a melhor forma de governo pelos cidadãos pesquisados (75%), em consonância aos valores de 76% e de 73% verificados nas duas últimas pesquisas. Talvez por isso, o mesmo percentual (75%) correspondeu à quantidade de cidadãos entrevistados que considera o Congresso Nacional como muito importante para a democracia brasileira.

Quanto ao papel do Senado de elaborar leis que ajudem o país, 53% responderam que ele cumpre mais ou menos, contra 36% que disseram cumprir mal e 9% que disseram cumprir bem. Já sobre o papel de fiscalizar as ações do governo federal, 52% disseram ainda que o Senado cumpre tal papel de maneira mais ou menos, frente a 33% que avaliam cumprir mal e 14% que entendem cumprir bem. Em conclusão, quando inquiridos sobre a atuação do Senado Federal, 50% dos entrevistados a apontam como regular; 27% como ruim ou péssima; e 22% como ótima ou boa.

Os cidadãos participantes da pesquisa foram ainda perguntados se a liberdade de imprensa, muitos partidos políticos e o voto obrigatório favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil. Ampla maioria (86%) pensa que a liberdade de imprensa favorece a democracia brasileira. Já 75% defendem que muitos partidos políticos prejudicam a democracia no país. Quanto ao voto obrigatório, 50% entendem que ele prejudica a democracia no Brasil.

Ainda no que toca ao Senado, ligeira maioria dos participantes (52%) afirmou que não se sente representada pelos senadores de seu Estado. Quase um terço (31%) disse que se sente representado em parte, e 17% disseram que, sim, sentem-se representados pelos senadores de seu Estado. Quanto a conseguir informações sobre o trabalho dos senadores, 68% dos entrevistados afirmaram ser difícil, enquanto 26% defendem que é fácil a obtenção de tais informações.

Por fim, quando perguntados sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão mostrou-se a fonte com maior alcance (58%). A internet já responde como a maior fonte por quase um quarto dos participantes (23%). Jornais e revistas também tiveram expressiva indicação (11%).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_o_Senado_Federal_Julho_2012.pdf

Tabela 34 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - II

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	30 de novembro a 17 de dezembro de 2012
Total de Participantes	1.228
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Na mais recente pesquisa do DataSenado, 58,1% dos entrevistados afirmaram achar que sua condição econômica vai melhorar nos próximos seis meses, o que revela um otimismo para o ano novo. Esse percentual aponta discreta melhoria em relação à pesquisa anterior, quando 55% manifestaram a mesma opinião. Quando perguntados sobre sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses, 52,4% disseram que ela se manteve igual, quase a mesma quantidade (52,1%) de pessoas que alegou que sua condição econômica também se manteve igual. O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, em 123 municípios do país, com 1.228 pessoas de 16 anos ou mais, no período de 30 de novembro a 17 de dezembro de 2012.

Mantendo a mesma tendência apontada nas últimas pesquisas, a saúde prossegue como a maior preocupação atual dos brasileiros, declarada como tal por 28,5% dos entrevistados. Na sequência, tem-se que a maior preocupação para 24,6% dos respondentes diz respeito à segurança pública.

Assim como nas duas últimas pesquisas realizadas em novembro de 2011 e julho de 2012, a corrupção foi apontada por aproximadamente um quinto (19,8%) dos entrevistados, o que lhe assegurou o posto de terceiro assunto mais preocupante. Expressiva quantidade de entrevistados (74,2%) concordou que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua principal preocupação, o que confirma tendência apontada nas últimas pesquisas.

Vínculo entre Senado e democracia brasileira é reconhecido

Embora a maioria dos entrevistados admita que o Senado Federal pode ajudar muito a resolver sua maior preocupação, uma baixa parcela de entrevistados, isto é, 23,1%, qualificou como alto seu interesse por política – na pesquisa anterior eram 22% os cidadãos com essa percepção. Praticamente metade (48,6%) disse ter médio interesse pelo assunto, ao passo que 13,5% afirmaram ter baixo interesse – quase a mesma quantidade dos que disseram não ter interesse (13,9%). Apesar disso, deve-se ressaltar que a democracia ainda é considerada a melhor forma de governo por 71,1% dos respondentes – em julho 75% emitiram essa opinião. Aproximadamente um quarto (25,9%), entretanto, disse que em algumas situações um governo autoritário é melhor.

Próximo ao valor registrado na última pesquisa, qual seja, 75%, nota-se que 75,6% dos cidadãos apontaram que o Congresso Nacional é muito importante para a democracia brasileira. Apenas uma minoria o considerou pouco importante (16,0%) ou ainda sem importância (7,1%).

Liberdade de imprensa continua sendo vista como aspecto importante para a democracia no Brasil

Convidados a julgar se três diferentes fatores favorecem ou prejudicam a democracia no Brasil, os resultados da pesquisa mantiveram sua tendência histórica. Com efeito, 84,1% dos respondentes defenderam que a liberdade de imprensa favorece a democracia (contra 86% na pesquisa de julho). Por sua vez, 77,3% atestaram que o fato de existirem muitos partidos políticos é algo que prejudica a democracia (frente a 75% na última pesquisa). E, com proporção semelhante à que se verificou no estudo anterior, 50,8% entenderam que o voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil, enquanto 45,9% sustentaram que ele favorece.

Para maioria dos participantes, o Senado vem desempenhando suas atribuições de forma mediana

Em seguida, inquiridos sobre o desempenho do Senado Federal no papel de elaborar leis que ajudem o país, 58,1% disseram que o órgão está cumprindo mais ou menos essa função, o que representa um aumento de cerca de cinco pontos percentuais em relação à última pesquisa. Em contrapartida, um terço dos entrevistados (33,3%) disse que o Senado cumpre mal esse papel, enquanto 7,8% disseram que ele cumpre bem.

No tocante ao papel de fiscalizar as ações do governo federal, 54,4% afirmaram que o Senado cumpre tal papel de maneira ‘mais ou menos’, frente a 31,4% que avaliaram cumprir mal e 13% que entenderam cumprir bem. Por fim, quando perguntados sobre a atuação do Senado Federal, pouco mais da metade dos respondentes (54,2%) a considerou apenas regular. Já 25,4% consideraram-na boa ou ótima, sendo que 19,9% a enxergam como ruim ou péssima.

Na sequência, à pergunta “você se sente representado pelos senadores do seu Estado?”, 49% responderam que não, o que representa ligeira melhoria em comparação ao resultado da pesquisa de julho (52%), ainda que dentro da margem de erro. Pouco mais de um terço (33,6%) afirmou que se sente representado apenas em parte, enquanto 16,4% disseram que se sentem efetivamente representados por estes parlamentares.

Aparentemente ainda é difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores

A maioria dos entrevistados continua avaliando como uma tarefa difícil a tentativa de obter informações sobre o trabalho dos senadores (71,7% contra 68% da última pesquisa). Por outro lado, aproximadamente um quarto (24,1%) relatou ser fácil conseguir esse tipo de informação.

Televisão continua sendo principal fonte de informações sobre o Senado

Por fim, quando perguntados sobre qual é a sua principal fonte de informações sobre o Senado, a televisão prosseguiu sendo designada como o principal veículo junto à maioria dos respondentes (58,6%). Para quase um quarto dos participantes (23,7%), a internet permaneceu sendo a fonte mais acionada. Jornais em papel ou revistas mostraram-se o principal meio de busca para 10,1% dos respondentes, enquanto o rádio foi apontado por 4,1% destes.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_2012.pdf

Tabela 35 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - III

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	4 a 25 de junho de 2013
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional, com 1.226 pessoas de 16 anos ou mais, dos dias 4 a 25 de junho de 2013. Esse período praticamente coincide com o início da recente onda de protestos pelo país, já que a primeira manifestação ocorreu em 6 de junho na cidade de São Paulo. A margem de erro é de três pontos percentuais, para mais ou para menos. A pesquisa revelou que os brasileiros estão menos otimistas com relação ao futuro. Para 46,8%, a situação econômica pessoal deve melhorar nos próximos seis meses. Em levantamentos feitos nos meses de julho e dezembro de 2012, eram 54,8% e 58,1% os que acreditavam em uma mudança para melhor, respectivamente.

Quanto à condição econômica do entrevistado ao longo dos últimos seis meses, 44,7% afirmaram que esta permaneceu estável. Porém, 35,6% constataram agravamento dessa condição, patamar superior ao verificado em dezembro (24,1%). Já para 17,9%, a própria situação econômica melhorou nos últimos seis meses.

Os entrevistados também foram convidados a avaliar sua sensação de bem-estar nos últimos seis meses. A percepção de quase metade da população (46,6%) é de que esta se manteve inalterada. Os demais se dividem entre os que relataram piora na sensação de bem-estar (28,3%) e os que afirmam que essa sensação melhorou nos últimos seis meses (24,2%).

Segurança pública e saúde são as maiores preocupações do brasileiro

A segurança pública é hoje a primeira grande preocupação de 26,3% dos brasileiros. Ocupando o segundo lugar aparece a saúde, com 24,6% (frente a 34,0% e 28,5% em julho e dezembro do ano passado, respectivamente). Outros 18,8% afirmaram que a corrupção é sua principal fonte de preocupação na atualidade, enquanto 12,6% veem na educação o maior motivo para se preocuparem.

Observa-se que para 73,4% dos entrevistados, o Senado pode ser muito útil para solucionar a preocupação citada, enquanto 14,5% acham que ele pode ajudar pouco e 8,4% entendem que o órgão em nada pode ajudar.

Congresso Nacional é muito importante para a democracia no Brasil, diz ampla maioria

A democracia foi apontada por 78,8% dos entrevistados como a melhor forma de governo sempre; na pesquisa anterior, 71,1% partilhavam dessa opinião. Quanto ao Congresso Nacional, 73,6% o julgam muito importante para a democracia, valor bem próximo ao registrado em dezembro último (75,6%). Um governo autoritário seria preferível em determinadas circunstâncias apenas para 18,6% da população.

Voto obrigatório representa entrave nos dias atuais

O voto obrigatório é atualmente considerado prejudicial à democracia por três em cada cinco brasileiros (59,0%). A pesquisa anterior mostrou que, em dezembro do ano passado, 50,8% tinham a mesma opinião. Ainda que a série histórica aponte uma tendência de crescimento deste percentual, o aumento de mais de oito pontos percentuais é, de fato, expressivo.

A liberdade de imprensa continua sendo vista por muitos como algo que favorece a democracia no Brasil: 86,8% defendem esse ponto de vista (ante 84,1% na última pesquisa). Apenas 10,4% acreditam que este fator prejudica a democracia no país. Por sua vez, para 74,5% da população, a existência de muitos partidos políticos acaba por representar um dano à democracia, proporção semelhante à verificada na pesquisa de dezembro (77,3%).

Para mais de metade da população, Senado cumpre função de legislar e de fiscalizar

Na opinião de 52,3% dos brasileiros, o Senado cumpre bem ou “mais ou menos” o papel de elaborar leis que ajudem o país. Este percentual é semelhante ao de pessoas que também acreditam que o Senado desempenha bem ou “mais ou menos” a função de fiscalizar as ações do governo federal (53,1%).

Acompanhando a tendência histórica, 70,8% dos respondentes consideram difícil conseguir informações sobre o trabalho dos senadores (ante 71,7% na última pesquisa). Em contrapartida, quase um quarto (24,8%) julga que esta é uma tarefa fácil.

Nessa pesquisa, a atuação do Senado Federal foi avaliada como boa ou ótima por 16,7% dos entrevistados, como regular por 46,9% e como ruim ou péssima por 36,2%.

Série histórica aponta leve tendência de crescimento do interesse por política

Quando submetidos à pergunta “como você avalia o seu interesse por política?”, praticamente metade dos respondentes (49,8%) classificou como médio seu interesse pelo assunto, ao passo que cerca de um quarto (23,8%) o considera alto. Por sua vez, 13,5% afirmaram possuir baixo interesse, enquanto 11,7% admitiram não ter qualquer interesse pelo tema.

A série histórica revela que existe uma discreta tendência de crescimento do percentual de pessoas que qualificam seu interesse por política como alto ou médio. Por outro lado, a proporção de entrevistados que afirma ter baixo ou nenhum interesse pelo assunto tem recuado ao longo do tempo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_senado_federal-Junho-2013.pdf

Tabela 36 Pesquisa O cidadão e o senado Federal - IV

Pesquisa O cidadão e o Senado Federal	
Período de Aplicação	6 DE JUNHO A 7 DE JULHO DE 2014
Total de Participantes	1.106
Abrangência	NACIONAL
Margem de erro	3 PONTOS PERCENTUAIS
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

Levantamento realizado pelo DataSenado registrou queda do número de brasileiros que acham que a própria condição econômica vai melhorar nos próximos meses: de 51%, em dezembro de 2013, para 41% no final do primeiro semestre de 2014.

Essa perspectiva menos otimista quanto ao futuro pode estar associada à avaliação negativa da condição econômica recente. Isso porque também foi registrado aumento do percentual de entrevistados que, nos últimos seis meses, disseram ter sofrido piora de sua condição econômica (de 30% para 38%). De modo semelhante, sobre a sensação de bem-estar da população, verificou-se aumento de 23% para 29% do total de pessoas que declararam piora.

A atuação do Senado foi considerada regular por 45% dos respondentes. Interessante notar que, quanto maior a sensação de bem-estar do entrevistado, melhor a avaliação que ele faz do Senado. De fato, 47% dos que consideram ótima a atuação do órgão afirmaram que sua sensação de bem-estar cresceu nos últimos seis meses, enquanto 19% deles relataram uma piora dessa sensação.

A respeito da função de elaborar leis que ajudem o país, 46% disseram que o Senado cumpre mais ou menos esse papel, ao passo que 47% também pensam assim se levando em conta o papel de fiscalizar as ações do governo federal.

Saúde segue na dianteira como maior preocupação do brasileiro. Quando convidados a indicar qual sua maior preocupação na atualidade, 29% apontaram a saúde entre oito opções de resposta predefinidas.

Em junho de 2013, período em que manifestações de rua tomaram diversas cidades brasileiras, a segurança pública figurou como a maior preocupação. No atual levantamento, a segurança alcançou 23%, seguida da corrupção com 21%, e da educação com 10% – percentuais muito semelhantes aos da pesquisa de dezembro do ano passado. Sobre o quanto o Senado pode ajudar a resolver essa preocupação, 68% acreditam que ele pode ajudar muito.

Brasileiros atestam importância do Congresso como instituição essencial à democracia. O Congresso Nacional é visto como importante instrumento para a democracia brasileira por 73% dos entrevistados. Da mesma forma, é majoritária a preferência pelo regime democrático de governo: 76% apontaram a frase “a democracia é sempre a melhor forma de governo” como a que melhor descreve sua opinião, contra 22% que acham, em algumas situações, um governo autoritário melhor.

Na opinião de 58%, voto obrigatório prejudica a democracia no Brasil

O voto obrigatório segue sendo visto pela maioria (58%) como instituto prejudicial à democracia. A existência de muitos partidos políticos é considerada perniciosa por 79% dos entrevistados. A liberdade de imprensa, por outro lado, é vista por 86% como positiva para a democracia brasileira.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_cidadao_e_o_Senado_Federal_v9 - Junho_de_2014.pdf

Pesquisas De Opinião Sobre Temas Gerais

Tabela 37 Pesquisa Copa do Mundo de Futebol

PESQUISA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL – BRASIL 2014	
Período de Aplicação	19 a 28 de março de 2012
Total de Participantes	1.242
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

De acordo com pesquisa realizada pelo DataSenado, 80% dos brasileiros são contra a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos da Copa do Brasil em 2014, tendo em vista a legislação federal existente no país. Segundo essa parcela da população, o Brasil não deve abrir exceções. Para cerca de 19%, contudo, a bebida deve ser liberada; e 1% não soube opinar ou não quis responder.

A polêmica em torno do tema surgiu porque o Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003), alterado em 2010, passou a proibir a posse de bebidas por torcedores durante competições esportivas, em estádios e ginásios, como forma de prevenção à violência. Antes do Estatuto, já havia leis estaduais e municipais que proibiam expressamente a venda de bebidas alcoólicas em recintos esportivos, durante os jogos. No entanto, no acordo firmado com a FIFA, para sediar o Mundial de 2014, o Brasil assumiu o compromisso de liberar a venda de bebidas nos estádios – o que fere a legislação atualmente em vigor.

Em busca de uma solução para o impasse, após longa discussão, a Câmara dos Deputados aprovou o texto do projeto da Lei Geral da Copa, liberando a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios, durante o Mundial de 2014. O projeto foi enviado ao Senado, onde tramita como PLC 10/2012. Caso o texto venha a sofrer nova alteração – e seja aprovado no Senado e outra vez na Câmara com a proibição de bebidas alcoólicas – a Copa de 2014 no Brasil será a primeira na História em que os torcedores não poderão consumir cerveja nos estádios. A assessoria de imprensa da FIFA alega que a venda de cerveja para o público geral foi permitida em todas as Copas do Mundo e que, até o momento, nunca causou problemas. De acordo com a FIFA, a venda de cerveja (ao invés de bebidas alcoólicas mais fortes) ajuda no controle da multidão, desde que servida em recipientes de plástico, por segurança. Além disso, o regulamento da instituição prevê que especificamente em jogos de alto risco a venda de bebidas possa ser proibida.

Senado deve votar meia-entrada nos ingressos: idosos e estudantes têm apoio dos cidadãos

A pesquisa do DataSenado revelou ainda que 92% dos cidadãos defendem o direito dos idosos de pagarem apenas a metade do valor cobrado pelos ingressos para assistir aos jogos da Copa. Por sua vez, a meia entrada para estudantes obteve o apoio de 83% dos entrevistados. Já o incentivo para a população indígena e para os beneficiários do programa Bolsa Família foi mais controverso, contando com a aprovação de percentuais menores de entrevistados (59 e 60%, respectivamente).

O texto da Lei Geral da Copa foi aprovado pela Câmara e agora será analisado pelos senadores. Da forma como está, o texto prevê a criação de uma categoria especial de ingressos para os jogos, a categoria 4, que será vendida a preços mais baratos. Destes ingressos, pelo menos 300 mil na Copa do Mundo e 50 mil na Copa das Confederações deverão ser vendidos em sorteios públicos preferencialmente a estudantes, idosos e beneficiários do Bolsa Família – desde que brasileiros e residentes no país. Em qualquer fase das vendas, seja nos sorteios ou direto nas bilheterias, esses três grupos poderão ter direito de pagar meia entrada nos ingressos da categoria 4. Caso o Senado aprove o texto atual do projeto, os idosos terão direito de pagar meia entrada em todas as categorias de ingresso do evento esportivo.

A FIFA já havia criado uma categoria especial de ingressos na Copa de 2010 na África do Sul, com o objetivo de tornar o evento acessível para os sul-africanos de todos os estratos sociais. No entanto, é a primeira vez que a Federação aceita conceder descontos como estes, pleiteados pelo governo brasileiro.

Feriados nos jogos são bem vindos para 62% dos entrevistados

A Copa de 2010 na África do Sul também inaugurou a prática de decretar feriados em dias de jogos. Isso geralmente não é necessário no hemisfério norte porque nos países dessa região já é período de férias nos meses de junho e julho, quando costuma ocorrer a competição. Mas nos países localizados no hemisfério sul, como Brasil e África do Sul, o período de férias é nos meses de dezembro e janeiro.

Pensando nisso, o projeto da Lei Geral da Copa propõe que durante o evento, em 2014, a União possa decretar feriado nacional nos dias de jogo da seleção brasileira, e que Estados, Distrito Federal e Municípios possam decretar feriado ou ponto facultativo quando ocorrerem jogos em seus territórios.

Caso os senadores confirmem essa medida, irão ao encontro das expectativas de 62% dos entrevistados pelo DataSenado, os quais gostariam que fosse feriado no Brasil inteiro (41%) ou que fosse feriado nas cidades sede dos jogos (21%).

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre os dias 19 e 28 de março de 2012, tendo entrevistado ao todo 1242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, em um nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-copa_2014.pdf

Tabela 38 Pesquisa Segurança Pública no Brasil

Pesquisa Segurança Pública no Brasil	
Período de Aplicação	19 a 28 de março de 2012
Total de Participantes	1.242
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Ao longo dos últimos 30 anos, o Brasil registrou mais de 1 milhão de homicídios. Desde a década de 1980 até o final de 2010, foram mais de 35 mil homicídios por ano — uma média superior à de diversos conflitos armados ao redor do mundo. A guerra civil de Angola, por exemplo, provocou uma média anual de 20 mil mortos. O conflito no Iraque, entre 2004 e 2007, registrou 19 mil mortos por ano. Tanto a taxa de mortalidade de Angola quanto a do Iraque foram bem mais baixas do que as registradas pela violência urbana no Brasil.

A imagem da nossa realidade ficou muito bem retratada na pesquisa Segurança Pública no Brasil, divulgada hoje pelo DataSenado. A violência experimentada no cotidiano da população refletiu diretamente nos resultados da pesquisa: 38% dos entrevistados afirmaram já terem sido vítimas de violência ou crime.

Os números alarmantes fogem dos relatórios oficiais porque há um sub-registro nas ocorrências policiais: entre as pessoas que já foram vítimas de violência, 32% afirmaram não ter feito o boletim de ocorrência em delegacias. Em 38% dos casos, o principal motivo para isso é o fato de acreditarem que a polícia não faria nada a respeito do ocorrido – o que revela a descrença atual nos órgãos policiais. O medo do agressor e a falta de provas motivaram, respectivamente, 13% e 12% dos entrevistados a não procurarem a polícia.

Mais educação e menos armas

Na opinião da população, o enfrentamento da criminalidade deve passar pela redução das desigualdades sociais, melhorando a educação (39%) e reduzindo a pobreza (12%), mas aumentando também a rigidez das penas aplicadas aos criminosos (23%), com investimentos na polícia (12%) e combatendo a impunidade (11%).

No referendo nacional realizado em 2005, 63,94% dos brasileiros em idade de votar optaram por permitir o comércio de armas de fogo no país. Hoje, quase 7 anos após o referendo, a pesquisa do DataSenado indicou que o quadro mudou e 58% concordam com a proibição do porte de armas para cidadãos comuns.

Brasileiros querem mais rigidez com culpados

A população quer mais rigor no tratamento daqueles que infringem a lei. Como exemplo disso, 87% dos entrevistados concordaram que menores de idade infratores recebam punições iguais às de indivíduos adultos. No Brasil, a maioridade penal se dá aos 18 anos e, hoje, menores de idade são submetidos a um regime penal diferenciado.

Alguns benefícios concedidos aos presos pela legislação também foram questionados. Foi o caso dos indultos (os chamados saídos), aos quais quase 70% dos entrevistados se opuseram. A possibilidade de cumprimento de pena em regime aberto também foi contestada: 70% dos entrevistados discordam que presos com bom comportamento passem o dia fora da prisão.

A oposição aos benefícios é maior quando o preso em questão foi condenado por ter cometido crime hediondo. Nesses casos, o regime aberto (mesmo condicionado ao bom comportamento) foi rejeitado por 88% da população e os saídos, por 93%.

No que se refere às penalidades aplicadas aos criminosos, 73% querem o aumento da pena de prisão para o homicídio doloso, que atualmente pode variar de 6 a 20 anos. Já quanto aos homicídios culposos (que ocorrem sem a intenção de matar), 30% apoiam o aumento da pena e 55% querem que ela permaneça como hoje, de 1 a 3 anos.

Baixa tolerância para violência no trânsito

A pesquisa do DataSenado mostra ainda que o brasileiro quer mais punição para a violência no trânsito. Entre os entrevistados, 96% defendem que o motorista pego dirigindo bêbado deve ter a carteira suspensa imediatamente. Sobre morte no trânsito, 82% declaram que, se o motorista estiver bêbado ou for pego dirigindo em alta velocidade, é porque teve, sim, intenção de matar.

De abrangência nacional, a pesquisa do DataSenado foi realizada entre 19 e 28 de março de 2012. Entrevistou 1.242 pessoas com mais de 16 anos, em 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%, para mais ou para menos, com nível de confiança de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Seguranca_Publica.pdf

Tabela 39 Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável

Pesquisa Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	
Período de Aplicação	1º a 14 de junho de 2012
Total de Participant es	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Para discutir o futuro do planeta Terra, representantes de 170 nações estão reunidos na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que acontece até 22 de junho na cidade do Rio de Janeiro. Entre os fóruns de debate, está a Cúpula Mundial de Legisladores, que reunirá, pela primeira vez, 300 parlamentares de 190 países, de 15 a 17 de junho. Para auxiliar o trabalho dos parlamentares, o DataSenado aplicou pesquisa de opinião sobre o tema.

O Serviço de Acompanhamento da Opinião Pública do Senado entrevistou por telefone, entre os dias 1 e 14 de junho, 1.200 moradores de 119 municípios, incluindo as capitais de todos os estados brasileiros. A margem de erro da pesquisa é de 3%, e o nível de confiança, 95%. Por meio da sondagem, o brasileiro disse o que pensa sobre a relação entre a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento econômico do país, a legislação nacional e os hábitos de consumo da população.

Brasileiro defende proteção ambiental

Anfitrião de duas conferências mundiais sobre meio ambiente, o Brasil mostra a importância que atribui à defesa do seu patrimônio natural: 90% dos cidadãos acreditam que preservar a natureza pode contribuir para o desenvolvimento econômico. Apenas 8% defendem que preservar o meio ambiente atrapalha o crescimento da nação.

Para 72% dos entrevistados, desenvolvimento econômico e proteção ao meio ambiente devem estar muito próximos. Já 11% acham que desenvolvimento e meio ambiente não estão nem próximos nem distantes. Outros 16% defendem que os dois devem estar muito distantes. No entanto, 92% não apoiam um crescimento que implique aumento da poluição.

Agenda verde nas eleições e combate ao desmatamento

Candidatos comprometidos com o meio ambiente poderão levar vantagem nas próximas eleições: 49% dos brasileiros ouvidos na pesquisa consideram sempre as propostas ambientais apresentadas pelos candidatos. Outros 17% afirmam levá-las em conta frequentemente. Apenas 5% dizem nunca se preocupar com propostas relativas à área.

Conscientes da importância da preservação dos recursos naturais, brasileiros relacionam o meio ambiente não apenas com a questão de desenvolvimento e sobrevivência do ser humano, mas também com a projeção do Brasil no mundo. Para 92% dos entrevistados, o país deve dar muita importância ao meio ambiente durante as negociações internacionais.

Entre os maiores entraves à sustentabilidade ambiental, são apontados o desmatamento, a poluição da água e a poluição do ar. Para 56% dos entrevistados pelo DataSenado, desmatar é o principal problema para o meio ambiente. Em segundo lugar, está a poluição da água, apontada por 23%, e a poluição do ar, considerada o principal problema por 14% do universo pesquisado.

Legislação mais rígida e cumprimento eficaz das leis ambientais

Os senadores que participarão da Cúpula Mundial de Legisladores na Rio+20 terão o apoio dos brasileiros para exigir melhor cumprimento da legislação ambiental no país. Segundo a pesquisa, o maior problema está na fiscalização das leis que protegem o meio ambiente: 40% dos entrevistados afirmam que raramente as leis aprovadas no Legislativo são cumpridas; e 19% defendem que elas nunca são cumpridas. Já 34% acreditam que apenas às vezes as leis são cumpridas.

Entre as causas para o não cumprimento da legislação ambiental no Brasil, são apontadas a corrupção, a falta de fiscalização e a ausência de educação ambiental. Um terço dos entrevistados considera a corrupção o fator que mais atrapalha. Já 26% consideram a ausência de fiscalização e 24%, a falta de educação ambiental.

Entretanto, os brasileiros avaliam como fundamental para o desenvolvimento sustentável do país a adoção de leis mais rigorosas: 71% dos cidadãos ouvidos pelo DataSenado afirmam que a legislação brasileira é branda demais. Outros 22% a consideram adequada, e apenas 4% a julgam suficientemente rigorosa. Esses dados são importantes para os legisladores que estão discutindo boas práticas legislativas e mecanismos de monitoramento dos compromissos assumidos pelos governos na Rio+20.

Consumo responsável na hora de comprar

O desenvolvimento sustentável não se concretiza sem uma mudança na estrutura de produção e no padrão de consumo das comunidades. Para que seja efetivo, tem que contar com a participação do setor produtivo e da sociedade civil. Por isso, a pesquisa do DataSenado também investigou hábitos dos consumidores brasileiros.

O resultado mostra, novamente, que a preservação da natureza é prioridade na hora da compra: 91% disseram preferir comprar um produto de uma empresa que respeita o meio ambiente, ainda que essa mercadoria seja mais cara. Os consumidores também procuram saber como a empresa se relaciona com o meio ambiente e com os seus trabalhadores em 54% dos casos. A mesma porcentagem (54%) costuma verificar se o produto é reciclado. Os dados devem levar a iniciativa privada a reavaliar suas estratégias de marketing e a analisar suas práticas de gestão para reforçar o compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.

Economia verde e menos poluição

Um dos temas da Rio+20 é o transporte de baixo carbono em economias emergentes. Dessa forma, considerando o volume de exportações e a importância estratégica do Brasil no fornecimento de biodiesel — um combustível menos poluente —, a pesquisa procurou identificar a disposição dos brasileiros em abastecer seus veículos utilizando álcool, ainda que seu rendimento seja inferior ao da gasolina. Os números são bastante positivos para o meio ambiente. Se tivessem um carro funcionando a álcool e a gasolina, sendo o mesmo preço para ambos, 89% dos entrevistados disseram preferir utilizar o álcool, porque polui menos, embora a gasolina renda mais. O dado é interessante, pois revela a disposição dos consumidores em pagar pela manutenção de melhores condições ambientais.

A Rio+20 é uma grande oportunidade para reafirmar o compromisso político dos países com a busca por um modelo sustentável de desenvolvimento. Um modelo que invalida o acúmulo de riqueza como critério único para o desenvolvimento dos povos, buscando, assim, estabelecer uma intensificação dos elos entre preservação do meio ambiente e prosperidade econômica, ancorados no desenvolvimento humano. Só assim será possível construir um futuro comum para todas as nações.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Meio_ambiente_e_desenvolvimento_sustentavel_Rio_20.pdf

Tabela 40 Pesquisa Reforma do Código Penal

Pesquisa Reforma do Código Penal	
Período de Aplicação	10 a 24 de julho de 2012
Total de Participantes	1.232
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

O Senado Federal está debatendo o PLS 236/2012, que reforma o Código Penal Brasileiro. Trata-se da lei que estabelece o que é ou não crime no país, bem como estipula as punições nos casos de desrespeito à legislação. Para subsidiar os senadores com informações sobre a opinião da sociedade e contribuir com essa discussão, o DataSenado (órgão da Secretaria de Transparência - Subsecretaria de Pesquisa e Opinião - DataSenado) realizou uma pesquisa nacional por telefone com 1.232 cidadãos de 119 municípios, incluindo todas as capitais. A margem de erro é de 3%.

Cidadãos concordam com redução de pena para presos que trabalham, mas defendem aumento do limite de tempo na prisão

O sistema carcerário no país tem ocupado espaço de destaque nas discussões sobre o projeto. A partir disso, a pesquisa investigou a opinião dos cidadãos sobre as possibilidades de progressão de regime e de livramento condicional para os condenados. Os resultados mostram que 70% dos entrevistados concordam com a redução de pena para presos que trabalharem. Na região Sudeste, 64% têm essa opinião, enquanto no Centro-Oeste são 78%.

Já a redução de pena com base no bom comportamento do preso não apresenta consenso, embora seja uma medida apoiada por 55%, contra 41% que disseram não concordar com esse benefício. Entretanto, quando o bom comportamento enseja a possibilidade de passar o dia fora da prisão, a aprovação cai para 29%, com a maioria das pessoas (68%) discordando da concessão de regime semiaberto a presos que apresentarem bom comportamento.

Três em cada quatro entrevistados (76%) concordam com a necessidade de se aumentar o tempo em que os condenados devem ficar presos para aumentar a segurança da sociedade. Hoje, a lei estabelece um prazo máximo de 30 anos para que um condenado permaneça na prisão, considerado adequado para 17% dos entrevistados. Todavia, 50% dos entrevistados apoiam o aumento da pena máxima, sendo que destes, 36% defenderam o aumento do limite para 50 anos.

Maioridade penal deve diminuir, afirmam 89% dos pesquisados

Outro tema investigado foi o da penalização de jovens e adolescentes que cometem crimes. Para quase 90% do público entrevistado, a maioridade penal no Brasil deve ser reduzida: 35% indicaram a idade de 16 anos para que uma pessoa possa ter a mesma condenação de um adulto, 18% apontaram 14 anos e 16% responderam 12 anos. Houve ainda 20% que disseram “qualquer idade”, defendendo que qualquer pessoa, independente da sua idade, deve ser julgada e, se for o caso, condenada como um adulto.

População é contra liberação do uso de drogas

Para 89% dos brasileiros entrevistados, a lei deve proibir que uma pessoa possa produzir e guardar drogas para consumo próprio. A legalização da produção e do porte de drogas para uso pessoal é dos assuntos que têm gerado muita controvérsia na discussão de reforma do Código Penal. Dos 9% que defenderam essa proposta, 72% disseram concordar com a legalização do uso apenas de maconha, o que corresponde a 6% do total de entrevistados; outros 22% (sendo menos de 2% do total) defenderam a liberação do uso e do porte para outros tipos de droga também.

A região Sul foi a que apresentou maior apoio à proposta de legalização das drogas, ainda assim, apenas 13% manifestaram-se neste sentido. Se observarmos a divisão por idades, mesmo entre os mais jovens, segmento no qual o apoio à liberação da produção e do uso de drogas foi maior, os participantes que defenderam a legalização foram de 18% (para pessoas de 16 a 19 anos) e de 13% (de 20 a 29 anos).

Sociedade é restritiva em relação ao aborto

Atualmente, a legislação brasileira permite a realização de aborto em casos de estupro ou quando a continuidade da gravidez trouxer risco de morte à mulher. O Supremo Tribunal Federal também autorizou a interrupção da gravidez quando for comprovada a ocorrência de anencefalia – doença caracterizada pela má formação total ou parcial do cérebro do feto. O Código Penal deve estabelecer os casos nos quais o aborto pode ser realizado com amparo legal.

Segundo 82% dos entrevistados na pesquisa do DataSenado, a lei não deve permitir que uma mulher realize o aborto quando ela não quiser ter o filho. Por outro lado, diante de circunstâncias específicas, a maior parte das pessoas concorda com a legalização do procedimento. Quando a gravidez for causada por estupro, 78% apoiam a realização do aborto, se for vontade da gestante. Do mesmo modo, quando a gravidez trouxer risco de morte à mulher,

74% manifestaram-se de acordo com a interrupção da gravidez. O aborto também poderia ser realizado dentro da lei, conforme os resultados, nos casos em que os médicos confirmarem que o bebê tem uma doença grave (como a anencefalia) e pode morrer logo depois do nascimento (67%) ou quando a gravidez traz risco à saúde da mulher (62%).

É interessante ressaltar que, via de regra, os homens mostraram-se mais favoráveis à realização do aborto. Por exemplo, nas situações em que há risco à saúde da mulher, 66% dos homens apoiam o procedimento, enquanto 58% das mulheres têm essa opinião. Por sua vez, quando a gravidez traz risco de morte à mulher, 69% delas concordam com o aborto, número que sobe para 79% entre o público masculino.

Ortotanásia divide opiniões

Outra questão da pesquisa procurou identificar a opinião das pessoas sobre o uso de aparelhos e de medicamentos para manter um doente vivo, ainda que ele esteja em estado terminal ou em coma. Essa matéria também pode ser regulamentada com a reforma do Código Penal. E os resultados da sondagem reforçam a frequente divergência de opiniões verificada nos debates: enquanto 49% defenderam o poder de escolha do paciente, 48% afirmaram que a lei não deve permitir que um doente pare o tratamento, mesmo que sua doença não tenha cura e ele precise da ajuda de aparelhos para continuar vivendo. Nota-se que na região Norte, 41% concordam com a medida, enquanto na região Sul, o percentual é 61%. Pode-se verificar ainda que o apoio à interrupção do tratamento aumenta à medida que cresce a renda do entrevistado.

A divisão de opiniões se mantém quando o doente estiver em coma: 51% responderam que alguém da família poderia escolher desligar os aparelhos; do outro lado, 46% acham que os médicos devem manter o tratamento mesmo contra a vontade da família. Embora a diferença entre as respostas, em caso de coma, seja maior, os números se mantêm dentro da margem de erro estipulada.

Discriminação deve ser crime

A pesquisa também perguntou sobre a necessidade de se criminalizar atitudes e comportamentos fundados no preconceito e na discriminação contra as pessoas. Os resultados apontam que a maioria dos entrevistados (85%) acha que tratar mal ou ofender uma pessoa porque ela é estrangeira ou vem de outra região do Brasil deve ser considerado crime pelo Código Penal. Na região Sul, 75% acham que essa atitude deve ser crime, número que chega aproximadamente 87% tanto no norte quanto no nordeste. Nesse mesmo sentido, 77% disseram concordar com a punição daqueles que destratarem homossexuais por conta da sua opção sexual.

Quanto à inimputabilidade prevista para indígenas, 78% afirmaram ser contrários à impossibilidade de condenação de indígenas quando eles tiverem cometido um crime agindo segundo seus costumes e crenças. Outros 20% concordam com essa prerrogativa, que recebe menos apoio no Norte, onde apenas 13% dos participantes disseram concordar.

Lei deve regulamentar comportamentos

Temas como atividade de cambista, crimes virtuais e abandono de animais também foram questionados durante o levantamento.

Para 70% dos entrevistados, quem vender ingressos de um jogo esportivo ou de um evento cultural mais caro do que o preço normal do bilhete, popularmente chamado de cambista, deve ser punido. A população também acha que o ambiente virtual não deve ficar fora do escrutínio do legislador. Há ampla concordância com a criminalização de práticas realizadas por meio de computadores que podem prejudicar outras pessoas: 94% manifestaram-se de acordo com a punição de quem acessar as informações sigilosas de um site ou página na internet sem autorização. Do mesmo modo, 89% disseram existir crime quando alguém utiliza um computador para obter informações confidenciais de outra pessoa.

O pagamento de direito autoral, mesmo sem objetivo de lucro, divide opiniões. Enquanto 52% acham que uma cópia de um livro, DVD ou CD de música, somente para uso pessoal, deveria ser permitida, 46% entendem que é preciso pagar ao autor pelo uso de sua obra, independente da finalidade comercial ou não da reprodução. Já para os mais jovens, a opinião majoritária é de que não seria necessário pagar direito autoral: 67% para quem tem de 16 a 19 anos, e 63% de 20 até 29.

Por fim, o abandono de animais deve ser ilegal, na opinião dos entrevistados. Essa foi a resposta de 85%, que enxergam nesse comportamento um crime cuja punição deve constar no novo Código Penal Brasileiro.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_do_Codigo_Penal.pdf

Tabela 41 Pesquisa “Violência contra a juventude negra no Brasil”

Pesquisa “Violência contra a juventude negra no Brasil”	
Período de Aplicação	1º a 10 de outubro de 2012
Total de Participant	1.234
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

A maioria dos homicídios que ocorrem no Brasil atinge pessoas jovens: do total de vítimas em 2010, cerca de 50% tinham entre 15 e 29 anos. Desses, 75% são negros. As respostas governamentais e não-governamentais ao processo de agravamento deste fenômeno em muito se beneficiaram de estudos e diagnósticos elaborados a partir dos dados do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. No entanto, pouco ainda se sabe sobre as percepções da sociedade acerca de tão importante tema.

Por isso, o DataSenado realizou a inédita pesquisa de opinião pública *Violência contra a juventude negra no Brasil*. Ela é parte do Protocolo de Intenções firmado entre o Senado Federal e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir/PR), no âmbito da campanha *Igualdade Racial é Pra Valer*.

Resumo Executivo

Dentre os resultados da pesquisa, cabe destacar que a maioria considera que as mulheres sofrem mais com a violência (67,1%) e que os negros são as principais vítimas (66,9%). Pouco mais de um terço (35,8%) acredita que a violência atinge mais os jovens na faixa de 19 a 29 anos. Perguntados sobre as causas, 63,0% atribuíram a violência contra a juventude a aspectos sociais, enquanto 34,8% disseram ser fatores comumente associados ao comportamento juvenil de risco. Quando inquiridos especificamente sobre a principal causa de morte entre os jovens, a maioria indicou o uso de drogas (56,2%), os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

A maior parte dos entrevistados (62,3%) disse que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade e 31,4% concordaram que jovens negros são mortos em maior quantidade que os brancos. Para 26,3% dos respondentes, a cor dos jovens tem influência na quantidade de mortes.

A noção de que no Brasil a violência mata mais pobres do que ricos é compartilhada por 90,4% dos respondentes. Também é alta a concordância (80,9%) com a afirmativa de que os jovens brasileiros são vítimas da violência independentemente da cor ou raça.

Entretanto, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros” 56,6% dos entrevistados se manifestaram favoravelmente. Percentual semelhante (55,8%) foi registrado para os que concordaram com a afirmação de que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”. Para 55,1% dos respondentes, é correto afirmar que “a principal causa de homicídios de jovens negros é o racismo”.

Em relação à experiência pessoal dos entrevistados, o percentual dos que já se sentiram discriminados ou ofendidos por causa da sua cor ou raça em diferentes situações variou entre 10,9% («por profissionais de saúde») e 16,9% («por programas de televisão ou outro meio de comunicação»).

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram suficiente a garantia do cumprimento das leis existentes. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Algumas pistas para a análise

É importante notar que as variações na frequência das respostas aparentam ser bastante influenciadas pela cor ou raça declarada da pessoa entrevistada. A percepção dos efeitos diferenciados da violência e da discriminação sobre distintos grupos raciais é mais evidente entre os que se identificaram como negros (pretos e pardos).

Do mesmo modo, observaram-se variações na opinião dos entrevistados segundo a região onde residem. Exemplo disso são as respostas sobre a cor ou raça das principais vítimas da violência. Os negros foram apontados nesta condição por 75,5% dos entrevistados da região Nordeste, 70,8% do Norte, 65,0% do Sudeste, 59,0% do Sul e 57,4% do Centro-Oeste.

A pesquisa permite identificar discrepâncias entre as opiniões captadas e as estatísticas oficiais. A maioria das pessoas concordou com a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”, mas, em 2009, por exemplo, os homicídios foram a causa de morte de 6.685 jovens brancos e de 18.595 jovens negros na faixa de 15 a 29 anos.

Apenas 2,4% dos entrevistados atribuíram a violência contra os jovens à discriminação racial. Contudo, quando o enfoque é dado ao jovem negro, 55,1% concordaram que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Outros aspectos levantados na pesquisa também ilustram um aparente processo de mudança de percepção sobre as relações raciais no Brasil. Primeiro, a admissão da experiência pessoal com a discriminação racial em diferentes situações, que variou entre 10,9% a 16,9%. Segundo, a constatação de que um pouco mais da metade dos entrevistados já considera que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa. Por fim, o entendimento, também por mais da metade dos entrevistados, de que a sociedade se choca menos com a morte violenta de um jovem negro do que com a de um jovem branco.

A pesquisa evidenciou a importância atribuída à educação e à legislação no enfrentamento ao racismo. Talvez este seja um reflexo dos esforços desenvolvidos nos últimos anos para a implementação da Lei nº 10.639/2003, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tornando obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira na rede escolar.

Metodologia de pesquisa

O DataSenado realizou pesquisa telefônica nacional sobre violência contra a juventude em 123 municípios do país, incluindo todas as capitais, no período de 1º a 11 de outubro de 2012. A pesquisa, realizada com um total de 1.234 entrevistas, conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3%. A população considerada foi a de pessoas com 16 anos ou mais residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo.

Na análise dos dados, o contingente negro corresponde às pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, seguindo procedimento consagrado na literatura sobre relações raciais no Brasil.

Para a maioria, negros são as principais vítimas de violência e mulheres são as mais vulneráveis

A maioria dos entrevistados (66,9%) afirmou serem os negros as principais vítimas de violência, enquanto 14,8% disseram serem os brancos, 3,1% os indígenas e 1,1% os asiáticos.

Esta opinião parece ser influenciada pela composição racial da população da região de residência dos entrevistados. O Nordeste, onde os negros predominam, teve o percentual mais alto dos que afirmaram que os negros são as principais vítimas da violência (75,5%). Analisando-se as respostas segundo a cor ou raça do respondente, 73,1% dos negros disseram que os próprios negros eram as principais vítimas, ao passo que 60,2% dos brancos deram essa resposta.

Do mesmo modo que a percepção dos negros como principais vítimas da violência é mais acentuada neste mesmo grupo racial, também as mulheres veem de forma mais aguda sua própria vulnerabilidade.

Perguntados sobre quem sofre mais com a violência, 67,1% dos entrevistados responderam que são pessoas do sexo feminino, sendo que se verifica uma diferença na opinião entre respondentes homens (63,5%) e mulheres (70,6%).

O exame das respostas segundo a renda revela que 71,2% dos que se declararam ‘sem renda’ consideram o sexo feminino como mais vulnerável, contra 58,2% dos que têm renda superior a 10 salários mínimos.

No quesito idade, entrevistados reconhecem jovens como principais vítimas da violência

Pouco mais de um terço dos entrevistados (35,8%) opinou que as principais vítimas da violência no Brasil são os jovens de 19 até 29 anos. Os adolescentes, na faixa dos 13 aos 18 anos, foram assim considerados por 26,8% dos respondentes, e as crianças de até 12 anos por 22,9%. Os idosos, com 60 anos ou mais, são as principais vítimas na opinião de 9,2% dos entrevistados, sendo que apenas 3,1% apontaram os adultos de 30 a 59 anos.

População atribui a violência contra os jovens a causas sociais

Inquiridos sobre quais fatores acreditam ser responsáveis pela violência contra a juventude, os entrevistados concentraram-se em dois grupos de respostas. O primeiro tem a ver com fatores que seriam ligados ao comportamento juvenil – drogas (30,3%) e brigas entre jovens (4,5%). O segundo grupo, mais vinculado a aspectos sociais, soma 63,0% das respostas, assim distribuídas: impunidade para quem comete crime (28,6%), educação ruim nas escolas (18,6%), policiais mal preparados (8,1%), desemprego (5,3%) e discriminação racial (2,4%).

É relevante notar que, embora reconhecendo que os motivos da violência têm um caráter social mais amplo, quando perguntados especificamente sobre a principal causa de morte de jovens, a maioria atribuiu a situações associadas ao uso de drogas (56,2%). Em percentuais menores foram citados os acidentes de trânsito (22,4%) e os assassinatos (19,8%).

Parcela majoritária acha que jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade

A pesquisa apresentou três diferentes frases e quis saber qual delas, quando se pensa nas mortes causadas por violência, melhor expressava a opinião do entrevistado. A maioria (62,3%) indicou a frase “jovens brancos e negros são mortos na mesma quantidade”. Tal resposta foi escolhida por 63,0% dos brancos e por 61,0% dos negros. Em termos regionais, esta afirmação foi mais frequente nas regiões Sul e Sudeste (cerca de 65,0%) do que no Norte e Nordeste, respectivamente 55,7% e 60,3%.

Novamente aparece como de interesse o fato de que, em contraste com a opinião registrada nesta pesquisa, a taxa de vitimização tem sido sempre mais alta para os jovens negros. Entre 2000 e 2009, o número de homicídios neste grupo cresceu mais de 35%. Na direção contrária, os homicídios de jovens brancos diminuíram mais de 20%.

Por sua vez, a afirmação “jovens negros são mortos em maior quantidade do que jovens brancos” foi escolhida por 31,4% de respondentes. Desagregando-se as respostas segundo a raça ou cor dos entrevistados, tem-se que os negros concordaram com a afirmação (34,1%) em proporção maior do que os brancos (29,3%). Também neste caso há diferenças regionais, sendo mais alta a concordância entre os residentes do Norte e do Nordeste: 36,8% e 36,2%, respectivamente. Apenas 5,3% defenderam a frase “jovens brancos são mortos em maior quantidade do que jovens negros”.

Para alguns, no entanto, cor ou raça têm influência no número de jovens mortos

Para as pessoas que acreditam haver diferença no número de mortes entre jovens brancos e negros, a pesquisa fez duas perguntas adicionais. Em primeiro lugar, foi questionado se a diferença no número de mortes entre os dois grupos raciais sofria influência da cor da pele (afirmação que obteve 71,4% de concordância – representando 26,3% do total da amostra). Em segundo lugar, questionou-se quão grande era essa influência (identificou-se que, das pessoas que atribuíram a diferença do número de mortes à cor da pele, 72,8% consideraram que o segundo fator influencia «muito» o primeiro).

A morte de jovens negros se dá principalmente por homicídio, de acordo com respondentes

Um conjunto de afirmações sobre violência e morte de jovens foi apresentado para que os entrevistados dissessem se concordavam ou não.

A noção de que “no Brasil, a violência mata mais pobres do que ricos” foi compartilhada por 90,4% dos participantes. Por outro lado, 80,9% das pessoas concordaram que “jovens brasileiros são vítimas de violência independentemente da sua cor ou raça”.

Quando a afirmação destaca a cor das vítimas e situações específicas de violência letal, o entrevistado se manifesta no sentido de que a cor influencia na situação de um indivíduo. Assim, diante da frase “homicídio é a principal causa de morte dos jovens negros”, 56,6% dos entrevistados manifestaram concordância, enquanto 55,8% concordaram que “a morte violenta de um jovem negro choca menos a sociedade do que a morte violenta de um jovem branco”.

Para 55,1% dos respondentes é correto afirmar que “a principal causa de homicídio de jovens negros é o racismo”. Além disso, 56,7% discordaram da afirmação de que “jovens brancos e negros, de famílias com renda parecida, têm as mesmas oportunidades”.

Metade considera que ser negro ou branco afeta a vida de uma pessoa

Do total de entrevistados, 51,8% afirmaram que, no Brasil, ser negro ou ser branco afeta a vida de uma pessoa. Também aqui a frequência desta resposta foi diferenciada para brancos (47,9%) e negros (54,8%).

Para os que compartilham dessa opinião, 67,1% consideraram que ser branco ou negro «afeta muito» a vida de uma pessoa. Neste caso, também é importante destacar a variação da resposta segundo a cor ou raça declarada pelo respondente: indígenas (90,0%)¹, negros (71,5%), brancos (62,3%) e amarelos (57,1%).

A pesquisa também procurou saber a experiência dos entrevistados com a discriminação por cor ou raça. Ainda que um pouco mais da metade dos entrevistados tenha considerado que ser branco ou negro afeta a vida de uma pessoa, o percentual dos que já se sentiram ofendidos ou discriminados em diferentes situações variou entre 10,9% e 16,9%.

A análise de cada grupo étnico-racial revela que, em todas as situações, os brancos responderam terem se sentido discriminados em percentuais mais baixos do que para o conjunto dos entrevistados. Entre os brancos, a frequência relativa mais alta (11,8%) foi registrada na discriminação ou ofensa «por programas de televisão ou outro meio de comunicação», seguida de «por pessoas conhecidas ou familiares» (10,2%), e «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (9,3%). Os negros, por sua vez, tiveram percentuais superiores aos verificados para o conjunto de entrevistados, sendo mais elevados os registros de discriminação ou ofensa «por colegas, professores ou funcionários da escola» (22,2%); «por chefe, colegas de trabalho ou cliente» (22,2%); e «por programas de televisão ou outro meio de comunicação» (21,5%).

Analisadas as respostas por região, nota-se diferença nas situações reportadas com maior frequência pelos entrevistados. As ofensas ou discriminações no ambiente escolar predominaram entre os respondentes do Nordeste (16,6%); as praticadas por profissionais de saúde apareceram mais entre os entrevistados da região Norte (13,2%). O Sudeste teve os registros mais altos nas discriminações ligadas aos meios de comunicação (18,2%); dos residentes no Sul, 15,7% apontaram os policiais como principais agentes da discriminação sofrida. Já o Centro-Oeste teve registros mais destacados (17,8%) nas discriminações ou ofensas por conhecidos ou familiares.

Racismo se combate com educação

Na opinião de 36,4% dos entrevistados, a principal ação para combater o racismo deve ser a melhoria do ensino nas escolas. A mudança das leis foi assinalada por 22,7%, enquanto 20,8% consideraram, como principal ação, a garantia do cumprimento das leis. Acrescente-se que 15,7% apontaram as campanhas de conscientização e 2,4% consideraram as ações afirmativas como a principal medida que o governo deve tomar para combater o racismo.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_juventude_negra.pdf

Tabela 42 Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres

Pesquisa Violência doméstica e familiar contra as mulheres	
Período de Aplicação	18 de fevereiro a 4 de março de 2013
Total de Participantes	1.248
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,0 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Durante a sessão solene que marcou a celebração dos sete anos da Lei Maria da Penha e a entrega do relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou a Violência contra a Mulher à presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou alguns dados importantes divulgados em pesquisa realizada pelo DataSenado no mês de março de 2013, a quinta de uma série histórica que começou em 2005 e que vem retratando os avanços e dificuldades vividas pelas brasileiras no combate à violência doméstica e familiar.

“A série histórica das pesquisas do DataSenado é instrumento de controle social e modelo de acompanhamento na aplicação das leis aqui aprovadas”, diz o presidente Renan Calheiros. “Os índices de cada pesquisa do DataSenado retratam como a sociedade reage à lei e também como – e em que espaço de tempo – as leis podem mudar para melhor atitudes e comportamentos”, reforça o presidente.

A pesquisa do DataSenado revela também que, apesar das mudanças, há um longo caminho a seguir no combate à violência contra as mulheres. É possível estimar que 700 mil brasileiras continuam sofrendo agressões, principalmente de seus companheiros, e que 13,5 milhões de nossas mulheres – 19% da população feminina acima de 16 anos – já foram vítimas de algum tipo de agressão.

Em todo o país, as mulheres de menor nível educacional ainda são as mais agredidas – 71% dessas relatam aumento de violência em seu cotidiano. E 31% das vitimas ainda convivem com o agressor. A violência física predomina, mas cresce o reconhecimento das agressões moral e psicológica.

A pesquisa do DataSenado expõem também contradições resultantes do processo natural de aplicação da Lei Maria da Penha. A exemplo, apesar do majoritário reconhecimento de proteção advindo da Lei, 63% das entrevistadas avaliam que a violência contra as mulheres tem aumentado. Também a maioria considera que o fato de as queixas de agressão só poderem ser retiradas diante do juiz prejudica a Lei Maria da Penha.

O medo, registra o DataSenado, ainda é o maior inibidor das denúncias de agressões. A dependência financeira vem em segundo lugar, curiosamente registrada entre mulheres de melhor condição financeira.

Em um ranking de 84 países, o Brasil é o sétimo no triste registro do assassinato de mulheres. Na América do Sul, só perde para a Colômbia e, na Europa, para a Rússia. Os números brasileiros desses assassinatos ainda são maiores do que os de todos os países árabes e todos os africanos. (Indicativos do Mapa da Violência 2012, publicação do sociólogo Júlio Jacobo).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf

Tabela 43 Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado

Pesquisa PEC das Domésticas e Pesquisa Transparência do Senado

Período de Aplicação	16 a 30 de abril de 2013
Total de Participantes	1.222
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

O DataSenado, serviço do Senado Federal responsável pelo monitoramento da opinião pública, realizou pesquisa com 1.222 entrevistas, entre os dias 16 e 30 de abril, para conhecer a opinião dos brasileiros sobre a emenda constitucional 72, de 2013, conhecida como PEC das domésticas, e a aceitação popular das medidas adotadas pelo Senado para gerar economia de gastos e fortalecer a transparência. A pesquisa tem abrangência nacional, e margem de erro de 3 (três) pontos percentuais, para mais ou para menos.

Novos direitos das domésticas são bem recebidos e contam com 81% de aprovação

A pesquisa revelou que mais de 95% da população brasileira sabe da promulgação da PEC das Domésticas. Dentre esses, 8 em cada 10 aprovam a medida que beneficiou mais de 7 milhões de trabalhadores, estendendo os direitos dos trabalhadores formais àqueles que exercem sua profissão nos lares. Os resultados demonstram que o assunto, de grande impacto social, despertou o interesse dos brasileiros e foi largamente difundido. Apesar da aprovação majoritária sobre os novos direitos dos trabalhadores domésticos, ainda há dúvidas, por exemplo, quanto ao seguro contra acidentes de trabalho (63%) e ao pagamento de horas extras (59%), direitos agora garantidos.

Medidas de economia e transparência do Senado chegam a 90% de aprovação

A pesquisa investigou também a opinião nacional sobre medidas adotadas pela nova Mesa Diretora do Senado para gerar economia na Instituição e fortalecer a transparência. A média de aprovação, pela população, das medidas administrativas abordadas pela equipe de pesquisadores foi de 81%. Dentre os temas pesquisados, estão: a redução de gastos com contratos de terceirização, o corte de cargos de chefia, a criação do Conselho de Transparência com participação de membros da sociedade civil, e a transferência de médicos do Senado para atender a população em hospitais públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-PEC_das_domesticas_e_medidas_administrativas_e_de_economia_do_Senado.pdf

Tabela 44 Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação

Pesquisa Transparência e Lei de Acesso à Informação	
Período de Aplicação	16 a 30 de abril de 2013
Total de Participantes	1.222
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

No primeiro aniversário da Lei de Acesso à Informação (LAI), o DataSenado realizou pesquisa nacional sobre transparência e acesso a informações públicas e verificou que 47,7% dos brasileiros afirmam já ter ouvido falar da nova Lei. Foram entrevistadas 1.222 pessoas, em todas as regiões do país, no período de 16 a 30 de abril de 2013. A pesquisa conta com um nível de confiança de 95% e uma margem de erro de 3 (três) pontos percentuais.

Para a população, transparência facilita a fiscalização

A LAI, ou Lei 12.527, de 2011, entrou em vigor 180 dias após sua promulgação e estabeleceu que qualquer cidadão tem o direito de requerer informações de interesse público, não protegidas por sigilo, a órgãos governamentais, e o direito de receber a resposta em até 30 dias corridos. Em pergunta feita apenas aos que disseram já ter ouvido falar da Lei, 81,5% concordam que a divulgação de informações sobre como e onde são investidos os recursos públicos ajuda a população a fiscalizar os atos dos governantes. Essa percepção é majoritária em todos os estratos da população.

Transparência na saúde, educação e segurança pública são prioridades

A pesquisa revelou que quase dois terços (63,6%) das pessoas que tiveram necessidade ou interesse de buscar informações públicas apontaram os gastos com saúde, educação e segurança como os assuntos mais importantes a ser divulgados pelos órgãos públicos. Apenas um quinto (20,6%) disse que é mais importante a divulgação dos gastos internos dessas entidades. As demais respostas se dividiram entre o valor dos salários dos funcionários públicos (9,4%), os gastos com estradas e ruas (2,8%) e os gastos com coleta de lixo e transporte coletivo (1,5%).

Nos últimos 12 meses, quase um terço das pessoas (32,2%) afirmaram ter entrado em contato com algum órgão público ou entraram na página do órgão na internet para obter informações. A busca por informações públicas mostrou-se maior na parcela da população que tem renda individual bruta superior a 5 salários-mínimos.

Para aqueles que haviam procurado informações, desde o início da vigência da LAI, foi pedido que avaliassem a dificuldade enfrentada para obter o que desejavam. Para a maioria (52,7%), a tarefa foi fácil. Contudo, expressiva parcela (30,8%) avaliou como difícil a busca pelas informações e 13,2% não obtiveram a informação que procuravam.

Quanto à confiança nas informações divulgadas, a pesquisa demonstra que 55,6% da população confia, integral ou parcialmente, nos dados sobre gastos de órgãos públicos.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Transparencia_e_Lei_de_Acesso_a_Informacao.pdf

Tabela 45 Pesquisa Lei de Drogas

Pesquisa Lei de Drogas	
Período de Aplicação	4 a 25 de junho de 2013
Total de Participantes	1.226
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Pesquisa realizada pelo DataSenado revelou que 80,4% da população acreditam que dependentes de drogas devem ser obrigados a passar por tratamento especializado. Somente 18,3% dos respondentes se disseram contrários à internação compulsória. Para 27,5%, a influência de amigos é o principal motivo que leva uma pessoa a utilizar drogas. Outros 26,9% afirmam que a falta de apoio familiar é o maior responsável pelo mau passo, enquanto 22,8% creem tratar-se basicamente de uma escolha pessoal.

Na opinião de 75,8% dos entrevistados, o traficante condenado que portava pequena quantidade de entorpecente não deve ter uma punição mais branda que os demais. Além disso, 78,3% concordaram que a pena máxima a que o usuário de drogas pode ser condenado deve passar de cinco para 12 meses de serviço comunitário. E, no caso de usuários reincidentes, essa pena deve ser ampliada de 10 para 24 meses na opinião de 82,8% dos participantes.

Os dados foram coletados através de entrevistas telefônicas, entre os dias 4 e 25 de junho, com uma amostragem aleatória de 1.226 pessoas, distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro admitida é de três pontos percentuais para mais ou para menos. O nível de confiança é de 95%, o que significa que, se forem realizadas 100 pesquisas usando a mesma metodologia, aproximadamente 95 terão os resultados dentro da margem de erro estipulada.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado_Lei-de-Drogas_Julho-de-2013.pdf

Tabela 46 Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares

Pesquisa Online O cidadão e as manifestações populares	
Período de Aplicação	2 a 25 de julho de 2013
Total de Participantes	9.064
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

Primeira pesquisa feita por internet pelo DataSenado, com parceria do PRODASEN, mostra aprovação da maioria dos internautas entrevistados às votações da pauta prioritária do Senado, incluindo o projeto que transforma corrupção e homicídio em crimes hediondos, passe livre para estudantes e a ficha limpa para cargos públicos. A maioria dos projetos votados pelos parlamentares em julho teve aprovação de mais de 60% dos entrevistados.

A pesquisa nacional foi aplicada durante o mês de julho, investigando assuntos debatidos no Parlamento e reivindicações apresentadas nas manifestações de rua. A sondagem foi feita por internet, com retorno de 9.064 questionários respondidos. Essas peculiaridades da pesquisa, no entanto, fazem com que o universo pesquisado não seja representativo da população brasileira, mas registro significativo do sentimento do grupo de usuários de internet e redes sociais.

Mesmo com medidas anunciadas pela Presidência da República e pelo Congresso, 42,8% dos respondentes acham que as manifestações vão aumentar; 33,7% acham permanecerão iguais e 17,1% acreditam que diminuirão.

Dos nove mil internautas que responderam a pesquisa, 70,6% são homens, 82,6% são usuários de redes sociais, 59,1% têm ensino superior ou pós-graduação e 49,5% moram na região sudeste do país.

A pesquisa do DataSenado mostra grande expectativa com o resultado das pressões das ruas – 61,3% acreditam que o país deve mudar para melhor. Mais de 1/3 dos que responderam ao questionário enviado pelo DataSenado (39,1%) afirmaram ter participado das manifestações - 74,8% dos quais manifestam disposição de voltar às ruas caso não aconteçam as mudanças desejadas.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_as_manifestacoes_populares_v2.pdf

Tabela 47 Pesquisa Reforma Política

Pesquisa Reforma Política	
Período de Aplicação	29 de julho a 22 de agosto de 2013
Total de Participantes	1.229
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração dos Resultados

O DataSenado realizou nas últimas semanas uma pesquisa para avaliar a opinião dos brasileiros a respeito de temas que compõem a chamada reforma política. Os resultados revelam que 84,1% dos brasileiros acreditam que mudanças na legislação sobre política, eleições e candidatos trazem vantagens para o país. Esse índice confirma tendência identificada em pesquisa de 2011, quando a reforma política era defendida por 78,7% da população.

Os entrevistados foram instados a responder também sobre o sistema eleitoral: 58,6% aprovam o voto distrital; 77,9% optaram por votar no próprio candidato e não em listas fechadas, e 63,7% preferem o sistema majoritário para a eleição de deputados e vereadores. Quanto ao modelo de financiamento de campanhas, 48,6% disseram que as campanhas eleitorais deveriam receber apenas dinheiro privado.

Duas questões dividem a opinião dos brasileiros: as coligações partidárias e a unificação das eleições nacionais, estaduais e municipais. Metade dos respondentes se mostrou favorável a esses pontos, enquanto a outra metade, contrária.

A respeito da obrigatoriedade do voto, 68,8% afirmaram que o voto não deve ser obrigatório. Apesar disso, a maioria (78,9%) declarou que, mesmo em um cenário com voto facultativo, votaria nas próximas eleições.

Os dados da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas telefônicas entre os dias 29 de julho e 22 de agosto de 2013, com uma amostragem aleatória de 1229 pessoas distribuídas em todas as unidades da federação. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Reforma_politica-2013n.pdf

Tabela 48 Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana

Pesquisa Denúncias de Espionagem Americana	
Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
Total de Participantes	811
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

A maioria dos brasileiros – 88,2% – teve conhecimento das denúncias sobre espionagem dos americanos feita contra autoridades brasileiras, inclusive a presidente da República, e defende apuração profunda dos fatos por considerar que o Brasil foi desrespeitado.

Os altos índices de conhecimento e indignação alcançam todas as classes sociais - 100% entre os que ganham mais de cinco salários mínimos tiveram conhecimento do fato e 81,9% entre os que declararam não possuir renda.

A convicção de que o Brasil foi desrespeitado é majoritária em todos os segmentos, alcançando 87,8% do total de entrevistados. O aprofundamento das investigações também é defendido por 85,2%, chegando a 89,3% no Nordeste.

Os números são de pesquisa telefônica do DataSenado, feita com 881 pessoas em todo o Brasil, entre os dias 18 e 30 de setembro. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Denuncias_de_espiamento.pdf

Tabela 49 Pesquisa 25 anos da Constituição

Pesquisa 25 anos da Constituição	
Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
Total de Participantes	811
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

No ano em que a Constituição Federal de 1988 completa 25 anos, o DataSenado realizou pesquisa nacional para verificar o que pensam os brasileiros sobre a Carta Magna e sobre sua aplicação. Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro de 2013, com uma amostragem aleatória de 811 pessoas distribuídas em todas as unidades da Federação. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais.

Os entrevistados foram perguntados sobre qual norma introduzida ou ampliada pela Constituição consideravam a mais importante. Mais de um terço (34,3%) escolheu saúde como direito de todos. Em seguida, veio educação como direito de todos (27,8%) e liberdade de expressão (13,1%).

Os resultados da pesquisa demonstraram também que direitos, deveres e normas constitucionais precisam de mais divulgação entre os brasileiros. Isso porque pouco mais da metade dos entrevistados (50,8%) avalia ter conhecimento médio da Constituição, outros 35,1% afirmam ter baixo conhecimento, enquanto 7,8% julgam não ter conhecimento algum. Apenas 5,3% dos participantes declararam possuir elevado nível de conhecimento sobre o texto constitucional.

A pesquisa avaliou ainda se a população considera que o Brasil melhorou ou piorou após a promulgação e se ela acha que a Constituição é respeitada. Entre os entrevistados que declararam ter algum conhecimento da Constituição, 46,2% acham que o Brasil melhorou por causa dela. Apesar desta avaliação positiva, ampla maioria (84,1%) acredita que a Constituição não é plenamente respeitada no país.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-25_anos_CF.pdf

Tabela 50 Pesquisa Federalização da Educação Básica

Pesquisa Federalização da Educação Básica	
Período de Aplicação	18 a 30 de setembro de 2013
Total de Participantes	811
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3,5 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Pesquisa do DataSenado mostra crescimento da insatisfação dos brasileiros com a gestão da educação, com os salários e com o processo de seleção dos professores. Cerca de 78,0% dos entrevistados concordam que a responsabilidade sobre a educação básica seja exclusiva do governo federal. Atualmente ela é compartilhada entre União, estados e municípios.

Também a maioria dos pesquisados – 65,2% – aprova a priorização de recursos para o ensino fundamental, enquanto a unificação dos salários e do processo seletivo dos professores é desejo de 83,0% e 87,9% dos entrevistados. Baixos salários e falta de qualificação dos professores são os principais problemas enfrentados pelo sistema de ensino para crianças em nosso país, segundo 31,7% e 20,8% dos entrevistados, respectivamente.

A pesquisa – solicitada pela Comissão de Educação do Senado Federal – evidencia ainda significativo crescimento entre os que avaliam negativamente a educação pública no Brasil. Em 2011, 37,0% escolheram as opções ruim ou péssima. Hoje são 53,8%. O índice dos que optaram por regular passou de 44,0%, dois anos atrás, para 36,6% agora. Já a classificação ótima ou boa alcançava 18,0% e atualmente fica na casa dos 9,0%.

Os dados foram coletados pelo Alô Senado, por meio de entrevistas telefônicas, entre os dias 18 e 30 de setembro, com 811 pessoas em todo o Brasil. A margem de erro é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos, e o nível de confiança é de 95%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/DataSenado/pdf/datasenado_Relatorio_da_pesquisa_sobre_federalizacao_de_educacao_v3.pdf

Tabela 51 Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil

Pesquisa Condições de vida das pessoas com deficiência no Brasil	
Período de Aplicação	28 de outubro a 25 de novembro de 2013
Total de Participantes	1.007
Abrangência	Nacional
Margem de erro	3 pontos percentuais
Nível de confiança	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Na semana dedicada às pessoas com deficiência, pesquisa do DataSenado registrou as mudanças positivas e as dificuldades que persistem na vida de pessoas com deficiência física, visual e auditiva no Brasil. Foram entrevistadas 1.007 pessoas em todo o país, considerada a ponderação estatística.

Para 53,4% dos respondentes, a legislação existente torna mais fácil a contratação da pessoa com deficiência, sendo que 79,4% dos que trabalham na iniciativa privada acham que o seu empregador cumpre a Lei 8.213/1991, a qual estabelece o preenchimento de vagas para pessoas com deficiência nas empresas com mais de 100 empregados.

Foi registrado um crescimento de 11,5 pontos percentuais na quantidade de pessoas empregadas desse segmento da população. Em 2010, eram 55% e, agora, são 66,5% as pessoas com deficiência que exercem atividade remunerada; 48,9% delas nunca se sentiram discriminadas no ambiente de trabalho.

A garantia de espaço no mercado de trabalho caminha junto do aperfeiçoamento e da especialização: 73,8% dos respondentes já fizeram algum curso de formação para aumentar a chance de emprego, e 93,3% têm ensino médio ou superior. A integração, inclusive, é desejo majoritário dos brasileiros com deficiência – 71,0% afirmam que, se pudessem escolher onde estudar, optariam por uma classe comum em escola regular.

Para 73,5% dos pesquisados, a internet é hoje o principal meio de comunicação usado para buscar informações. Contudo, 53,7% querem que a TV seja o meio de comunicação a receber mais investimento para atender às pessoas com deficiência.

A mobilidade urbana mostra-se como grande vilã na rotina das pessoas com deficiência – para 68,1%, apenas uma minoria dos prédios públicos está adaptada às suas necessidades; 59,2% apresentam a mesma queixa em relação às ruas e calçadas, e 46,8% denunciam: o transporte público de suas cidades não atende bem às pessoas com deficiência.

Ao final da pesquisa, uma demonstração de que muito ainda precisa ser feito: na opinião de 80,1% dos pesquisados, os direitos da pessoa com deficiência não são respeitados no Brasil.

Esta é a segunda edição da pesquisa sobre o cotidiano, as dificuldades e as aspirações dos brasileiros com deficiência. Os dados foram coletados pelo Alô Senado dos dias 28 de outubro a 25 de novembro de 2013. A pesquisa contou com a parceria do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD), do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) e da Associação Niteroiense dos Deficientes Físicos (Andef).

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Condicoes_de_Vida_das_Pessoas_com_Deficiencia_no_Brasiln.pdf

Tabela 52 Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas

Pesquisa Copa do Mundo e PEC das Domésticas	
PERÍODO DE APLICAÇÃO	14 A 26 DE FEVEREIRO DE 2014
TOTAL DE PARTICIPANTES	809
Abrangência	NACIONAL
MARGEM DE ERRO	3,5 PONTOS PERCENTUAIS
NÍVEL DE CONFIANÇA	95%

FONTE: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Copa do Mundo

Pesquisa de opinião feita pelo DataSenado a pedido da revista *Em Discussão!* mostra um país dividido entre o sentimento de orgulho e o de rejeição em sediar o maior evento do futebol mundial. Se 60% acham que realizar a Copa no Brasil é motivo de orgulho para o povo brasileiro, 76% consideram que os gastos com estádios estão acima do necessário, e 86% acreditam que os recursos públicos destinados ao evento teriam melhor aproveitamento em outras áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Outros dados do levantamento deixam clara a divisão da população com relação à Copa. Dos entrevistados, 42% aprovam a realização do Mundial no país, enquanto 40% desaprovam. Um empate técnico, tendo em vista que a margem de erro da pesquisa é de 3,5 pontos percentuais, para mais ou para menos.

Da mesma forma, não há uma tendência clara na avaliação dos benefícios que a Copa pode trazer ao país: 49% acham que haverá um legado positivo, enquanto outros 49% acreditam que não. A percepção é confirmada quando os entrevistados opinam sobre as obras feitas por causa do evento. Para 43%, construções e reformas em estádios, aeroportos e na mobilidade urbana, por exemplo, vão ajudar o país – número bem próximo dos que acham que as obras não farão diferença (42%).

A polarização se repete quando as pessoas são perguntadas sobre a imagem do Brasil no exterior: enquanto 29% acham que vai melhorar, 28% avaliam que vai piorar (para 40% permanecerá inalterada).

As Regiões Norte e Nordeste tendem a dar mais apoio à Copa. O evento também é mais popular entre homens, entre os que têm renda mais baixa e menor escolarização. Por outro lado, moradores do Sul e do Sudeste, mulheres, os que ganham mais de dez salários mínimos, têm nível superior e os moradores de cidades-sede são mais críticos com relação ao Mundial e aos resultados do evento.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Copa_do_Mundo_de_Futebol_2014.pdf

Demonstração dos Resultados

PEC das Domésticas

Pesquisa DataSenado constatou que 84% dos brasileiros têm conhecimento da promulgação da chamada PEC das Domésticas e que, desses, 85% aprovam a medida que concedeu novos direitos para a categoria dos trabalhadores domésticos. Em abril de 2013, em pesquisa realizada imediatamente após a promulgação da emenda, o DataSenado havia registrado aprovação por parte de 81% dos entrevistados – o índice atual é, portanto, 4 pontos percentuais maior. De maneira diversa, o percentual de pessoas que afirmam conhecer a PEC diminuiu do ano passado para cá, mas ainda soma ampla maioria: eram 96% em 2013, e agora são 84%. O apoio à PEC está acima de 78% em todos os níveis de renda e é ainda maior nas camadas mais pobres da população, chegando a 93% entre as pessoas que declaram não possuir renda individual.

Se, à época de sua aprovação, o texto gerava dúvidas entre os empregadores e também entre os próprios empregados domésticos, agora os efeitos da PEC estão se tornando cada vez mais claros. De acordo com o DataSenado, maioria de 62% dos entrevistados que conhecem a PEC avalia positivamente os resultados da mudança na legislação, afirmando que ela tornou mais fácil a vida do trabalhador doméstico. Para 23%, a vida desse trabalhador permaneceu igual, enquanto 12% acham que ela piorou.

Nesse aspecto, também a avaliação das classes de baixa renda é mais positiva. Ao olhar o recorte por renda, o DataSenado verificou que, para os grupos de pessoas sem renda ou que ganham até 2 salários mínimos, respectivamente 74% e 68% acham que a vida dos trabalhadores domésticos melhorou com a aprovação da PEC - valores bem acima da média dos outros grupos.

Como era de se esperar, o aumento na dificuldade de contratar trabalhadores domésticos após a aprovação da PEC é apontado com mais intensidade por estratos de alta escolaridade e renda. No grupo que concluiu o ensino superior, por exemplo, 67% dos entrevistados sustentam que a aprovação da PEC dificultou a contratação do trabalhador doméstico; entre os que ganham mais de 5 salários mínimos, são 69% os que partilham dessa opinião. Ao todo, somaram 20% os que afirmaram que a contratação ficou mais fácil após as novas regras, sendo que para 24% não houve diferença.

Alguns dos direitos trazidos pela PEC das Domésticas que ainda precisam ser regulamentados têm aprovação quase que unânime da população. Com efeito, FGTS (97%), seguro-desemprego (96%), seguro contra acidentes de trabalho (95%), intervalo para refeições (94%) e adicional noturno (92%) receberam amplo apoio na sondagem. Já o salário-família, pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda, foi um pouco mais controverso, mas ainda assim teve alto índice de aprovação: 78%.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Um_ano_de_PEC_das_domesticas.pdf

Tabela 53 Pesquisa Legalização da Maconha

Pesquisa Legalização da Maconha	
PERÍODO DE APLICAÇÃO	6 DE JUNHO A 7 DE JULHO DE 2014
TOTAL DE PARTICIPANTES	1.106
ABRANGÊNCIA	NACIONAL
MARGEM DE ERRO	3 PONTOS PERCENTUAIS
NÍVEL DE CONFIANÇA	95%

FONTE: STRANS

Demonstração de Resultados

O debate sobre a liberação e regulação da maconha no Brasil ganhou força no Congresso Nacional após sugestão popular recebida pelo Portal e-Cidadania no início do ano. Ao obter mais de 20 mil manifestações de apoio, a proposta foi enviada para exame à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O tema é polêmico e, buscando contribuir com o debate, o DataSenado realizou pesquisa de opinião sobre o assunto.

O levantamento revelou que 57% dos brasileiros são a favor da legalização da maconha para fins medicinais, sendo que 9% declararam-se ainda a favor da liberação para qualquer fim; os outros 48% são a favor da legalização exclusivamente para uso medicinal e, na opinião de 42%, a substância deve continuar totalmente proibida, como é hoje.

Na análise por religião/crença, é possível perceber pontos de vista antagônicos: dos entrevistados que se declararam evangélicos, por exemplo, 44% são a favor da legalização para fins terapêuticos, número que sobe para 72% entre os que afirmam não ter religião ou crença. Quanto à avaliação por região do país, a diferença de opiniões ocorre de forma mais sutil. Se no Sul 64% dos entrevistados aprovam a legalização para uso medicinal, no Centro-Oeste são 45% os que têm a mesma opinião.

A maconha é considerada porta de entrada para drogas mais pesadas por 82% da população. Além disso, maioria de 67% acredita que o tráfico de drogas não diminuiria após a legalização, bem como 77% acham que o número de usuários de Cannabis acabaria aumentando se a erva fosse liberada para consumo recreativo.

Quando perguntados se conheciam alguém que fuma ou já fumou maconha, 78% dos entrevistados afirmaram que sim. No entanto, apenas 7% declararam já ter fumado a droga, disparidade que pode ser explicada pelo fato de o assunto ainda ser tido como tabu no Brasil. Muitos entrevistados podem se sentir desconfortáveis em responder a uma pergunta delicada ou admitir que fazem uso de uma substância proibida.

Ao comparar o cigarro de maconha com duas drogas lícitas, registra-se que 50% dos brasileiros acham-no tão prejudicial à saúde quanto o cigarro de tabaco, enquanto 22% acreditam que a erva faz menos mal à saúde. Com relação ao álcool, o percentual dos que acham que a maconha é igualmente prejudicial à saúde sobe para 59%, e o dos que acham que ela é menos prejudicial perfaz 17% do total.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Legalizacao_da_maconha.pdf

Tabela 54 Pesquisa Mulheres na Política

Pesquisa Mulheres na Política	
PERÍODO DE APLICAÇÃO	12 DE AGOSTO A 3 SETEMBRO DE 2014
TOTAL DE PARTICIPANTES	1.091
ABRANGÊNCIA	NACIONAL
MARGEM DE ERRO	3 PONTOS PERCENTUAIS
NÍVEL DE CONFIANÇA	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

“Você prefere votar em homens ou em mulheres?” Essa não é uma questão relevante na escolha dos brasileiros sobre quem querem eleger. Para 83% da população, o sexo do candidato não faz diferença na hora de votar. Para reforçar que não levam em conta o sexo, 79% alegam já ter votado em alguma mulher para ocupar um cargo político.

Isso é o que revela a recente pesquisa do DataSenado, em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher, sobre a participação e a representação da mulher na política brasileira. A pesquisa – primeira do gênero realizada no país – foi feita entre os dias 12 de agosto e 3 de setembro, com abrangência nacional.

O fato de já termos eleito uma mulher para a Presidência da República fortaleceu o contexto favorável à eleição de mais mulheres na política brasileira: para 65% dos entrevistados, a eleição da presidente influencia o eleitorado a votar em mais mulheres. Essa influência se confirma nas pesquisas eleitorais para presidente: temos duas mulheres entre os três candidatos mais bem cotados.

Se o eleitorado não demonstra ter restrições quanto ao sexo dos candidatos, se afirma já ter votado em mulheres e ainda crê que o fato de haver uma presidente mulher estimula o voto em mais mulheres, o que explica então a baixa representatividade das mulheres na política?

Com o objetivo de obter a resposta, a parcela feminina foi convidada a opinar sobre qual o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político. Para 41% das respondentes, a falta de apoio dos partidos políticos é a principal razão para as mulheres não se candidatarem, seguida da falta de interesse por política (23%) e da dificuldade de concorrer com um homem (19%).

A pesquisa, também, constatou que projetos de lei que buscam conferir maior igualdade entre os sexos têm a aprovação da maioria dos entrevistados. A proposta de paridade entre os sexos nas listas de candidatos dos partidos – ou seja, metade das vagas nas listas para os homens e metade para as mulheres –, por exemplo, recebeu apoio de 71% dos entrevistados.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa_Mulheres_na_Politica.pdf

Tabela 55 Pesquisa “CCT Banda Larga”

Pesquisa “CCT Banda Larga”

PERÍODO DE APLICAÇÃO	29 DE OUTUBRO A 12 DE NOVEMBRO DE 2014
TOTAL DE PARTICIPANTES	809
ABRANGÊNCIA	NACIONAL
MARGEM DE ERRO	3,5 PONTOS PERCENTUAIS
NÍVEL DE CONFIANÇA	95%

Fonte: STRANS

Demonstração Dos Resultados

Entre os pesquisados, apenas 22% ainda não têm acesso à internet em seus domicílios, índice que cresce para 43% no Norte do país e cai para 11% no Sul. É o que revela pesquisa telefônica do DataSenado feita por solicitação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), que ouviu 809 pessoas residentes em todos os estados brasileiros, excluindo as capitais. As entrevistas foram realizadas de 29 de outubro a 12 de novembro, com maiores de 16 anos.

As principais causas apontadas para justificar a ausência de internet em casa foram: não ter computador na residência, que alcança 28% dos sem internet, seguida pelos 26% que não têm internet disponível na região e 25% que não têm dinheiro para pagar pelo serviço. Outros 12% disseram não ter interesse pelo acesso à rede.

A pesquisa também registrou que o acesso diário à internet é majoritário entre os respondentes – dos 78% que estão conectados em suas residências, 92% desses acessa a rede todos os dias. A conexão via cabo é utilizada por 36% e a linha telefônica por 32%. Outros 15% utilizam modem de telefonia móvel, 8% rádio e 3% satélite.

Os de maior escolaridade usam mais internet - apenas 17% dos pesquisados que concluíram o ensino superior não têm conexão doméstica de internet. Entre os que têm apenas o ensino fundamental esse índice é de 43%.

A internet é também o meio mais usado para acessar páginas de órgãos públicos – utilizada por 68% dos respondentes, de acordo com a pesquisa.

O Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), criado em 2010, pelo Governo Federal, para levar o acesso à internet às regiões mais carentes, é conhecido por um terço dos entrevistados - 33%. Intensamente debatido pela CCT, em 2014, o PNBL motivou a realização desta pesquisa.

Relatório completo disponível em:

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Qualidade_da_Internet_Banda_Larga.pdf

3.4 Acesso às Informações do Senado Federal

Criado em 2009, o Portal da Transparência centralizou uma extensa gama de informações públicas sobre o Senado, com destaque para aquelas pertinentes à gestão administrativa da Casa. Em 2013 passou por nova reformulação, agregando novos conteúdos e funcionalidades com a finalidade de aprimorar a transparência ativa, por meio de um Portal cada vez mais completo e 100% acessível.

Tais ajustes têm sido realizados com base em avaliações periódicas da equipe técnica, a partir de análises dos relatórios de solicitações de informações da LAI, demandas específicas da alta administração da Casa e recomendações do Conselho de Transparência e Controle Social do Senado Federal.

No endereço <http://www.senado.gov.br/transparencia/> é possível encontrar informações relativas a:

- Administração, Governança Corporativa e Gestão Estratégica: Estrutura Administrativa, Atos Normativos, Mapa e Agenda Estratégica, Plano de Metas, Relatórios Administrativos, Relatórios Anuais sobre a Aplicação da Lei de Acesso à Informação, Levantamento do Perfil de Governança e Gestão de Pessoas - TCU.
- http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/pdf/estrutura_administrativa_SF.pdf
- <http://www.senado.gov.br/transparencia/adm/administracao.asp>
- <http://www12.senado.gov.br/transparencia/adm/governanca>
- Senadores: gastos com Cotas para Exercício da Atividade Parlamentar, Subsídios, Proventos e Aposentadorias, utilização de Auxílio-Moradia e Imóvel Funcional, pagamento e devolução de Diárias, Normas e Prerrogativas inerentes ao mandato parlamentar.
- <http://www.senado.gov.br/transparencia/sen/senadores.asp>
- Licitações e Contratos: íntegra de licitações e contratos firmados pelo Senado.
- <http://www.senado.gov.br/transparencia/liccontr/liccontr.asp>

- Orçamento e Finanças: Informações sobre as Receitas do Senado Federal, organizadas por exercício financeiro; Informações sobre as Despesas Diárias do Senado Federal, organizadas por elemento e pela fase da despesa; Relatórios com os suprimentos concedidos e as despesas executadas com suprimento, organizados por exercício financeiro; Informações sobre o consumo de materiais, por órgão do Senado Federal, com quantitativo e valor; Informações sobre os bens patrimoniais, por órgão do Senado Federal, com descrição e quantitativo; Relatórios de Gestão Fiscal; Relatórios de Gestão e de Auditoria de Gestão, Certificado de Auditoria de Gestão, Parecer do Dirigente do Órgão de Controle Interno e Pronunciamento do Presidente do Senado Federal, organizados por exercício; Demonstrativo da limitação de empenho e movimentação financeira; Relatório com o Total de Beneficiários por Benefício.
- <http://www.senado.gov.br/transparencia/orcfin/orcfin.asp>
- Recursos Humanos: informações relativas a servidores efetivos e comissionados; lista completa de pensionistas do Senado Federal; servidores disponibilizados ao GDF e ao Senado Federal, por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 02, de 2013; lista completa de servidores aposentados, efetivos e comissionados; informações sobre pagamento e devolução de diárias pagas a servidores em viagem a trabalho; informações sobre pensionistas do Senado Federal; relatórios consolidados de horas extras pagas mensalmente aos servidores; relatório com a estimativa de servidores que implementaram ou implementarão as condições para aposentadoria voluntária com paridade ou que serão aposentados compulsoriamente até 2014; estrutura remuneratória dos cargos efetivos do quadro de pessoal; quadros com quantitativo de cargos efetivos e de funções comissionadas; relatório com o quantitativo de servidores estáveis e não estáveis; informações sobre concursos públicos
- <http://www.senado.gov.br/transparencia/rh/rh.asp>

3.5 Avaliação do Desempenho do Senado Federal

A Carta de Serviços ao Cidadão do Senado Federal está em fase de estudos, para posterior elaboração e divulgação (informação fornecida pela Ouvidoria). No entanto, conforme menção anterior, o serviço DataSenado realiza pesquisa de satisfação do Alô Senado, canal de relacionamento com a sociedade, e pesquisas de opinião para avaliar a atuação do Senado Federal.

3.6 Medidas Relativas à Acessibilidade

Em 2014 o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais/Acessibilidade Senado Inclusivo desenvolveu as seguintes ações socioambientais:

1. Acompanhamento de processos
 - 00200.009269/2013 (o processo encontra-se na SINFRA)

ASSUNTO: Instalação de plataforma elevatória para acesso à Tribuna do Plenário. / Promover acessibilidade à Tribuna do Plenário.

Situação: Tramitado para SEPPRE 08/05/2014

Despacho: Com considerações sobre a pesquisa de preços. Seguem Volumes I e II.

- 00200.006611/2013

ASSUNTO: Remarcação de vagas nos estacionamentos do Senado Federal, com a reserva de vagas especiais destinadas às pessoas com deficiência e aos idosos. / Adequação aos critérios definidos em lei.

Situação: Tramitado para SESIN 25/06/2014

Despacho: Devolução após consulta

- 0200.009269/2013

ASSUNTO: Encaminha Termo de Referência e especificação técnica referente ao serviço de fornecimento e instalação, com prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva durante o prazo de 60 MESES, de uma plataforma elevatória, conforme processo nº 005.831/13-0, ata da Comissão Diretora ATC nº03 de 2013, e presta esclarecimentos. ____(Volume 2º com paginas sequenciais de(245).

Situação: Tramitado para SINFRA 03/09/201

Despacho: Encaminha manifestação

- 0200.017746/2008

ASSUNTO: Solicita com urgência, avaliação da junta médica.

Situação: Tramitado para CODARQ 13/11/2014

Despacho: Para realização do estudo de viabilidade da demanda.

- 0200.27925/2013

ASSUNTO: Minuta de ato que institui o programa de inclusão no trabalho da pessoa com deficiência no âmbito do Senado Federal.Situação: Tramitado para DGER 27/01/2014

Despacho: Encaminha para conhecimento a nova minuta do ato que institui o programa de inclusão do trabalho da pessoa com deficiência, com implantação de correções recomendadas pelo SGIDOC e pela ADVOSF, contendo justificativa com fundamentação sobre a edição do ato, com sugestão de encaminhamento à comissão diretora.

2. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 10 de fevereiro.

Status: ação pontual.

Ação: Debater o Tema: Empenho dos Poderes Públicos no Direito do Trabalhador quanto à Prevenção de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. No momento acontecerá também o lançamento da Cartilha da Norma Regulamentadora nº 36, do Setor de Frigoríficos.

Participantes: Senador Paulo Paim; Leoclides Milton Arruda, Chefe do Centro Regional do Distrito Federal da Fundação Jorge Duprat e Figueiredo – Ministério do Trabalho e Emprego; Artur Bueno de Camargo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e Afins; Valdir Pereira da Silva, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região e José Calixto Ramos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

Participação da integrante do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

3. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 13 de fevereiro.

Status: ação pontual.

Ação: Debater o tema: “A contribuição da Frente Parlamentar de Homens pelo fim da Violência contra as Mulheres na sensibilização do público masculino, para o enfrentamento à violência doméstica e familiar”.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Edgar Pretto, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul - Deputado Estadual do Rio Grande do Sul; Tenente Bruno, Coordenador da Frente Parlamentar dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres da Câmara de Vereadores de Pelotas-RS Vereador de Pelotas, RS; Aparecida Gonçalves, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Presidência da República; Ariane Leitão, Secretária de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado do RS e Marcon, Deputado Federal - PT/RS.

Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Andreea Bakaj e Eliane Ferreira.

4. Reunião com a Diretoria-Geral Adjunta e integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 11 de fevereiro, com a Diretora- Geral Adjunta, Ilana Trombka e a assessora Edna e integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho e Eliane Ferreira), na DGER.

Tema abordado: Planejamento para definir ações do Senado Inclusivo para o ano de 2014.

5. Reunião com a Coordenação de Pesquisa e Opinião - COPOP e integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 14 de fevereiro, com o integrante da COPOP (Gilvan) e integrantes do Senado Inclusivo (Célia Pessoa e Francis Botelho).

Tema abordado: Verificar a viabilidade de realização de pesquisa com servidores com deficiência do Senado Federal.

6. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 22 de fevereiro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho, Zilda e Marcos).

Tema abordado: Definir horários de trabalho, atividades e assuntos gerais do Programa Senado Inclusivo.

7. Seminário “Dia Mundial das Doenças Raras”

Status: ação pontual.

Ação: Participação dos integrantes do Senado Inclusivo (Célia Pessoa e Francis Lobo) no Seminário: “Juntos Cuidaremos Melhor”, dia 26 de fevereiro, no auditório Nereu Ramos – Anexo II da Câmara dos Deputados.

Temas abordados: Direitos e Garantias - Quais são esses benefícios; A doença mais difícil para todos: A desconhecida; Cuidados – Abordagem global do atendimento Multiprofissional; Envolvimento das Famílias e Ongs com a Sociedade Civil e A construção dos protocolos para doenças raras na visão da Comissão de Tecnologias e implementação da Portaria nº 5/2014.

8. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 12 de março.

Status: ação pontual.

Ação: Debater a Convenção de HAIA, com ênfase na situação vivida por mães e pais brasileiros que não conseguem manter a guarda de seus filhos, tendo em vista as diferenças de suporte legal que os diversos países adotam sobre a questão, bem como sobre as ações adotadas pelo governo brasileiro para solucionar tais problemas.

Participantes: Senador Paulo Paim; Senador Eduardo Suplicy; Maria do Rosário Nunes, Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Guilherme Calmon Nogueira da Gama, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça.

Participação da integrante do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

9. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 18 de março.

Status: ação pontual.

Ação: Comemorar o Dia Internacional da Mulher

Participantes: Senadora Ângela Portela; Senadora Ana Rita; Eleonora Menicucci, Ministra de Estado da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Natália de Oliveira Fontoura, Coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Claudia Araújo, Assessora da Área técnica da saúde da mulher - Ministério da Saúde e Tatau Godinho, Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres da Presidência da República.

Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj e Eliane Ferreira.

10. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 20 de março.

Status: ação pontual.

Ação: Debater os direitos e as políticas públicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down, por ocasião do dia internacional da Síndrome de Down.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim, Deputado Federal Romário; Elizabeth Tunes, Doutorado em Psicologia Educacional -Professo-

ra da Universidade de Brasília; Lurdinha Danesy, Fundadora da Associação: Mães em Movimento – AMENDF; H lvia Fortes Rodrigues. Bibliotecária; Zan Mustacchi, médico, especialista em Pediatria Genética e Tatiana dos Mares Guia, servidora do Senado Federal.

Participa o das integrantes do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Lobo e Célia Pessoa.

Links:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/senado-celebra-sindrome-de-down-na-pauta-da-casa>

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/senado-comemora-o-dia-internacional-da-sindrome-de-down-na-proxima-quinta-20>

11. Sessão Especial, Dia Internacional da Síndrome de Down, no Plenário do Senado Federal, 20 de março.

Status: a o pontual.

A o: Homenagear e debater os direitos e as políticas públicas destinadas às pessoas com Síndrome de Down, por ocasião do dia internacional da Síndrome de Down.

Participantes: Presidente Renan Calheiros; Senador Eduardo Suplicy; Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Senador Lindbergh Farias; Deputado Federal Romário; Elizabeth Tunes, Doutorada em Psicologia Educacional - Professora da Universidade de Brasília; Lurdinha Danesy, Fundadora da Associa o: Mães em Movimento – AMENDF; H lvia Fortes Rodrigues. Bibliotecária; Zan Mustacchi, médico, especialista em Pediatria Genética e Tatiana dos Mares Guiam, servidora do Senado Federal.

Participa o das integrantes do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Lobo e Célia Pessoa.

12. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

Status: a o pontual.

A o: Realizada reunião, 10 de março, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa e Francis Botelho) e SINFRA (Ana Novelli), na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Discussão do projeto de remarca o das vagas reservadas para pessoas com deficiência e idosos.

13. Solicitação para SEGRAF – Calendário de Acessibilidade e Meio

Ambiente do Senado Federal

Status: ação pontual.

Ação: Criação de capa, selo e confecção de CDs contendo os calendários anuais de Acessibilidade e de Meio Ambiente, e ainda, a gravação e a impressão da capa e selo, em 83 (oitenta e três) CDs contendo ambos os calendários.

14. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Acessibilidade da Câmara dos Deputados

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 11 de março, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Eliane Ferreira) e integrantes do Programa de Acessibilidade da Câmara dos Deputados (Adriana e Dulcenira).

Tema abordado: Tentar firmar parceria com a Câmara Federal para realizações de ações e eventos conjuntos na área de acessibilidade.

15. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo, Relações Públicas – RP, Gabinete do Senador Lindbergh Farias e Gabinete da Presidência da República.

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 14 de março, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho, Célia Pessoa e Eliane Ferreira), integrantes Relações Pública (Aline, Márcia e Andréa), integrante do Gabinete do Senador Lindbergh Farias (Ana Maria) e integrante Gabinete da Presidência da República (Ricardo Tom).

Tema abordado: Definir a organização e as ações do evento em Comemoração ao Dia Internacional da Síndrome de Down.

16. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Empresa Planalto Service

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 23 de março, com integrantes do Senado Inclusivo (Francis Botelho e Célia Pessoa), e o Senhor Milton (Gestor da Empresa Planalto Service).

Tema abordado: Mapear problemas encontrados na Acessibilidade Assistida.

17. Organização da Exposição “Lucio, arteiro, artista, lúcido pintor”

Status: ação pontual.

Ação: Realizada exposição do artista plástico, Lúcio Piantino, ocorrida dos 17 a 21 de março, no Salão Branco, no Congresso Nacional, para comemorar o Dia Internacional da Síndrome de Down, 21 de março.

Tema abordado: Exposição do artista plástico Lucio Piantino.

18. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 2 de abril.

Status: ação pontual.

Ação: Debater e marcar o Dia Mundial de Conscientização do Autismo

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Fernando Cotta,

Diretor Presidente do Movimento Orgulho Autista Brasil; Cláudia Moraes, Coordenadora do Movimento Orgulho Autista Brasil no Estado do Rio de Janeiro e Evellyn Diniz. Diretora de Relações Institucionais do Movimento Orgulho Autista Brasil.

Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Lobo e Célia Pessoa.

Link:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/senado-apoia-dia-mundial-de-conscientizacao-do-autismo>

19. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 15 de abril

Status: ação pontual.

Ação: Debater o resultado da pesquisa SIPS/IPEA (Sistema de Indicadores de Percepção Social) intitulada Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da saúde (versão preliminar), coordenada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Senadora Vanessa Grazziotin; Nana Queiroz, Jornalista, Idealizadora do Movimento “Não mereço Ser Estuprada”; Daniel Cerqueira, Diretor de Estudos e Políticas do Estado, Instituições e da Democracia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Beatriz Cruz, Coordenadora Geral de Ações de Prevenção em Segurança Pública, da Secretaria de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Rosângela Rigo, Secretária Adjunta de Enfretamento à Violência Contra as Mulheres da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

20. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 07 de abril, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa) e Comunicação Interna (Mariana).

Tema abordado: Tratar da divulgação do Calendário de ações propostas para as áreas sustentabilidade e de acessibilidade do Senado.

21. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo, integrante da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, integrante do Gabinete Senador Lindbergh Farias, integrante do Movimento Down e integrantes do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo – MPT- ES.

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 09 de abril, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa), com integrante da CDH (Augustino), integrante do Gabinete do Senador Lindbergh Farias (Ana Maria), Senador Lindbergh Farias, integrantes do Movimento Down (Maria Antônia e Christiane) e integrantes do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo (Wendell)

Tema abordado: Apresentação de material acessível, PCDLEGAL, elaborado pelo MPT- ES.

22. Elaboração de vídeo informativo, Dia Nacional do Braille, 08 de abril

Status: ação pontual.

Ação: Elaboração de vídeo informativo, produzido pelo Programa ILB in foco, jornalista, Adeline Delgado. O vídeo mostra o trabalho dos deficientes visuais, no Serviço de Impressão em Braille, SEGRAF.

Tema abordado: Divulgação das ações realizadas pelo Serviço de Impressão em Braille, SEGRAF.

Link:

<https://www.youtube.com/watch?v=BPwItD64Mco>

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/dia-nacional-do-braile>

23. XIII Feira Internacional de Reabilitação, Inclusão, Acessibilidade e Paradesporto – REATECH

Status: ação pontual.

Ação: Participação dos integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj e Francis Botelho) na REATECH, dias 10 a 13 de abril, em São Paulo.

Tema abordado: Conhecer ações e produtos de reabilitação, inclusão, acessibilidade e paradesporto.

24. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 15 de abril, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa) e Relações Públicas (Márcia e Bruno).

Tema abordado: Discutir organização de evento a ser realizado em dezembro, em comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

25. Simpósio: Ministério Público do Trabalho

Status: ação pontual.

Ação: Participação dos integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa) no Simpósio, Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho nos dias 24 e 25 de abril, no Hotel Royal Tulip Brasília.

Tema abordado: Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho

26. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a empresa Steno

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 30 de abril, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e a equipe da empresa STENO do Brasil (Marina e Alexandre).

Tema abordado: Discutir questões ligadas aos serviços de legenda em tempo real.

27. Reunião com integrante do Senado Inclusivo e a equipe do Restaurante Natureto

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 05 de maio, com integrante do Senado Inclusivo (Célia Pessoa) e a equipe do restaurante Nutureto (Hugo).

Tema abordado: Discutir eventos que podem ser realizados no decorrer do ano no Espaço do Servidor, Senado Federal.

28. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 08 de maio, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa) e Comunicação Interna (Marina).

Tema abordado: Apresentar ações da campanha do Dia Mundial do Glaucoma, 26 de maio.

29. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 08 de maio, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Botelho e Célia Pessoa) e Comunicação Interna (Marina).

Tema abordado: Apresentar ações da campanha do Dia Mundial do Glaucoma, 26 de maio.

30. Palestra - Dia Nacional de Combate ao Glaucoma

Status: ação pontual.

Ação: Realizada palestra, 26 de maio, proferida pelo Dr. Diego Tebaldi com o tema “Glaucoma: riscos, prevenções e tratamento, no dia 26 de maio, no Plenário 3.

Tema abordado: Debater os riscos, prevenções e tratamento do Glaucoma.

31. Entrevista com o Dr. Diego Tebaldi - Dia Nacional de Combate ao Glaucoma

Status: ação pontual.

Ação: Realizada entrevistas, 26 de maio, na DGER, com Dr. Diego Tebaldi sobre o tema “Glaucoma: riscos, prevenções e tratamento, bem como, com a Coordenadora do NCAS, Andrea Bakaj. Entrevista realizada pela jornalista, Adeline Delgado, Programa ILB in foco.

Tema abordado: Relatar os riscos, prevenções e tratamento do Glaucoma e ressalvar as ações realizadas pelo Núcleo de Ações Socioambientais – NCAS.

32. Ação - Dia Nacional de Combate ao Glaucoma

Status: ação pontual.

Ação: NCAS realizou a campanha do Dia Nacional de Combate ao Glaucoma. Houve aferição da pressão intraocular, realizada no Espaço do Servidor, nos dias 26 e 27 de maio, com o apoio do Hospital Pacini. Participação de aproximadamente de 600 servidores da casa, nesta ação. O objetivo de sensibilizar os servidores da importância da visão, bem como, ir anualmente ao oftalmologista;

Link:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/dia-nacional-ao-glaucoma>

33. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 03 de junho

Status: ação pontual.

Ação: Lançar e divulgar material produzido pelo Ministério Público do Trabalho e Movimento Down que disponibiliza através de instrumentos acessíveis legislações de interesse das pessoas com deficiência.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Senador Eduardo Suplicy; Christiane Aquino, Representante do Movimento Down; Breno Vio-la, Autodefensor do Movimento Down; Estanislau Tallon Bozi, Procurador do Trabalho do Ministério Público do Trabalho do Espírito Santo; Glória Maria Moreira Salles, Representante da Organização Carpe Diem e José Francisco de Souza, Representante do Instituto Benjamin Constant;

Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Lobo e Célia Pessoa.

34. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e PRODASEN

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 10 de junho, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e PRODASEN (Adriano).

Tema abordado: Discussão sobre o portal da Acessibilidade e sobre a possibilidade de inclusão do material do PCDLEGAL no site do Senado.

35. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Secretaria de Polícia do Senado Federal - SPSF

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 10 de junho, com integrantes do Senado Inclusivo (Francis Botelho e Célia Pessoa) e Diretor Adjunto - SPSF (Eduardo).

Tema abordado: Discussão sobre a proposta de capacitação em acessibilidade para os vigilantes e policiais legislativos.

36. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 03 de julho

Status: ação pontual.

Ação: Debater o tema: “Súmula vinculante 33 a luz dos direitos humanos”.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Roberto Ponciano de Souza Junior,

Coordenador de Comunicação da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; Narlon Gutierrez Nogueira, Diretor do Regime Próprio do Serviço Público do Ministério da Previdência Social; Antônio José Ferreira, Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Caroline Sena, Advogada da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil; Rogério de Moura Montaguini, Representante do Tribunal Regional do Trabalho - 2ª Região – São Paulo; Ari Heck, Representante do Núcleo de Servidores Deficientes – SINTRAJUFE-RS; Lídio José Ferreira, Diretor da Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal de Contas da União e Hebe–Del Kader Bicalho, Oficial de Justiça Federal. Participação da integrante do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

37. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 01 de julho, com integrantes do Senado Inclusivo (Marcos e Célia Pessoa) e a integrante da Comunicação Interna (Juliana), na RP.

Tema abordado: Divulgação do evento do Dia Mundial da Saúde Ocular, 10 de julho, em parceria com o Centro Brasileiro de Visão - CBV.

38. Ação - Dia Mundial da Saúde Ocular

Status: ação pontual.

Ação: NCAS realizou a campanha do Dia Mundial da Saúde Ocular. Houve aferição da pressão intraocular, realizada no Espaço do Servidor, nos dias 09 e 10 de julho, com o apoio do Centro Brasileiro de Visão. Participação de aproximadamente de 360 servidores da casa, nesta ação. O objetivo da campanha foi de sensibilizar os servidores da importância da visão e da visita anual ao oftalmologista;

39. Entrevista com o Dr. Cassiano Isaac - Dia Mundial da Saúde Ocular

Status: ação pontual.

Ação: Realizada entrevistas, 15 de julho, no Centro Brasileiro de Visão, com Dr. Cassiano Isaac, sobre o Dia Mundial da Saúde, bem como, com a Coordenadora do NCAS, Andrea Bakaj. Entrevista realizada pela jornalista, Adeline Delgado, Programa ILB in foco.

Tema abordado: Prevenções e informações relevantes da Saúde Ocular e ressalvar as ações realizadas pelo Núcleo de Ações Socioambientais – NCAS.

40. Reunião com a Coordenação de Pesquisa e Opinião - COPOP e integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 07 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Francis Botelho e Célia Pessoa) e integrantes da COPOP (Aline, Tânia e Jéssika), na COPOP.

Tema abordado: Pesquisa que será realizada com servidores com deficiência.

41. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Secretaria de Polícia do Senado Federal - SPSF

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 11 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Francis Botelho e Célia Pessoa) e Diretor Adjunto - SPSF (Eduardo), na SPSF.

Tema abordado: Elaboração de programa de capacitação para vigilantes como o objetivo de saber como lidar com a pessoa com deficiência.

42. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Comunicação Interna, Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 13 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho, Célia Pessoa e Eliane Ferreira) e integrantes das RP (Aline e Márcia), na RP.

Tema abordado: Semana em Comemoração ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, a ser realizada em dezembro de 2014, e sobre a possibilidade de contratação de serviços de vans adaptadas para atendimento a eventos.

43. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a ABRACE

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 14 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho, Célia Pessoa e Eliane Ferreira) e a Coordenadora de Projetos e Parcerias ABRACE (Juliana Batista), na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Parceria com o Senado para a Campanha do MC Dia Feliz.

44. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e o Serviço de Impressão em Braille

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 14 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Célia Pessoa e Francis Botelho) e a Coordenadora do Serviço de Impressão em Braille (Marinete), na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Tratar sobre demandas apresentadas por colaboradora com deficiência visual.

45. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a empresa Visão Institutos

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 14 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Célia Pessoa e Eliane Ferreira) e a **área de Marketing e Relacionamento do Visão Institutos (Paula)**, na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Discutir sobre as ações do Mês do Servidor.

46. Visita do Senador Fleury ao Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada visita, 21 de agosto, do Senador Fleury e seus assessores (Raquel e Rafaela) ao Senado Inclusivo. O Senador foi recepcionado pelos integrantes do Senado Inclusivo (Andréa Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho, Joaquim Maia, Jussara e Marcos Lima).

Tema abordado: Ações do Programa Senado Inclusivo.

47. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 26 de agosto, com integrantes do Senado Inclusivo (Andréa Bakaj, Francis Botelho, Célia Francis e Marcos Lima), na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Discutir metas de trabalho.

48. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 22 de setembro

Status: ação pontual.

Ação: Debater os avanços e perspectivas com a instituição do “Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência” a ser comemorado no dia 21 de setembro.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; Antônio José Ferreira, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Ester Pacheco Henriques, Presidenta da Federação Nacional das Associações Pestalozzi; Janilton Fernandes Lima, Advogado da Divisão Jurídica da Confederação Nacional do Comércio; Waldir Macieira da Costa Filho, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência; Dylson Bessa, Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Raimundo Nonato Lopes de Sousa, Chefe de Divisão de Gerenciamento de Benefícios Assistenciais do Ministério da Previdência e Assistência Social; Wilson Gomiero; Representante da Federação Brasileira de Associações Civis de Portadores de Esclerose Múltipla. Participação das integrantes do Senado Inclusivo, Andreia Bakaj, Eliane Ferreira, Francis Lobo e Célia Pessoa.

Link:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/dia-nacional-de-luta-da-pessoa-com-deficiencia-e-comemorado-no-proximo-domingo-21>

49. Reunião com integrantes do NCAS e integrantes do PRODSEN

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 01 de setembro, com integrantes do NCAS (Andréa Bakaj, Francis Botelho, Célia Francis, Deomar Rosado), e integrantes do PRODASEN (Adriano e Washington).

Tema abordado: Desenvolver página da internet dos Programas Senado Verde e Senado Inclusivo e discutir conteúdo da página.

50. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 09 de setembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andréa Bakaj, Francis Botelho, Célia Francis) e a integrante do Programa de Visitação Institucional, (Mariana), na RP.

Tema abordado: Discutir sobre problemas encontrados pela equipe de Acessibilidade Assistida.

51. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 15 de setembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andréa Bakaj, Francis Botelho, Célia Francis, Jean e Jussara), na sala do Senado Inclusivo. A equipe de Acessibilidade Assistida é formada pelos integrantes do Senado Inclusivo (Jean e Jussara).

Tema abordado: Tratar sobre rotina de trabalho e dar retorno sobre reunião com a RP.

52. Treinamento da integrante do Senado Inclusivo pela a Coordenação de Pesquisa e Opinião – COPOP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada treinamento, 16 de setembro, com a integrante do Senado Inclusivo (Francis Botelho), na COPOP.

Tema abordado: Treinamento da servidora Francis como responsável por pesquisas na COPOP (Jéssica) para aplicação de questionário com servidores com deficiência.

53. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e professores do Centro de Ensino Médio Setor Leste

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 17 de setembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andréa Bakaj, Francis Botelho, Célia Francis) e professores do Centro de Ensino Médio Setor Leste (Renato e Helder), na sala de recursos, do Setor Leste.

Tema abordado: Conhecer o trabalho realizado e tratar sobre parceria para promover capacitação dos vigilantes do Senado.

54. Visita do Senador Fleury ao Senado Inclusivo

Status: ação pontual.

Ação: Entrevista realizada, 17 de setembro, com o Senador Fleury, para Rádio Mania, com o repórter Antônio.

Tema abordado: Projetos de interesse de pessoas com deficiência.

55. Seminário: Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP

Status: ação pontual.

Ação: Participação da integrante do Senado Inclusivo (Eliane Ferreira) no Seminário: CNMP: Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais, 18 de setembro, no CNMP.

Tema abordado: A publicação “Ministério Público em Defesa do Estado Laico” é produto do Projeto Nacional “Defesa do Estado Laico e dos Direitos do LGTB”, que integra a Ação Nacional em Defesa dos Direitos Fundamentais.

56. Evento do 3º Salão de Negócios da Acessibilidade, Reabilitação e Inclusão Social – Shopping Pátio Brasil

Status: ação pontual.

Ação: Participação da integrante do Senado Inclusivo (Eliane Ferreira) no Evento do 3º Salão de Negócios da Acessibilidade Reabilitação e Inclusão Social, nos dias 19, 20 e 21 de setembro.

Tema abordado: Promover oportunidades de trabalho e geração de renda voltados para as pessoas com deficiência.

57. Seminário Nacional - Desafios para a Garantia do Direito à Educação Inclusiva no Brasil, Universidade de Brasília - UNB

Status: ação pontual.

Ação: Participação da integrante do Senado Inclusivo (Eliane Ferreira) no Seminário Nacional - Desafios para a Garantia do Direito à Educação Inclusiva no Brasil: Direito à educação inclusiva por uma escola e um mundo para todos, no dia 23 de setembro, UNB.

Tema abordado: Promover a educação inclusiva no Brasil

58. Entrevista para Rádio Mania

Status: ação pontual.

Ação: Entrevista realizada, 17 de setembro, com Andrea Bakaj, para Rádio Mania, na sala do Senado Inclusivo

Tema abordado: Acessibilidade no Senado Federal

59. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e integrantes do PRODASEN

Status: ação pontual.

Ação: Reunião realizada, 25 de setembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Francis Botelho e Célia Pessoa) e integrantes do PRODASEN (Adriano e Washington), no PRODASEN.

Tema abordado: Desenvolvimento do Site do Programa Senado Inclusivo.

60. Evento: Reinauguração do Plenário Ulysses Guimarães, Câmara Federal

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reinauguração do plenário, 07 de outubro, da Câmara Federal. Participação dos integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho, Eliane Ferreira e Raquel Oliveira).

Tema abordado: Inaugurar a acessibilidade à mesa e às tribunas

61. Reunião da Diretoria-Geral Adjunta com servidores do NCAS

Status: ação pontual.

Ação: Reunião realizada, 08 de outubro, no Instituto Legislativo Brasileiro, com servidores do Núcleo de Coordenação De Ações Sócioambientais NCAS e a Diretora-Adjunta.

Tema abordado: Avaliar as ações da Diretoria Geral.

62. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e Secretaria de Infraestrutura - SINFRA

Status: ação pontual.

Ação: Reunião realizada, 13 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e integrantes da SINFRA (Ana Maria e Ana Novelli), na sala do Senado Inclusivo.

Tema abordado: Verificar diversas demandas para funcionários de acessibilidade do Senado Federal.

63. Audiência com a Deputada Federal Rosinha da Adefal

Status: ação pontual.

Ação: Realizada audiência, 16 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e a Deputada Federal Rosinha da Adefal, no gabinete da Deputada, na Câmara Federal.

Tema abordado: Agradecer o apoio da Deputada ao Senado Inclusivo.

64. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 16 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho, Célia Pessoa, Eliane Ferreira e Raquel Alves) e integrantes da RP (Daniel Pandino e Juliana Borges).

Tema abordado: Tratar da Mesa de Abertura da 4ª Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

65. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e SENAC

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 17 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e integrantes do SENAC (Sr. Humberto e Sr.Cirilo).

Tema abordado: Tratar sobre alimentação (Kit lanche) para as crianças que participarão da Semana da Pessoa com Deficiência, dia 03 de dezembro.

66. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e da Diretoria Adjunta

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, 17 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Francis Botelho e Célia Pessoa) e integrante da Diretoria-Geral Adjunta (Clara).

Tema abordado: Relatório sobre estudo para lotação interna – NCAS

67. Ações da Semana do Servidor, 28 de outubro

Status: ação pontual.

Ação: NCAS realizou durante a Semana do Servidor, 28 a 31 de outubro diversas ações.

- Campanha de Aferição de Pressão intraocular com objetivo de sensibilizar os servidores da importância da visão, bem como, ir anualmente ao oftalmologista; Campanha realizada pela empresa Visão Institutos. Participantes (200).
- Campanha de Bioimpedância e Medição de glicemia com objetivo de sensibilizar os servidores da relevância da atividade física. Campanha realizada pela empresa Laboratório Sabin. Foi distribuído folder com informações relevantes; Participantes de Bioimpedância (160); Participantes de Medição de glicemia (89).
- Palestra “ Síndrome do Computador”, com o médico oftalmologista, Dr. Fernando Machado. Dicas relevantes de como trabalhar com o computador;
- Palestra com Jorge Guerdau “Os desafios da gestão pública”; Tradução em libras realizada pela integrante do Senado Inclusivo (Francis Lobo).

Link:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/semana-do-servidor-medico-alerta-aos-riscos-da-sindrome-do-computador>

68. Reunião dos integrantes do Senado Inclusivo e a Coordenação de Publicidade e Marketing – COMAP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, dia 31 de outubro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj e Francis Botelho) e integrantes da COMAP (Vanessa e Giovanna).

Tema abordado: Aprovar identidade visual da programação do Dia Internacional da Pessoa com Deficiência.

69. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 26 de novembro

Status: ação pontual.

Ação: Debater os aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas. A audiência pública está inserida na progra-

mação da VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, no período de 25 a 27 de novembro de 2014.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Cyro Miranda; Suzana Herculano-Houzel, Neurocientista e Bióloga (RJ), Bernadette Rogé, Neuropsicóloga (França), Alfred Sholl-Franco, Biofísico e Neurocientista (RJ) e Françoise Molénat, Psiquiatra infantil (França). Participação da integrante do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

70. Apresentação da Pesquisa sobre Acessibilidade

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, dia 05 de novembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho e Eliane Ferreira), integrantes da Data Senado e Diretora-Geral Adjunta (Ilana Trombka).

Tema abordado: Apresentação da pesquisa realizada pelo COPOP com os servidores deficientes do Senado Federal.

71. Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, dia 12 de novembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho e Eliane Ferreira) e integrantes da RP (Márcia e Roberta)

Tema abordado: Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

72. Objeto: Reunião com integrantes do Senado Inclusivo e a Relações Públicas – RP

Status: ação pontual.

Ação: Realizada reunião, dia 26 de novembro, com integrantes do Senado Inclusivo (Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho e Raquel Alves), integrantes da RP (Márcia, Daniel e Roberta)

Tema abordado: Ajustar detalhes do Evento Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

73. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 04 de dezembro

Status: ação pontual.

Ação: Debater os aportes das neurociências à compreensão do desenvolvimento infantil: novas perspectivas.

A audiência pública está inserida na programação da VII Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, organizada pelo Senado Federal, no período de 25 a 27 de novembro de 2014.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Cyro Miranda; Suzana Herculano-Houzel, Neurocientista e Bióloga (RJ), Bernadette Rogé, Neuropsicóloga (França), Alfred Sholl-Franco, Biofísico e Neurocientista (RJ) e Françoise Molénat, Psiquiatra infantil (França). Participação da integrante do Senado Inclusivo, Eliane Ferreira.

74. Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, em 08 de dezembro

Status: ação pontual.

Ação: Abertura da Semana dos Direitos Humanos com o lançamento do vídeo da Agência e Jornal do Senado “Toda Loucura Será Protegida?” e do livro “A educação profissional para pessoas com deficiência: um novo jeito de ser docente” publicado pela UNESCO a partir da Cátedra Juventude, Educação e Sociedade, em parceria com a UCB - Universidade Católica de Brasília e a Editora LiberLivro.

Participantes: Senadora Ana Rita; Senador Paulo Paim; **Loni Manica**, Autora do livro “A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente”; **Geraldo Caliman**, Co-autor do livro “A Educação Profissional para Pessoas com Deficiência: um novo jeito de ser docente”; **Larissa Bortoni**, Jornalista da Agência e Jornal do Senado e **Valter Junior de Mello**, Cantor, Compositor e Professor de softwares leitores de tela. Participação da integrante do Senado Inclusivo, Andrea Bakaj, Célia Pessoa, Francis Botelho, Fernanda Campello e Eliane Ferreira.

75. Entrevista para a Rádio Senado

Status: ação pontual.

Ação: Realizada entrevista, dia 28 de novembro, com a coordenadora do NCAS (Andrea Bakaj), para a Rádio Senado.

Tema abordado: VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência.

76. Evento: DIA DA ACESSIBILIDADE 2014, na Câmara Federal

Status: ação pontual.

Ação: Participação da integrante do Senado Inclusivo (Eliane Ferreira e Raquel Alves) no evento Dia da Acessibilidade 2014, 02 de dezembro, na Câmara Federal.

Tema abordado: Anúncio das ações de acessibilidade realizadas em 2014, compromissos para 2015 e diversas ações de acessibilidades.

77. Ações da VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência

Status: ação pontual.

Ação: NCAS realizou durante a VIII Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, 01 a 12 de dezembro diversas ações.

- Exposição de obras de artistas com deficiência visual (01 a 12), Espaço Ivandro Cunha Lima;
- Abertura Oficial e palestras do Senador Romário e do cartunista Maurício de Sousa (03/12), Auditório Petrônio Portela; Participação de aproximadamente 220 crianças e professores de diversas escolas públicas;
- Oficina de escultura com Flávio Luis, Instituto Legislativo Brasileiro; Participação de 10 pessoas;
- Oficina de automaquiagem para mulheres com deficiência visual - Projeto Beleza que se vê e palestra com Andrea Andrade. Participação de 6 pessoas;
- Mídias

Links:

<http://turmadamonica.uol.com.br/mauricio-de-sousa-participa-da-8a-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia/>

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/comecou-nesta-quarta-a-viii-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia>

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/noticias-ocultas/programacao-da-viii-semana-de-valorizacao-da-pessoa-com-deficiencia>

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/romario-e-mauricio-de-souza-dao-palestra-no-senado-na-proxima-quarta-feira-3>

http://www.senado.leg.br/noticias/Radio/programaConteudoPadrao.asp?COD_TIPO_PROGRAMA=1&COD_AUDIO=621107

03-12-14-RB-ILMA TOMBKA-Dia Internacioanl da pessoa com Deficiênciamp3

78. Entrega dos presentes da Campanha Papai Noel dos Correios

Status: ação pontual.

Ação: Realizada entrega dos presentes, 10 de dezembro, com as integrantes do NCAS (Andrea Bakaj e Raquel Alves), na escola pública em Planaltina.

O Senado Federal e os Correios fizeram uma parceria, para que os servidores da casa adotassem cartinhas da Campanha Papai Noel dos Correios. Foram 448 cartas adotadas pelos servidores da casa.

Tema abordado: O Senado Federal e os Correios fizeram uma parceria para que os servidores da casa adotassem cartinhas de Natal. Foram 448 cartas de crianças adotadas pelos servidores da casa. Tais cartas tinham diversos pedidos, desde material escolar a bicicletas.

79. Acessibilidade estrutural e urbanística

Acompanhamento, através de reunião com a SINFRA e posterior manifestação formal em processo, do projeto para demarcação de vagas reservadas a pessoas com deficiência e idosos em todos os estacionamentos do Senado;

80. Acessibilidade assistida

O NCAS mantém equipe de colaboradores treinados para recepção e condução de pessoas com deficiência que visitam ou trabalham no Senado.

Atividades realizadas:

- Atendimento de 2050 pessoas com deficiência;
- Empréstimo de equipamentos (triciclos motorizados e cadeiras de rodas);
- Coordenação dos trabalhos realizados pela Acessibilidade Assistida;

- Acompanhamento dos atendimentos realizados;
 - Reunião com os responsáveis pelo Programa de Visitação do Senado.
-

81. Atendimento a demandas de servidores

Atendimento a demandas realizadas por servidores com deficiência, relacionadas à necessidade de melhorias para garantia da acessibilidade;

82. Pesquisa

Realização de pesquisa de opinião, em parceria com a COPOP para traçar perfil e conhecer as demandas dos servidores com deficiência;

83. Libras

- Gestão do contrato emergencial de intérpretes de Libras (contrato 15/2014), para atendimento de Sessões Solenes e Especiais, Audiências Públicas e Eventos no Senado (até agosto);
 - Gestão da Ata de Registro de Preços (ARP 37/2014) para prestação de serviços de intérpretes de Libras;
 - Acompanhamento do processo iniciado pela Coordenação de Relações Públicas, que inclui a contratação de recepcionistas bilíngues (Português/Libras) para atuar em eventos.
-

84. Acessibilidade virtual

- Redefinição de conteúdo para site do Senado Inclusivo;
- Reuniões com equipe do Prodasen para atualização do conteúdo do site do Senado Inclusivo.

Link:

<https://intranet.senado.gov.br/news/informacoes-internas/banco-de-noticias/pessoas-com-mobilidade-reduzida-tem-acesso-facilitado-no-senado>

4. AMBIENTE DE ATUAÇÃO PARTE A, ITEM 4 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

Este item não se aplica ao Senado Federal, conforme preceitua a Decisão Normativa nº 134/2013.

5. PLANEJAMENTO DA UNIDADE JURISDICIONADA

PARTE A, ITEM 5 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

5.1 Planejamento do Senado Federal

5.1.1 Estrutura de Apoio

Instituída por meio do Ato do Primeiro Secretário nº 16, de dezembro de 2011, o Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica atua como mecanismo de sustentação para o tratamento sistêmico e integrado da gestão do Senado Federal.

O Sistema de Governança Corporativa e Gestão Estratégica foi concebido com os seguintes componentes:

- Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.
- Programa de Governança Corporativa e Gestão Estratégica.
- Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

A partir do Comitê de Governança, integrado pelos principais gestores da Casa, sob a presidência do Primeiro Secretário, criou-se o ambiente formal para decisões colegiadas em que se pode compartilhar a responsabilidade na condução administrativa do Senado Federal. O Comitê de Governança é o ambiente de discussão sobre o Senado que se quer no futuro e de definição do compromisso de todos com os processos de melhoria e de mudança. Assim, cada vez mais, os resultados de gestão do Senado passaram a ser reflexo de esforços coordenados entre as áreas, sinergicamente alinhadas.

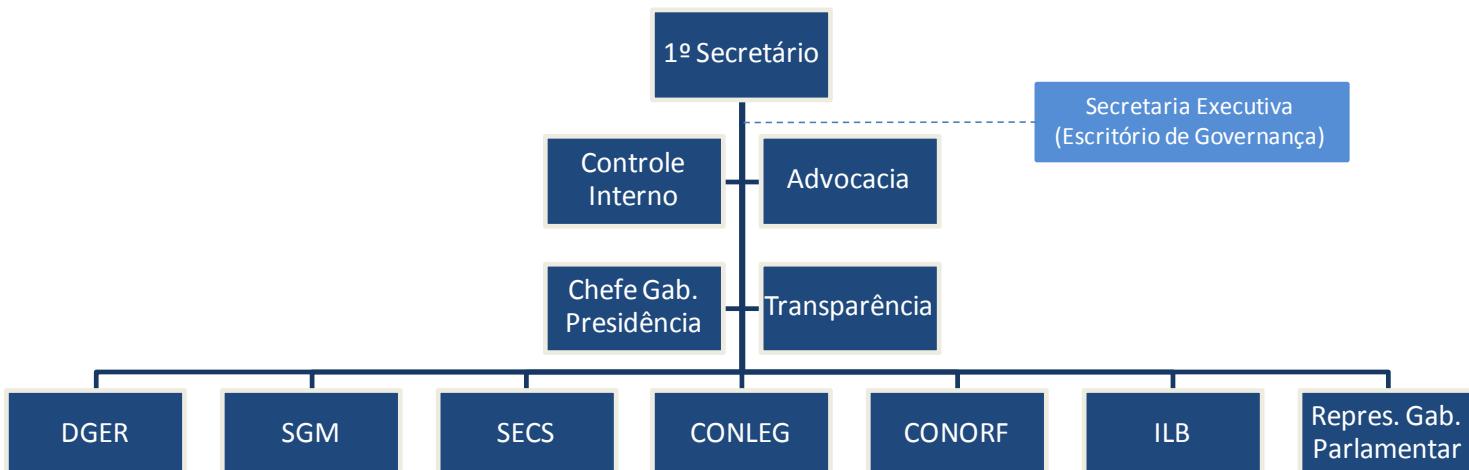
5.1.2 Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica

O Comitê de Governança é composto pelos titulares da Primeira-Secretaria, da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Mesa, da Secretaria de Comunicação Social, da Consultoria Legislativa, da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle, da Advocacia do Senado Federal, da Secretaria de Controle Interno, do Instituto Legislativo Brasileiro, da Secretaria de Transparência, do chefe de gabinete da Presidência do Senado Federal e de representante dos Gabinetes de Senador. O titular da Secretaria Executiva, sem direito a voto, é o Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

Entre os principais objetivos do Comitê de Governança estão:

- apreciar e propor à Comissão Diretora o encaminhamento de questões administrativas de abrangência institucional do Senado Federal;
- analisar o desempenho organizacional do Senado Federal no âmbito técnico administrativo;
- estabelecer prioridades de projetos e investimentos e alocar recursos críticos da Casa.

Figura 3 Organograma do Comitê de Governança Corporativa e Gestão Estratégica



5.1.3 Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

A implementação do Escritório de Governança teve por objetivo sustentar a mudança de paradigmas na gestão do Senado. Subordinado à Diretoria Geral, é constituído por equipe técnica de sustentação ao sistema de governança e está se estruturando com gestores e especialistas para atuar nos escopos temáticos, conforme figura apresentada a seguir.

O modelo de atuação do Escritório prevê a formação de Grupos de Trabalho com a participação dos setores do Senado envolvidos em cada tema de cada projeto em execução. Como exemplo, para atuar no desenvolvimento corporativo da Segurança da Informação, o Escritório de Governança coordenou equipe técnica composta por representantes da Polícia do Senado, do Prodasen, da Secretaria da Informação e Documentação, da Secretaria de Recursos Humanos, do Interlegis, da Secretaria-Geral da Mesa, da Consultoria Legislativa e da Advocacia.

5.1.4 Mapa Estratégico do Senado Federal

Pode-se dizer que o mapa estratégico é, de maneira simplificada, uma representação gráfica da estratégia definida para a organização. A estruturação do mapa estratégico institucional do Senado Federal (2013-2023) foi realizada por meio de metodologia própria, criada de acordo com as necessidades expostas pela alta cúpula. Como referências principais, utilizaram-se dois métodos de planejamento: o Balanced ScoreCard (BSC), criado pelos autores Kaplan e Norton, e o Gespública, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), órgão do Poder Executivo Federal brasileiro. Além desses referenciais teóricos mencionados, foi feita uma pesquisa exploratória com base em dados secundários, visando ao entendimento das melhores aplicações, na iniciativa privada e pública, de ambos os métodos, BSC e Gespública.

Apesar de já existirem no órgão algumas ações setoriais de planejamento, a obrigatoriedade de criação do primeiro mapa estratégico do Senado Federal surgiu em virtude de uma determinação da Comissão Diretora feita por meio do artigo 11, do Ato 3, de 2013:

“Art. 11. A Diretoria-Geral apresentará à Comissão Diretora no prazo de 30 dias Plano Estratégico incluindo metas de curto, médio e longo prazo da Administração do Senado.”

Conforme já explicado anteriormente, existem diversos métodos para criação de planos nas organizações, dentre eles o BSC e o Gespública. Todavia o desenvolvimento do primeiro plano estratégico do Senado Federal precisava seguir algumas diretrizes que tornavam a aplicação daqueles métodos comprometida, como, por exemplo, a questão tempo, limitada a 30 dias após a publicação do Ato 3, de 2013, da CD.

Diante do cenário exposto, optou-se por desenvolver um plano estratégico levando em consideração, primeiramente, as diretrizes colocadas pela alta cúpula estratégica do SF – Comissão Diretora - para os gestores da instituição e a sociedade. De posse dessas diretrizes, foram identificadas dimensões ou perspectivas macro que a administração estratégica utilizaria como pilares para a sua gestão. Em seguida, foram elaboradas as diretrizes estratégicas: negócio, valores, visão e missão. O negócio e a missão tiveram como base fundamental de concepção a Constituição Federal (CF) de 1988 e a

validação individual pelos membros do Comitê Corporativo de Governança e Gestão Estratégica. Já os valores e a visão foram construídos levando em consideração a CF de 1988, as diretrizes mencionadas pela Comissão Diretora, os planos setoriais já existentes em algumas unidades do Senado Federal, a pesquisa exploratória em planos estratégicos de outras instituições, da iniciativa pública e privada, além de um processo de validação individual pelos membros do Comitê Corporativo de Governança e Gestão Estratégica.

O passo seguinte foi a definição de dimensões estratégicas que fundamentavam a estrutura e organização de objetivos necessários ao atingimento da visão traçada. Essas dimensões foram criadas levando em consideração as diretrizes expostas pela Comissão Diretora e as demais fontes já mencionadas sobre o desenvolvimento das diretrizes estratégicas. Em seguida, foram gerados os objetivos estratégicos e, posteriormente, foram organizados nas dimensões estratégicas já estabelecidas. Após esta organização das diretrizes estratégicas em forma de mapa, os elementos foram submetidos à validação individual dos membros do Comitê Corporativo de Governança e Gestão Estratégica. Concluídas as modificações, o mapa estratégico foi submetido à apreciação da Comissão Diretora e aprovado por meio do Ato 9, de 2013.

As diretrizes estratégicas aprovadas pelo Ato 9, de 2013, da Comissão Diretora são apresentadas a seguir:

Negócio Institucional:

- Elaboração Legislativa;
- Elaboração Orçamentária;
- Fiscalização e controle das políticas públicas, do orçamento e da ação do Estado;
- Representação Parlamentar;
- Equilíbrio federativo;
- Inquérito parlamentar.

Valores:

- Transparência, liberdade de expressão, eficiência, excelência, interatividade, pluralismo e sustentabilidade.

Visão de Futuro:

- Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

Missão:

- Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.

Figura 4 Mapa Estratégico do Senado Federal



5.1.5 Estratégia de Atuação

Atualmente, o processo de acompanhamento e execução da estratégia é suportado pelo sistema GEP (Gestão da Estratégia e Projetos), desenvolvido pelo Prodasen a partir das especificações fornecidas pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica. O GEP possibilita aos gestores terem acesso aos seus projetos e, caso estes envolvam contratações, aos seus respectivos processos de aquisição, contratos, aditivos, pré-empenhos e empenhos, além de vinculá-los aos objetivos e diretrizes do Senado Federal. Essa gestão integrada facilita as atividades diárias dos gestores, evitando o esforço desnecessário de acessar vários sistemas distintos para obter as informações desejadas.

Desde a primeira versão disponibilizada no segundo semestre de 2012, o sistema vem evoluindo constantemente a partir das experiências adquiridas no projeto-piloto de Gestão da Estratégia e Projetos. Atualmente, a versão implantada está integrada com os sistemas SIGAD (Sistema de Gestão Arquivística de Documentos), GESCON (Gestão de Contratos), PLANOR (Planejamento Orçamentário) e com o SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira).

No tocante ao ano de 2014, a Comissão Diretora definiu, por meio do ATC nº 1/14, as diretrizes para o planejamento e definição de prioridades para a área administrativa do Senado Federal no biênio 2014/15, assim delimitados:

- Modernização das Comissões;
- Fortalecimento da política de TI, tendo como foco o processo legislativo e a melhoria da gestão administrativa;
- Readequação dos espaços físicos do Senado Federal, com centralização da Administração;
- Capacitação dos quadros do Senado Federal, em benefício do processo legislativo e do desempenho do mandato parlamentar;
- Modernização do sistema de comunicação e transparência do Senado Federal;
- Política de Acessibilidade.

No documento, estabeleceu-se que os projetos e as contratações que atendam as diretrizes estabelecidas em seu conteúdo terão prioridade na aplicação dos recursos orçamentários, físicos, tecnológicos e humanos do Senado Federal. Ademais, tais diretrizes desdobrar-se-ão nos planos de gestão setoriais de cada unidade e serão acompanhadas e controladas por meio do Sistema de Gestão da Estratégia e Projetos (GEP), supra citado, ensejando uma gestão mais eficaz e alinhada aos ditames de governança pré-estabelecidos.

5.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Conforme exposto na tabela a seguir, o orçamento total do Senado Federal de 2014, de acordo com a respectiva Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014), foi constituído por cinco programas, nenhum deles do tipo temático, consoante a classificação da Lei nº 12.592,

de 2012 (PPA 2012-2015), cujos créditos orçamentários iniciais e finais foram de **R\$ 3.781.674.232,00** (três bilhões, setecentos e oitenta e um milhões, seiscentos e setenta e quatro mil e duzentos e trinta e dois reais), que **representou menos de 0,15% dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União**, no montante final de R\$ 2.608.361.545.362,92 (dois trilhões, seiscentos e oito bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, trezentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).

Tabela 56 Classificação dos Programas do Senado Federal

Programas	Tipo de Programa	Dotação Final (R\$ 1,00)	Percentual sobre o total da Dotação Final
0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	1.422.424.645	37,61%
0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	2.305.546.655	60,97%
0906 – Operações Especiais: Serviço da Dívida Externa (Juros e Amortizações)	Operações Especiais	2.628.000	0,07%
0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Operações Especiais	50.315.832	1,33%
0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais	Operações Especiais	759.100	0,02%
Total		3.781.674.232	100,00%

Fonte: LOA 2014, SIAFI 2014

Esses tipos de programas não estão associados na Lei do PPA a indicadores, objetivos e metas, motivo pelo qual não necessitam ser detalhados de forma específica neste Relatório de Gestão, conforme orientação da Portaria TCU nº 90, de 2014.

Para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão consignada nos Relatórios Bimestrais de Avaliação de Receitas e Despesa Primárias, houve contingenciamento no Programa *0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal* durante o exercício de 2014. O valor inicialmente contingenciado para atender o Relatório do 1º bimestre foi de R\$ 2.034.551,00, conforme Ato da Diretoria-Geral nº 6, de 28/03/2014, tendo havido descontingenciamento de R\$ 1.848.270,00 no Relatório do 5º bimestre, efetivado pelo Ato da Diretoria-Geral nº 26, de 27/11/2014, permanecendo bloqueado ao final do exercício o montante de R\$ 186.281,00.

5.2.1 Ações

Tabela 57 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade do Senado Federal – OFSS – Ação 20TP (Pagamento de Pessoal Ativo)

Identificação da Ação																
Código	20TP						Tipo: Atividade									
Título	PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIAO															
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551		Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado									
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal															
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária 2014																
Execução Orçamentária e Financeira																
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014										
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados										
1.453.010.223,00	1.435.155.830,00	1.397.227.356,63	1.397.227.356,63	1.396.135.877,51	1.091.479,12	0										
Execução Física																
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante												
				Previsto	Reprogramado	Realizado										
				-	-	-										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores																
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas													
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada									
1.591.429,01	1.382.309,78	0	-			-	0									

Tabela 58 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0181 (Pagamento de Aposentadorias e Pensões)

Identificação da Ação									
Código				181	Tipo:	Operação especial			
Título	PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSOES - SERVIDORES CIVIS								
Programa	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO		Código	89	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal								
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Dotação	Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
1.205.901.936,00	1.399.830.040,00	1.391.108.116,28	1.387.207.946,55	1.387.207.946,55	0	3.900.169,73			
Execução Física									
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante							
		Previsto	Reprogramado	Realizado					
-	-	-	-	-		-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
Valor em 1/1/2014	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida		Realizada				
402.264,72	0	-	-		0				

Em decorrência do elevado número de aposentadorias ocorridas ao final de 2013 e ao longo do exercício de 2014, foi necessário abrir crédito suplementar para remanejar recursos orçamentários da programação de pessoal ativo para a de pessoal inativo. Consequentemente, o montante empenhado na ação 20TP foi 3,8% inferior à dotação inicial, ao passo que a despesa executada na ação 0181 foi 15,4% superior à respectiva dotação inicial.

Tabela 59 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0397 (Encargos Previdenciários do IPC)

Identificação da Ação												
Código				397	Tipo:	Operação especial						
Título	ENCARGOS PREVIDENCIARIOS COM APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO EXTINTO INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS CONGRESSISTAS- IPC											
Programa	PREVIDENCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIAO			Código	89	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
22.594.605,00	22.594.605,00	19.609.155,41	18.944.862,83	18.944.862,83	0	664.292,58						
Execução Física												
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante								
		-		Previsto	Reprogramado	Realizado						
				-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	-		-	0						

Na ação 0397, destinada ao pagamento de aposentadorias e pensões para os beneficiários que estavam sob a responsabilidade do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC, o valor empenhado representou 86,8% da dotação inicial, mantendo tendência já verificada nos últimos anos de redução dessa despesa, em decorrência da diminuição gradativa do número de beneficiários.

Tabela 60 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 09HB (Contribuição da União para o RPSPF)

Identificação da Ação												
Código	09HB					Tipo: Operação especial						
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS											
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL			Código	551	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras									
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
217.999.455,00	230.686.502,00	208.730.226,67	208.730.226,67	208.730.226,67	0	0						
Execução Física												
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante								
				Previsto	Reprogramado	Realizado						
		-		-	-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas										
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
156.831,73	155.564,74	0	-		-	0						

Na programação destinada ao pagamento das contribuições patronais em favor do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais (ação 09BH), o valor empenhado de R\$ 208,7 milhões correspondeu a 95,7% da dotação inicial.

Tabela 61 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0C04 (Provimento de Cargos e Funções e Revisão de Remunerações)

Identificação da Ação											
Código	0C04					Tipo: Operação especial					
Título	PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS, CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERA-COES										
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			Código	909	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal										
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras										
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
223.777.293,00	47.703.582,00	0	0	0	0	0					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
-	-	-		Previsto	Reprogramado	Realizado					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Realizada						
0	0	0	-		-						

Tabela 62 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00H7 (Contribuição da União sobre Provimento de Cargos e Funções)

Identificação da Ação								
Código	00H7					Tipos: Operação especial		
Título	CONTRIBUICAO DA UNIAO PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PROVIMENTO DE CARGOS E FUNCOES E REESTRUTURACAO DE CARGOS E CARREIRAS E REVISAO DE REMUNERACOES							
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS			Código	909	Tipos: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim (<input checked="" type="checkbox"/> Não) Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras							
Lei Orçamentária 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados		
15.299.297,00	2.612.250,00	0		0	0	0		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante			
					Previsto	Reprogramado		
-			-	-	-	-		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
0	0	0	-		-	-		

Os recursos alocados nas ações 0C04 e 00H7, destinados a cobrir os impactos das autorizações contidas no Anexo V da LOA/2014 com os provimentos de novos servidores e a concessão da segunda parcela do reajuste remuneratório de 5% previsto na Lei nº 12.779/2012, conforme previsto no art. 12, inciso XV da LDO/2014 (Lei nº 12.919/2013), foram parcialmente remanejados, ao longo do exercício, para as respectivas programações em que efetivamente ocorre a execução orçamentária das despesas de pessoal (ações 20TP, 0181 e 09HB).

Tabela 63 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2004 (Assistência Médica e Odontológica)

Identificação da Ação										
Código	2004			Tipo:	Atividade					
Título	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES									
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal									
Ação Prioritária	() Sim	(X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
108.600.000,00	122.704.342,00	122.599.039,88	119.473.148,09	119.473.148,09	0	3.125.891,79				
Execução Física										
Descrição da meta		Unidade de medida		Montante						
				Previsto	Reprogramado	Realizado				
-		-		-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liqui-dado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada					
5.084.337,12	3.809.960,23	89.091,98	-	-	0					

Relativamente à programação de assistência médica e odontológica, que compreende o gasto com o plano de saúde dos servidores (SIS) e com o resarcimento de despesas médicas de senadores, ex-senadores e dependentes, a despesa empenhada em 2014 representou 99,9% da dotação autorizada e superou a dotação inicial em 12,9%. O reforço orçamentário dessa programação foi realizado para assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais. O quantitativo mensal de beneficiários da assistência médica no exercício de 2014 foi de 22.844 em janeiro, 22.330 em fevereiro, 22.709 em março, 22.756 em abril, 22.307 em maio, 22.545 em junho, 22.630 em julho, 22.554 em agosto, 22.766 em setembro, 22.839 em outubro, 22.846 em novembro e 22.787 em dezembro.

Tabela 64 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2010 (Assistência Pré-Escolar)

Identificação da Ação												
Código				2010	Tipo:	Atividade						
Título	ASSISTENCIA PRE-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORESCIVIS, EMPREGADOS E MILITARES											
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
6.780.000,00	7.211.107,00	7.103.606,97	7.103.606,97	7.103.606,97	0	0						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
-				Previsto	Reprogramado	Realizado						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	-		-	0						

Da mesma forma, foi realizado reforço da programação de assistência pré-escolar (auxílio creche) para suportar a elevação da despesa decorrente do aumento do número de beneficiários ao longo do exercício, razão pela qual a despesa empenhada foi 4,8% superior à dotação inicial. O quantitativo de crianças atendidas, que varia mensalmente em virtude da inclusão e desligamento de novos beneficiários (o auxílio é concedido por dependente inscrito, na faixa etária compreendida desde o nascimento até o mês em que completarem seis anos de idade) foi de 844 em janeiro, 860 em fevereiro, 850 em março, 879 em abril, 875 em maio, 877 em junho, 867 em julho, 895 em agosto, 902 em setembro, 912 em outubro, 919 em novembro e 917 em dezembro.

Tabela 65 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2011 (Auxílio-Transporte)

Identificação da Ação										
Código	2011			Tipo: Atividade						
Título	AUXILIO-TRANSPORTE AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES									
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
108.000,00	204.398,00	176.484,36	176.484,36	176.484,36	0	0				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
0	0	0	-		-	0				

A despesa empenhada com auxílio transporte em 2014 totalizou R\$ 176.484,36, correspondendo em termos percentuais a um acréscimo de 63,4% em relação à dotação inicial de R\$ 108.000,00 alocada no orçamento. A necessidade de suplementação orçamentária deve-se não apenas à elevação do número de beneficiários no decorrer do ano, mas também à inexistência, quando da elaboração da proposta orçamentária, de série histórica para auxiliar na realização de projeção mais precisa do quantitativo de servidores que solicitariam o benefício e do volume de recursos a ser despendido pelo Senado Federal. O quantitativo de beneficiários mensal foi de 97 em janeiro, 102 em fevereiro, 104 em março, 110 em abril, 112 em maio, 117 em junho, 118 em julho, 116 em agosto, 118 em setembro, 122 em outubro, 122 em novembro e 126 em dezembro.

Tabela 66 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2012 (Auxílio-Alimentação)

Identificação da Ação										
Código				2012	Tipo:	Atividade				
Título	AUXILIO-ALIMENTACAO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS EMILITARES									
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados				
56.400.000,00	57.925.667,00	57.781.589,73	57.781.589,73	57.781.589,73	0	0				
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante						
Previsto	Reprogramado	Realizado		-	-	-				
-	-	-	-	-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada				
0	0	0	-		-	0				

Em virtude do aumento no número de beneficiários ao longo do exercício, resultado dos provimentos de novos servidores concursados, fez-se necessário abrir crédito suplementar para reforçar a programação de auxílio alimentação, de modo que a despesa empenhada foi 2,4% superior à dotação inicial consignada na LOA. O quantitativo mensal de beneficiários desse auxílio em 2014 foi de 6.127 em janeiro, 6.098 em fevereiro, 6.142 em março, 6.172 em abril, 6.173 em maio, 6.182 em junho, 6.182 em julho, 6.235 em agosto, 6.242 em setembro, 6.216 em outubro, 6.258 em novembro e 6.240 em dezembro. A variação observada decorre dos provimentos e aposentadorias de servidores efetivos, bem como do fluxo de nomeações e exonerações de servidores comissionados.

Tabela 67 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00M1 (Auxílios Funeral e Natalidade)

Identificação da Ação											
Código	00M1					Tipo: Operação especial					
Título	BENEFICIOS ASSISTENCIAIS DECORRENTES DO AUXILIO-FUNERAL E NATALIDADE										
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal										
Ação Prioritária	() Sim (X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
1.661.804,00	2.063.947,00	1.896.871,32	1.896.871,32	1.896.871,32	0	0					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante						
-			-		Previsto	Reprogramado					
-			-		Realizado	-					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada					
0	0	0	-		-	0					

A partir de 2014 as despesas com auxilio funeral e natalidade passaram a ser registradas em programação orçamentária específica, cujo código da ação é o “00M1”. Por se tratar de despesa variável e imprevisível, ocorreu uma elevação dos gastos no período de junho a setembro, motivando a abertura de crédito suplementar para reforçar sua dotação. Consequentemente, o total empenhado foi 14,1% superior à dotação inicial.

Tabela 68 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 007F (Parlamento Latino-Americano)

Identificação da Ação										
Código	007F				_tipo:	Operação especial				
Título	CONTRIBUICAO AO PARLAMENTO LATINO-AMERICANO									
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			Código	910	tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado			
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal									
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014				
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga		Processados	Não Processados			
50.000,00	59.000,00	48.128,00		48.128,00	48.128,00	0	0			
Execução Física										
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante					
					Previsto	Reprogramado	Realizado			
-	-	-			-	-	-			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liqui-dado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada			
45.812,00	45.812,00	0	-			-	0			

Tabela 69 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 007G (União Interparlamentar)

Identificação da Ação							
Código	007G					Tipo: Operação especial	
Título	CONTRIBUICAO A UNIAO INTERPARLAMENTAR						
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			Código	910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado	
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal						
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária 2014							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
264.000,00	639.000,00	599.949,10		46.337,52	46.337,52	0	
Execução Física							
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante			
Previsto	Reprogramado			Realizado			
-	-	-	-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada	
0	0	0	-		-	0	

Tabela 70 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00D2 (Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento)

Identificação da Ação														
Código	00D2													
Título	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO DOS SECRETARIOS-GERAIS DO PARLAMENTO													
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			Código	910	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado							
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal													
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras													
Lei Orçamentária 2014														
Execução Orçamentária e Financeira														
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014								
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados								
2.100,00	2.600,00	2.196,73		2.196,73	2.196,73	0	0							
Execução Física														
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante									
					Previsto	Reprogramado	Realizado							
-			-		-	-	-							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores														
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas											
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada							
0	0	0	-			-	0							

Tabela 71 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00NW (IFPUG)

Identificação da Ação											
Código	00NW				Tipos:	Operação especial					
Título	CONTRIBUICAO AO GRUPO INTERNACIONAL DE USUARIOS DE PONTOS DE FUNCAO - IFPUG										
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			Código	910	Tipos:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal										
Ação Prioritária	() Sim	(X) Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida		Paga	Processados	Não Processados				
2.000,00	2.000,00	0	0		0	0	0				
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante						
					Previsto	Reprogramado	Realizado				
-			-		-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada				
0	0	0	-			-	0				

Tabela 72 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 00NX (IFLA)

Identificação da Ação											
Código	00NX				Tipo:	Operação especial					
Título	CONTRIBUICAO A FEDERACAO INTERNACIONAL DAS ASSOCIACOES INSTITUICOES BIBLIOTECARIAS - IFLA										
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS				Código	910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal										
Ação Prioritária	() Sim (X)Não		Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa				Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquidação		Paga	Processados	Não Processados				
1.800,00	2.500,00	2.065,84			2.065,84	2.065,84	0				
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante						
-					Previsto	Reprogramado	Realizado				
-					-	-	-				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida	Realizada				
0	0	0	-			-	0				

Tabela 73 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0166 (Associação Interparlamentar de Turismo)

Identificação da Ação												
Código				166	Tipo:	Operação especial						
Título	CONTRIBUICAO A ASSOCIACAO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO											
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		Código	910	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
6.000,00	10.000,00	0		0	0	0						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado						
-												
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	-		-	0						

Tabela 74 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0E58 (FIPA)

Identificação da Ação												
Código				0,00E+00	Tipo:	Operação especial						
Título	CONTRIBUICAO AO FORUM INTERPARLAMENTAR DAS AMERICAS - FIPA											
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: GESTAO DA PARTICIPACAO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS			Código	910	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidadada	Paga	Processados	Não Processados						
40.000,00	44.000,00	40.080,00	40.080,00	40.080,00	0	0						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante								
-			-	Previsto	Reprogramado	Realizado						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada						
0	0	0	-		-	0						

Nas ações do tipo operação especial destinadas às contribuições a organismos internacionais, houve execução orçamentária para atender o pagamento de anuidades aos seguintes grupos dos quais o Senado Federal participa: Parlamento Latino-Americano, União Interparlamentar, Associação dos Secretários-Gerais do Parlamento, Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA e Federação Internacional das Associações e Instituições Bibliotecárias – IFLA. Em razão da expressiva variação cambial, do reajuste da escala de contribuições e da necessidade do Senado Federal arcar com imposto de renda de 15% a ser retido sobre as remessas de recursos ao exterior, houve o aumento das despesas com as anuidades aos organismos internacionais, fazendo-se necessária a abertura de crédito suplementar no decorrer do exercício para reforçar as respectivas programações.

Registra-se que não houve execução orçamentária na ação 0166 – Contribuição à Associação Interparlamentar de Turismo, pois o empenho da despesa, no valor de R\$ 7.315,20, ocorreu no âmbito da ação 4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política, uma vez que o favorecido do repasse era a Organização Mundial do Turismo – OMT, entidade diversa do beneficiário nominalmente identificado na ação “0166”.

Tabela 75 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 1I29 (Interlegis II)

Identificação da Ação								
Código	1I29				Tipo:	Projeto		
Título	INTERLEGIS II - IMPLEMENTACAO DO LEGISLATIVO ELETRONICO (E-LEGISLATIVO)							
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado		
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal							
Ação Prioritária	(<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: (<input type="checkbox"/>)PAC (<input type="checkbox"/>) Brasil sem Miséria (<input type="checkbox"/>) Outras					
Lei Orçamentária 2014								
Execução Orçamentária e Financeira								
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
10.364.698,00	10.364.698,00	3.509.849,56	2.597.894,41	2.597.894,41	0	911.955,15		
Execução Física								
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
				Previsto	Reprogramado	Realizado		
Projeto implementado			percentual de execução	25	25	11		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores								
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada		
2.196.458,71	0	2.146.458,71	Projeto implementado		percentual de execução	0		

Na ação 1I29 – Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico, o valor de R\$ 3,5 milhões empenhado em 2014 correspondeu a 33,9% da dotação inicial. Em linhas gerais, essa baixa execução orçamentária pode ser atribuída aos seguintes fatores: economia obtida nos procedimentos licitatórios; entrave contratual que impediu o pagamento de passagens áreas; sobrerestamento/desistência, pela alta direção do Órgão, em dar prosseguimento às contratações inicialmente previstas para essa programação (compra de materiais de consumo, promoção de eventos, transferência de recursos ao Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD para contratar consultores, entre outras).

Do montante empenhado, a quase totalidade dessa execução refere-se a despesas com investimentos, especificamente a aquisição de sistema de servidores com armazenamento dedicado de dados e de subsistemas de armazenamento de dados (storage), os quais foram financiados com recursos da fonte “148 – Operações de Crédito Externas“, oriundos do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de De-

senvolvimento – BID. Quanto à execução física, a meta definida na LOA/2014 refere-se ao percentual de execução do referido contrato celebrado com o BID para financiamento do Programa Interlegis II. Após redução promovida em 2014, o valor do contrato passou para US\$ 12.780.608,49, sendo que até 31 de dezembro de 2014 haviam sido executados US\$ 8.721.101,60, perfazendo uma execução de 68,24%, sendo que desse total foram executados 10,743% em 2014.

Tabela 76 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 0284 (Amortização da Dívida Contratual Externa)

Identificação da Ação												
Código				284	Tipo:	Operação especial						
Título	AMORTIZACAO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO DA DIVIDA CONTRATUAL EXTERNA											
Programa	OPERACOES ESPECIAIS: SERVICO DA DIVIDA EXTERNA (JUROS EAMORTIZACOES)			Código	906	Tipos: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado						
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal											
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras											
Lei Orçamentária 2014												
Execução Orçamentária e Financeira												
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014							
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados						
2.628.000,00	2.628.000,00	787.197,45		787.197,45	787.197,45	0						
Execução Física												
Descrição da meta			Unidade de medida		Montante							
-			-		Previsto	Reprogramado						
-			-		-	-						
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores												
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas									
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta			Unidade de medida						
0	0	0	-			-						
						0						

A ação 0284 engloba o pagamento da amortização, bem como dos juros e encargos decorrentes do Contrato de Empréstimo nº 1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, para financiamento do Programa Interleis.

A despesa empenhada em 2014 representou apenas 30% da dotação inicial consignada para essas finalidades. Isso ocorreu pois a projeção de juros, amortização e comissão de crédito realizada à época da elaboração da proposta orçamentária considerou que todos os recursos do empréstimo previstos para o exercício seriam gastos, o que acabou não se concretizando, conforme se verifica da baixa execução orçamentária da ação *II29 - Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico* nos exercícios de 2013 e 2014. Dessa forma, a menor utilização dos recursos oriundos da operação de crédito externa (fonte “148”) acarretou no menor desembolso com o pagamento de juros e amortização dessa dívida.

Tabela 77 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 2549 (Comunicação e Divulgação Institucional)

Identificação da Ação										
Código				2549	Tipo:	Atividade				
Título	COMUNICACAO E DIVULGACAO INSTITUCIONAL									
Programa	ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo:	Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	02101 - Senado Federal									
Ação Prioritária	() Sim	(X)Não	Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras							
Lei Orçamentária 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014					
Inicial	Final	Empenhada	Liquida	Paga	Processados	Não Processados				
63.791.261,00	77.841.938,00	50.769.866,97	36.480.885,17	36.369.766,79	111.118,38	14.288.981,80				
Execução Física										
Descrição da meta		Unidade de medida			Montante					
Matéria veiculada		unidade			Previsto	Reprogramado				
					47.572	76.000				
Realizado										
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas							
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada					
6.851.008,23	5.935.742,42	235.752,51	Matéria veiculada	unidade	0					

A ação 2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional* compreende as despesas relativas aos veículos de comunicação da Casa, em especial a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado. O total empenhado de R\$ 50,7 milhões correspondeu a 79,6% da dotação inicial e a 65,2% da dotação autorizada na Lei Orçamentária. Essa baixa execução orçamentária ocorreu em virtude da não conclusão em 2014 de importantes contratações em andamento para modernização tecnológica da TV Senado, destacando-se a aquisição de: Sistema redundante e integrado de ingest. edição e exibição de conteúdos

digitais com suporte para alta definição; Sistema de multimonitoração para receber sinais de vídeo e áudio para a TV Senado; Sistema de captação/transferência de áudio e vídeo de externas para a TV Senado; e ilhas de videogramismo para o Serviço de Arte e Identidade Visual da TV Senado. Essas contratações, estimadas em R\$ 20,9 milhões, motivaram a suplementação orçamentária durante o exercício a fim de acrescer a dotação autorizada e, diante da não conclusão dos respectivos procedimentos licitatórios em tempo hábil, acarretaram na sobra orçamentária (crédito disponível) de igual montante na GND “4 – *Investimentos*” dessa programação.

Em relação à execução física da ação “2549”, a meta prevista na LOA era de 47.572 matérias veiculadas, tendo sido reprogramada para 76.000 ao longo do exercício. Entretanto, a meta realizada superou essas estimativas e alcançou no ano o total de 127.283, abrangendo os diversos produtos da TV Senado, Rádio Senado, Coordenação de Publicidade e Marketing – COMAP, Secretaria Agência e Jornal do Senado – SAJS e Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal – SRPSF, áreas pertencentes à Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal. A meta física realizada englobou ações diversas, tais como matérias reportagens, matérias Voz do Brasil, programas jornalísticos, musicais e culturais da Rádio Senado; programas jornalísticos, edições do telejornal diário, entrevistas, transmissão de comissões e sessões plenárias da TV Senado; peças publicitárias, edições do Jornal do Senado, imagens fotográficas digitais publicadas, entre outros produtos.

Desta forma, para cada contratação do Senado Federal prevista no Plano de Contratações de 2014, é possível identificar:

1. Se a contratação possui processo de contratação tramitando na Casa e sua respectiva situação: órgão de localização, último despacho etc.;
2. Se este processo já originou contrato; e
3. Do valor contratado, quanto já foi pré-empenhado, quanto já foi empenhado, quanto já foi pago e quanto ainda falta pagar.

A seguir, figura apresentando uma tela do sistema GEP, a qual exibe, para uma contratação, todos os respectivos empenhos gerados no SIAFI até o momento:

Tabela 78 Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS – Ação 4061 (Processo Legislativo)

Identificação da Ação											
Código		4061 Tipo: Atividade									
Título		PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA									
Programa		ATUACAO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL		Código	551	Tipo: Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária		02101 – Senado Federal									
Ação Prioritária		() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária 2014											
Execução Orçamentária e Financeira											
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014						
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados					
392.391.760,00	361.388.226,00	286.402.764,03	210.124.438,31	209.897.813,20	226.625,11	76.278.325,72					
Execução Física											
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante							
				Previsto	Reprogramado	Realizado					
Sessão realizada			unidade	280	280	190					
Restos a Pagar Não processados – Exercícios Anteriores											
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas								
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada					
48.752.317,42	32.935.530,48	5.883.053,60	Sessão realizada		unidade	0					

A ação 4061 – *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política* abrange a maior parte das despesas de custeio e investimento do Senado Federal, destinadas à manutenção e operação da estrutura do Órgão. A partir de 2013 a referida programação passou a contemplar Planos Orçamentários – POs, substituindo as respectivas ações constantes do orçamento do exercício anterior, conforme evidenciado nas tabelas de correlação a seguir:

Tabela 79 Matriz de Correlação Ações/Planos Orçamentários

Orçamento de 2012		Orçamento de 2013	
Ação	Planos Orçamentários	Ação	Planos Orçamentários
4061 – Processo Legislativo			0001 – Processo Legislativo
4091 – Capacitação de Recursos Humanos			0002 – Capacitação de Recursos Humanos
20TJ – Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos		4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	0003 – Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos
4060 – Gestão do Sistema de Informática			0004 – Gestão do Sistema de Informática
4898 – Rede de Integração e Participação Legislativa			0005 – Rede de Integração e Participação Legislativa
4597 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos			0006 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos



Para o orçamento de 2014, a única alteração foi a aglutinação dos Planos Orçamentários “0002 – Capacitação de Recursos Humanos” e “0003 – Treinamento e Capacitação em Conhecimentos Legislativos”, criando-se o Plano Orçamentário “000C – Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais”.

O montante de R\$ 286,4 milhões empenhado nessa programação representa 73% da dotação inicial e 79,3% da dotação autorizada. A execução orçamentária inferior ao orçado na LOA pode ser atribuída às medidas de contenção de despesas adotadas pela direção do Órgão, tais como extinção e renegociação de contratos de terceirização, redução de gastos com correspondências (correios), sobrestamento/revogação de contratações e aquisições, entre outras.

Foram inscritos em restos a pagar R\$ 76,5 milhões, sendo que desse total 48,7% são relativos a despesas do GND “4- Investimentos”, a fim de atender o pagamento de diversos equipamentos adquiridos para modernização tecnológica do Órgão, destacando-se as contratações para ampliação do núcleo da rede local, atualização da camada de acesso da rede, solução para armazenamento de dados, sistema de radiocomunicação com tecnologia digital, bem como as aquisições destinadas à modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do Senado Federal, incluindo-se a atualização do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário. Os demais recursos inscritos em restos a pagar destinam-se ao atendimento das despesas de natureza continuada, cujos pagamentos relativos ao mês de dezembro ocorrem somente no exercício subsequente, a exemplo dos gastos com serviços de energia elétrica, água e esgoto, telefonia, bem como prestação de serviços terceirizados diversos.

A meta física executada em 2014 refere-se às 190 sessões plenárias do Senado Federal, realizadas na 4º Sessão Legislativa Ordinária da 54º Legislatura, compreendendo o período de 03/02 a 22/12/2014. Conforme consta das resenhas mensais elaboradas em cumprimento ao art. 269, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), disponibilizadas no sítio eletrônico do Órgão, essas sessões plenárias foram dos seguintes tipos: 1 Deliberativa Extraordinária; 73 Deliberativa Ordinária; 16 Especial; 2 Extraordinária; 96 Não Deliberativa e 2 Programa Senado Jovem Brasileiro. Quanto à distribuição temporal, foram: 20 em fevereiro; 22 em março, 20 em abril; 22 em maio; 12 em junho; 16 em julho; 14 em agosto; 12 em setembro; 16 em outubro; 23 em novembro e 13 em dezembro.

Para uma melhor compreensão da composição da ação 4061, seguem algumas informações sobre seus Planos Orçamentários e as respectivas metas físicas realizadas em 2014:

- a) 0001 – Processo Legislativo: abriga as principais despesas relacionadas à manutenção e funcionamento do Órgão, tais como serviços de vigilância, limpeza, manutenção e conservação de bens móveis e imóveis, despesas com energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, postais (correios), locação de meio de transporte, contratação de estagiários, aquisição de mobiliário, pagamento de diárias, passagens, Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, entre outras. A meta física realizada desse “PO” é a mesma da ação “4061” e refere-se às 190 sessões plenárias realizadas;
- b) 0004 – Gestão do Sistema de Informática: tratam-se das despesas com a manutenção e a modernização dos recursos tecnológicos do Órgão, de responsabilidade da Secretaria Especial de Informática do Senado Federal – Prodases. A meta física realizada nesse “PO” foi de 840 sistemas geridos, no âmbito das seguintes áreas daquela Secretaria: Coordenação de Soluções de Tecnologia da Informação Corporativa (184 sistemas), Coordenação de Informática Legislativa e Parlamentar (100 sistemas), Coordenação de Infraestrutura de Tecnologia da Informação (541 sistemas), Coordenação de Atendimento (3 sistema) e Núcleo de Qualidade e Padronização de Processos e Produtos de Software (12 sistemas);
- c) 0005 – Rede de Integração e Participação Legislativa: abrange as despesas com manutenção da Rede Nacional do Interlegis – RNI;
- d) 0006 – Produção e Distribuição de Documentos Legislativos: envolve as despesas com a manutenção e modernização da gráfica do Senado, de responsabilidade da Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF. A meta física realizada no referido PO em 2014 foi de 9.437.387 exemplares distribuídos, englobando: publicações oficiais; livros e separatas; jornais e boletins; folders; bloco/talão; cartão; cartaz e banner; clichê, entre outros materiais. O quantitativo de exemplares distribuídos por mês foi de: 825.642 em janeiro; 994.507 em fevereiro; 639.428 em março; 977.164 em abril; 728.737 em maio; 827.556 em junho; 573.274 em julho; 559.700 em agosto; 652.661 em setembro; 596.652 em outubro; 1.061.104 em novembro; 1.000.962 em dezembro;
- e) 000C – Disseminação de Conhecimentos Legislativos e Gerenciais: comprehende as despesas de capacitação, nas modalidades presencial e à distância, incluindo os cursos de pós-graduação, de responsabilidade do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB. A meta realizada em 2014 foi de 299.738 capacitações realizadas, abrangendo educação superior, ensino a distância e cursos presenciais, tendo sido ofertados diversos cursos gratuitos e abertos aos cidadãos.

O contingenciamento orçamentário promovido pelo Senado Federal para atender determinação dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, constante dos Relatórios Bimestrais de Avaliação das Receitas e Despesas Primárias, foi integralmente realizado na ação “4061”, por se tratar da programação que concentra a maior parcela de recursos discricionários do Órgão. O contingenciamento inicial para atender o Relatório do 1º Bimestre foi de R\$ 2.034.551,00 e, após o Relatório do 5º Bimestre permitir a ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1.848.270,00, permaneceu contingenciado no encerramento do ano o montante de R\$ 186.281,00. Considerando que esses valores são pouco representativos em relação à respectiva dotação autorizada, associado ao fato de ter ocorrido sobre orçamentária (crédito disponível) considerável ao final do exercício, pode-se afirmar que essa limitação de empenho não comprometeu a execução orçamentária e o alcance dos resultados esperados pelo Órgão.

5.3 Informações sobre outros resultados de gestão

5.3.1 Programa de Sistematização das Contratações do Senado Federal

Em junho de 2014, foi aprovado o “**Programa de Sistematização das Contratações do Senado Federal**” em conjunto com as seguintes áreas do Senado Federal: Primeira Secretaria, Diretoria Geral, Diretoria Geral Adjunta, Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, Secretaria de Administração de Contratações – SADCON, Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade – SAFIN, Secretaria de Patrimônio – SPATR, Prodases e Secretaria de Gestão de Informação e Documentação – SGIDOC.

O Programa tem por objetivo tornar o processo de contratações e gestão de contratos no Senado Federal mais eficiente e célere, por meio da análise e melhoria dos processos de trabalho, de um maior suporte computacional a estes processos e da revisão da normatização específica. Sua criação justifica-se pela necessidade em tornar as contratações no Senado mais céleres, mantendo-se os critérios de qualidade do processo, a transparência das informações e sua conformidade legal, assim como:

- Evidenciar o processo de contratações por meio de um melhor delineamento de suas etapas, órgãos envolvidos, tempos médios de duração das respectivas etapas, gargalos, etc., facilitando a análise do processo como um todo, permitindo, assim, que proposições de melhorias do processo sejam mais bem embasadas;
- Institucionalizar os processos de trabalho das contratações do Senado Federal;
- Coordenar as agendas e os esforços de melhoria dos processos de contratações do Senado Federal;
- Minimizar os riscos das aquisições do Senado Federal;
- Acompanhar as contratações vigentes, com os respectivos efeitos no orçamento.

O Programa tem duração prevista de 02 anos, sendo que, para o seu primeiro ano, foram iniciados e estão em execução os seguintes projetos:

- 1) Revisão da Normatização das Contratações;
- 2) Controle dos Custos de Contratos de Mão de Obra e Serviços;
- 3) Informatização do Processo de Contratação;
- 4) Sistema de Gestão e Execução Orçamentária e Contratual do Senado Federal;
- 5) Estabelecimento de Indicadores de Contratações;
- 6) Estudo sobre Perdas de Contratos;
- 7) Aprimoramento do Processo de Planejamento e Acompanhamento das Contratações e do Orçamento;

- 8) Melhoria do Processo de Pesquisa de Preços;
- 9) Criação de Consultorias para Contratações e Modelos de Documentos.

Dentre os benefícios entregues pelo programa no ano de 2014, destacam-se:

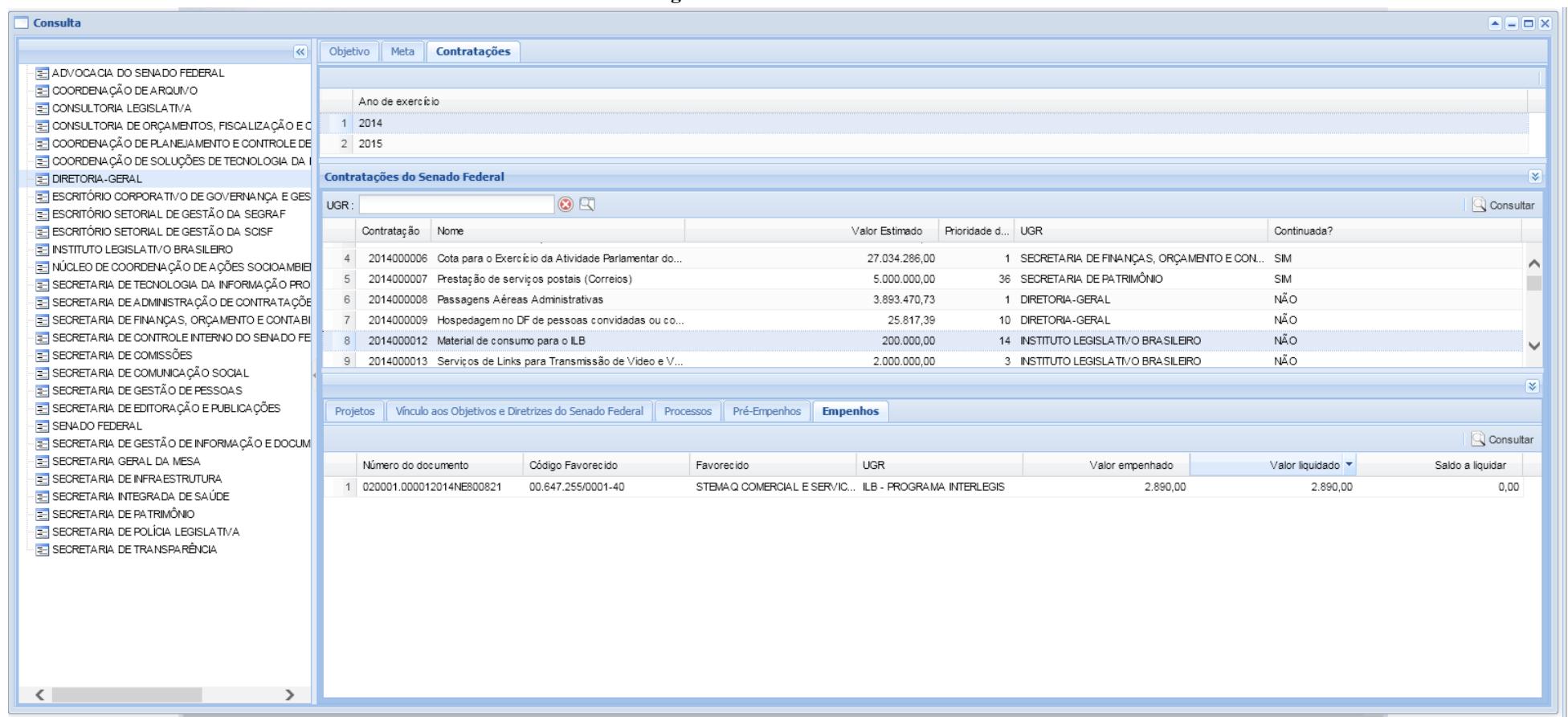
- Criação da Política de Contratações do Senado Federal;
- Criação do Comitê de Contratações, responsável pela autorização, priorização e controle da execução das contratações do Senado Federal;
- Maior agilidade na edição e revisão dos atos operacionais que regem o processo de contratações no Senado Federal, por meio da emissão de atos da Diretoria-Geral, ao invés de atos da Comissão Diretoria do Senado Federal;
- Criação da Wiki de Contratações do Senado Federal, contendo conteúdo relevante para todo o processo de contratações, tais como: modelos de documentos, legislação vigente, etc.
- Criação de Consultorias para realização de contratações, as quais visam à criação de um espaço onde as diferentes áreas do Senado Federal possam tirar suas dúvidas relativas a um processo de contratação com a Secretaria de Contratações e a Advocacia do Senado Federal. Isso permite que as áreas conversem não apenas por meio de processos, agilizando, assim, o tempo necessário para a realização das contratações;
- Revisão do processo de utilização de Atas de Registro de Preços, garantindo maior agilidade e segurança ao processo;
- Diagnóstico sobre a realização de contratações emergenciais, excepcionais e termos de reconhecimento de dívidas. Por meio do diagnóstico, foram identificadas ações que, mantidas ou iniciadas, propiciam, principalmente, um planejamento e monitoramento das contratações ainda mais robustos no âmbito do Senado Federal.

5.3.2 Controle da Execução Financeira das Contratações do Senado Federal

Entrou em utilização desde o início do mês de julho a nova versão do sistema GEP (Gestão da Estratégia e Projetos), desenvolvido em conjunto pelo Prodases e Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica, o qual permite ao Senado Federal o controle “ponta a ponta” da execução de suas contratações. Esse controle é possível por meio da integração realizada do sistema GEP aos seguintes sistemas: PLANOR (Planejamento das Contratações), SIGAD (Processos), GESCON (Contratos) e SIAFI (Pré-Empenhos, Empenhos e Pagamentos).

Esta integração, acessível pelo sistema GEP, permite acompanhar todo o ciclo de vida das contratações, configurando-se, abaixo, nas fases de:

- Planejamento Orçamentário;
- Planejamento das Contratações;
- Tramitação dos Processos de Contratações;
- Contratação;
- Execução Financeira.

Figura 5 Tela do Sistema GEP

5.3.3 Pesquisas e Consultas

Pesquisa sobre Gestão do Conhecimento elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)

Trata-se de uma pesquisa elaborada pelo IPEA que objetiva realizar um diagnóstico sobre a implementação da Gestão do Conhecimento na Administração Pública e assim ter subsídios para orientar a elaboração de uma Política de Gestão do Conhecimento no âmbito da Administração Pública Federal. O próprio instituto recomendou a participação de determinados setores do Senado Federal e estes foram consultados para que o questionário fosse devidamente preenchido. Após a coleta das respostas, estas foram submetidas à avaliação do Diretor-Geral e, em seguida, remetidas ao IPEA. O órgão realizará um relatório com as respostas obtidas, efetuando um comparativo entre as instituições públicas participantes.

Pesquisa sobre os dados gerais do Parlamento (Inter-Parliamentary Union)

A União Inter-Parlamentar realiza, periodicamente, pesquisas com os parlamentos a ela vinculados. Em 2014, o questionário número 3 buscou identificar dados sobre a autonomia do parlamento, orçamento, corpo funcional e remuneração. A resposta ao questionário foi realizada em três fases: identificação do gestor competente pela resposta; consulta aos gestores identificados; validação das respostas com o Diretor-Geral.

5.3.4 Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica

Ao Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV), unidade subordinada à Diretoria-Geral, compete, dentre outras atribuições, colaborar na formulação e assessoramento da implementação local de estratégias, políticas, diretrizes e ações corporativas, além de exercer a gerência de programas e projetos no planejamento setorial das unidades.

Neste sentido, durante o ano de 2014, o Escritório atuou de forma ampla e decisiva no desenvolvimento de projetos estruturantes que estivessem alinhados às diretrizes da Alta Administração, na adequação da cultura organizacional para uma visão direcionada à geração de valor, no estímulo à difusão do conhecimento em gestão e governança, na melhoria da comunicação de resultados e no fortalecimento de sua rede setorial de gestão.

Para que a concretização destes objetivos fosse efetiva, o EGOV participou de diversos Grupos de Trabalhos e Comitês, tais como:

1. Grupo de Trabalho sobre Lotação Ideal;
2. Grupo de Trabalho sobre Terminologia;
3. Plano de Gestão em Logística Sustentável;
4. Comitê de Análise, Admissões e Concessões;
5. Grupo de Trabalho sobre a Modernização das Comissões e Plenários;
6. Grupo de Trabalho sobre o Plano de Ação de implementação do Acórdão 3023/2013 (TCU);
7. Implementação do Processo Eletrônico;
8. Grupo de Trabalho para a elaboração do Projeto Básico da nova licitação do contrato de contínuos e copeiros;
9. Participação no SEGU – Sistema de Escolas de Governo da União.

Ademais, muitas das atividades engendradas pelo Escritório tiveram como escopo o suporte à operacionalização do planejamento e da estratégia delineados pelo Ato da Comissão Diretora nº 1/14. Desta forma, a participação do EGOV foi determinante para a consecução de vários projetos de outras unidades do Senado Federal, tornando-se um parceiro indispensável na execução de várias ações dos mesmos, tais como:

1. Levantamento das necessidades para o Plano de Capacitação de 2015, com revisão da Matriz Correlação;
2. Planejamento da Proposta Orçamentária de 2014 enviada à Secretaria de Orçamento Federal;
3. Participação na elaboração da minuta da Política de Gestão de Pessoas;
4. Planejamento do Relatório de Gestão, ano-base 2014;
5. Definição dos indicadores do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (EGOV);
6. Racionalização e adequação do contrato de terceirização (CT 64/2010);
7. Assessoramento para Gestão de Riscos da CONLEG;

8. Assessoramento para desenvolvimento do Plano de Gestão da SEGP e do NCAS;
9. Análise e melhoria do processo da Assessoria Técnica/Gabinete da DGER e COESUP/ILB.

5.4 Informações sobre indicadores de desempenho operacional

O Senado Federal tem trabalhado nos últimos dois anos, essencialmente, com indicadores de desempenho operacionais relacionados à temática orçamentária, avaliando a execução da despesa sob as óticas dos grupos de natureza de despesa três (custeio) e quatro (investimento). Estes indicadores foram gerados para que o controle sobre a execução da despesa pudesse ser realizado de maneira mais clara e objetiva. Com isso, em 2014, foram criados painéis de acompanhamento, apresentando os desembolsos mensais e mostrando valores em termos absolutos e em percentual de execução, dado o limite inicial planejado. Apesar de os dados serem monitorados com periodicidade mensal, as metas estabelecidas foram anuais. Cabe ressaltar que, para dar suporte a este acompanhamento de maneira mais planejada, organizada e detalhada, foi criado no Senado Federal o Plano de Contratações, ferramenta de suporte à gestão.

Em 2014 foram iniciados dois projetos que tratam do desenvolvimento de indicadores de desempenho, mas que terão seus resultados apresentados apenas em 2015.

O primeiro versa sobre a criação de indicadores de gestão de pessoas, visando ao atendimento do acórdão nº 3023/2013 do TCU. Como resultado, em 2014 foi desenvolvido um Ato, ainda não publicado, que disciplina suas diretrizes para criação e acompanhamento, bem como apresenta quais indicadores serão utilizados na instituição.

Já o segundo trata do desenvolvimento de indicadores para o processo de contratações, projeto este que faz parte do Programa de Sistematização das Contratações, criado em 2013 para proporcionar melhorias no processo de trabalho mencionado. Até o encerramento do ano, os seguintes marcos foram concluídos:

1. análise do processo de contratações;
2. análise da estrutura da Secretaria de Administração de Contratações;
3. pesquisa exploratória inicial de indicadores;
4. análise dos termos de abertura dos projetos integrantes do Programa para coleta de indicadores;
5. lista inicial de indicadores;
6. validação inicial dos indicadores.

Tabela 80 Indicadores Orçamentários – Painel da Presidência

Denominação	Índice de Referência*	Índice Previsto	Índice Observado**	Periodicidade	Fórmula de Cálculo	Fonte
Gastos realizados em Custeio (GND 3)	R\$ 418.482.659,47	R\$ 570.631.869	R\$ 418.482.659,47	Anual	Somatório das despesas de custeio liquidadas	Painel da Presidência
Gastos realizados em Investimento (GND 4)	R\$ 17.291.066,98	R\$ 69.831.554	R\$ 17.291.066,98	Anual	Somatório das despesas de investimento liquidadas	Painel da Presidência
Variação percentual de gastos em Custeio (GND 3) entre o ano vigente e o anterior	-2,02%	-	-2,02%	Anual	(Somatório das despesas de custeio liquidadas no ano t/ Somatório das despesas de custeio liquidadas no ano t-1)*100	Painel da Presidência
Variação percentual de gastos em Investimento (GND 4) entre o ano vigente e o anterior	92,98%	-	92,98%	Anual	(Somatório das despesas de investimento liquidadas no ano t/ Somatório das despesas de investimento liquidadas no ano t-1)*100	Painel da Presidência
Percentual de execução em Custeio (GND 3)	89,39%	100%	89,39%	Anual	(Somatório das despesas de custeio empenhadas/valor total planejado para custeio)*100	Painel do Plano de Contratações
Percentual de execução em Investimento (GND 4)	48,10%	100%	48,10%	Anual	(Somatório das despesas de investimento empenhadas/valor total planejado para investimento)*100	Painel do Plano de Contratações
Percentual de participação dos maiores favorecidos nos desembolsos	72,98% (15 maiores favorecidos)	-	72,98% (15 maiores favorecidos)	Anual	(Somatório dos desembolsos realizados aos maiores favorecidos/Total de desembolsos realizados a favorecidos)*100	Painel da Presidência

Fonte: Painel da Presidência

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

PARTE A, ITEM 6 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

6.1 Demonstração da Execução das Despesas

6.1.1 Programação

Tabela 81 Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Senado Federal		Código UO: 02.101		UGO: 020001	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		3.138.582.809,00	876.000,00	570.631.869,00	
CRÉDITOS	Suplementares	254.716.710,00	-	17.049.255,00	
	Especiais	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
	Extraordinários	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
	Créditos Cancelados		-254.716.710,00	-36.052.312,00	
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2014 (A)		3.138.582.809,00	876.000,00	551.628.812,00	
Dotação final 2013 (B)		2.992.913.165,00	406.000,00	610.059.838,00	
Variação (A/B-1)*100		4,87	115,76	-9,58	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		69.831.554,00	-	1.752.000,00	-

CRÉDITOS	Suplementares		33.053.734,00	-	-	-
	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Créditos Cancelados		-14.050.677,00	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-
Dotação final 2014 (A)		88.834.611,00	-	1.752.000,00	-	-
Dotação final 2013 (B)		66.364.047,00	-	1.624.000,00	-	-
Variação (A/B-1)*100		33,86	-	7,88	-	-

Análise Crítica da Execução Orçamentária

A dotação inicial para o Grupo de Natureza de Despesa (GND) “Outras Despesas Correntes” foi superior em R\$ 3.000.000,00 ao montante previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA/2014, em virtude da aprovação parcial de emenda apresentada pela Comissão Diretora do Senado Federal durante a tramitação do referido projeto de Lei no Congresso Nacional, com o objetivo de reforçar a programação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”. Por outro lado, a dotação inicial para o GND de “Investimentos” foi inferior ao previsto no PLOA em R\$ 1.696.381,00, em virtude de corte linear realizado no âmbito da Relatoria Setorial quando da tramitação do projeto de Lei no Congresso. Para os demais GNDs, a dotação inicial da LOA/2014 corresponde àquela consignada no respectivo PLOA.

Quanto às dotações orçamentárias alocadas na LOA/2014, os valores disponibilizados ao Senado Federal foram suficientes às necessidades do Órgão para cumprimento de sua programação de trabalho. Ainda assim, foram necessárias alterações orçamentárias para fins de adequação da execução ao longo do exercício, conforme discriminado a seguir:

- Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 41, de 21/5/2014 (DOU de 22/5/2014, seção I, página 91): modificação de fonte de recursos (R\$ 7.487.800,00) e de identificador de uso (R\$ 2.876.898,00) no âmbito da ação 1I29 – Interlegis II – Implementação do Legislativo Eletrônico (e-Legislativo), para cumprir a proporcionalidade entre recursos externos (fonte “148”) e de contrapartida nacional prevista no Contrato nº 1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID para financiamento do Programa Interlegis II;
- Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 65, de 24/7/2014 (DOU de 25/7/2014, seção I, página 104): modificação de fonte de recursos, no valor de R\$ 48.764.735,00, para incorporar ao orçamento a primeira parcela das receitas oriundas da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal junto à Caixa Econômica Federal (Contrato nº 34/2014) e ao Banco do Brasil (Contrato nº 35/2014). A alteração orçamentária ocorreu no âmbito das dotações de GND “4 – Investimentos” e consistiu na redução da fonte “100

- Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” e acréscimo da fonte “150 – Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados”, permanecendo inalterado o total do orçamento autorizado na LOA/2014;
- Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 183, de 16/12/2014 (DOU de 16/12/2014, edição extra, página 02): remanejamento de fontes de recursos entre as programações “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” e “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, no valor de R\$ 13.657.771,00, objetivando otimizar a alocação dos recursos pertencentes ao Fundo Especial do Senado Federal, em consonância com o estágio das contratações para despesas de investimentos (GND “4”), a fim de viabilizar uma maior utilização das receitas oriundas da primeira parcela da venda da folha de pagamento do Órgão (fonte 150), em detrimento dos recursos ordinários do tesouro (fonte 100);
- Ato do Presidente do Senado Federal nº 5, de 23/5/2014 (DOU de 27/5/2014, seção I, página 94): abertura de crédito suplementar, com recursos compensatórios do próprio Órgão, no montante de R\$ 168.105.742,00, sendo:
 - R\$ 167.712.542,00 destinado a adequar as dotações de pessoal e encargos, em virtude da implementação das despesas autorizadas no Anexo V da LOA/2014 (provimento de servidores concursados e segunda parcela do reajuste de 5% previsto na Lei nº 12.779/2012);
 - R\$ 393.200,00 para atender as despesas com contribuições/anuidades a organismos internacionais, em virtude da expressiva variação cambial, do reajuste da escala de contribuições e da necessidade do Senado Federal arcar com imposto de renda de 15% a ser retido sobre as remessas de recursos ao exterior;
- Ato do Presidente do Senado Federal nº 19, de 19/9/2014 (DOU de 23/9/2014, seção I, página 85): abertura de crédito suplementar, com recursos compensatórios do próprio Órgão, no montante de R\$ 69.959.464,00, sendo:
 - R\$ 21.048.216,00 destinado a adequar as dotações de pessoal e encargos, em virtude da implementação das despesas autorizadas no Anexo V da LOA/2014 (provimentos de novos servidores concursados);
 - R\$ 15.857.514,00 para atender as despesas com benefícios a servidores. A maior parte, no valor de R\$ 14.104.342,00 consistiu em suplementação da ação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes”, objetivando assegurar o cumprimento da disposição contida no parágrafo único do art. 44 do Regulamento do Sistema Integrado de Saúde – SIS (Resolução nº 35, de 2012), segundo o qual o Senado Federal destinará ao SIS, anualmente, o valor correspondente a, pelo menos, 3,5% da dotação consignada na lei orçamentária anual para sua despesa total com pessoal e encargos sociais. A parcela de R\$ 1.753.172,00 destinou-se ao reforço das programações de auxílio alimentação, creche e transporte, em virtude especialmente do acréscimo no número de beneficiários;

- R\$ 33.053.734,00 para adequar e reforçar as dotações de investimentos, a fim de atender as contratações destinadas à modernização tecnológica do Senado Federal, destacando-se a aquisições de equipamentos de tecnologia da informação (ampliação do núcleo da rede local, atualização da camada de acesso da rede, solução para armazenamento de dados, entre outras) e as contratações destinadas à modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do Senado Federal. Por meio dessa alteração orçamentária, houve a redistribuição dos recursos oriundos da venda da folha de pagamento (fonte “150”) entre as ações “4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política” e “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, bem como o acréscimo das dotações do GND 4 – Investimentos em R\$ 19.003.057,00, cujo financiamento se deu pelo cancelamento em igual valor de dotações do GND 3 – Outras Despesas Correntes, no âmbito da já referida ação “4061”;
- Ato do Presidente do Senado Federal nº 23 de 28/11/2014 (DOU de 3/12/2014, seção I, página 165): abertura de crédito suplementar, com recursos compensatórios do próprio Órgão, no montante de R\$ 66.754.493,00, sendo:
- R\$ 65.955.952,00 destinado a adequar as dotações de pessoal, por meio do remanejamento de recursos da programação de ativos (ação “20TP”) para a de inativos (ação “0181”). Essa alteração é usual ao final do exercício e decorreu do impacto das aposentadorias ocorridas após abril de 2013, uma vez que a proposta orçamentária de pessoal foi elaborada com base na proporção entre servidores ativos e inativos naquele mês, conforme disposição contida no art. 75 da Lei de Diretrizes Orçamentária de 2014 (Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013);
 - R\$ 798.541,00 para reforçar as dotações dos benefícios auxílios alimentação, creche e funeral, sendo a maior parcela (R\$ 498.541,00) para atender os gastos com auxílio funeral, cuja despesa elevou-se significativamente no período de junho a setembro.

Além das alterações orçamentárias descritas anteriormente, também foram efetuados remanejamentos de recursos entre planos orçamentários das programações do Senado Federal, sem implicar em alteração de qualquer classificação orçamentária ou valor constante da LOA/2014, conforme prevê o art. 13, § 2º, da Portaria SOF nº 11, de 12/2/2014 (DOU de 13/2/2014, seção I, página 104). Tratam-se de modificações realizadas entre os sistemas SIOP e SIAFI, não requerendo a publicação de ato específico para sua efetivação.

Por fim, quanto às variações ocorridas nas dotações de 2014 em relação ao exercício anterior, destaca-se, em termos nominais, o acréscimo de R\$ 145.669.644,00 no GND “1 – Pessoal e Encargos Sociais”, justificado pelo provimento de servidores concursados ao longo do exercício e pela implementação da segunda parcela do reajuste de 5% previsto na Lei nº 12.779/2012, despesas autorizadas no Anexo V da LOA. Em relação ao incremento de R\$ 22.470.564,00 nas dotações do GND “4 – Investimentos”, observa-se que essa elevação foi integralmente compensada pela redução de R\$ 58.431.026,00 verificada no âmbito do GND “3 – Outras Despesas Correntes”. Registre-se, ainda, que do total de R\$ 88.834.611,00 autorizado para investimentos em 2014, o valor de R\$ 4.087.800,00 refere-se a recursos de operação de crédito externa junto ao BID (fonte “148”) e o montante de R\$ 53.273.935,00 a receitas próprias diretamente arrecadadas (fonte “150”), oriundas especialmente do ingresso da primeira parcela dos recursos da venda da folha de pagamento do Senado Federal, de modo que a parcela financiada com recursos ordinários do tesouro (fonte “100”) é de R\$ 31.472.876,00, inferior ao alocado no orçamento de 2013 para despesas de investimentos custeadas com essa fonte.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

O Quadro A.6.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa não foi preenchido porque as movimentações internas entre as Unidades Gestoras (UG) associadas à mesma Unidade Jurisdicionada (UJ) não devem ser informadas, conforme a orientação do item 6.1.2 da Portaria TCU nº 90, de 2014.

Tabela 82 Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	20001	154003	02101.01.031.0551.4061			96.217,67
Concedidos	20001	170009	02101.01.031.0551.4061			16.500,00
Recebidos	30001	20001	03101.01.032.0550.4018			216.600,00
Recebidos	40001	20054	10101.02.061.0565.6359			869.392,85
Recebidos	50001	20001	11101.02.061.0568.4236			646.000,00
Recebidos	50001	20054	11101.02.061.0568.4236			51.230,18
Recebidos	80001	20001	15101.02.122.0571.4256			45.600,00
Recebidos	200009	20001	34103.03.062.0581.4261			2.200,52
Recebidos	201002	20054	47101.04.121.2038.20U0			43.590,65
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

A movimentação externa de créditos orçamentários em 2014 envolvendo o Senado Federal totalizou R\$ 1.987.331,87, sendo R\$ 112.717,67 de créditos concedidos a outros Órgãos e R\$ 1.874.614,20 de créditos recebidos, todos no GND “3 – Outras Despesas Correntes”.

Créditos Concedidos

O destaque realizado para o Ministério da Fazenda, no valor de R\$ 16.500,00, destina-se ao custeio de onze parcelas de Curso de Mestrado Profissional em Administração que vem sendo realizado por servidora do Senado Federal, conforme Termo de Cooperação nº 0001/2014, celebrado junto à Escola de Administração Fazendária – ESAF.

O destaque para o Ministério da Educação decorre do Termo de Execução Descentralizada nº 0021/2014 celebrado junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, objetivando o às informações científicas e tecnológicas, por meio da assinatura de periódicos internacionais com textos completos e referenciais, constantes no Portal de Periódicos da referida Coordenação. O montante repassado de R\$ 96.217,67 corresponde ao valor de USD 37.325,50, tendo como base a cotação de US\$1,00/R\$ 2,5778.

Créditos Recebidos

A maior parte dos recursos orçamentários recebidos destinam-se ao ressarcimento de despesas relativas à manutenção e conservação de imóveis funcionais pertencentes à reserva técnica do Senado Federal e que estão ocupados por servidores de outros Órgãos, conforme prevê o Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 13, de 2013. Tratam-se dos seguintes valores:

- a) R\$ 646.000,00 repassado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, conforme Termo de Cooperação nº 0002/2014;
- b) R\$ 216.600,00 repassado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme Termo de Cooperação nº 0003/2014;
- c) R\$ 45.600,00 repassado pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, conforme Termo de Cooperação nº 0005/2013.

O Superior Tribunal de Justiça repassou ainda R\$ 51.230,18 para custeio de serviços gráficos prestados pelo Senado Federal em favor daquele Órgão, fato este que motivou também o destaque realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (R\$ 43.590,65).

O valor de R\$ 2.200,52 repassado pelo Ministério Público da União refere-se à participação de servidor na oficina de trabalho: “*A Importância do papel do servidor público na interface do MPDFT com a sociedade*”.

O Supremo Tribunal Federal – STF efetuou o repasse de R\$ 869.392,85, sendo R\$ 1.184,87 para atender ressarcimento de despesa com serviços de impressão gráfica e o montante de R\$ 868.207,98 relativo a rateio de valores gastos com energia elétrica no centro de transmissão de rádio e televisão localizado no Grande Colorado, conforme acordo de cooperação técnico administrativo celebrado junto ao Senado Federal.

6.1.3 Realização da Despesa

Tabela 83 Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Senado Federal	Código UO: 02.101		UGO: 020001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	158.628.386,83	167.820.388,27	158.328.936,12	167.675.252,13
a) Convite	13.020,00	61.442,27	13.020,00	61.442,27
b) Tomada de Preços	0	786.981,83	0	782.296,20
c) Concorrência	0	2.557.983,98	0	2.557.983,98
d) Pregão	158.615.366,83	164.413.980,19	158.315.916,12	164.273.529,68
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	71.975.216,72	134.435.165,81	71.936.923,94	133.773.187,07
h) Dispensa	43.866.310,63	47.299.017,49	43.828.017,85	46.654.602,06
i) Inexigibilidade	28.108.906,09	87.136.148,32	28.108.906,09	87.118.585,01
3. Regime de Execução Especial	116.131,02	20.271,42	116.131,02	20.271,42
j) Suprimento de Fundos	116.131,02	20.271,42	116.131,02	20.271,42
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.075.796.047,91	2.958.701.278,98	3.074.704.568,79	2.952.371.396,41
k) Pagamento em Folha	3.074.464.360,98	2.957.495.909,09	3.073.372.881,86	2.951.166.026,52
l) Diárias	1.331.686,93	1.205.369,89	1.331.686,93	1.205.369,89
5. Outros	142.155.534,10	65.886.172,56	142.155.534,10	65.358.539,09
6. Total (1+2+3+4+5)	3.448.671.316,58	3.326.863.277,04	3.447.242.093,97	3.319.198.646,12

Tabela 84 Quadro A.6.1.3.2 – Despesas executadas diretamente pelo Senado Federal, por modalidade de contratação – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Senado Federal	Código UO: 02.101		UGO: 020001	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	158.628.386,83	167.820.388,27	158.328.936,12	167.675.252,13
a) Convite	13.020,00	61.442,27	13.020,00	61.442,27
b) Tomada de Preços	0	786.981,83	0	782.296,20
c) Concorrência	0	2.557.983,98	0	2.557.983,98
d) Pregão	158.615.366,83	164.413.980,19	158.315.916,12	164.273.529,68
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	71.975.216,72	134.435.165,81	71.936.923,94	133.773.187,07
h) Dispensa	43.866.310,63	47.299.017,49	43.828.017,85	46.654.602,06
i) Inexigibilidade	28.108.906,09	87.136.148,32	28.108.906,09	87.118.585,01
3. Regime de Execução Especial	116.131,02	20.271,42	116.131,02	20.271,42
j) Suprimento de Fundos	116.131,02	20.271,42	116.131,02	20.271,42
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.075.796.047,91	2.958.701.278,98	3.074.704.568,79	2.952.371.396,41
k) Pagamento em Folha	3.074.464.360,98	2.957.495.909,09	3.073.372.881,86	2.951.166.026,52
l) Diárias	1.331.686,93	1.205.369,89	1.331.686,93	1.205.369,89
5. Outros	142.155.534,10	65.886.172,56	142.155.534,10	65.358.539,09
6. Total (1+2+3+4+5)	3.448.671.316,58	3.326.863.277,04	3.447.242.093,97	3.319.198.646,12

Tabela 85 Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total

Unidade Orçamentária: Senado Federal					Código UO: 02.101		UGO: 020001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.326.302.468,49	1.316.892.881,23	1.326.302.468,49	1.315.301.452,22	0	1.591.429,01	1.325.210.989,37	1.315.300.399,22
01 – APOSENT. RPPS, RESER. REMUNER. E REFOR.MILITAR	1.106.800.808,95	985.346.834,63	1.102.749.722,67	984.944.569,91	4.051.086,28	402.264,72	1.102.749.722,67	978.615.740,34
03 – PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	297.191.504,63	301.953.132,50	297.173.868,22	301.953.132,50	17.636,41	0	297.173.868,22	301.953.132,50
Demais elementos do grupo	286.380.072,92	288.283.071,20	285.884.333,30	288.126.239,47	495.739,62	156.831,73	285.884.333,30	288.126.239,47
2. Juros e Encargos da Dívida								
21 – JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO – LC 141/12	132.864,40	81.294,70	132.864,40	81.294,70	0	0	132.864,40	81.294,70
22 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	16.935,90	43.691,20	16.935,90	43.691,20	0	0	16.935,90	43.691,20
3. Outras Despesas Correntes								
39 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	164.227.868,56	139.149.774,77	146.457.031,97	120.291.460,89	17.770.836,59	18.858.313,88	146.325.863,48	120.251.655,90
37 – LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	94.195.823,22	88.284.218,95	84.648.920,26	78.598.324,41	9.546.902,96	9.685.894,54	84.453.419,41	77.917.334,00

34 – OUTRAS DESP.PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	61.320.918,21	71.556.116,28	53.368.598,66	64.411.077,77	7.952.319,55	7.145.038,51	53.368.598,66	64.411.077,77
Demais elementos do grupo	146.834.325,41	172.202.347,12	134.008.108,58	163.792.380,91	12.826.216,83	8.409.966,21	133.997.034,43	163.221.991,47
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.082.594,43	14.680.126,21	10.717.336,05	6.265.924,71	33.365.258,38	8.414.201,50	10.717.336,05	6.226.493,70
39 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	10.023.310,60	7.315.797,03	5.869.855,02	2.689.567,35	4.153.455,58	4.626.229,68	5.869.855,02	2.689.567,35
51 – OBRAS E INSTALACOES	9.382.720,00	119.350,00	0	4.350,00	9.382.720,00	115.000,00	0	217,5
Demais elementos do grupo	864.932,06	348,8	703.875,91	348,8	161.056,15	0	703.875,91	348,8
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
77 – PRINCIPAL CORRIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	637.397,15	359.462,20	637.397,15	359.462,20	0	0	637.397,15	359.462,20

Tabela 86 Quadro A.6.1.3.4 – Despesas executadas diretamente pelo Senado Federal – Créditos Originários

Unidade Orçamentária: Senado Federal					Código UO: 02.101		UGO: 020001	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
11 – VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	1.326.302.468,49	1.316.892.881,23	1.326.302.468,49	1.315.301.452,22	0	1.591.429,01	1.325.210.989,37	1.315.300.399,22
01 – APOSENT.RPPS, RESER.REMUNER. E REFOR.MILITAR	1.106.800.808,95	985.346.834,63	1.102.749.722,67	984.944.569,91	4.051.086,28	402.264,72	1.102.749.722,67	978.615.740,34
03 – PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	297.191.504,63	301.953.132,50	297.173.868,22	301.953.132,50	17.636,41	0	297.173.868,22	301.953.132,50
Demais elementos do grupo	286.380.072,92	288.283.071,20	285.884.333,30	288.126.239,47	495.739,62	156.831,73	285.884.333,30	288.126.239,47
2. Juros e Encargos da Dívida								
21 – JUROS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO – LC 141/12	132.864,40	81.294,70	132.864,40	81.294,70	0	0	132.864,40	81.294,70
22 – OUTROS ENCARGOS SOBRE A DIVIDA POR CONTRATO	16.935,90	43.691,20	16.935,90	43.691,20	0	0	16.935,90	43.691,20
3. Outras Despesas Correntes								
39 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	164.113.259,79	139.149.774,77	146.457.031,97	120.291.460,89	17.656.227,82	18.858.313,88	146.325.863,48	120.251.655,90
37 – LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	94.195.823,22	88.284.218,95	84.648.920,26	78.598.324,41	9.546.902,96	9.685.894,54	84.453.419,41	77.917.334,00
34 – OUTRAS DESP. PESSOAL DEC. CONTRATOS TERCEIRIZ.	61.320.918,21	71.556.116,28	53.368.598,66	64.411.077,77	7.952.319,55	7.145.038,51	53.368.598,66	64.411.077,77
Demais elementos do grupo	146.834.325,41	172.202.347,12	134.008.108,58	163.792.380,91	12.826.216,83	8.409.966,21	133.997.034,43	163.221.991,47

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
52 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	44.082.594,43	14.680.126,21	10.717.336,05	6.265.924,71	33.365.258,38	8.414.201,50	10.717.336,05	6.226.493,70
39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PJ	10.023.310,60	7.315.797,03	5.869.855,02	2.689.567,35	4.153.455,58	4.626.229,68	5.869.855,02	2.689.567,35
51 – OBRAS E INSTALAÇÕES	9.382.720,00	119.350,00	0	4.350,00	9.382.720,00	115.000,00	0	217,5
Demais elementos do grupo	864.932,06	348,8	703.875,91	348,8	161.056,15	0	703.875,91	348,8
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								
77 – PRINCIPAL CORRIGIDO DA DIVIDA CONTRATUAL RESG	637.397,15	359.462,20	637.397,15	359.462,20	0	0	637.397,15	359.462,20

Tabela 87 Quadro A.6.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	0	0	0	0
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	0	0	0	0
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (h+i)	0	0	0	0
h) Dispensa	0	0	0	0
i) Inexigibilidade	0	0	0	0
3. Regime de Execução Especial	0	0	0	0
j) Suprimento de Fundos	0	0	0	0
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	0	0	0	0
k) Pagamento em Folha	0	0	0	0
l) Diárias	0	0	0	0
5. Outros	911.029,90	0	911.029,90	0
6. Total (1+2+3+4+5)	911.029,90	0	911.029,90	0

Tabela 88 Quadro A.6.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
1. Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
2. Juros e Encargos da Dívida								
3. Outras Despesas Correntes								
39 – OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – PJ	1.602.629,90	0	911.029,90	0	691.600,00	0	911.029,90	0
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquida		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
5. Inversões Financeiras								
6. Amortização da Dívida								

Análise Crítica da Realização da Despesa – por Modalidade De Contratação

Dando continuidade a tendência já observada nos últimos anos de redução na utilização das modalidades Tomada de Preços e Concorrência, verifica-se que em 2014 não houve despesa liquidada nessas modalidades de contratação, resultado da maior adoção do Pregão Eletrônico, modalidade que deve ser preferencialmente adotada nas aquisições de bens e serviços comuns, conforme estabelece o art. 3º do Ato da Diretoria-Geral nº 23, de 2014, que dispõe sobre as normas procedimentais para contratações no âmbito do Senado Federal.

Assim, o Pregão continuou sendo a modalidade mais utilizada pelo Órgão, correspondendo a uma despesa liquidada R\$ 158,6 milhões, valor 3,5% inferior ao despendido no exercício de 2013. Do referido montante, 82,6% das contratações referem-se aos elementos de despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal Decorrente de Contratos de Terceirização, 37 – Locação de Mão de Obra e 39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, que são os mais representativos na execução orçamentária do GND “3 – Outras Despesas Correntes”.

Nas contratações diretas, houve um decréscimo de 46,4% nas dispensas e inexigibilidades de licitação no exercício de 2014 em comparação ao ano anterior, variação essa decorrente da alteração na forma de execução das despesas médicas apropriadas na ação *2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes*, conforme explicado a seguir.

A despesa liquidada em 2014 na modalidade inexigibilidade foi R\$ 59 milhões inferior à de 2013, posto que as despesas decorrentes do Convênio nº 8/2012, celebrado entre o Senado e a Caixa Econômica Federal, objetivando o compartilhamento da rede de credenciados da CAIXA para o Saúde CAIXA pelos beneficiários do SIS e demais beneficiários da ação “2004”, foram classificadas nos SIAFI sob o tipo de modalidade “Não se Aplica”, ao contrário das despesas com prestação de serviços médico-hospitalares e serviços complementares de saúde oriundas dos contratos de credenciamento firmados pelo Senado Federal diretamente com os estabelecimentos de saúde, as quais são classificadas como Inexigibilidade. Dessa forma, como a maior parcela das despesas médicas (cerca de 83%) foram executadas no âmbito do referido convênio, houve uma realocação das despesas classificadas na modalidade Inexigibilidade para a “Não se Aplica” (grupo “Outros” da tabela), resultando nas expressivas variações observadas nessas modalidades de

contratação em comparação ao exercício anterior. Permanecem vigentes os contratos de credenciamento celebrados com os hospitais de notória especialização, em especial o Sírio Libanês e o Albert Einstein, cuja inexibilidade de licitação está fundamentada no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/1993.

Entre as demais despesas inexigíveis, destacam-se aquelas com cessão de capacidade de seguimento espacial em satélite para uso da TV Senado e com fornecimento de água, esgoto e energia elétrica para os próprios do Senado Federal, as quais representaram 50,3% do total liquidado nessa modalidade em 2014.

Quanto às dispensas de licitação, a despesa liquidada em 2014 foi 7,3% inferior à do exercício anterior, redução essa que pode ser atribuída principalmente à menor despesa com serviços postais e telemáticos junto à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, cujo montante liquidado passou de R\$ 6,3 milhões para R\$ 2,5 milhões.

Do total liquidado na modalidade dispensa de licitação em 2014, a parcela de 90% refere-se a contratações de serviços terceirizados de locação de mão de obra para garantir a prestação de serviços de natureza contínua necessários ao regular funcionamento do Senado Federal, a saber: limpeza e conservação (Contrato nº 0070/2012), vigilância armada e desarmada (Contrato nº 0054/2012), suporte patrimonial nas áreas de manutenção predial e edificações (Contrato nº 0014/2013) e serviços de elevadores de ascensorista e controlador de tráfego (Contrato nº 0003/2014). Tratam-se de contratos decorrentes de dispensa de licitação com base no inciso XI do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, isto é, contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.

Quanto à folha de pagamento, a despesa liquidada em 2014 foi cerca de 4% superior à do ano anterior, em virtude do impacto dos provimentos de novos servidores concursados e da concessão da segunda parcela do reajuste remuneratório de 5% previsto na Lei nº 12.779/2012.

Em relação às despesas com diárias, a elevação de 10,5% na despesa liquidada em 2014 é pouco representativa em termos nominais (apenas R\$ 126 mil) e pode ser considerado um ajuste normal diante da expressiva redução de 46% (correspondente a R\$ 1,03 milhão) ocorrida em 2013 em comparação ao exercício de 2012.

Conforme já mencionado anteriormente, a elevação expressiva da modalidade “Outros” em relação ao exercício anterior deve-se à classificação das despesas médicas relativas ao convênio junto à Caixa Econômica Federal na modalidade “Não se Aplica” em 2014, as quais totalizaram liquidação de R\$ 99,3 milhões. Ainda entre as despesas classificadas como “Outros”, destaca-se o valor liquidado de R\$ 3,78 milhões para atender a bolsa dos estagiários e de R\$ 21 milhões relativo à Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 09, de 2011.

No que se refere à execução, pelo Senado Federal, de créditos recebidos por descentralização externa de outros Órgãos, foram empenhados R\$ 1.602.629,90, tendo sido liquidado R\$ 911.029,90 no exercício de 2014 e o restante inscrito em restos a pagar. Essa despesa foi registrada no SIAFI sob a modalidade “Não se Aplica” e apropriada no elemento 39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*, sendo: a) R\$ 42.821,92 para regularização de pagamentos de serviços gráficos prestados para o Superior Tribunal de Justiça – STJ (o Senado executou o orçamento do STJ em favor do FUNSEN com o objetivo de gerar receita orçamentária própria); b) R\$ 868.207,98 para regularizar pagamento, pelo Supremo Tribunal Federal – STF, de rateio de valores gastos com energia elétrica no centro de transmissão de rádio e televisão localizado no Grande Colorado (o Senado executou o orçamento do STF em favor do FUNSEN com o objetivo de gerar receita orçamentária própria, por tratar-se na maior parte de despesas com energia elétrica de competências de exercícios anteriores); c) R\$ 691.600,00 em favor da CEB, sendo R\$ 646.000,00 oriundo do STJ e R\$ 45.600,00 da Justiça do Trabalho, destinados ao

rateio das despesas de manutenção e conservação dos imóveis funcionais na SQS 309 ocupados por servidores daqueles Órgãos, conforme previsto nos Termos de Cooperação nº 0002/2014 e 0005/2013, respectivamente.

Análise Crítica da Execução Orçamentária por Grupo e Elemento de Despesa

GND 1 – Pessoal e Encargos Sociais

A implementação das despesas autorizadas no Anexo V da LOA/2014, isto é, os provimentos de servidores concursados ao longo do exercício e o início da vigência da segunda parcela do reajuste remuneratório de 5% concedido pela Lei nº 12.779/2012, resultou na elevação das despesas de pessoal em relação ao exercício anterior, conforme já apontado anteriormente.

Sob a ótica dos elementos de despesas, a maior variação, em termos percentuais e nominais, ocorreu na rubrica de aposentadorias (elemento 01), cujo incremento manteve tendência já verificada nos últimos anos, reflexo não apenas do elevado número de aposentadorias que vêm ocorrendo no Órgão, mas também do retrocitado reajuste remuneratório, aplicável a essa categoria.

Em relação ao elemento de despesa *11 – Vencimentos e Vantagens Fixas*, que é o mais representativo no âmbito do GND “1”, a despesa manteve-se praticamente estável em relação ao exercício anterior, posto que os impactos do provimento de novos servidores e do reajuste remuneratório foram compensados pelas aposentadorias ocorridas no período.

Quanto aos demais elementos de despesa do grupo, destacam-se as obrigações patronais (elemento 13), em especial a contribuição patronal junto aos regimes previdenciários geral e próprio, que representou 92,7% do total empenhado nos demais elementos do GND em análise, bem como os gastos com serviços extraordinários (hora extra), cuja despesa empenhada no elemento *16 – Outras Despesas Variáveis*, reduziu de R\$ 7 milhões para R\$ 4,1 milhões. Além disso, a exemplo do ocorrido em 2013, houve baixa execução no elemento *92 – Despesas de Exercícios Anteriores*, de modo que o valor empenhado em 2014 nessa rubrica (R\$ 11,1 milhões) representou apenas 0,37% do total empenhado para pessoal e encargos.

Por fim, os R\$ 4,6 milhões inscritos em restos a pagar não processados destinaram-se ao pagamento de despesas com conversão de licença prêmio em pecúnia para servidores que se aposentaram em dezembro de 2014 e à quitação de benefícios oriundos do extinto Instituto de Previdência dos Congressistas – IPC.

GND 2 – Juros e Encargos da Dívida

A execução desse grupo de natureza de despesa refere-se ao pagamento de juros e encargos decorrentes das obrigações relativas ao Contrato BID-1864/OC-BR (empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II).

GND 3 – Outras Despesas Correntes

Considerando o universo dos créditos originários, do montante de R\$ 466,5 milhões empenhados em 2014 no grupo de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 59,2% corresponde à execução das programações destinadas à manutenção e funcionamento do Senado Federal (ações *4061 – Processo Legislativo, Representação e Fiscalização Política* e *2549 – Comunicação e Divulgação Institucional*). As ações de concessão de benefícios a servidores (auxílios alimentação, creche, transporte, funeral, natalidade e assistência médica e odontológica) foram responsáveis pela execução de 40,6% das despesas do GND 3 e as ações destinadas ao Programa Interlegis (ação *1I29*) e às contribuições a grupos parlamentares internacionais representaram

0,2% do executado.

O elemento de despesa mais utilizado nesse GND foi o 39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*, com despesa empenhada da ordem de R\$ 164,2 milhões, em virtude dos gastos com serviços médicos hospitalares, odontológicos e laboratoriais (a maior parte referente ao convênio celebrado junto à Caixa), que representaram 62,1% do total empenhado nessa rubrica. Os demais gastos nesse elemento são derivados do pagamento de despesas diversas de custeio do Órgão, destacando-se a locação e manutenção de máquinas e equipamentos (inclusive de informática), manutenção de software, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de comunicação (de dados e em geral), telecomunicações, energia elétrica, água e esgoto, as quais responderam por 31,7%.

A despesa empenhada em 2014 com serviços terceirizados (soma dos elementos 37 – *Locação de Mão de Obra* e 34 – *Outras Despesas de Pessoal – Terceirização*) totalizou R\$ 155,5 milhões, que corresponde a 33,3% do total do grupo. Em que pese os impactos das repactuações dos contratos de fornecimento de mão de obra, baseadas em acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho das categorias envolvidas, observa-se que houve redução de 2,7% na despesa total empenhada com serviços terceirizados em relação ao ano anterior, variação essa justificada principalmente pela não renovação do Contrato nº 66/2010, destinado à prestação de serviços terceirizados na área do arquivo, que possuía desembolso mensal de R\$ 1,8 milhão e vigorou até agosto de 2013.

Quanto às despesas apropriadas nos demais elementos do grupo, destacam-se os gastos com auxílios creche e alimentação para servidores, bolsa para estagiários, Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores (CEAPS) e despesas médicas de competência de exercícios anteriores, os quais representaram 71,2% do total empenhado nos demais elementos do GND em análise.

Especificamente em relação ao elemento 92 – *Despesas de Exercícios Anteriores*, o total empenhado em 2014 nesse GND foi 62,3% inferior ao de 2013, o que em termos nominais corresponde a uma redução de R\$ 28,4 milhões, variação essa justificada principalmente pelas despesas com serviços médicos. Após a celebração do Convênio nº 8/2012, celebrado entre o Senado e a Caixa Econômica Federal, objetivando o compartilhamento da rede de credenciados da CAIXA para o Saúde CAIXA, a maior parte das despesas médico-hospitalares passaram a ser processadas e apropriadas no exercício de competência, razão pela qual ocorreu uma redução na despesa dessa natureza contabilizada no elemento “92” e por outro lado a elevação na despesa registrada no elemento “39”.

Em relação aos restos a pagar inscritos, tratam-se na sua maior parte de despesas de natureza contínua (limpeza e conservação, vigilância, energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, entre outras), em que a periodicidade do faturamento acaba adiando o pagamento dos serviços prestados nos meses de novembro e dezembro para o ano subsequente.

Embora a inflação medida pelo IPCA em 2014 tenha sido de 6,41%, a despesa empenhada no GND “3” foi 1% inferior, em termos nominais, à execução do exercício anterior, variação que pode ser atribuída às medidas de contenção de gastos adotadas pela direção do Órgão, tais como a extinção e a renegociação de contratos de terceirização, redução de gastos com correspondências (correios) e o sobreestamento/revogação de contratações e aquisições.

O valor de R\$ 186.281,00 que permaneceu contingenciado no encerramento do exercício nesse GND é pouco representativo (0,04% da dotação autorizada para o grupo), não comprometendo a execução física e financeira das ações previstas, fato este corroborado pela expressiva sobra de recursos orçamentários (crédito disponível) ao final de 2014.

GND 4 – Investimentos

A despesa empenhada com investimentos em 2014 totalizou R\$ 64,3 milhões, o que representa um expressivo aumento de 191% quando comparado à execução de 2013.

Enquanto o valor empenhado em 2013 (R\$ 22,1 milhões) se deu integralmente com recursos ordinários do tesouro, no exercício de 2014 foram empenhados R\$ 49 milhões (76,1% do total) utilizando recursos próprios diretamente arrecadados pelo Órgão (fonte “150”), decorrentes em sua maior parte das receitas advindas da primeira parcela da venda da folha de pagamento do Senado Federal junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal. A execução com recursos do tesouro (fonte “100”) totalizou R\$ 11,8 milhões (18,5%) e com recursos de operação de crédito externa junto ao BID (fonte “148”) somou R\$ 3,4 milhões (5,4%).

Os recursos oriundos da venda da folha de pagamento foram integralmente aplicados em despesas de investimentos, posto que a Comissão Diretora do Senado Federal, na 3º Reunião do Colegiado, realizada em 26/2/2014, decidiu que os recursos seriam despendidos, preferencialmente, *“na modernização tecnológica do Senado Federal, em especial no que se refere aos equipamentos do Prodasel e da Secretaria de Comunicação Social, nos projetos relativos à centralização administrativa da Casa e na modernização das Comissões”* (Ata publicada no BAP nº 5444, de 19/03/2014).

Sob a ótica dos elementos, a maior parte do total empenhado com investimentos se deu na rubrica 52 – *Equipamentos e Material Permanente* (R\$ 44 milhões), destacando-se as contratações para ampliação do núcleo da rede local, atualização da camada de acesso da rede, solução para armazenamento de dados, aquisição de sistema de retransmissão de televisão digital terrestre, de sistema de captação de áudio e vídeo para uso no Plenário do Senado e Estúdio de Jornalismo da TV Senado, de sistema de radiocomunicação com tecnologia digital, bem como as aquisições destinadas à modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do Senado Federal.

Quanto à despesa de investimento classificada no elemento 39 – *Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica*, tratam-se de gastos com aquisição de software e com serviços de instalação e manutenção de equipamentos, cujos valores incorporam-se aos bens. Enquadraram-se, ainda, nesse elemento, as despesas com a atualização (manutenção evolutiva) do Sistema de Votação Eletrônica do Plenário do Senado Federal.

A existência de prazos contratuais para entrega e instalação dos equipamentos, desenvolvimento de softwares e execução de obras, associado ao fato de que parcela dessas contratações para investimentos foram celebradas ao final do exercício, resultou em uma inscrição em restos a pagar não processados da ordem de R\$ 47,1 milhões no âmbito do GND “4”, para liquidação e pagamento no exercício subsequente.

GND 5 – Inversões Financeiras

O Senado Federal não teve, em 2014, despesas programadas ou executadas com inversões financeiras.

GND 6 – Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa

Trata-se de despesa com o pagamento de amortização do empréstimo objeto do Contrato BID-1864/OC-BR, celebrado junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar o Programa Interlegis II, cujo valor é pouco representativo em relação ao orçamento do Senado Federal.

6.2 Despesas com Ações de Publicidade e Propaganda

A Coordenação de Publicidade e Marketing (COMAP) é a principal responsável pela comunicação institucional do Senado Federal, com foco no público externo, sem fins mercadológicos comerciais. Para tanto, o setor utiliza, especialmente, ferramentas de marketing, publicidade e design gráfico.

A principal beneficiária dessas ações de comunicação é a sociedade brasileira: público-alvo ao qual se destinam as campanhas e peças publicitárias criadas, produzidas e divulgadas pela COMAP. Especificamente, podem-se destacar alguns beneficiados: profissionais – médicos, enfermeiros, advogados, jornalistas, funcionários públicos no exercício de suas funções, entre outros; entidades de classe – sindicatos, associações, federações etc.; governos estaduais e municipais; estudantes, acadêmicos e pesquisadores em geral; e tantos outros interessados na divulgação das leis e procedimentos do Legislativo. Cumpre acrescentar que o Senado Federal também se beneficia, direta ou indiretamente, com essas ações, pois elas constroem uma imagem institucional sólida, transparente e mais próxima do cidadão.

No ano de 2014, a COMAP planejou e realizou diversas ações institucionais, de utilidade pública, campanhas publicitárias, campanhas de divulgação e materiais para eventos e exposições, bem como premiações e concursos da Casa. Em termos de projetos gráficos e editoriais, a COMAP elaborou desde publicações de rotina até materiais de conteúdo único.

Ademais, a Coordenação gerencia perfis institucionais nas redes sociais (sem fins jornalísticos), divulgando eventos, ações, acontecimentos, cursos, entre outros assuntos que, de outra forma, talvez não chegassem ao cidadão. Para tanto, utiliza, gratuitamente, as principais redes sociais (Facebook, Twitter e Google Plus), aumentando e melhorando consideravelmente a forma como o cidadão interage com a Casa. O setor possui, ainda, produtos no YouTube e em repositórios como Flickr e SlideShare.

As despesas orçamentárias relacionadas à área de Comunicação do Senado Federal estão abaixo descritas:

Tabela 89 Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal / 2549 – Comunicação e Divulgação Institucional	50.769.866,97	36.369.766,79
Legal	0551 – Atuação Legislativa do Senado Federal / 4061 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política	623.987,48	514.294,53
Mercadológica		0	0
Utilidade pública		0	0

Para fins de preenchimento do quadro, considerou-se como despesas de publicidade institucional a integralidade das despesas apropriadas na ação orçamentária “2549 – Comunicação e Divulgação Institucional”, programação esta que compreende os gastos relativos aos veículos de comunicação do Senado Federal, em especial a TV, a Rádio, o Jornal e a Agência Senado.

Em relação à publicidade legal, consideraram-se as despesas executadas em 2014, ainda que relativas a despesas de competências de exercícios anteriores (registradas no elemento de despesa “92”), com os seguintes contratos:

- *Contrato nº 0026/2010, celebrado junto à PUBLICENTER PUBLICIDADE E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA – ME, cujo objeto é a prestação de serviço de publicação de anúncios de interesse do SENADO FEDERAL, em jornais de grande circulação em todo o território nacional, à medida que houver necessidade;*
- *Contratos nºs 0070/2010 e 0080/2012, ambos celebrados junto à IMPRENSA NACIONAL, cujo objeto é a prestação de serviços de publicações oficiais no Diário Oficial da União – DOU – inclusive em suplemento, de atos, contratos, convênios, aditivos, distratos, editais, avisos, atas de registros de preços, comunicações em geral e demais matérias de interesse do SENADO FEDERAL.*

Por fim, seguem os números que retratam os resultados do trabalho realizado pela Coordenação no ano de 2014.

Tabela 90 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing

2014	
Planejamentos de Marketing	44
Ações de Comunicação	107
Peças Publicitárias	430

2014	
Spots	12
VTs	35
Banners, Cartazes e outras peças	120
Anúncios	201
Demandas Fotográficas	33

TWITTER (@SenadoFederal)

2014

- 755 tuítes originais
- 10.600 seguidores

Tabela 91 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing – Twitter

TWITTER	2013	2014	AUMENTO
SEGUIDORES	6.000	10.600	77%

FACEBOOK (Senado Federal do Brasil)

2014

- 263 *posts* originais
- Alcance – 1.120.718
- CCC (curtidas, comentários e compartilhamentos) – 38.296
-

Tabela 92 Resultados Coordenação de Publicidade e Marketing – Facebook

FACEBOOK	2013	2014	AUMENTO
CCC	1.084	38.296	3433%

GOOGLE PLUS INSTITUCIONAL*

2014

- 907 *posts* originais
- 237 seguidores
- 180.681 impactos diferentes gerados

*dados de maio/2014 (mês de ativação da conta) até dezembro de 2014

6.3 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Conforme informado pela Coordenação de Contabilidade do Senado Federal (CONTAB), este item não se aplica ao Senado Federal, uma vez que não houve registros de passivos por insuficiência de créditos ou recursos em 2014.

6.4 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Tabela 93 Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	59.405.169,78	42.646.227,86	6.946.121,01	9.812.820,91
2012	5.973.551,28	934.987,49	1.647.963,86	3.390.599,93
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	7.664.630,92	7.664.630,92	0	0
2012	781.832,24	501.227,00	126.089,33	154.515,91
2011	245.427,17	357,5	244.413,28	656,39
2010	6.907.146,07	0	6.652.562,32	254.583,75

Quanto aos Restos a Pagar Processados oriundos de inscrições efetuadas nos exercícios de 2010 a 2012, o montante de R\$ 7.023.064,93 cancelado em 2014 refere-se a retenções, a título de honorários advocatícios, dos pagamentos de juros e correção monetária relativos às perdas da URV. O referido cancelamento foi efetuado no SIAFI pela Secretaria do Tesouro Nacional, sob a seguinte justificativa: “*Registro de baixa do saldo de controle de restos a pagar processado com conta corrente célula da despesa, em virtude da desativação da rotina utilizada pelo documento ATUFOLHA*”. Não obstante esse fato, os valores retidos no âmbito do processo da URV continuam registrados em contas contábeis de “depósitos de terceiros”.

Dos R\$ 7.664.630,92 de Restos a Pagar Processados inscritos em 2013 e integralmente pagos em 2014, cerca de R\$ 6,3 milhões, correspondentes a 82,6% do total inscrito, destinaram-se ao atendimento de despesas com conversão de licença prêmio em pecúnia para servidores que se aposentaram e requereram o direito ainda em 2013.

Em relação aos R\$ 5.973.551,28 de Restos a Pagar Não Processados (RPNP) oriundos de 2012, houve o pagamento de 15,7% e o cancelamento de 27,6% do total reinscrito em 2014, permanecendo ainda o saldo de R\$ 3.390.599,93.

Quanto aos cerca de R\$ 59,4 milhões de RPNP oriundos de 2013, o montante de R\$ 42,6 milhões já foi pago em 2014. Os valores inscritos destinaram-se ao atendimento de:

- a) despesas de investimentos (GND “4”), para as quais não tinha ocorrido o recebimento definitivo do objeto no decorrer do exercício de empenho, em especial as de aquisição e instalação de sistema de transmissão de televisão digital terrestre e de equipamentos de tecnologia da informação, bem como de aquisição e atualização de softwares (cerca de R\$ 13,2 milhões);
- b) despesas de pessoal e encargos (GND “1”) de competência do exercício de 2013, em especial gastos com conversão de licença prêmio em

pecúnia para aposentados, adicional noturno, abono permanência e contribuição patronal ao regime próprio de previdência dos servidores públicos (cerca de R\$ 2,2 milhões);

- c) despesa com a contribuição ao Parlamento Latino-Americano, relativo à anuidade de 2013 devido à entidade (R\$ 45.812,00);
- d) despesa com a transferência de recursos para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, para a contratação de consultores para atuar perante o Programa Interlegis, conforme Acordo de Cooperação Técnica – Projeto BRA/12/007 (cerca de R\$ 2,1 milhões);
- e) despesas com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores – CEAPS, uma vez que a apresentação de comprovantes de despesas do exercício anterior à conta da CEAPS pode ser efetuada até o último dia útil do mês de março do ano seguinte, conforme estabelece o §3º do art. 5º do Ato do Primeiro Secretário nº 5, de 2014 (R\$ 3 milhões);
- f) despesas com prestação de serviços médico-hospitalares e laboratoriais, bem como demais gastos apropriados na programação “2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes” (cerca de R\$ 4,7 milhões);
- g) despesas com aquisição de materiais de consumo, em que não houve a entrega dos bens, e demais gastos de natureza continuada, para os quais a liquidação e o pagamento dos serviços prestados nos últimos meses do ano ocorrem apenas no exercício subsequente, em virtude da periodicidade do faturamento. Citam-se as despesas diversas para o regular funcionamento do Órgão, tais como: energia elétrica, telecomunicações, água e esgoto, correios, locação de veículos para transporte de servidores e parlamentares, manutenção de bens móveis e imóveis, serviços terceirizados de limpeza e conservação, vigilância armada e desarmada, brigada civil de incêndio, apoio operacional, suporte patrimonial nas áreas de manutenção predial e edificações, entre outras (cerca de R\$ 34,2 milhões).

Relativamente ao cancelamento de R\$ 6,9 milhões dos RPNP oriundos de 2013, destacam-se a anulação integral do valor inscrito para a transferência ao PNUD no âmbito do Programa Interlegis (R\$ 2.146.458,71) e a anulação parcial do montante inscrito para atender as despesas com a Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar dos Senadores (R\$ 1.574.602,33), as quais respondem por 53,6% do total cancelado.

6.5 Transferências de Recursos

6.5.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

Tabela 94 Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SENADO FEDERAL									
CNPJ: 00.530.279/0001-15									UG/GESTÃO: 020001 / 00001
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício			
							Início	Fim	
3	BRA/09/001	03723329/0001-79	1.704.165,54	85.208,97	0	1.650.034,11	15/05/2009	30/04/2013	4
3 ¹	BRA/12/007	03723329/0001-79	7.243.845,00	453.245,00	0	2.853.541,29	23/11/2012	31/05/2014	4

LEGENDA

Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Cooperação	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Compromisso	4 - Concluído
	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: CONTAB, SCISF, ILB e SIAFI2014.

6.5.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Tabela 95 Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Senado Federal					
	CNPJ:	00.530.279/0001-15				
UG/GESTÃO:	020001/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio	-	-	2	-	-	566.445,05
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	1 ¹	-	2.853.541,29	850.000,00
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	3	-	2.853.541,29	1.416.445,05

Fonte: CONTAB, SCISF, ILB e SIAFI2014.

¹Documento de projeto BRA/12/007

6.5.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios e Contratos de Repasse

Tabela 96 Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pelo Senado Federal na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: SENADO FEDERAL				
CNPJ: 00.530.279/0001-15		UG/GESTÃO: 020001 / 00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Convênios	Contratos de Repasse
2014	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	1
		Montante Repassado	-	2.853.541,29
2012	Contas Prestadas	Quantidade	2	1
		Montante Repassado	566.445,05	850.000,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-
Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado	-	-

Fonte: CONTAB, SCISF, ILB e SIAFI2014.

6.5.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

Tabela 97 Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse em R\$ 1.000

Posição 31/12/14

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome:				
CNPJ:		UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos
	Quantidade de Contas Repassados			Convênios
2014	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
			Montante Repassado (R\$)	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-
		Montante Repassado (R\$)	-	
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
			Montante Repassado (R\$)	-
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-
		Montante Repassado (R\$)	-	
2013	Quantidade de contas prestadas			-
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		-
		Quantidade Reprovada		-
		Quantidade de TCE		-
		Montante Repassado		-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		-
		Montante Repassado (R\$)		-

	Quantidade de Contas Prestadas	2	
2012	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	2
		Quantidade Reprovada	-
		Quantidade de TCE	-
		Montante Repassado	566,445,05
Exercício Anterior a 2012	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-
		Montante repassado	-
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	-
		Montante repassado	-

Fonte: CONTAB, SCISF, ILB e SIAFI2014.

Análise Crítica

No ano de 2014 não houve transferências para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD em nenhum dos dois projetos de cooperação assinados pelo Senado Federal no âmbito do Programa Interlegis (BRA/09/001 E BRA/12/007).

Os Projetos supracitados foram finalizados em 30 de abril de 2013 e 31 de maio de 2014 respectivamente, tendo a reunião tripartite (composta pelo Senado Federal, PNUD e Agência Brasileira de Cooperação – ABC) de finalização de ambos o projeto ocorrido em 06 de novembro de 2014.

Em resumo todos os projetos junto a organismos internacionais estão finalizados operacional e financeiramente.

Os recursos não gastos pelo o programa ficam disponíveis junto ao PNUD para serem utilizados no exercício seguinte, retornando para a União quando o contrato com o PNUD estiver encerrado. As transferências ocorrem de acordo com as metas previstas no contrato de empréstimo 1864/OC – BR.

O controle da execução das ações descritas nos Documentos de Projeto é feito por meio de diversos órgãos. Anualmente o Programa Interlegis é auditado pela Secretaria Federal de Controle Interno da Controladoria Geral da União – CGU, atendendo à cláusula de contrato 5.02. Semestralmente ocorre o envio de relatório de progresso para o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, que avalia o cumprimento das metas contratuais. E, ainda, o Programa é instado a fornecer diversas informações para a Secretaria de Controle Interno do Senado Federal.

Pode-se avaliar que, de forma geral, a execução por meio do organismo internacional colaborou com a celeridade na contratação e na execução dos serviços de consultoria necessários à atualização das diversas plataformas tecnológicas e outras que o programa oferece.

6.6 Suprimento de Fundos

6.6.1 Concessão de Suprimento de Fundos

Tabela 98 Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	20001	SENADO FEDERAL	2	2.280,00	30	196.000,00	60.000,00
2013	20001	SENADO FEDERAL	2	8.000,00	15	60.000,00	8.000,00
2012	20001	SENADO FEDERAL	19	33.350,00	0	0	4.000,00

Fonte: CONTAB, SIAFI2014.

6.6.2 Utilização de Suprimento de Fundos

Tabela 99 Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B Saque		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Fatura	Total		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	(a+b)
2014	20001	SENADO FEDERAL	2	2.280,00	29	20.350,00*	96.292,84**	116.642,84
2013	20001	SENADO FEDERAL	2	4.292,35	3	391	15.610,48	16.001,48

Fonte: CONTAB, SIAFIN 2014.

Observações:

* Inclui o valor de R\$ 11,82, que embora tenha sido sacado, foi devolvido à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

** O montante correspondente ao “Valor das Faturas (b)” de 2014, encontra-se somado com a quantia de R\$ 500,00 referente a um pagamento realizado no cartão corporativo, mas que, por se tratar de gasto efetuado fora do período de aplicação, fora recolhido por esta em favor do Senado Federal por meio de GRU.

6.6.3 Classificação dos Gastos com Suprimento de Fundos

Tabela 100 Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
20001	SENADO FEDERAL	339030 – Material de Consumo	07 – Gêneros de Alimentação	46.312,58
			09 – Material Farmacológico	4.830,57
			16 – Material de Expediente	1.036,78
			17 – Material de Processamento de Dados	220
			19 – Material de Acondicionamento e Embalagem	233,25
			20 – Material de Cama, Mesa e Banho	7.422,71
			21 – Material de Copo e Cozinha	7.561,76
			22 – Material de Limpeza e Produtos de Higienização	4.284,84
			24 – Material para Manutenção de Bens Imóveis e Instalações	5.620,59
			25 – Material para Manutenção de Bens Móveis	6.200,07
			26 – Material Elétrico e Eletrônico	4.016,33
			28 – Material de Proteção e Segurança	30
		339039 – Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica	29 – Material para áudio, vídeo e foto	1.693,00
			36 – Material Hospitalar	2.463,96
			41 – Material para Utilização em Gráfica	1.969,00
			42 – Ferramentas	12
		449052 – Equipamento e Material Permanente	17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos	5.443,97
			41 – Fornecimento de Alimentação	1.307,50
			59 – Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	829,11
			78 – Limpeza e Conservação	800
			12 – Aparelhos e Utensílios Domésticos	955
			19 – Discotecas e Filmotecas	799
			42 – Mobiliário em Geral	8.089,00
			51 – Peças não Incorporáveis a Imóveis	4.000,00

Fonte: CONTAB, SIAFI2014.

Análise Crítica dos Suprimentos de Fundos

O Ato da Comissão Diretora nº 17 de 2012, disciplina a realização de despesas com a utilização de Suprimento de Fundos no Senado Federal.

Como se pode verificar na série histórica apresentada, a execução de despesas por suprimento de fundos sofreu um aumento tanto na quantidade quanto no valor total concedido aos supridos no exercício de 2014. Contudo, se comparado com a execução total das despesas do órgão, tais valores têm-se mantido baixos, o que se justifica principalmente pelo fato de os gestores serem constantemente alertados de que esse é um regime de execução especial e por isso deve atender somente os gastos emergenciais, que não podem submeter-se ao processo normal de realização da despesa preconizado pela Lei 8.666, de 1993.

Em 2013 foi instituído o uso do Cartão de Pagamentos do Governo Federal – CPGF como modalidade de realização de gastos ordinária, permanecendo, no entanto, a alternativa de realização de gastos por meio da conta tipo “B”. Esta realidade é demonstrada pelo Quadro A.6.6.1 – que aponta 30 concessões realizadas por meio do CPGF e somente duas concessões por meio da conta tipo “B”.

Com relação ao maior limite individual concedido no exercício de 2014 no montante de R\$ 60.000,00, informamos que esta concessão excepcional, devidamente autorizada pelo Primeiro Secretário desta Casa Legislativa, refere-se às necessidades urgentes e imprevistas da Coordenação de Administração de Residências Oficiais do Senado Federal – COARO, relacionadas a aquisições de material de consumo e materiais e equipamentos permanentes, tratado no Processo nº 00200.014145/2014-45.

O aumento do número de saques efetuados em 2014 comparado com 2013 deveu-se às exigências de fornecedores, que demandaram pagamentos ou por boleto bancário ou em espécie.

Nenhuma das concessões efetuadas foi para servidor já responsável por dois suprimentos, ou que estivesse em atraso na prestação de contas de suprimentos. Também não há concessão a servidor que esteja respondendo a inquérito administrativo, ou que seja declarado em alcance.

Registra-se ainda que as prestações de contas apresentadas pelos supridos no exercício de 2014 foram aprovadas na sua totalidade pelo Ordinador de Despesas.

6.7 Gestão de Precatórios

Tabela 101 Quadro A.6.8.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta

Precatórios – Requisição												
Administração Direta												
Natureza	Quantidade de Requisição e Valor						Quantidade de Precatório e Valor					
	2014		2013		2012		2014		2013		2012	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Alimentícia	1	868,80		0,00	1	26.425		868,80		0,00	1	26.425
Comum		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Total	1	868,80		0,00	1	26.425		868,80		0,00	1	26.425
Precatórios – Dotação e Pagamento												
Natureza	Dotação Orçamentária			Valores Pagos/Tipo de Credor						Saldos a Pagar		
				Pessoa Jurídica								
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	2014	2013	2012			
Alimentícia	0,00	0,00	0,00	868,80	0,00	26.425	0,00	0,00	0,00			
Comum	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Total	0,00	0,00	0,00	868,80	0,00	26.425	0,00	0,00	0,00			
Observações:												

Fonte: SERH

6.8 Fundo Especial do Senado federal

A receita arrecadada no Fundo Especial do Senado Federal – FUNSEN foi de R\$ 56.550.020,49, superando em 591% o montante previsto inicialmente na LOA (cerca de R\$ 8,1 milhões), conforme evidenciado na tabela a seguir:

Categoria Econômica da Receita	Natureza da Receita		Receita Prevista	Execução da Receita
1 – RECEITAS CORRENTES	13330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	1.093.034,00	1.482.635,50
	13610100	RECEITA CESSAO DIR.OPERACIONALIZACAO FOPAG		48.764.735,00
	15202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA	659.293,00	593.657,47
	16001300	SERVICOS ADMINISTRATIVOS	191.899,00	173.486,05
	19192700	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS	951.845,00	623.483,29
	19210600	INDENIZ. POR DANOS CAUSADOS AO PATR. PUBLICO	7.538,00	6.830,16
	19220110	RESTITUICOES DE CONVENIOS – PRIMARIAS		310.611,05
	19220700	RECUPERACAO DE DESPESAS DE EXERC. ANTERIORES	3.439.240,00	3.107.220,39
	19229900	OUTRAS RESTITUICOES	1.270.580,00	1.016.605,62
2 – RECEITAS DE CAPITAL	22150000	ALIENACAO DE VEICULOS		55.371,40
	22160000	ALIENACAO DE MOVEIS E UTENSILIOS	246.460,00	
	22190000	ALIENACAO DE OUTROS BENS MOVEIS	134.450,00	
7 – RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIAS	73330100	REC. CONCESS. DE DIREITO REAL USO AREA PUBLIC	189.594,00	167.753,82
	75202900	RECEITA DA INDUSTRIA EDITORIAL E GRAFICA		247.630,74
Total:			8.183.933,00	56.550.020,49

Essa expressiva variação foi resultado do ingresso da primeira parcela dos recursos oriundos da cessão do direito de operacionalização da folha de pagamento de pessoal do Senado Federal junto à Caixa Econômica Federal (Contrato nº 34/2014) e ao Banco do Brasil (Contrato nº 35/2014), no importe de R\$ 48.764.735,00, receita essa que não havia sido prevista quando da elaboração proposta orçamentária, em agosto de 2013.

O referido montante foi incorporado ao orçamento em julho de 2014, mediante troca de fonte de recursos efetivada pela Portaria da Secretaria de Orçamento Federal nº 65, de 24/7/2014, e consistiu na redução de R\$ 48.764.735,00 da fonte “100 – Recursos Ordinários do Tesouro Nacional” e acréscimo em igual valor da fonte “150 – Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados”, permanecendo inalterado o total do orçamento autorizado para o Órgão na LOA/2014.

Os retrocitados contratos junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal estabelecem ainda o repasse mensal ao Senado Federal de R\$ 41.175,50 referentes à contraprestação financeira para a utilização dos espaços públicos pelos referidos bancos, fato este que explica o acréscimo na arrecadação da natureza de receita *13330100 –Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública*.

Quanto aos R\$ 3,1 milhões arrecadados na rubrica “*Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores*”, trata-se de cessão de servidores do Senado Federal a outros órgãos, nos casos em que o respectivo resarcimento ocorre em exercício posterior ao de competência da despesa.

Relativamente à execução orçamentária das receitas próprias (fonte “150”), em 2014 foram empenhados R\$ 49.017.167,26 na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal, sendo R\$ 6.773.446,04 na ação “2549 – *Comunicação e Divulgação Institucional*” e R\$ 42.243.721,22 na “4061 – *Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política*”. Esses recursos foram integralmente aplicados em despesas do GND 4 – *Investimentos*, especialmente na modernização tecnológica do Órgão, conforme determinado pela Comissão Diretora do Senado Federal (3º Reunião do Colegiado, realizada em 26/2/2014).

Considerando que o ingresso das receitas da fonte “150” se deu na UG 020054 – Fundo Especial do Senado Federal, e que o respectivo orçamento estava disponibilizado na UG 020001 – Senado Federal, foi realizada uma movimentação interna desses créditos orçamentários para viabilizar a execução das despesas pela UG do FUNSEN, detentora dos recursos financeiros. Todavia, essa execução orçamentária ocorreu no âmbito da Unidade Orçamentária 02.101 – Senado Federal, estando contemplada nos quadros de programação e execução das despesas dispostos nos capítulos 5.2.3 e 6.1.3 desse Relatório de Gestão.

7. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS PARTE A, ITEM 7 DO ANEXO II DN TCU N° 134/2013

7.1 Estrutura de Pessoal do Senado Federal

7.1.1. Demonstração e distribuição da Força de Trabalho do Senado Federal

Tabela 102 Quadro A.7.1.1.1 – Força de Trabalho do Senado Federal apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	81	3284	324	95
1.1. Membros de poder e agentes políticos	81	81	12	16
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	3203	312	79
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	2996	296	32
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	3	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	204	16	47
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	2981	547	564
4. Total de Servidores (1+2+3)	81	6265	871	659

Fonte: Ergon

Obs.: nos termos da Portaria nº 90/2014/TCU, servidores sem vínculo com a Administração Pública são os ocupantes de cargo em comissão.

Tabela 103 Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	1955	1248
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	1955	1248
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1942	1054
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	N/A	N/A
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	2
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	12	192
2. Servidores com Contratos Temporários	N/A	N/A
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	223	2758
4. Total de Servidores (1+2+3)	2178	4006

Fonte: Ergon

Tabela 104 Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas do Senado Federal

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	Não há	3192	564	614
1.1. Cargos Natureza Especial	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	Não há	3192	564	614
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	3	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	Não há	204	16	47
1.2.4. Sem Vínculo	Não há	2981	547	564
1.2.5. Aposentados	Não há	4	1	3
2. Funções Gratificadas	Não há	1190	53	19
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	Não há	1190	53	19
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	N/A	N/A	N/A	N/A
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	Não há	N/A	N/A	N/A
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	Não há	4382	617	633

Fonte: Ergon

Legenda: N/A – Não se aplica.

Análise Crítica

Em 31 de dezembro de 2014, o Senado Federal tinha a seguinte força de trabalho: 2.996 servidores de carreira vinculada ao órgão (efetivos); 204 servidores requisitados de outros órgãos e esferas; 2981 servidores sem vínculo com a administração pública (comissionados); e 3 servidores de carreira em exercício provisório. No total, 6184 servidores.¹

Há registro de grande número de demandas feitas pelas áreas, solicitando servidores. A fim de fazer uma avaliação objetiva da real necessidade de pessoal para o Senado Federal, e arbitrar sobre o quantitativo de servidores indispensáveis ao bom funcionamento dessa instituição, o Diretor-Geral, por meio da Portaria nº 2760, publicada no BASF nº 5580, de 1º de outubro de 2014, constituiu grupo de trabalho com a finalidade de elaborar o quadro de lotação ideal das unidades administrativas, a partir das competências e das atividades realizadas pelas unidades. À exceção dos gabinetes parlamentares, todas as áreas participam do trabalho, que ainda não foi concluído. Quando encerrado – conclusão prevista para o final do primeiro semestre de 2015 – a Casa terá dados para análise e tomada de decisão.

Considerando a composição da força de trabalho do Senado, segundo o vínculo, constata-se:

Gráfico 15 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Vínculo



¹ Nessa análise, a terminologia utilizada é a mesma usada na Portaria nº 90/2014/TCU, para fins de se manter uma harmonia entre o texto, os quadros e a portaria.

Portanto, a partir dos dados acima, a instituição deve estar atenta ao percentual de servidores de carreira e servidores comissionados, pois, em dezembro de 2014, os comissionados constituíam a maioria de servidores.

Em relação à distribuição da força de trabalho nas áreas fim e meio, inicialmente, cabe informar:

a) O Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2013 (compilado) definiu, no Anexo I, os cargos em comissão de todas as unidades do Senado Federal, e a absoluta maioria desses cargos concentra-se nas áreas que realizam as atividades fim do Senado.

b) Do total dos 4.083 cargos de carreira do Senado, 1278 estão estritamente voltados para a área fim do Senado: 511 são analistas legislativos (especialidade processo legislativo), 380 técnicos legislativos (especialidade processo legislativo), 290 consultores e 97 analistas legislativos (especialidade registro e redação parlamentar).

Gráfico 16 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim

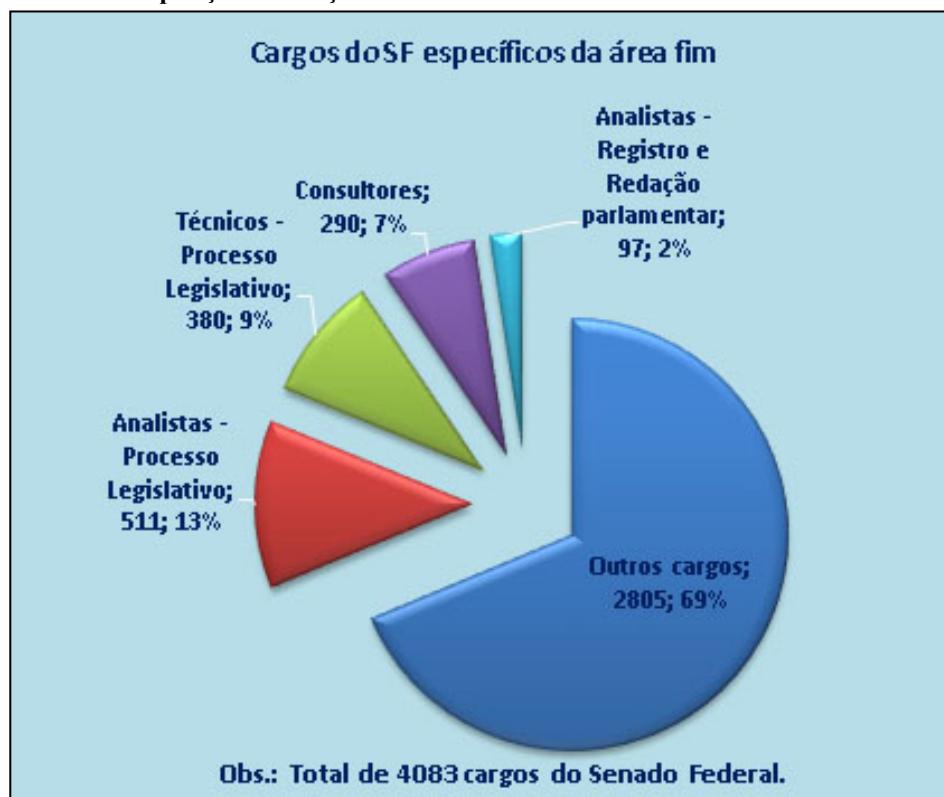
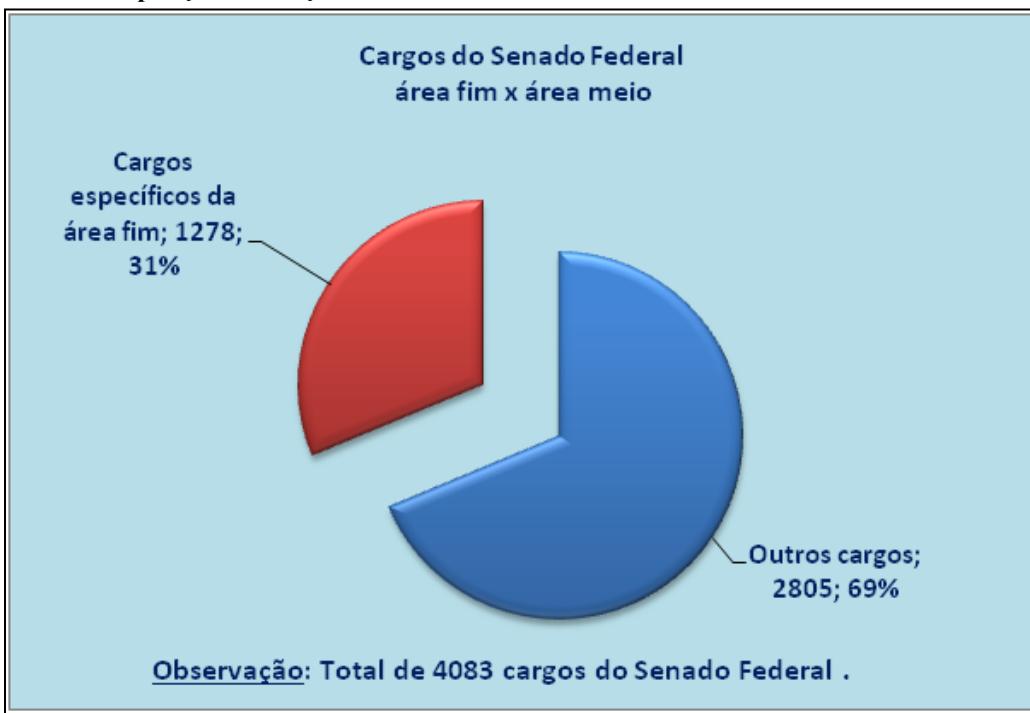
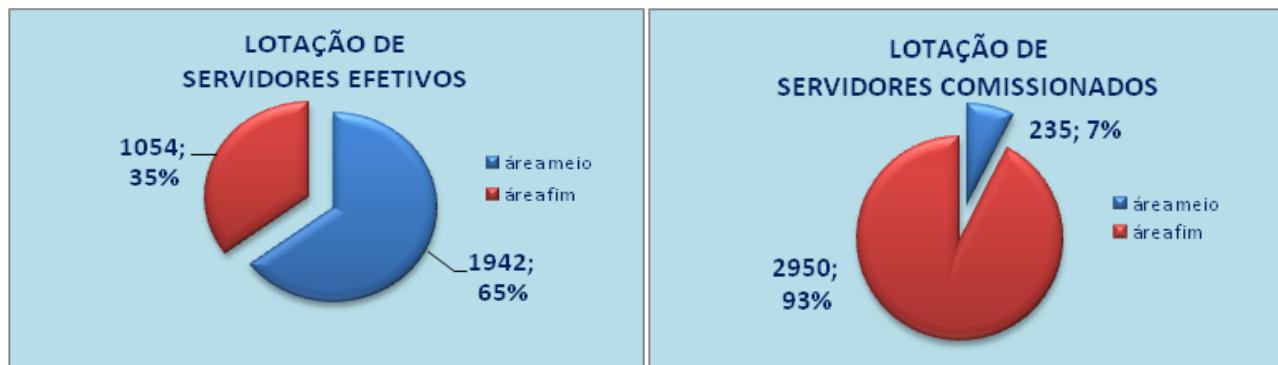


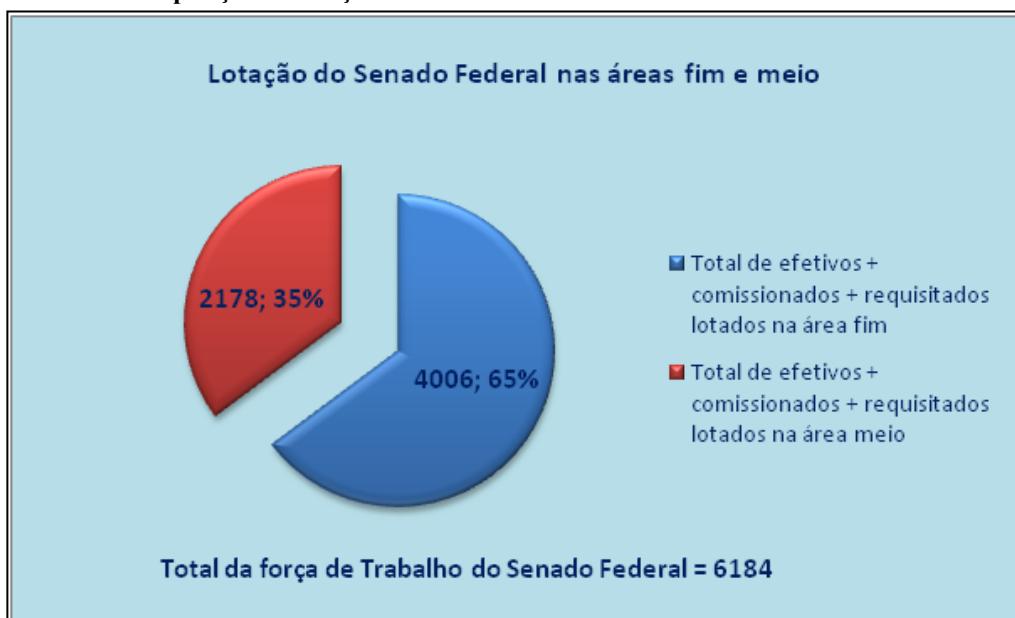
Gráfico 17 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim II

A distribuição da força de trabalho por áreas meio e fim mostra que há concentração de servidores de carreira vinculada ao órgão na área meio, e de comissionados na área fim, conforme demonstrado nos gráficos seguintes.

Gráfico 18 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Vínculo II

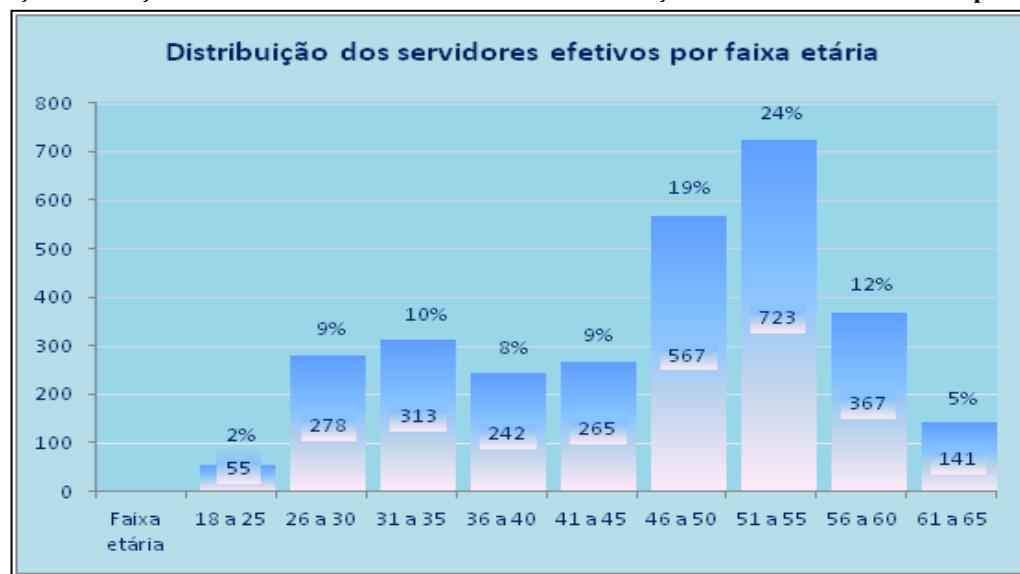
Reiterando: a força de trabalho formada por servidores de carreira vinculada ao órgão concentra-se na área meio, da qual fazem parte, inclusive, a Advocacia, a Secretaria de Controle Interno, a Secretaria de Comunicação Social, a Diretoria-Geral e seus subordinados, e o Instituto Legislativo Brasileiro. Porém, 35% dessa força tem lotação na área fim, constituída pela Comissão Diretora, os Gabinetes de Lideranças, os Gabinetes de Senadores, as Comissões permanentes, os órgãos do Parlamento (Corregedoria Parlamentar, Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, Procuradoria Parlamentar, Procuradoria da Mulher, Ouvidoria do Senado Federal, Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, Conselho de Estudos Políticos do Senado Federal), a Consultoria Legislativa, a Consultoria de Orçamento, a Secretaria Geral da Mesa (e seus órgãos subordinados), a Assessoria de Imprensa da Presidência, o Cerimonial da Presidência, o Conselho de Transparência e Controle Social e a Secretaria da Transparência.

Como se demonstra no gráfico, os comissionados estão, na sua absoluta maioria, lotados na área fim do Senado. Outra análise que deve ser feita é que há prioridade para as atividades fim da instituição, pois, na área fim, estão 65% do total de servidores, como se vê no gráfico abaixo:

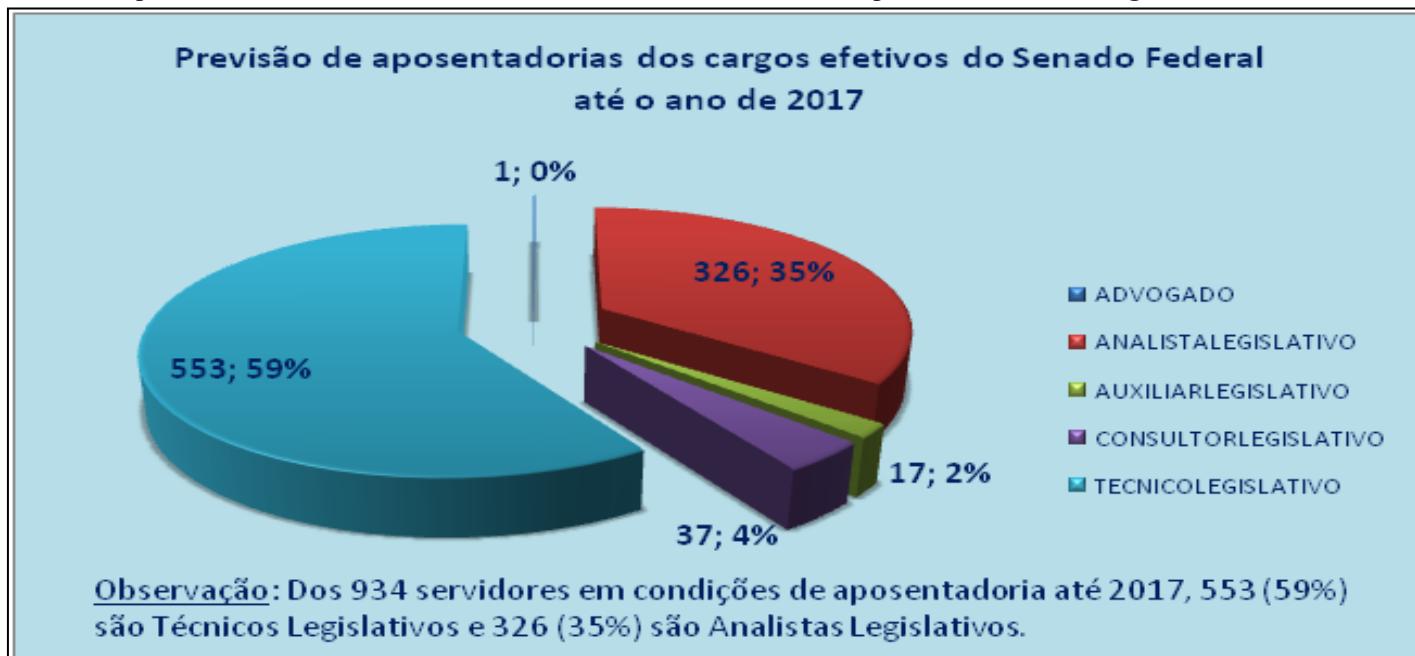
Gráfico 19 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Área Meio e área Fim III

Em relação à idade dos servidores de carreira vinculada ao órgão, constata-se a realidade evidenciada no seguinte gráfico:

Gráfico 20 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Distribuição dos Servidores Efetivos por Faixa Etária



Deduz-se, portanto, que 38% dos efetivos têm entre 18 e 45 anos e 60% apresentam idade de 46 anos em diante. Esses dados apontam um envelhecimento da força de trabalho e consequente necessidade de políticas de saúde no trabalho com ênfase no perfil de servidores menos jovens. São indicadores, ainda, da necessidade de iniciativas para provimento de cargos com a finalidade de reposição da força de trabalho. Essa necessidade fica mais premente quando se associa a idade dos servidores de carreira às estatísticas de aposentadoria, como se verifica no gráfico seguinte, elaborado com os dados dos servidores efetivos que, até 2017, possuem os requisitos que lhes dão direito à aposentadoria.

Gráfico 21 Composição da Força de Trabalho do Senado Federal – Previsão de Aposentadorias dos Cargos Efetivos do Senado Federal

No gráfico acima, a projeção foi feita tendo por referência o cargo, e no seguinte, a especialidade. Cabe esclarecer que, quando se fala em Especialidade Administração, está-se falando tanto de técnicos quanto de analistas, e assim por diante.

No gráfico acima, a projeção foi feita tendo por referência o cargo, e no seguinte, a especialidade. Cabe esclarecer que, quando se fala em Especialidade Administração, está-se falando tanto de técnicos quanto de analistas, e assim por diante.

Gráfico 22 Quantitativo de Servidores Efetivos em Condições de Aposentadoria



Associando os dados de idade da força de trabalho com a projeção de aposentadoria – tanto por cargo quanto por especialidade – conclui-se sobre a urgência de definir regras que garantam, de forma continuada, a reposição da força de trabalho do Senado. Nesse sentido, tramita na instituição o processo nº 00200.001215/2014-03 que dispõe sobre o concurso público para provimento de cargos.

7.1.2 Qualificação e Capacitação da Força de Trabalho

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) é uma escola de governo e o gestor do Programa Interlegis, de modernização e integração do Poder Legislativo nos níveis federal, estadual e municipal. O ILB oferece cursos de treinamento e capacitação (presencial e a distância – EAD) tanto para os servidores do Senado como para as demais casas legislativas de todo o Brasil, instituições conveniadas e também para os cidadãos, em geral.

Treinamento

No primeiro semestre de 2014, a Coordenação de Treinamento (COTRE) certificou 763 servidores em 16 cursos presenciais. No segundo semestre, foram certificados 847 servidores em 21 cursos presenciais. Foram, no total, 1.610 servidores diplomados em 37 cursos presenciais ao longo do ano.

Os cursos foram oferecidos conforme o Plano de Capacitação encaminhado pelo Senado, elaborado com base nas informações prestadas pelo Capacita, enviado a todos os setores da Casa.

Modalidade Presencial

Tabela 105 Cursos na Modalidade Presencial

1º Semestre de 2014

Curso	Nº servidores certificados	Carga horária (horas)	Custo (R\$)
Ambientação dos novos Consultores Legislativos (Parceria com a CONLEG)	28	60	0
I Curso de Formação de Policiais Legislativos (em parceria com a SPSF)	14	228	0
Programa Integrar (Parceria com a SEQVR)	41	42	0
Capacitação de Tiro Policial Operacional (em parceria com a SPSF)	3	35	0
Quintas Femininas (Avanço das estruturas Legislativas Relacionados às mulheres)	21	2	0
Quintas Femininas (Mesa-redonda Gênero, Trabalho e Família)	60	3	0
Quintas Femininas (Atividades das Parteiras Tradicionais)	37	3	0
Seminário: “Desafios da Editoração no Setor Público” (Parceria com a Edições Técnicas)	200	16	0
Oficina de Português (1º turma)	16	8	0
Oficina de Português (2º turma)	31	8	0
Redação Webjornalismo	6	20	0
Seminário: “O que é notícia no ambiente Legislativo”	36	2	0
SIGAD (Parceria com a Coordenação de Arquivo) ⁽¹⁾	180	2	0
Brigadista voluntário 1º turma (Parceria com a SEPREV)	32	10	0
Brigadista voluntário 2º turma (Parceria com a SEPREV)	31	10	0
Caminhos para a Aposentadoria (Parceria com a SEQVR)	27	28	0
Total	763	477	0

Fonte: COTRE – Coordenação de Treinamento

(1) Curso certificado pela empresa responsável pelo SIGAD

Tabela 106 Cursos na Modalidade Presencial II**2º Semestre de 2014 (situação até 28 de Novembro)**

Curso	Nº servidores certificados	Carga horária (horas)	Custo
			(R\$)
Ambientação dos novos consultores Legislativos (Parceria com a CONLEG)	35	60	0
Gestão de Contratos	24	40	6.704,80
Habilitação para Porte de Arma (parceria com a SPSF)	32	154	0
Orçamento e Finanças Públicas	19	60	10.057,20
Português Instrumental	21	30	5.028,60
Programa Integrar (Parceria SERH)	137	14	0
Projeto Básico e Termo de Referência	30	20	2.742,80
Processo Legislativo Orçamentário	11	40	6.095,20
Processo Legislativo e Regimento Interno	25	60	9.142,80
Quintas Femininas (Oito Anos da Lei Maria da Penha)	40	3	0
Redação Oficial	25	30	5.028,60
SIGA Brasil	10	20	2.438,00
SIAFI Operacional	10	20	2.742,80
II Curso de Formação de policiais Legislativos (em andamento parceria com a SPSF)	25	80	0
Capacitação de Tiro Policial Operacional (em andamento parceria com a SPSF)	133	65	0
Capacitação Continuada em Defesa Pessoal (em parceria com a SPSF)	145	111	0
Fotografia Digital (PPA) (em parceria com a SEQVR)	20	18	0
Brigadista voluntário (em parceria com a SEPREV)	25	10	0
Projeto Básico e Termo de Referência (2ª turma)	45	20	3.352,40
Gestão de Contratos (2ª turma) – em andamento	15	40	6.704,80
Oficina de Gramática (previsto)	20	10	0
Total	847	905	60.038,00

Fonte: COTRE – Coordenação de Treinamento

Tabela 107 Total de Cursos Oferecidos

Total de cursos oferecidos		Total de servidores certificados	Carga horária total (horas) (R\$)	Custo total
1º SEMESTRE 2014	16	763	477	0
2º SEMESTRE 2014	21	847	905	60.038,00
TOTAL	37	1.610	1.382	60.038,00

Tabela 108 Estatísticas dos Cursos Oferecidos

1) Número médio de alunos por turma	43,51 alunos
2) Custo médio por turma:	R\$ 1.622,64
3) Custo médio por servidor:	R\$ 37,29
4) Custo médio da hora-aula:	R\$ 43,44

Fonte: COTRE – Coordenação de Treinamento

DESTAQUES:

- (1)** Parceria com diversos setores da Casa;
- (2)** Enfoque nos treinamentos voltados para a área de contratações, com duas turmas de “Projeto Básico e Termo de Referência” e “Gestão de Contratos”, em sintonia com as prioridades da Casa, totalizando 114 (cento e catorze) servidores treinados.

Modalidade Ensino à Distância

Nos cursos de Educação a Distância (Ead), foram matriculados 185.926 cidadãos em todo o Brasil durante 2014. Desse total, 69.289 concluíram os cursos.

Segundo relatório da Coordenação de Ensino a Distância (COEDI), do total de alunos matriculados, 4.711 foram em 11 cursos com tutoria, destinados prioritariamente a servidores do Senado, integrantes do Poder Legislativo, órgãos conveniados e cidadãos, em geral. Desse total, 44,13 % (2.079 alunos) concluíram os seus respectivos cursos.

Em relação aos 21 cursos sem tutoria oferecidos também a todos os cidadãos, foram 181.215 matriculados inicialmente, com 67.210 certificações (37,27% do total de inscritos).

Os cursos de educação a distância do ILB são voltados para as necessidades da Casa em relação à aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes no exercício das funções institucionais do Senado. Esses cursos são elaborados com base nos seguintes eixos temáticos de interesse do Legislativo: Processo Legislativo, Orçamento, Gestão de Pessoas e Contratação.

Todos os cursos a distância do ILB são planejados e previstos conforme o plano de capacitação anual e divulgados no site www.senado.leg.br/ead.

Tabela 109 Levantamento dos Cursos Oferecidos – Modalidade EAD com Tutoria

ÁREA	CURSOS COM TUTORIA	RESULTADO DE 2014			
		Pré-Matrículas	Matrículas	Certificações	Turmas
3	Administração Pública Descritiva	1.095	476	222	4
1	Direito Eleitoral	1.286	508	138	4
2	Fundamentos da Ciência Econômica	440	402	129	3
1	Gestão do Conhecimento Legislativo	249	249	129	2
3	Llicitação e Contratos Administrativos	1.559	488	191	4
5	Novo Acordo Ortográfico – Teoria e Prática	877	491	188	4
2	Orcamento Público Avançado	747	510	249	4
1	Organização de Gabinete Parlamentar	292	292	113	2
1	Redação e Técnica Legislativa	572	437	186	4
2	Siga Brasil – Sistema de Informação da Execução Orçamentária	389	369	203	3
5	Técnicas em Didática para EAD	950	489	331	4
4	COLAB				
1	Lei Orgânica dos Municípios				
4	Portal Modelo				
4	Processo Eletrônico do Senado Federal				
5	Promotoras Legais				
1	Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal				
5	SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo				
2	Tendências contemporâneas da gestão do orçamento público				
	1 (uma) nova ação educacional a definir				
	TOTAL 2014	8.456	4.711	2.079	39

Para 2015

Tabela 110 Levantamento dos Cursos Oferecidos – Modalidade EAD sem Tutoria

Área	CURSOS SEM TUTORIA	RESULTADO DE 2014			
		Pré-Matrículas	Matrículas	Certificações	Turmas
1	Cerimonial no Ambiente Legislativo	3.359	368	2	
5	Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico	15.945	4.441	8	
3	Desenvolvimento de Equipes	8.486	3.724	5	
3	Direito Administrativo para Gerentes no Setor Público	11.476	3.817	6	
1	Doutrinas Políticas Contemporâneas: Liberalismo	2.787	535	3	
1	Doutrinas Políticas Contemporâneas: Novas Esquerdas	1.336	355	1	
1	Doutrinas Políticas Contemporâneas: Social-Democracia	960	279	1	
1	Doutrinas Políticas Contemporâneas: Socialismo	1.591	332	1	
3	Ética e Administração Pública	20.731	11.595	11	
3	Excelência no Atendimento	11.107	5.633	6	
1	Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul	2.360	447	2	
3	Gestão Estratégica com foco na Administração Pública	9.160	2.482	5	
1	Introdução ao Direito Constitucional	23.792	7.663	12	
1	Introdução ao Direito do Consumidor (parceria ILB/ANATEL)	10.491	4.319	6	
2	Introdução ao Orçamento Público	10.788	4.450	6	
3	Lei de Acesso à Informação (parceria Senado/UFMG)	5.683	2.639	3	
3	Modalidades, Tipos e Fases da Licitação	17.289	7.633	9	
1	O Poder Legislativo	5.177	2.144	3	
3	Ouvidoria na Administração Pública (parceria CGU/ILB)	2.913	1.230	2	
1	Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal	1.033	359	1	
1	Política Contemporânea	2.589	362	2	
1	Processo Legislativo Federal	5.053	1.638	3	
1	Relações Internacionais: Teoria e História	7.109	765	4	
2	Tendências contemporâneas da gestão do orçamento público – básico	Para 2015			
2	Tendências contemporâneas da gestão do orçamento público – avançado				
2	5 (cinco) novas ações educacionais a definir				
TOTAL 2014		181.215	67.210	102	

Fonte: COTRE – Coordenação de Treinamento

Educação Superior

A partir de fevereiro de 2013, o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) passou a ser credenciado pelo Ministério da Educação (MEC) a ministrar cursos de pós-graduação na modalidade *lato sensu*, passando a ser uma escola de governo autorizada a emitir seus próprios certificados.

Além de representar um reconhecimento à qualidade dos cursos e do corpo docente do ILB, a autorização do MEC também significou economia de custos. Isso porque, antes, o Instituto certificava seus alunos em cursos de pós-graduação por meio de parcerias realizadas com instituições de ensino superior credenciadas pelo MEC, pagando para cada diploma emitido.

No final de 2014, o ILB certificou os primeiros 76 novos especialistas com diplomas que levam a marca do instituto. Foram 38 alunos em Administração Legislativa e outros 38 em Direito Legislativo, em cursos com 18 meses de duração, entre aulas e preparação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Há ainda dois outros cursos de especialização iniciados em 2014, ambos com conclusão prevista para agosto de 2015: Comunicação Legislativa, com 30 matriculados, e Ciência Política, com 36 alunos.

Segundo a Coordenação de Educação Superior do ILB (COESUP), os cursos de pós-graduação do ILB são destinados às necessidades do Poder Legislativo e voltados, exclusivamente, aos servidores do Senado e das demais casas legislativas de todo o Brasil.

Tabela 111 Levantamento dos Cursos de Pós Graduação

CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO INICIADOS EM 2014	SITUAÇÃO	CERTICADOS
Direito Legislativo	Concluído em 2014	38
Administração Legislativa	Concluído em 2014	38
Ciência Política	Em realização, com 36 alunos matriculados	X
Comunicação Legislativa	Em realização, com 30 alunos matriculados	X
TOTAL		76

Pesquisa e Extensão

Em 2014, as ações de extensão do ILB foram realizadas por meio de parcerias e palestrantes convidados e contaram com cerca de 650 participantes.

Na área de pesquisa, foram apresentados 76 estudos, relativos aos 36 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) do curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Legislativo e outros 36 do curso de Administração Legislativa.

Tabela 112 Ações de extensão no ano de 2014

Ações de extensão no ano de 2014		
Ações de Extensão	Total de participantes	Custos diretos
Ciclo de Palestras sobre o Poder Legislativo	51	R\$ 0,00
I Oficina de Organização de Eventos de Extensão do ILB	9	R\$ 0,00
I Oficina de Controle e Registro Acadêmico do ILB	17	R\$ 0,00
I Seminário Estudos e Pesquisas no Poder Legislativo	77	R\$ 0,00
Parceria ao IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política	35* (estimado)	Não relacionado à Unidade Orçamentária
Parceria ao X Encontro Nacional de Escolas de Governo	2	Não relacionado à Unidade Orçamentária
Aula Inaugural do ILB sobre Direito Eleitoral - Palestras do Professor da Universidade de Brasília, Walter Costa Porto, e do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Admar Gonzaga Neto	100* (estimado)	R\$ 0,00
Alunos não-regulares nos cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> do ILB	2	R\$ 0,00
Palestra Dr. José Luis Cordeiro (02/04/2014) – “Impacto das novas tecnologias que serão desenvolvidas a médio prazo no futuro da humanidade”	100* (estimado)	0
Palestra Dr. Adriano Moreira (22/05/2014) – “Cooperação Técnica Legislativa Brasil-Portugal”	50* (estimado)	0
Palestra Dr. Ralph Hexter (21/10/2014) – “A importância de fazer intercâmbios e os programas de ensino da Universidade da Califórnia”	130* (estimado)	Não relacionado à Unidade Orçamentária
Palestra no Congresso Nacional de Inovação, Trabalho e Educação Corporativa – Anitec (11/06/2014 – Rio de Janeiro)	100* (estimado)	0
Palestra Semana Acadêmica de Administração da Unb – (06/11/2014)	80* (estimado)	0
Total	653 participantes (estimado)	R\$ 0,00

Tabela 113 Ações de pesquisa no ano de 2014

Ações de pesquisa no ano de 2014								
Trabalhos de Conclusão produzidos	76	Recursos financeiros previstos nos cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de Direito Legislativo e Administração Legislativa para pagamento de orientadores e avaliadores						

7.1.3. Custos Associados à Manutenção dos Recursos Humanos do Senado Federal**Tabela 114 Quadro A.7.1.3 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos Dois Anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas Retribuições	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2014	25.016.466,85		2.086.653,77		1.316.581,03	2.120.047,35		200.087,28	
	2013	26.885.446,43		2.257.548,13		3.060.371,76	2.020.702,51		19.387,83	
	2012	26.571.136,18		6.618.796,56		5.199.789,02	2.610.311,21		26.526,63	
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	776.824.374,44	46.882.283,07	71.479.288,01	59.005.224,56	30.288.638,14	12.728.961,59		1.342.653,89	
	2013	774.261.394,61	47.871.189,45	70.407.983,93	60.359.426,28	28.965.194,90	12.418.197,30		2.041.514,77	
	2012	784.412.040,10	54.404.160,07	238.142.842,89	35.772.782,03	30.222.193,50	14.121.890,45		7.867.151,28	
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2014	15.135.138,33		1.278.801,94	446.474,42	1.626.112,98	724,00		1.025,34	
	2013	17.021.531,94		1.420.507,92	468.489,62	1.801.857,61			-50.035,38	
	2012	15.481.925,37		4.385.300,53	180.028,01	1.753.255,29	622,00		10.282,96	
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2014	208.300.210,88		17.415.060,58	5.793.672,70	29.186.269,61			61.956,83	
	2013	201.579.084,86		16.851.224,08	5.905.881,59	27.458.573,43			104.391,86	
	2012	185.953.310,33		53.264.875,72	2.832.894,29	26.743.749,22	1.244,00		134.982,43	
Servidores Cedidos com Ônus										

	2014	10.562.046,82	102.501,15	944.899,93	761.196,75	353.385,08	33.830,03		1.110,53		12.758.970,29
Exercícios	2013	10.279.291,24	44.490,58	908.432,54	745.515,43	351.217,68	40.124,76		10.154,67		12.379.226,90
	2012	11.285.842,64		3.157.847,76	434.754,66	398.541,00	108.186,30		147.814,89		15.532.987,25
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

7.1.4 Acumulação indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em relação ao item Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos, o Senado Federal adotou os seguintes controles internos com o objetivo de detectar a possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos:

Implantação do Recadastramento Anual dos servidores ativos do Senado Federal, nos termos do Ato do Primeiro Secretário nº 43, de 2009, publicado no Boletim Administrativo Eletrônico de Pessoal, n. 4266, de 10 de agosto de 2009, com as alterações do APS nº 13/2011 e APS nº 1/2013. No Recadastramento, são solicitadas, entre outras, as seguintes informações sobre acumulação de cargos, funções e empregos públicos:

1. Percepção de proventos de aposentadoria;
2. Percepção de remuneração proveniente de outra atividade;
3. Participação em gerência ou administração da sociedade privada, personificada ou não personificada;
4. Exercício do comércio, na condição de acionista, cotista ou comanditário.

De posse dessas informações, a Secretaria de Gestão de Pessoas envia relatório emitido pelo PRODASEN à Comissão Permanente de Acumulação de Cargos e Funções para averiguação da legalidade ou ilegalidade das acumulações e tomada de providências saneadoras.

A Comissão Permanente de Verificação de Acumulação de Cargos Públicos (CPVACP) foi instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 18, de 2006, com o objetivo de adotar as providências administrativas estabelecidas pelo artigo 133 da Lei nº 8.112, de 1990, com redação da Lei nº 9.527, de 1997, ou seja, quando detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, o servidor será notificado por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência, e no caso de omissão, será adotado procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata.

Durante o ano de 2014, foram analisados pela CPVACP do Senado Federal, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, 1.101 processos de

posse de servidores efetivos ou comissionados, sendo 1048 arquivados em face da regularidade e 51 pendentes de informações complementares necessárias à análise. Cabe ainda informar a detecção de 02 casos de acumulação ilícita de cargos, a seguir relacionados:

1. Processo 200.008060/2011-85 – Débora Nobre de Castro: servidora ativa, cargo Auxiliar Parlamentar Júnior. A Coordenação de Registros Parlamentares e Pessoal Comissionado (COPACO) ainda aguarda o fornecimento das primeiras páginas da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda de Pessoa Física, referente aos anos de 2010, 2011, 2012 e 2013;
2. Processo 200.011761/2013-63 – Domingos Bacelar de Carvalho: foi exonerado pela Portaria da Diretoria-Geral nº 2562, de 2015, por ser servidor público, na qualidade de professor, e ocupar cargo não técnico ou científico no Senado Federal.

– Outras medidas proativas para evitar a acumulação ilícita são:

a) Por ocasião da posse de servidor comissionado, o nomeado preenche formulário no qual é solicitada, nos termos do artigo 1º, inciso I, alínea a, do Ato do Primeiro Secretário n. 9, de 2002, declaração referente a cargos, funções, empregos públicos e privados, inclusive na qualidade de profissional liberal, nos últimos 8 (oito) anos completos, com data de início e fim do referido período. Essa informação é analisada e o pretendente pode ter sua posse impedida se constatada alguma incompatibilidade com o exercício do cargo e não seja possível tomar medida saneadora. Providência semelhante é feita em relação ao nomeado para servidor aprovado em concurso público para exercício de cargo efetivo: para tomar posse, o servidor preenche declaração sobre acumulação de cargo/emprego/função pública e sobre percepção de proventos e pensão. Constatado impedimento insanável, o nomeado, nos termos da lei, não toma posse.

b) Quando designado para o exercício de função comissionada, o órgão técnico emite parecer sobre a legalidade da solicitação, levando em conta, entre outros critérios, o da acumulação.

Em referência às medidas adotadas atinentes à eventual acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal (nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais nº 19/98 e 34/2001), foram adotadas as providências já mencionadas no Relatório de Gestão 2013, abaixo transcritas com complementação (em cumprimento ao Acórdão nº 2602, de 2013, do TCU):

- 1) Foi redigida uma comunicação de convocação dos servidores relacionados no Acórdão em questão para que apresentassem defesa ou opção por um dos cargos apontados no relatório do TCU no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- 2) Recebidas as defesas, foi feito o controle para identificação de cada situação e verificação se algum dos servidores deixou de se manifestar; identificados os servidores que não se manifestaram, o Senado deu prazo para que se manifestassem;
- 3) Em fevereiro, foram providenciadas as comunicações aos outros órgãos quanto aos servidores que optaram pelo cargo do Senado, a fim de que fossem tomadas as providências necessárias;
- 4) Ainda em fevereiro, foram enviados à Secretaria de Controle Interno os processos/documentos em que os servidores apresentaram defesa em relação à acumulação.

As demandas referentes a uma possível contratação irregular de cargos por terceirizados são provenientes, externamente, por meio do Ministério Público/Judiciário, ou, internamente, pelo Controle Interno da Casa. Quando assim demandado, o Núcleo de Gestão de Contratos (NGCONT), nos 16 contratos geridos por este Núcleo, envia o processo ao tomador do serviço (órgão técnico) para que o mesmo se pronuncie se há ou não a terceirização irregular. Após a manifestação deste órgão técnico, o processo é encaminhado para a Secretaria de Gestão de Pessoas para que se pronuncie sobre eventual irregularidade. Havendo divergência quanto ao posicionamento dos dois órgãos da Casa, o processo é encaminhado à Diretoria-Geral para decisão final quanto à situação.

Face ao exposto, conclui-se que o Senado Federal adota providências proativas, de controle interno, para evitar a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos. As medidas começam no ingresso do servidor e, anualmente, são conferidas as situações por ocasião do recadastramento.

Importante informar que o Recadastramento é autodeclaratório, mas seu texto contém a informação de que o servidor é o responsável pela veracidade das informações prestadas e deve estar ciente de que responderá penal e administrativamente por erros e omissões, nos termos do Ato do Primeiro-Secretário nº 13, de 2009, com as alterações feitas pelo Ato do Primeiro-Secretário nº 13, de 2011.

Por outro lado, constata-se a necessidade de serem finalizados os procedimentos referentes às situações relacionadas no Acórdão 2602/2013.

7.1.5 Riscos identificados na Gestão de Pessoas

Pelos Quadros A.7.1.1.1, A.7.1.1.2 e A.7.1.1.3, deduz-se que existem alguns desafios a serem enfrentados pela instituição:

- a) Necessidade de reposição da força de trabalho, por meio da implementação de concursos públicos realizados em periodicidade a ser definida pela Casa. A minuta de ato que regulamenta a realização de concurso público (processo nº 00200.001215/2014-03) prevê a realização de certame para provimento de cargo efetivo de dois em dois anos. Aprovada, garantirá a reposição do quadro.
- b) Necessidade de equilíbrio no quantitativo de servidores efetivos e comissionados. O painel de indicadores distribuído para a Alta Administração da Casa, semanalmente, expõe esses dados, num alerta sobre esse fato.

7.1.6 Indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos

No dia 10 de fevereiro de 2015, no BASF nº 5683, foi publicado o Ato do Diretor-Geral nº 5, de 2015, que dispõe “sobre produção de indicadores de desempenho gerenciais para a área de gestão de pessoas”.

Esses indicadores estão agrupados em cinco grupos: da estrutura, do provimento, do desenvolvimento e da manutenção do quadro de pessoal; e do custo de parcelas variáveis de cada unidade.

Com o cumprimento desse ato, a Administração terá condições de monitorar e avaliar a gestão, aprimorar a qualidade, reduzir os custos, profissionalizar-se cada vez mais e garantir o bom funcionamento do Senado.

7.2 Contratação de Mão de Obra de Apoio e de Estagiários

7.2.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

Tabela 115 Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						Inicio	Fim	P	C	P	C	
2012	V	O	2012/0054	72.619.976/0001-58	12/05/2012	28/02/2015	254	13		232		9 P
2012	L	O	2012/0070	04.437161/0001-06	03/07/2012	25/07/2015	427	198		223		6 P
2013	L	O	2013/0064	05.058.935/0001-43	01/07/2013	30/06/2015	5	5				P
Observações:												
<ul style="list-style-type: none"> • Contrato nº 2012/0070, não especifica o nível de escolaridade. • Contrato nº 2012/0054, só foi exigido o curso de formação de vigilante. • Os contratos acima relacionados são os geridos pelo NGCONT. 												
<p>-</p> <p>Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>												

Fonte: Núcleo de Gestão de Contratos

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

Tabela 116 Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Senado Federal													
UG/Gestão: 020.001/00001					CNPJ: 00.530.279/0001-15								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	P	S	
2009	12	O	2009/0019	78.533.312/0001-58	01/04/2009	29/06/2014	57	1	196	138	67	181	P
2010	4 e 12	O	2010/0064	02.843.359/0001-56	01/09/2010	31/08/2015	679	238	109	308		242	P
2011	12	O	2011/0032	10.886.138/0001-93	30/04/2011	29/04/2015	148	13		116		19	P
2012	10	O	2012/0113	37.077.716/0001-05	17/09/2012	16/09/2015	56	1	4	49	1	11	P
2012	8	O	2012/0143	02.843.359/0001-56	26/11/2012	25/11/2015	25	25	14	14			p
2012	12	O	2012/0144	01.757.138/0001-00	26/11/2012	31/01/2014			28	28			E
2013	8 e 9	O	2013/0014	02.843.359/0001-56	01/02/2013	25/11/2015	76	76	12	12			p
2013	12	O	2013/0057	02.895.841/0001-30	01/06/2013	31/05/2015		23		16	1	3	P
2013	3	O	2013/0059	00.308.141/0001-76	01/06/2013	31/05/2015			93	3		90	P
2013	12	O	2013/0079	38.013.199/0001-65	29/08/2013	28/08/2015		46		6			P
2014	12	O	2014/0003	02.843.359/0001-56	01/02/2014	25/11/2015			28	28			P
2014	7	O	2014/0030	03.517.258/0001-58	15/05/2014	14/05/2015			3	3			A
2014	7	O	2014/0041	78.533.312/0001-58	30/06/2014	29/06/2015	60	21	159	188	51	61	A
2014	9	O	2014/0042	00.681.882/0001-06	01/07/2014	30/06/2015	16	9	32	39	2	2	A

Observações:

- Contrato nº 2013/0057, não especifica o nível de escolaridade.
- Contrato nº 2012/0079, não especifica o nível de escolaridade.
- Os Contratos acima relacionados são os geridos pelo NGCONT.

LEGENDA	Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:	Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Núcleo de Gestão de Contratos

7.2.3 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

Tabela 117 Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	333	379	391	412	4.187.419,70
1.1 Área Fim	60	70	68	66	746.909,31
1.2 Área Meio	273	309	323	346	3.440.510,39
2. Nível Médio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.1 Área Fim	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2.2 Área Meio	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3. Total (1+2)	333	379	391	412	4.187.419,70

Fonte: Secretaria de Gestão de Pessoas

Legenda: N/A – Não se aplica.

Análise Crítica

O Ato da Comissão Diretora nº 18 de 2009 institui e regulamenta o Programa de Estágios do Senado Federal.

O Programa de Estágios é administrado pelo Serviço de Gestão de Estágios (SGEST) da Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), que é responsável por todas as ações referentes aos estagiários, desde o recrutamento, seleção, admissão, gestão e desligamento.

O estagiário é contratado pelo Senado após entrevista e/ou prova escrita com o supervisor da área, em disputa com outros candidatos para um período máximo de 2 (dois) anos. Nesse período ele atua diretamente com tarefas relacionadas com seu curso de formação e recebe supervisão direta de um servidor com formação ou experiência profissional na mesma área de curso. Cumpre uma jornada diária de 4 horas no período matutino, vespertino ou noturno, com ganhos atuais de R\$ 1.300,00 (Bolsa + Auxílio Transporte).

O estagiário contratado pelo Senado Federal entrega um serviço de qualidade, com eficiência e presteza. O SGEST recebe constantemente elogios de supervisores quanto ao empenho e dedicação desses estudantes para com suas tarefas. A maioria dos estagiários está lotada nas áreas meio do Senado, mais especificamente nas áreas administrativas e técnicas não relacionadas ao processo legislativo, como por exemplo, na Secretaria de Gestão Documental, Secretaria de Gestão de Pessoas, Secretaria de Administração de Contratos, Secretaria de Comunicação e Diretoria Geral.

Na área fim, trabalham na Secretaria Geral da Mesa, em áreas como a Coordenação de Comissões Parlamentares e Secretaria de Informação Legislativa.

Atualmente o Senado conta com 400 estagiários, distribuídos em 145 setores diferentes, entre Serviços, Coordenações e Diretorias. O Senado representa para os estagiários uma rica fonte de experiências a serem adquiridas durante o período estagiado, oferecendo a esses estudantes uma enorme gama de áreas a serem exploradas.

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

PARTE A, ITEM 8 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

8.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Entre 2011 e 2012, houve uma mudança do modelo de gestão de frota na Casa, de própria para locada. Na ocasião, efetivou-se, paralelamente, significativa racionalização no uso dos veículos da Casa, com o estabelecimento de regras e centralização das demandas de veículos. Dessa forma, trata-se de um quantitativo mínimo e racional para o funcionamento da Casa, sem o comprometimento de suas atividades.

Todos os veículos permanecem no Distrito Federal, sendo assim, sua regionalização fica restrita a esta unidade da federação. Quanto à quantidade de veículos por categoria de uso, a frota do Senado Federal é a seguinte:

Tabela 118 Gestão da Frota de Veículos

Categoria de Uso	Quantidade de Veículos
-Atendimento aos Senadores (Veículo categoria sedan médio executivo)	78 (3 senadores declinaram de seu direito ao uso de veículo oficial) – Locados
- Atendimento ao Presidente do Senado (Veículo de representação, categoria sedan grande executivo).	1 Locado
- Atendimento às atividades policiais (Veículo tipo camionete aberta (2) e fechada (2), veículo 1.0 (1) e veículos sedan (2) para segurança do Presidente e parlamentares)	7 (6 veículos locados e 1 próprio)
- Atendimento às unidades de direção da Casa (DGER, SGM, Presidência e 1ª Secretaria). (Veículo categoria sedan pequeno)	4 Locados
- Atendimento às atividades administrativas (veículos de serviço: categorias 1.0 (12), station wagon (8), vans passageiros (6), Caminhões baú (2), caminhões carroceria (2), camionete (1), vans furgão (5) e ambulâncias (2)).	38 (36 locados e 2 próprios)
TOTAL	128

Como se observa no quadro acima, há uma deliberação superior da Casa no sentido de disponibilizar um veículo a cada parlamentar, como forma de oferecer condições de deslocamento no Distrito Federal. Quanto aos veículos de serviço e policiais, trata-se de ferramenta indispensável ao deslocamento de servidores em serviço, bem como o transporte e movimentação de bens e materiais de uso ou propriedade do Senado.

A norma que regulamenta a gestão e o uso da frota está consolidada no Ato da Comissão Diretora nº 14/2013 (Capítulo VIII).

Ademais, os critérios que nortearam a escolha pela aquisição dos veículos foram resultado de vários estudos, conduzidos pelas áreas envolvidas e coordenadas pela Primeira-Secretaria da Casa. No estudo, foram avaliados alguns modelos, sendo o atual o que se mostrou econômica e operacionalmente mais apropriado às necessidades do Senado. Os estudos encontram-se detalhados no processo nº 0200.009477/2011. Os critérios utilizados foram economicidade, racionalidade e operacionalidade. Os custos estão detalhados no quadro abaixo:

Tabela 119 Custos dos Contratos relacionados à Locação de Veículos

Nº Contrato	Objeto	Empresa	Valor anual
051/12	Serviços de Transporte (Locação veículos administrativos) – com motoristas e combustíveis	Ipanema Ltda.	5.319.843,00
092/11	Locação Veículos Senadores (sem motorista e sem combustível)	LM Transportes	2.094.797,00
154/12	Mão de obra para lavagem e abastecimento	Interativa Ltda.	253.670,00
167/12	Locação Veículos Polícia e direção	4x4 Locadora	190.950,00
034/13	Locação Veículos Presidente e segurança aproximada	Rural Rental Locad.	202.320,00
116/12	Seguro ambulâncias	Mapfre Seguradora	1.540,00
084/13	Fornecimento de Combustíveis	Rede Sol Ltda.	615.000,00
008/13	Manutenção de ambulâncias	Rizza Ltda.	31.000,00
TOTAL			8.709.120,00

8.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Compete ao Serviço de Documentação e Administração de Imóveis executar, planejar e controlar os trabalhos referentes à administração dos imóveis de propriedade da União administrados pelo Senado Federal; acompanhar e gerir as permissões de uso e utilização de espaço no complexo arquitetônico do Senado Federal; propor e dar seguimento às providências administrativas necessárias à regularização de situações pendentes; elaborar estudos visando a atualizar anualmente os valores pagos a título de ressarcimento pelos ocupantes de espaço no Senado Federal; elaborar, em conjunto com a Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade, relatório dos devedores para notificação e recolhimento dos valores; manter atualizado o mapa de ocupação dos espaços físicos do Complexo Arquitetônico do Senado Federal; e executar outras tarefas correlatas.

Quanto à sua distribuição geográfica, os imóveis da União, administrados pelo Senado Federal estão localizados em Brasília, Distrito Federal.

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Tabela 120 Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2014
BRASIL	Distrito Federal	100	96
	Brasília		
	Subtotal Brasil	0	96
EXTERIOR		0	0
	Subtotal Exterior	0	0
Total (Brasil + Exterior)		100	96

Fonte: SPIUNet

Todos os imóveis da União administrados pelo Senado Federal encontram-se registrados no SPIUNet – Ministério do Planejamento, totalizando hoje 100 imóveis. Em 2012, os imóveis foram atualizados com base na tabela do IPTU (Orientação da Secretaria de Patrimônio da União). O edifício do INTERLEGIS, construído em 2001, em função de convênio firmado com o BID para execução do Projeto INTERLEGIS, é o único imóvel cuja transferência, e consequente registro, não constam do SPIUNet.

8.2.2 Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do Senado Federal, exceto Imóvel Funcional

Tabela 121 Quadro A.8.2.2.1 – Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade do Senado Federal, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.17504.500-5	13	*	1.219.880,56	26/12/2000	1.219.880,56	**	**
020001	<u>9701.17508.500-7</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17509.500-2</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17511.500-3</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	<u>9701.17512.500-9</u>	13	***	135.103,28		135.103,28		
020001	9701.17572.500-6	13	***	63.810,00	23/08/2012	162.367,98	**	**
020001	9701.17714.500-7	13	4	8.090.642,06	23/08/2013	11.553.218,30	**	**
020001	9701.17730.500-4	15	2	362.829,75	23/08/2013	631.273,21	**	**
020001	9701.17748.500-2	13	3	25.805.103,60	23/08/2013	30.321.273,55	**	**
020001	9701.18889.500-2	13	3	947.396,20	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21225.500-4	13	3	1.434.941,24	23/08/2013	2.733.940,00	**	**
020001	9701.21378.500-7	13	3	4.644.052,49	23/08/2013	7.517.604,00	**	**
020001	9701.21387.500-6	13	2	2.440.610,86	23/08/2013	3.172.809,60	**	**
020001	9701.21421.500-0	13	3	78.060.626,12	23/08/2013	96.569.899,04	**	**
020001	9701.21449.500-2	13	4	1.020.968,33	23/08/2013	2.187.152,00	**	**
020001	9701.21451.500-3	13	3	844.083,08	23/08/2013	1.608.200,00	**	**
020001	9701.21455.500-5	13	3	4.458.001,38	23/08/2013	7.216.432,00	**	**
020001	9701.21503.500-5	13	3	2.818.968,09	23/08/2013	4.437.170,00	**	**
020001	9701.21505.500-6	13	2	1.041.365,71	23/08/2013	1.491.240,00	**	**
020001	9701.21507.500-7	13	2	1.513.043,11	23/08/2013	2.166.684,00	**	**
020001	9701.21797.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21799.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21800.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21801.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21802.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel				Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado		Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21803.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21804.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21805.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21806.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21807.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21808.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21809.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21810.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21811.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21815.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21816.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21817.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21818.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21819.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21822.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21823.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21824.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21825.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21826.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.015.685,44	**	**	
020001	9701.21829.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21830.500-3	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21831.500-9	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21832.500-4	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21833.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21836.500-6	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	
020001	9701.21837.500-1	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**	

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Re-avaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21838.500-7	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21839.500-2	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21840.500-8	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21844.500-0	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21845.500-5	13	2	401.040,14	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21846.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21847.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21848.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21849.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21850.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21851.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.011.216,36	**	**
020001	9701.21852.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21853.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21857.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21858.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21859.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21860.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21861.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21865.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21866.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21867.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21868.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21869.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.21873.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21874.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21875.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21876.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21877.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21880.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.009.772,32	**	**
020001	9701.21881.500-1	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21882.500-7	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21883.500-2	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21884.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21887.500-4	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21888.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21889.500-5	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21890.500-0	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21891.500-6	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21895.500-8	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21896.500-3	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.21897.500-9	13	2	399.879,96	23/08/2013	1.012.725,55	**	**
020001	9701.22303.500-0	13	3	39.265.162,83	23/08/2013	48.371.377,21	**	**
020001	9701.22350.500-7	13	***	4.303.500,00	27/12/2001	4.303.500,00	**	**
020001	9701.22830.500-6	13	3	30.323,59	23/08/2013	64.607,66	**	**
020001	9701.22832.500-7	13	3	45.267,88	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.22834.500-8	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reforma	Com Manutenção
020001	9701.22836.500-9	13	3	46.129,41	23/08/2013	65.995,10	**	**
020001	9701.23795.500-0	13	***	648.915,53	23/08/2013	846.060,20	**	**
020001	9701.32606.500-0.	13	3	545.157,85	23/08/2013	2.533.119,68	**	**
020001		13	2	9.114.543,20		9.114.543,20	*	*
Total							**	**
OBSERVAÇÕES:								
1 -* Prédio do Interlegis em processo de cadastramento no SPIUnet, Processo nº 00200.012607/2012-28.								
2 – ** O valor de R\$ 4.284.465,68, corresponde total da despesa realizada até 10.10.2014 com a manutenção e conservação de imóveis/instalações sob a responsabilidade do Senado Federal, uma vez que essa informação não está segregada por “RIP”, valor informado pela Contabilidade do Senado Federal.								
3 – *** Terreno vazio.								
4 – Os dados referente a atualização dos imóveis constam do Processo nº 00200.016762/2013-02.								

Fonte: SIAFI/SPIUnet/SPATR-SF/SSCONT-SF

Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Senado Federal

Tabela 122 Quadro A.8.2.2.2 – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade do Senado Federal

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP Endereço	9701.21421.500-0 PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ Nome ou Razão Social Atividade ou Ramo de Atuação	00.680.835.0002-10 CORAL SERVIÇOS DE REFEIÇÕES INDUSTRIAIS LTDA. SERVIÇO DE REFERIÇÕES INDUSTRIAIS
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário Finalidade do Uso do Espaço Cedido Prazo da Cessão Caracterização do espaço cedido Valores e Benefícios Fixos Previstos pela UJ Cedente	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002 CONTRATO 0147/2010 60 (SESSENTA) MESES CONSECUTIVOS A PARTIR DE 18 DE JANEIRO DE 2011 SERVIÇO DE LANCHONETE R\$ 53.147,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios Forma de utilização dos Recursos Recebidos Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA. ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	287.464.143-04
	Nome ou Razão Social	BARBEARIA E ENGRAXATARIA
	Atividade ou Ramo de Atuação	BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0008/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	SERVIÇO DE BARBEARIA, MANICURE E PEDICURE
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 8.145,96
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº30 CC COM ACD Nº 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
Identificação do Cessionário	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
	CNPJ	00628131/0001-18
	Nome ou Razão Social	FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ISENTO AMPARADO PELO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº30 CC COM ACD N° 14 DE 2010
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	6020168677
	Nome ou Razão Social	ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA FEDERAL
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 004/2011
	Prazo da Cessão	09/11/2001 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA FEDERAL NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 7.393,68
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.887.169/0001-05
	Nome ou Razão Social	PARTIDO PROGRESSISTA
	Atividade ou Ramo de Atuação	PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0016/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO PARTIDO PROGRESSISTA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 69.103,80
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310.463/0001-12
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA
	Atividade ou Ramo de Atuação	INSTITUTO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0004/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TEOTÔNIO VILLELA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 50.806,68
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP Endereço	9701.21421.500-0 PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ Nome ou Razão Social Atividade ou Ramo de Atuação	00.676.213/0001-38 TESOURARIA NACIONAL DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO/PMDB PARTIDO POLÍTICO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário Finalidade do Uso do Espaço Cedido Prazo da Cessão Caracterização do espaço cedido Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002 CESSÃO DE USO Nº 0019/2008 1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO INSTALAÇÃO DO PMDB NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF R\$ 50.111,88
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios Forma de utilização dos Recursos Recebidos Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA. ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.531.640/0001-28
	Nome ou Razão Social	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0003/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA DO STF NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 8.117,52
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	GRUPO BRASILEIRO DE UNIÃO INTERPARLAMENTAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Re- cebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacio- nados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	
	Nome ou Razão Social	PARLAMENTO LATINO AMERICANO
Atividade ou Ramo de Atuação		
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	
	Prazo da Cessão	
	Caracterização do espaço cedido	
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 0,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.633.510/0001-69
	Nome ou Razão Social	DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS – DEMOCRATAS
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO DEMOCRATAS
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0011/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DOS DEMOCRATAS NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 117.871,68
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.310.463/0001-12
	Nome ou Razão Social	INSTITUTO TANCREDO NEVES
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO PARTIDO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0018/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO INSTITUTO TANCREDO NEVES NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 50.023,32
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.497.560/0001-01
	Nome ou Razão Social	SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA PARLAMENTAR
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO STM NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 20.167,56
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessioná- rio	CNPJ	00.394.452/0001-03
	Nome ou Razão Social	COMANDO DO EXÉRCITO
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DO EXÉRCITO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0014/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE AO CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DO EXÉRCITO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 36.741,36
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.502/0001-44
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA MARINHA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA NO COMANDO DA MARINHA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0025/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA MARINHA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 23.893,56
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.394.429/0057-65
	Nome ou Razão Social	COMANDO DA AERONÁUTICA
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA AO COMANDO DA AERONÁUTICA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO 0007/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO COMANDO DA AERONÁUTICA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 26.265,48
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP Endereço	9701.21421.500-0 PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ Nome ou Razão Social Atividade ou Ramo de Atuação	03.277.610/0001-25 MINISTÉRIO DA DEFESA ASSESSORIA AO MINISTÉRIO DA DEFESA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário Finalidade do Uso do Espaço Cedido Prazo da Cessão Caracterização do espaço cedido Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002 INSTALAÇÃO DA ASSESSORIA PARLAMENTAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF 1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO CESSÃO DE USO Nº 0013/2008 R\$ 24.125,28
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios Forma de utilização dos Recursos Recebidos Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA. ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL. OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	37.115.482/0001-35
	Nome ou Razão Social	POLÍCIA CIVIL DO DF
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSESSORIA A POLÍCIA CIVIL DO DF
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0005/2001
	Prazo da Cessão	05 DE DEZEMBRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOSSTORIA PARLAMENTAR DA POLÍCIA CIVIL DO DF NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.490,68
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	02.449.992/0001-64
	Nome ou Razão Social	VIVO S/A
Caracterização da Cessão/ Permissão	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFÔNIA
	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0020/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA VIVO S/A
Caracterização da Cessão/ Permissão	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 14.852,64
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.	
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.	

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessioná- rio	CNPJ	01.685.903/0001-16
	Nome ou Razão Social	AMERICEL
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA AMERICEL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 21.219,84
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Re- cebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacio- nados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	TIM CELULAR
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0021/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA TIM CELULARES
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 79.123,80
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessioná- rio	CNPJ	04.206.050/0051-40
	Nome ou Razão Social	TIM CELULAR S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0003/2013
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO PROVISÓRIA DE ESTAÇÃO DE RÁDIO MÓVEL (ERB) MÓVEL DA EMPRESA TIM CELULAR.
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 24.041,04
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Re- cebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacio- nados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.423.963.0009-79
	Nome ou Razão Social	14 BRASIL TELECON CELULAR S.A
Caracterização da Cessão/ Permissão	Atividade ou Ramo de Atuação	TELEFONIA
	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO “INDOOR” DA 14 BRASIL TELECON CELULAR S.A
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0017/2008
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 22.280,52
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	34.028.316/5783-77
	Nome ou Razão Social	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Atividade ou Ramo de Atuação	POSTAGEM
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2013
	Prazo da Cessão	120 (MESES) A PARTIR DE 10 DE JUNHO DE 2013 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PARA INSTALAÇÃO DA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 78.089,64
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.495.660/0001-89
	Nome ou Razão Social	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIPI)
	Atividade ou Ramo de Atuação	ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 00001/2010
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO PRODASEN (ASCIPI) NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 13.585,44
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	PLANSUL – PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2011
	Prazo da Cessão	04 DE NOVEMBRO DE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 019/2009
	Caracterização do espaço cedido	FINALIDADE DE PERMITIR A EXECUÇÃO DO CONTRATO 019/2009
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.863,44
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	78.533.312/0001-58
	Nome ou Razão Social	PLANALTO SERVICE LTDA.
	Atividade ou Ramo de Atuação	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2010
	Prazo da Cessão	01 DE SETEMBRO DE 2004 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO, OU ATÉ O TÉRMINO DO CONTRATO 064/2010
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DA PLANALTO SERVICE NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SF
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.731,68
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONOMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	CESSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	120 (MESES) CONSECUTIVOS, A PARTIR DE 12 DE JUNHO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	ATENDIMENTO BANCÁRIO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 189.380,76
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	BANCO DE BRASÍLIA S.A – BRB
	Nome ou Razão Social	00.000.208/0001-00
Caracterização da Cessão/ Permissão	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0009/2011
	Prazo da Cessão	A PARTIR DE 23 DE DEZEMBRODE 2011 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DO TERMINAL DE AUTO-ATENDIMENTO DO BANCO DE BRASÍLIA S.A – BRB
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.572,20
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/4211-91
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0002/2012
	Prazo da Cessão	01 DE MARÇO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	PERMISSÃO DE USO DE ESPAÇO FÍSICO NO COMPLEXO ARQUITETÔNICO DO SENADO FEDERAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 331.615,32
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.066.408/0001-15
	Nome ou Razão Social	BANCO ABN ANRO REAL S/A – BANCO REAL
Caracterização da Cessão/Permissão	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0028/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO REAL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 5.004,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIGIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	33.700.394/0001-40
	Nome ou Razão Social	UNIBANCO
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0022/2008
	Prazo da Cessão	1º DE JANEIRO DE 2008 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE CAIXA ELETRÔNICO DO UNIBANCO
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.614,40
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	60.746.948/0001-12
	Nome ou Razão Social	BANCO BRADESCO S.A
Caracterização da Cessão/ Permissão	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0006/2010
	Prazo da Cessão	1º DE SETEMBRO DE 2010 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BRADESCO S.A
Caracterização da Cessão/ Permissão	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 3.267,00
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.	
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.	
Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.	

PARTE 1 – SECRETARIA DE PATRIMÔNIO		
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.21421.500-0
	Endereço	PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/N
Identificação do Cessionário	CNPJ	292.810.160-87
	Nome ou Razão Social	BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCO
Caracterização da Cessão/ Permissão	Forma de Seleção do Cessionário	ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30, DE 2002
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	PERMISSÃO DE USO Nº 0001/2012
	Prazo da Cessão	07 DE FEVEREIRO DE 2012 ATÉ QUE UMA DAS PARTES SE MANIFESTE EM CONTRÁRIO
	Caracterização do espaço cedido	INSTALAÇÃO DE UM EQUIPAMENTO DE UM CAIXA ELETRÔNICO DO BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BANRISUL
	Valores e Benefícios Fixos Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 2.919,60
PARTE 2 – SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE		
Caracterização da Cessão/ Permissão	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	13330100 – RECEITA DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ESSES RECURSOS COMPÕEM O FUNDO ESPECIAL DO SENADO FEDERAL – FUNSEN (LEI Nº 7.432, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1985), SENDO UTILIZADOS NAS DESPESAS FINANCIADAS POR ESSE FUNDO, CONFORME ALOCAÇÕES REALIZADAS NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	OS CUSTOS SÃO RATEADOS MENSALMENTE, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS NO ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 30/2002, COM TABELAS CORRIDAS ANUALMENTE.

8.2.3 Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade do Senado Federal

Tabela 123 Quadro A.8.2.3 – Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade do Senado Federal

OCUPAÇÃO/UG	RIP	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
			Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
Ocupados			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
Vazios			0,00		0,00		
			0,00		0,00		
Total						0,00	0,00
Fonte: Processo nº 024351/11-3 de devolução dos apartamentos funcionais ao SPU							

Com a manutenção dos bens imóveis sob sua administração, o Senado Federal despende:

1) Edifício Palácio do Comércio, taxa mensal de condomínio referente as salas:

Tabela 124 Manutenção dos Bens Imóveis sob a Administração do Senado Federal

Sala 1.108	Valor mensal R\$ 247,95
Sala 1.109	Valor mensal R\$ 370,18
Sala 1.110	Valor mensal R\$ 377,16
Sala 1.111	Valor mensal R\$ 485,64

O gasto com o pagamento das Taxas de Limpeza Urbana dos imóveis da união administrados pelo Senado Federal, anualmente, é R\$ 17.293,61.

Os recursos para pagamento das despesas acima citadas constam do orçamento da SPATR itens 496 e 576.

Os recursos recebidos dos utentes, cessionários e permissionários, são depositados nas contas 0200540000178808-2 e 0200540000128808 ficando a contabilização e a utilização dos recursos sob a responsabilidade da Secretaria de Finanças, Orçamento e Contabilidade.

Análise Crítica

A administração dos imóveis de propriedade da União sob a responsabilidade do Senado Federal encontra-se disciplinada por meio das seguintes normas:

a) Ato da Comissão Diretora nº 14 de 2013, que, em sua alínea “a” do § 2º do art. 258, estabelece: “Ao Serviço de Documentação e Administração de Imóveis compete executar, planejar e controlar os trabalhos referentes à administração dos imóveis de propriedade da União administrados pelo Senado Federal...”.

- b) Ato nº 01/2010 do Terceiro Secretário com regras específicas acerca da ocupação dos imóveis da reserva técnica do Senado Federal.
 c) Ato da Comissão Diretora Nº 30, de 2002.

8.3 Imóveis Locados De Terceiros

Tabela 125 Quadro A.8.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Distrito Federal	01	01
		0	0
Subtotal Brasil		01	01
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		01	01

Contrato nº 00200.004193/2014-25 – Inframérica

O Senado Federal possui como único imóvel locado, sob a gestão da SEAIM/SPATR, uma sala no Aeroporto Internacional de Juscelino Kubitschek, em Brasília-DF, destinada única e exclusivamente para as finalidades institucionais de funcionamento de ponto de apoio para senadores e servidores lotados no Serviço de Apoio Aeroportuário. Seus custos estão abaixo descritos:

Tabela 126 Custos Relacionados a Imóveis Locados de Terceiros

Uso de Área no Aeroporto JK (parte fixa)	Rateio das despesas (parte variável)
62.101,11	679,45
8.000,00	628,16
8.000,00	604,89
16.000,00	607,55
8.000,00	608,69
	718,95
102.101,11	3847,69
Despesa total --- 102.101,11 + 3.847,69 = 105.948,80	

9. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PARTE A, ITEM 9 DO ANEXO II DN TCU Nº 134/2013

9.1. Gestão da Tecnologia da Informação

Tabela 127 Quadro A.8.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

NÚMERO CONTRATO	OBJETO	DATA INÍCIO VIGÊNCIA	DATA TÉRMINO VIGÊNCIA	FORNECEDOR		CUSTO	VALORES DESEMBOLSADOS EM 2014
				CNPJ	DENOMINAÇÃO		
CT 2008/0035	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 28 (vinte e oito) servidores de rede e 02 (dois) racks, incluindo suporte, instalação, serviço de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais e tendo garantia estendida de 48 (quarenta e oito) meses, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	24/11/2008	19/5/2014	16564682000103	BR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E TECNOLOGIA EM AUTOMAÇÃO S.A.	R\$ 383.059,22	R\$ 3.161,44
CT 2009/0003	Contratação de serviços de manutenção técnica corretiva para 07 (sete) impressoras tipo Plotter, marca Encad, Modelo T200+ com tecnologia jato de tinta, colorida, para impressão de folders e cartazes sem o fornecimento de peças novas de reposição, suprimento e consumíveis, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	19/3/2009	18/3/2014	05473908000136	ANTÔNIO UELSON MADEREIRA SAMPAIO - ME	R\$ 31.405,80	R\$ 2.039,29
CT 2009/0006	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de apoio técnico e manutenção do Aplicativo GabFlow para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	16/4/2009	15/4/2015	02427546000159	GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA	R\$ 3.462.180,00	R\$ 615.322,62

CT 2009/0011	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas, para 151 (cento e cinquenta e uma) impressoras coloridas de tecnologia laser, marca Xerox, modelo 6300 DN, para os formatos A4, Carta e Ofício, com conexão à rede do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	27/5/2009	26/5/2014	68428572000100	MICROLÍNEA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA	R\$ 403.651,04	R\$ 43.174,85
CT 2009/0019	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte técnico e manutenção dos equipamentos de Rede Ethernet (Alcatel), de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas do fabricante do equipamento, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	14/9/2009	13/9/2015	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 1.582.722,00	R\$ 254.334,00
CT 2009/0022	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas, para 112 (cento e doze) impressoras de tecnologia multifuncional, coloridas, tecnologia jato de tinta, marca HP modelo Photosmart C7180, para os formatos A4, carta e ofício, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	17/9/2009	16/9/2014	10629857000129	VIDAL E KING PRINTER TECNOLOGIA LTDA	R\$ 152.107,57	R\$ 23.598,61
CT 2010/0002	Contratação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas, para 25 (vinte e cinco) kits, compostos de 25 (vinte e cinco) impressoras de tecnologia laser colorida, Color A3, marca RICOH, modelo AFICIO CL 7200, e 25 (vinte e cinco) estabilizadores marca ENERMAX, com entrada de 110v/220v, frequência 60 Hz, potência de 3200 VA, saída 110v, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	1/2/2010	31/1/2014	06279136000169	WORK CENTER INFORMÁTICA LTDA - ME.	R\$ 70.683,00	R\$ 2.900,00

CT 2010/0043	Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 56/2009 da Câmara dos Deputados, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 187/2009 da Câmara dos Deputados - Processo nº 133.290/09 - visando a aquisição de Solução Integrada para Registro de Ponto Eletrônico para o SENADO FEDERAL , incluindo serviços de garantia de funcionamento e manutenção corretiva, suporte técnico e treinamento para a contratante, em Brasília-DF, conforme discriminado no item 1 do Título 1 do Anexo nº 01 ao Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 187/09 e demais Anexos, todos da Câmara dos Deputados, dos subitens descritos e nos quantitativos do projeto básico elaborado pelo Senado Federal.	23/6/2010	31/5/2015	02997156000114	MORPHO CARDS DO BRASIL S.A.	R\$ 1.154.000,00	R\$ 62.115,16
CT 2010/0044	Termo de Adesão à Ata de Registro de Preços nº 57/2009 da Câmara dos Deputados, em decorrência do Pregão Eletrônico nº 187/2009 da Câmara dos Deputados - Processo nº 133.290/09 - para o fornecimento de Solução de Impressão de Cartões para o SENADO FEDERAL, visando a implementação de registro de frequência funcional por meio de sistema de ponto eletrônico, constante do item 3, discriminado no Edital do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 187/09, dos subitens descritos e nos quantitativos do projeto básico elaborado pelo Senado Federal.	23/6/2010	26/10/2014	01245055000124	HENRY EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS LTDA	R\$ 45.907,50	R\$ 0,00
CT 2010/0084	Renovação de licenças de uso de software, contratação de manutenção e suporte técnico com atualização de versões do produto ASG-Zena para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	26/8/2010	25/8/2014	04010181000198	ASG DO BRASIL TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$ 38.431,68	R\$ 6.773,67
CT 2010/0117	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução que permita a projeção de imagens para ambientes de gestão e controle, com prestação de serviços de instalação, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	24/11/2010	8/2/2014	62941281000134	BILFINGER MAUELL SERVIÇOS E ENGENHARIA LTDA	R\$ 311.000,00	R\$ 2.539,55

CT 2010/0119	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 2.020 (dois mil e vinte) micro-computadores de mesa, incluindo garantia de funcionamento e assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus para o SENADO FEDERAL.	26/11/2010	31/5/2015	81243735000148	POSITIVO INFORMÁTICA S/A	R\$ 4.968.999,92	R\$ 79.972,44
CT 2010/0123	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva nos equipamentos da Rede Local GIGABIT ETHERNET, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus adicional para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	26/11/2010	25/11/2015	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 3.430.161,55	R\$ 731.784,36
CT 2010/0153	Aquisição de servidores em lâminas (blades) e gabinetes (chassis), incluindo suporte, instalação e serviço de assistência, através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sendo: 12 (doze) servidores em lâminas (blades); 02 (dois) gabinetes (chassis).	30/12/2010	29/12/2015	41587502001209	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	R\$ 740.000,00	R\$ 27.145,92
CT 2010/0154	Aquisição de servidores em lâminas (blades e gabinetes (chassis), incluindo suporte, instalação e serviço de assistência, através de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sendo: 08 (oito) módulos com 2 portas 10 G B para switch Alcatel 9800, código OS9-XNI-U2 e 16 (dezesseis) adaptadores Gbic para módulo Alcatel OS9-XNI-U2 código 10G-XFP-LR (adaptador LC), por porta, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	30/12/2010	29/12/2015	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 280.798,00	R\$ 5.251,44
CT 2011/0047	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva para as 5.000 (cinco mil) licenças da suíte antivírus McAfee System Protection e para os 3 (três) dispositivos Appliance Webshield e3300 McAfee de varredura contra vírus de e-mails e proteção ao acesso a internet, programas e equipamentos de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	17/6/2011	16/6/2014	04786911000147	PSN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 1.125.843,36	R\$ 190.710,84

CT 2011/0070	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conectividade entre a rede do SENADO FEDERAL e o backbone da Internet brasileira e internacional, incluindo serviço de distribuição de fluxos de áudio e vídeo, instalação, suporte e manutenção, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	5/8/2011	4/8/2015	02558157000243	TELEFÔNICA BRASIL S.A.	R\$ 3.845.372,64	R\$ 821.843,16
CT 2011/0079	Fornecimento de licenças de uso por tempo indeterminado de softwares Microsoft para equipamentos servidores do Senado Federal; prestação de serviços de manutenção evolutiva/atualização (Software Assurance - SA) e mudança de categoria (Upgrade) para as licenças de uso por tempo indeterminado dos softwares Microsoft pertencentes ao SENADO FEDERAL.	22/8/2011	21/8/2014	00710799000100	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 2.046.769,76	R\$ 0,00
CT 2011/0080	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para 700 (setecentos) microcomputadores da marca DELL sendo: 350 (trezentos e cinquenta) modelo DELL PL OPTIPLEX 745; 250 (duzentos e cinquenta) modelo DELL VIP OPTIPLEX 745 e 100 (cem) modelo WORKSTATION DELL PRECISION 390, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	22/8/2011	21/8/2014	07015203000109	SUPPORT SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS LTDA	R\$ 921.930,60	R\$ 239.670,00
CT 2011/0082	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conectividade entre a rede do SENADO FEDERAL e o backbone da Internet brasileira e internacional, incluindo serviço de distribuição de fluxos de áudio e vídeo, instalação, suporte e manutenção, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	23/8/2011	22/8/2015	76535764000143	OI S.A	R\$ 2.467.210,36	R\$ 300.061,80

CT 2011/0084	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para 100 (cem) scanners modelo i1210 e 06 (seis) scanners modelo i1320, ambos da marca Kodak, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	26/8/2011	25/8/2014	06279136000169	WORK CENTER INFORMÁTICA LTDA - ME.	R\$ 88.596,00	R\$ 21.738,83
CT 2011/0085	Aquisição de 01 (uma) solução integrada de software e hardware (appliance) de segurança de WEB, com alta disponibilidade, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	2/9/2011	6/12/2015	04786911000147	PSN TECNOLOGIA LTDA	R\$ 880.000,00	R\$ 26.400,00
CT 2011/0086	Contratação de serviço de assistência técnica corretiva para 02 (dois) computadores servidores Sun V890, de propriedade do PRODASEN, operando em cluster de alta disponibilidade e todos os seus componentes instalados, que incluem: placas de interface, placas controladoras, CPUs, memória RAM, discos rígidos, fontes de alimentação, módulos de ventilação, unidade de fita DAT, unidade de CD-ROM e demais elementos necessários à plena operação dos equipamentos.	5/9/2011	4/9/2015	03535902000110	DECISION SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 68.010,00	R\$ 16.800,00
CT 2011/0125	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de processamento de dados, com manutenção, suporte técnico e cessão de uso de um conjunto de programas denominado Sistema de Processamento FARM/HOSP Ltda., conjugado com a utilização de um banco de dados, ambos de propriedade da contratada, para o SENADO FEDERAL durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	16/11/2011	15/11/2015	52704921000139	SIMPRO PUBLICAÇÕES E TELEPROCESSAMENTO LTDA	R\$ 22.508,88	R\$ 6.261,71
CT 2011/0129	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para 15 (quinze) servidores de rede modelo Dell™ PowerEdgeL™ 2850, com Rack modelo Dell™ PowerEdge™ 4210, de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	29/11/2011	28/11/2014	03496338000174	REIMAQ ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE DUPLICADORES LTDA - EPP.	R\$ 41.985,00	R\$ 10.379,62

CT 2011/0137	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de uma fitoteca automatizada, com serviços de instalação, configuração, ativação, integração e testes, composta de equipamentos, acessórios e softwares, incluindo atualização de versões, serviços de garantia, suporte técnico, manutenção corretiva e treinamento técnico, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	20/12/2011	23/4/2015	32578387000154	UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 640.000,00	R\$ 81.250,00
CT 2011/0139	Fornecimento de solução para servidores de bancos de dados em cluster, composta de dois computadores servidores idênticos, com tecnologia de 64 bits e multiprocessamento simétrico (SMP), licenças de sistema operacional, software de cluster, instalação, treinamento, assistência técnica e suporte técnico para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	21/12/2011	18/4/2015	01134191000147	SERVIX INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 776.531,65	R\$ 8.074,00
CT 2011/0140	Aquisição de 60 (sessenta) monitores para computador, tipo LCD, com 19" (dezenove polegadas) garantia de funcionamento de 24 (vinte e quatro) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 12 (doze) meses de garantia estendida, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com substituição de peças novas e originais, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	21/12/2011	7/2/2014	10226773000144	TECH CORP INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA CORPORATIVA LTDA - EPP	R\$ 19.939,80	R\$ 0,00
CT 2011/0150	Aquisição de comutadores (Switches) Ethernet com portas PoE (Power over Ethernet) - dispositivos físicos (hardware) e programas (software, firmware) - contemplando, ainda, serviços de instalação, garantia e suporte técnico - pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 36 (trinta e seis) meses de garantia estendida, incluindo atualizações de versões, revisões e/ou distribuições (releases) e correções (patches) dos programas, e treinamento na solução fornecida.	30/12/2011	29/12/2015	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 2.609.285,06	R\$ 221.832,70

CT 2012/0009	Fornecimento de Licenças de Uso de um Software, com suporte técnico, que possibilite ao internauta, utilizando o site www.senado.gov.br, a visualização dos espaços físicos dos ambientes mostrados durante as visitas guiadas ao SENADO FEDERAL, colaborando para uma compreensão mais abrangente sobre a estrutura, a composição e o funcionamento da Casa Legislativa.	6/2/2012	5/2/2014	80043037000136	INDEX CONSULTORIA EM INFORMAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 8.830,00	R\$ 272,00
CT 2012/0015	Contratação de serviços de atualização de versões, incluindo suporte técnico, para 2 (duas) licenças do software Keyfile para servidor; 100 (cem) licenças concorrentes do software Keyfile para clientes; 1 (uma) licença do software Keyflow para servidor e 150 (cento e cinquenta) licenças do software Keyflow para cliente, para atender a Subsecretaria de Atendimento aos Gabinetes dos Senados - SSA-SEN/SF - durante o período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos.	22/2/2012	21/2/2014	02427546000159	GLOBAL BUSINESS CONSULTORIA E INFORMATICA LTDA	R\$ 326.157,00	R\$ 0,00
CT 2012/0061	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) Sistema de Energia Estabilizada NO-BREAK, com fornecimento de materiais e eventuais substituições de baterias, constituído de: 02 (dois) No-Breaks de 300 KVA cada, marca GE, sitePRO, filtro DCU e retificador 12 pulsos, instaladas em paralelo redundante; 02 (dois) Bancos de Baterias FULGURIS, (02x180 elementos 17TFX-544); 02 (dois) Transformadores Isoladores de 300 KVA; 01 Painel com a chave de transferência marca GE; Quadros automatismo de 300 KVA, com disjuntores de entrada e saída e de manobra; 01 (um) bastidor de relés do elevador e 02 (dois) Grupos Motor-Gerador de 340 KVA contínuas, cada, sendo os motores de fabricação Cummins, para alimentação em baixa tensão do Edifício Sede da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - na cidade de Brasília/DF, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	4/6/2012	3/6/2015	26415117000120	ROCHA BRESSAN ENGENHARIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.	R\$ 2.056.995,00	R\$ 246.020,00

CT 2012/0069	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, sem ônus adicional para o PRODASEN, para 02 (dois) equipamentos de armazenamento da marca NETAPP, modelos FAS960C com 28 TB líquidos e R200 com 68 TB líquidos, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	27/6/2012	26/6/2015	06926223000160	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	R\$ 83.999,88	R\$ 16.022,20
CT 2012/0075	Contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços de renovação dos direitos de atualização de versão para a solução de Backup IBM Tivoli Storage Manager, da rede local do SENADO FEDERAL, incluindo suporte técnico, serviços de administração do backup, restore e treinamento de equipe técnica, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	5/7/2012	4/7/2015	09284973000174	LCS - DESENVOLVIMENTO, NEGÓCIOS E INTERMEDIAÇÕES LTDA.	R\$ 986.714,40	R\$ 120.571,63
CT 2012/0081	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para 28 (vinte e oito) Servidores de Rede, modelo Dell PowerEdge 2950, com 2 (dois) Racks modelo Dell PowerEdge 4210, cada um com 2 (dois) consoles, de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	12/7/2012	11/7/2015	06885830000120	LINK INFORMÁTICA LTDA - EPP.	R\$ 33.264,00	R\$ 12.012,00
CT 2012/0086	Aquisição de solução de controladores (Controllers), Pontos de Acesso (Access Points - AP) e gerenciamento para rede sem fio - dispositivos físicos (hardware) e programas (software, firmware) - contemplando, ainda, serviços de instalação, assistência e suporte técnico local e remoto, com manutenção e substituição de peças e componentes pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 36 (trinta e seis) meses de garantia estendida, incluindo atualizações de versões, revisões e/ou distribuições (releases) e correções (patches) dos programas e treinamento na solução fornecida para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	27/7/2012	16/7/2017	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 2.296.826,06	R\$ 311.770,08

CT 2012/0095	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de suporte técnico, manutenção corretiva e manutenção evolutiva específica, incluindo atualização de versão e tecnológica, updates e upgrades, consultoria e suporte técnico presencial on-site do aplicativo ERGON - Sistema de Gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento - em conformidade com os padrões técnicos de desempenho e qualidade estabelecidos pelo SENADO FEDERAL, sem garantia de consumo mínimo, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos.	21/8/2012	20/8/2015	50737766000121	TECHNE ENGENHARIA E SISTEMAS LTDA.	R\$ 1.763.364,60	R\$ 444.763,17
CT 2012/0117	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de solução completa de um plano de hospedagem, com uso de sua loja virtual pronta com capacidade para cadastramento de até 1.000 (mil) produtos, com as adaptações para pagamento de valores atendendo exigência contida no Decreto nº 4.950/2004, regulamentada na Instrução Normativa nº 02/2009 da Secretaria de Tesouro Nacional, para o SENADO FEDERAL durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	26/9/2012	25/9/2015	12007807000135	CESAR AUGUSTO MACHADO PELICIONI - EPP.	R\$ 14.364,00	R\$ 4.788,00
CT 2012/0147	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços para execução de projeto, instalação, retirada, remanejamento e manutenção de cabos de par trançado e cabos de fibra óptica do Sistema de Cabeamento da Rede Local do Senado Federal e de cabos de áudio e vídeo do Sistema de Voz e Imagem dos Plenários (Sistema VIP) em todo o Complexo Arquitetônico, Residências Oficiais dos Senadores e da Presidência do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	3/12/2012	2/12/2015	02743744000121	MULTIDATA LTDA	R\$ 3.319.819,20	R\$ 882.768,50

CT 2012/0149	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estações de trabalho, do tipo Estação de Trabalho Padrão com monitor, contemplando serviços de instalação, garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	7/12/2012	28/2/2016	81243735000148	POSITIVO INFORMÁTICA S/A	R\$ 4.386.135,00	R\$ 15.340,63
CT 2012/0155	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estabilizadores de tensão, incluindo a garantia de funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	14/12/2012	13/1/2016	52618139003031	GL ELETRO - ELETRÔNICOS LTDA	R\$ 128.175,00	R\$ 0,00
CT 2012/0166	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, no Sistema de Votação Eletrônica do Plenário do SENADO FEDERAL - SVE - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	28/12/2012	27/6/2015	23921349000161	VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	R\$ 574.024,08	R\$ 222.539,56
CT 2013/0002	Prestação, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - ao SENADO FEDERAL de serviços de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA BRASÍLIA, necessários à consecução de suas atividades-fim.	11/1/2013	10/7/2014	33683111000280	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.	R\$ 145.260,00	R\$ 45.050,00
CT 2013/0017	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, com manutenção corretiva e evolutiva, incluindo atualização automática de versão para os 400 acessos simultâneos do software Lightbase for Windows-LBW e seus módulos Golden Doc, Golden Track, Light Architect e Light Data Provider, suporte técnico on-site e serviços de manutenção evolutiva específica para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	22/2/2013	21/2/2015	11905103000117	LIGHTBASE SERVIÇOS E CONSULTORIA EM SOFTWARE PÚBLICO LTDA.	R\$ 276.150,00	R\$ 50.700,00

CT 2013/0024	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para a Gestão Informatizada de Patrimônio e Almoxarifado do SENADO FEDERAL, com aplicativo doravante denominado SPALM-SF - e respectiva licença de uso por tempo indeterminado; serviços técnicos de instalação; treinamento técnico; operação assistida; garantia e suporte técnico com atualizações de versões, revisões e/ou distribuições e correções de programas, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses.	15/3/2013	14/3/2017	00530341000179	VH INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.924.000,00	R\$ 406.413,81
CT 2013/0025	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estações de trabalho, do tipo Estação de Trabalho Avançada (com monitores), incluindo a garantia de funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	19/3/2013	3/10/2016	08899849000401	SPACE MINAS DISTRIBUIDORA LTDA.	R\$ 846.203,10	R\$ 845.998,10
CT 2013/0032	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços para 50 (cinquenta) usuários, com garantia de suporte técnico e atualização de versões, do software PL/SQL Developer da All Round Automation que vierem a ser lançadas durante a vigência contratual, pelo período de 01 (um) ano, conforme os termos do "Contrato Anual de Serviços" disponível no sítio da All Round Automation, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	22/3/2013	21/3/2015	00614911000109	NEGÓCIOS INTEGRADOS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 3.325,00	R\$ 1.708,00
CT 2013/0035	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de estabilizadores de tensão, incluindo a garantia de funcionamento pelo período de 36 (trinta e seis) meses, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	26/3/2013	25/3/2016	52618139003031	GL ELETRO - ELETRÔNICOS LTDA	R\$ 15.858,80	R\$ 15.858,80

CT 2013/0037	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02 (duas) subscrisões de software Red Hat Enterprise Linux Server Premium, da plataforma Red Hat Enterprise Linux, versões 5.2 e superiores, a serem utilizadas na infraestrutura computacional existente no Parque Tecnológico do SENADO FEDERAL, com suporte técnico e manutenção evolutiva e corretiva.	3/4/2013	27/5/2014	01567165000102	OS INFORMÁTICA COMÉRCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA.	R\$ 7.990,00	R\$ 0,00
CT 2013/0041	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de atualização de versão e suporte técnico, incluindo treinamento, do software InfoAudio, destinado à automação da programação musical e de intervalos da Rádio SENADO durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	4/4/2013	3/4/2015	04248864000188	INFORMA CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA.	R\$ 47.512,32	R\$ 14.940,00
CT 2013/0047	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de assistência técnica, por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais, em 15 (quinze) servidores de rede modelo DellTM PowerEdgeTM 2850 e 01 (um) Rack modelo DellTM PowerEdgeTM 4210 de propriedade do SENADO FEDERAL.	18/4/2013	17/4/2015	09589945000165	INTERATIVA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.	R\$ 26.424,32	R\$ 9.564,38
CT 2013/0048	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização com acesso via rede local - TCP/IP - compreendendo a cessão de direito de uso de 816 (oitocentos e dezesseis) equipamentos novos, não remanufaturados, de primeiro uso e em linha de produção, incluindo a instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo SENADO FEDERAL.	24/4/2013	23/4/2016	07432517000360	SIMPRESS COMÉRCIO, LOAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	R\$ 4.392.037,80	R\$ 1.257.877,11
CT 2013/0052	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, por meio de manutenção corretiva, para 133 (cento e trinta e três) notebooks, da marca HP, modelo ELITEBOOK 6930P, de propriedade do SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	7/5/2013	6/5/2015	09589945000165	INTERATIVA SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA - ME.	R\$ 55.599,32	R\$ 30.116,19

CT 2013/0053	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva em 02 (dois) subsistemas de armazenamento da marca NetApp, modelo FAS3170a, de propriedade da Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF - durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	7/5/2013	6/5/2015	06926223000160	AMÉRICA TECNOLOGIA DE INFORMÁTICA E ELETRO-ELETRÔNICOS LTDA.	R\$ 876.000,00	R\$ 438.000,00
CT 2013/0059	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de atendimento e suporte a softwares, operações básicas de rede de micro-computadores no SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	1/6/2013	31/5/2015	00308141000176	CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 10.265.769,60	R\$ 4.981.477,84
CT 2013/0060	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de atualizações de versões de softwares Adobe e Corel para o SENADO FEDERAL, com suporte técnico para a versão adquirida, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	6/6/2013	18/6/2014	04198254000117	MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA	R\$ 310.742,48	R\$ 0,00
CT 2013/0063	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de microcomputadores, do tipo notebook, para o SENADO FEDERAL, incluindo garantia e assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais.	27/6/2013	29/8/2016	03619767000191	TORINO INFORMÁTICA LTDA	R\$ 156.600,00	R\$ 0,00
CT 2013/0072	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do ambiente da sala-cofre do PRODASEN, com fornecimento de materiais, abrangendo a infraestrutura física da sala, instalações elétricas, de ar-condicionado e do sistema de prevenção e combate a incêndios, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	1/8/2013	31/7/2015	43209436000106	ACECO TI S.A.	R\$ 1.150.571,28	R\$ 119.995,77
CT 2013/0078	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico, via cobertura remota 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana) através do Serviço Enterprise Support SAP, com garantia de updates e upgrades, para o SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	27/8/2013	26/8/2015	05276049000195	FIRST DECISION TECNOLOGIAS INOVADORAS E INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.036.000,38	R\$ 518.000,00

CT 2013/0080	Contratação de empresa especializada para o fornecimento estações de trabalho, do tipo Estação de Trabalho Padrão, com monitor, contemplando serviços de instalação, garantia de funcionamento de 36 (trinta e seis) meses, sendo 12 (doze) meses de garantia de fábrica e 24 (vinte e quatro) meses de garantia estendida, com prestação de serviços de assistência técnica por meio de manutenção corretiva, com fornecimento de peças novas e originais para a Secretaria Especial de Informática do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	2/9/2013	1/12/2016	81243735000148	POSITIVO INFORMÁTICA S/A	R\$ 4.251.626,86	R\$ 0,00
CT 2013/0087	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte técnico e atualização de versões para o SGBD Oracle e softwares associados, em uso no SENADO FEDERAL, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	29/11/2013	28/11/2015	59456277000176	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA.	R\$ 876.719,28	R\$ 438.359,64
CT 2014/0001	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licenças da suíte de escritórios Microsoft Office Standart 2013 e Microsoft Office Professional Plus 2013 - itens 1 e 2 - e Microsoft Core CAL, com serviço de atualização Software Assurance (SA) - item 5 - para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	17/1/2014	9/2/2017	00710799000100	ALLEN RIO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 4.952.380,00	R\$ 4.952.380,00
CT 2014/0002	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de servidores, tipo "rack", para o SENADO FEDERAL, incluindo assistência técnica com garantia de funcionamento por um período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	17/1/2014	7/4/2019	41587502001209	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	R\$ 3.377.142,01	R\$ 147.951,60
CT 2014/0004	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de servidores em lâmina, adaptadores e switches para a Solução IBM BladeCenter H, de propriedade do SENADO FEDERAL, incluindo serviços de instalação, configuração inicial e assistência técnica com garantia de funcionamento durante o período de 36 (trinta e seis) meses consecutivos.	23/1/2014	6/7/2017	10345104000191	MACTECNOLOGY COMÉRCIO DE INFORMÁTICA LTDA - EPP	R\$ 280.632,00	R\$ 50.600,00

CT 2014/0007	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de impressão, cópia, digitalização com acesso via rede local - TCP/IP - compreendendo a cessão de direito de uso de 450 (quatrocentos e cinquenta) equipamentos novos, não remanufaturados, de primeiro uso e em linha de produção, incluindo a instalação e configuração nos locais previamente determinados pelo SENADO FEDERAL.	20/1/2014	19/1/2017	07432517000360	SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS S.A.	R\$ 2.671.280,28	R\$ 252.378,81
CT 2014/0019	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Solução de Data Discovery / Business Discovery Corporativo, 100% in memory, para o SENADO FEDERAL, devidamente instalados e configurados, incluindo serviços de suporte técnico, upgrades e updates, além de mentoring para transferência tecnológica e uso de todas as funcionalidades dos produtos adquiridos, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos.	25/3/2014	24/3/2015	06984836000154	INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 1.510.000,08	R\$ 1.274.126,22
CT 2014/0024	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de fitas de armazenamento de dados LTO-5 e fitas de limpeza para Drive LTO-5 para o SENADO FEDERAL.	7/4/2014	9/9/9999	17555164000188	LANCIN-L COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP.	R\$ 158.833,75	R\$ 884.500,00
CT 2014/0025	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) biblioteca robotizada de fitas LTO Ultrium Geração 5, com 10 (dez) drives LTO-5 Ultrium FH (Full Height), instalação, integração à infraestrutura computacional existente, serviços de manutenção com suporte técnico, atualização e treinamento, para o SENADO FEDERAL.	7/4/2014	9/9/9999	32578387000154	UNITECH-RIO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 959.500,00	R\$ 158.834,75
CT 2014/0028	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 02 (duas) licenças individuais do protocolo SIP2 (Standard Interchange Protocol, versão 2.0), para o SENADO FEDERAL com contrato de manutenção, para integrar as máquinas de autoatendimento com o software Aleph, durante o período de 12 (doze) meses consecutivos.	13/5/2014	12/5/2015	07475870000166	EXLBR TECNOLOGIA SOLUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 16.378,00	R\$ 0,00

CT 2014/0032	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de treinamento voltado ao suporte de suíte de escritórios e ao uso dos recursos avançados do Microsoft Office Standart 2013 para a Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - SEI/PRODASEN - SF.	20/5/2014	19/9/2014	37151222000115	NOVINTEC TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA	R\$ 39.084,90	R\$ 39.084,90
CT 2014/0047	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades do CEDOC, com treinamento, garantia, suporte técnico oficial 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	30/7/2014	13/10/2019	03369656000174	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA.	R\$ 1.527.126,48	R\$ 1.090.865,54
CT 2014/0048	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades do INTERLEGIS, com treinamento, garantia, suporte técnico oficial 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	30/7/2014	8/10/2019	03369656000174	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA.	R\$ 1.262.830,36	R\$ 921.003,29
CT 2014/0049	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/PRODASEN-SF - com treinamento, garantia, suporte técnico oficial de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	30/7/2014	6/10/2019	03369656000174	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA.	R\$ 6.626.440,90	R\$ 5.099.929,04
CT 2014/0051	Prestação, pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO - ao SENADO FEDERAL de serviços de tecnologia da informação e gerenciamento de conexões à INFOVIA BRASILIA, necessários à consecução de suas atividades-fim.	11/7/2014	10/7/2015	33683111000280	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO.	R\$ 72.000,00	R\$ 26.000,00

CT 2014/0052	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de computador servidor de banco de dados, com tecnologia de 64 bits, incluindo licença de sistema operacional, software de cluster, instalação e configuração, treinamento em configuração e administração do computador servidor e assistência técnica corretiva, durante o período de 60 (sessenta) meses, destinado ao SENADO FEDERAL .	20/8/2014	19/8/2019	33426420000193	UNISYS BRASIL LTDA.	R\$ 833.468,20	R\$ 0,00
CT 2014/0070	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de cabos de segurança para notebook, tipo kensington, à serem instalados visando a modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do SENADO FEDERAL.	7/11/2014	9/9/9999	17696326000106	J.A.M COMERCIAL DE SUPRIMENTOS PARA EMPRESAS LTDA	R\$ 28.776,00	R\$ 28.776,00
CT 2014/0071	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de teclados numéricos à serem instalados visando a modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do SENADO FEDERAL.	11/11/2014	9/9/9999	10434081000191	EFES COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 1.905,00	R\$ 1.905,00
CT 2014/0073	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de notebooks à serem instalados visando a modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do SENADO FEDERAL.	11/11/2014	9/9/9999	11329948000101	SANET COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA - EPP	R\$ 1.626.352,00	R\$ 0,00
CT 2014/0077	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de leitores biométricos à serem instalados visando a modernização dos Plenários de Comissões e do Plenário do SENADO FEDERAL.	14/11/2014	9/9/9999	05248770000171	GRIAULE BIOMETRICS LTDA	R\$ 4.749,00	R\$ 4.749,00
CT 2014/0080	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/PRODASEN-SF - com treinamento, garantia, suporte técnico oficial de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	25/11/2014	9/9/9999	03369656000174	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA.	R\$ 1.231.779,55	R\$ 0,00

CT 2014/0082	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos comutadores de rede (switches) e licenças de atualização de firmware aos equipamentos comutadores existentes no SENADO FEDERAL, com fins de aumento de velocidade no tráfego de dados - dispositivos físicos (hardware) e programas de software e firmware - incluindo a prestação de serviços de instalação, assistência e suporte técnico local e remoto, com manutenção preventiva, corretiva, substituição de peças e componentes, além das atualizações de versões, revisões e/ou distribuições (releases) e correções (patches) dos programas e os treinamentos necessários para a solução fornecida, durante o período de 48 (quarenta e oito) meses consecutivos.	27/11/2014	26/11/2018	04318562000139	ONE LÍNEA TELECOM LTDA	R\$ 7.400.207,77	R\$ 0,00
CT 2014/0084	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção evolutiva, no Sistema de Votação Eletrônica do Plenário do SENADO FEDERAL - SVE - incluindo as alterações de softwares, fornecimento de hardwares, materiais e componentes eletrônicos, serviços para integração, montagem, instalação, treinamentos e garantia de fabricação dos equipamentos eletrônicos.	1/12/2014	9/9/9999	23921349000161	VISUAL SISTEMAS ELETRÔNICOS LTDA	R\$ 1.191.282,00	R\$ 0,00
CT 2014/0087	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução para armazenamento de dados, visando o atendimento das necessidades da Secretaria de Tecnologia da Informação do SENADO FEDERAL - PRDSTI/PRODASEN-SF - com treinamento, garantia, suporte técnico oficial de 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante 07 (sete) dias por semana, inclusive em dias de feriados, incluindo a manutenção corretiva e preventiva, durante o período de 60 (sessenta) meses consecutivos.	3/12/2014	9/9/9999	03369656000174	MAISDOISX TECNOLOGIA EM DOBRO LTDA.	R\$ 6.128.412,97	R\$ 0,00
CT 2014/0101	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de servidores em rack, incluindo assistência técnica com garantia de funcionamento durante o período de 60 (sessenta) meses após a emissão de Termo de Recebimento Definitivo dos equipamentos, destinados ao SENADO FEDERAL.	12/12/2014	9/9/9999	41587502001209	LANLINK INFORMÁTICA LTDA	R\$ 1.356.706,34	R\$ 0,00

9.2 Necessidades de Sistemas Estratégicos

Tabela 128 Necessidades de Sistemas Estratégicos

NECESSIDADES DA SGM	INICIATIVAS PARA ATENDIMENTO	PRAZO	JUSTIFICATIVA
Implantar um Protocolo Legislativo Eletrônico.	Aquisição de repositório de documentos; Padronização dos documentos legislativos ; Evoluir o SEDOL no sentido de torná-lo o Protocolo Legislativo Eletrônico.	Primeira fase com homologação prevista para dezembro de 2015.	O Protocolo Legislativo Eletrônico permitirá a recepção de todos os tipos de documentos legislativos de forma centralizada e em meio eletrônico, que é a base para a implementação de um processo legislativo eletrônico.
Implantar o módulo de plenário do sistema de registro de notas taquigráficas (ESCRIBA).	Em desenvolvimento	Homologação prevista para junho de 2015.	O sistema de taquigrafia é a ferramenta para a transcrição de todo o andamento dos trabalhos legislativos no Senado Federal. O plenário ainda é atendido por sistema legado que precisa de substituição. O módulo também irá padronizar o trabalho da taquigrafia do Senado.
Implantar um novo sistema de gerenciamento de normas jurídicas em substituição ao NJUR.	O SISGEN - sistema de gerenciamento de normas - já está em desenvolvimento.	Primeira fase em homologação até julho de 2015.	O atual sistema NJUR está defasado em sua arquitetura, bem como na forma de gerenciamento e publicação de normas jurídicas, o que enseja esta necessidade.
Evoluir o banco de dados de discursos dos Senadores (sistema DISSE).	Integração com os sistemas de taquigrafia e também com o futuro protocolo legislativo eletrônico	Homologação prevista para dezembro de 2015.	A base de discursos ainda é alimentada manualmente e precisa de ajustes para atender as novas necessidades de publicação da Secretaria Geral da Mesa. A entrada em produção do ESCRIBA também faz com que seja necessária uma intervenção profunda para evolução do DISSE.
Prover certificação digital e assinatura eletrônica para documentos do processo legislativo.	Integração do assinador padrão com os sistemas legislativos	Homologação prevista para julho de 2015.	Certificação e assinatura digital são ferramentas essenciais para o processo legislativo eletrônico e precisam estar disponíveis para que ele possa ser implantado.
Prover a certificação digital do Diário do Senado Federal e do Diário do Congresso Nacional.	Integração do assinador padrão com os sistemas legislativos	Homologação prevista para julho de 2015.	Certificação e assinatura digital são ferramentas essenciais para o processo legislativo eletrônico e precisam estar disponíveis para que ele possa ser implantado.

Implantar o SIGA Senado Legislativo.	Criação de universos BO (DW) com base nos serviços de dados legislativos (dados abertos)	Homologação prevista para julho de 2015.	O SIGA Legislativo compreende todo um arsenal de consultas centradas no processo legislativo do Senado Federal. Colabora para a transparência desse processo e traz agilidade na resposta à sociedade quando de consultas relacionadas ao assunto.
Implantar o Sistema de Votação Eletrônica nas Comissões do Senado Federal.	Integração com sistema COMISS;	Homologação prevista para agosto de 2015.	As comissões estão em processo de modernização, com a implantação do Sistema de Votação Eletrônica em seus plenários. Tal iniciativa traz maior rapidez, controle e transparência para o processo legislativo.
Evoluir o sistema de informações do Congresso - SICON.	Revisão das bases de dados atualmente disponíveis; Aquisição do Google Search Appliance (GSA); Implantação do GSA .	Primeira fase (indexação de diários e anais/nadm) em homologação em julho de 2015.	O sistema de informações do Congresso Nacional - SICON está baseado em solução de busca criada internamente. Com a aquisição do GSA espera-se atender a várias necessidades de pesquisas a respeito do processo legislativo no Senado Federal e no Congresso Nacional, hoje ainda feitas em ferramentas de difícil uso e manutenção.
Implantar o Plenário On-line (sistema de registro e acompanhamento de sessões plenárias).	Integração do Mate com o COMISS; Desenvolvimento da ferramenta de acompanhamento do Plenário.	Homologação prevista para dezembro de 2015.	O Plenário do Senado Federal necessita de uma sistemática similar aos plenários da Comissões atendidos pelo sistema COMISS para acompanhamento do andamento de seus trabalhos.
Integrar o processo de trabalho da Consultoria e o Sistema de Atendimento das Consultorias (SAC) aos sistemas do processo legislativo eletrônico.	Integração do SAC com o MATE e SEDOL; Desenvolvimento de interfaces entre o LexEdit e o SAC; Desenvolvimento de ferramenta de elaboração de pareceres.	Homologação prevista para dezembro de 2015.	A integração dos trabalhos das Consultorias Legislativa e de Orçamento com o processo legislativo é uma necessidade para o melhor andamento dos trabalhos legislativos.
Evoluir o banco de dados de matérias legislativas (sistema MATE).	Protocolo Legislativo Eletrônico; Integração do MATE e Protocolo; Desenvolvimento de interfaces com sistemas legislativos existentes; Desenvolvimento de nova ferramenta de alimentação.	Primeira fase com homologação prevista para dezembro de 2015.	A base de dados de Matérias Legislativas é antiga, os sistemas que a suportam e alimentam estão em plataforma legada e sua estrutura ainda representa uma visão que não contempla todas as necessidades atuais da SGM. Ressalta-se também a necessidade do processo legislativo eletrônico que coloca novos requisitos para essa base de dados.

9.3 Relação de Sistemas Finalísticos e Estratégicos do Senado Federal

Tabela 129 Relação de Sistemas Finalísticos e Estratégicos do Senado Federal

Sigla do Sistema	Nome do Sistema	Descrição	Área de Negócio	Tipo
ACCOR	Sistema de Apoio às Comissões, Conselhos e Órgãos do Parlamento	Registra as comissões do Senado Federal e do Congresso Nacional, controlando as suas vagas, membros e suplentes.	Processo Legislativo	Sistema
ACMO	Apoio à Comissão Mista de Orçamento	Sistema de controle do processo de elaboração dos projetos de leis orçamentárias: LOA, PPA e LDO.	Orçamentário	Sistema
AgendaWS	Web Service Agenda Senado	Web Service REST para prover dados da agenda do plenário e das comissões do Senado Federal.	Processo Legislativo	Serviço
ApuraVeto	Apuração eletrônica de Veto	Apuração eletrônica de Veto	Processo Legislativo	Sistema
BuscaCN	BuscaCN	Mecanismo de Pesquisa do site do Congresso Nacional	Processo Legislativo	
CadastroWeb	Sistema de cadastro de pessoas versão Web	Sistema de gestão de contatos das unidades administrativas do Senado Federal versão Web.	Apoio aos Senadores	Sistema
CDAtuacao	CD de Atuação Parlamentar	Programa gerador de aplicação stand-alone contendo dados do Senador durante o mandato	Apoio aos Senadores	
CENCE	Controle de Envio de Correspondência Eletrônica	Sistema para controle de envio de correspondência eletrônica	Apoio aos Senadores	Serviço
Comiss	Modernização das Comissões	Sistema de Modernização das Comissões	Processo Legislativo	Sistema
Cons	Constituição Federal Brasileira	Constituição Brasileira de 1988, com visão histórica, permitindo o acesso às diferentes versões do texto em escala cronológica.	Informação	Portal
CREDITOS	Emendas a Créditos Adicionais	Emendas a PLs de Créditos Adicionais à LOA (Lei Orçamentária Anual)	Orçamentário	Sistema
DadosAbertos	Dados Abertos	Oferece aos cidadãos, através de um portal na internet, os dados públicos do processo legislativo para serem consumidos.	Processo Legislativo	Portal
Disse	Pronunciamentos	Cadastro e Pesquisa de pronunciamentos feitos pelos Senhores Parlamentares	Processo Legislativo	Sistema
ECEDULA	eCédula	Cédula eletrônica para registro de vetos presidenciais	Processo Legislativo	Sistema
Emendas	Emendas ao Orçamento	Sistema de Cadastramento e envio de emendas à CMO para as Leis Orçamentárias LOA, PPA e LDO. Não está contemplada a de Créditos Adicionais.	Orçamentário	Sistema
Escriba	Escriba	Sistema de apoio ao trabalho da Secretaria de Taquigrafia	Processo Legislativo	Sistema

GabFlow	Sistema de Gestão Eletrônica de Documentos e Processos de Trabalho	Sistema de Gestão da Tramitação de Documentos e de Fluxos de Trabalho	Apoio aos Senadores	Sistema
GabFlowWeb	GabFlow em ambiente Web	Sistema somente de Consulta em WEB da tramitação de Correspondências em Gabinete de Senador	Apoio aos Senadores	Sistema
LexEdit	Editor de Textos Legislativos	Editor de emendas, requerimentos e recursos. Ferramenta de autoria para o processo legislativo.	Processo Legislativo	Sistema
LexML	LexML - Rede de Informação Legislativa e Jurídica	Portal Unificado de Legislação, Jurisprudência e Proposições Legislativas.	Informação	Portal
Light_Gab	Bases de dados dos Gabinetes	Bases de dados dos Gabinetes utilizando o LightBase	Apoio aos Senadores	Sistema
Mate	Acompanhamento de Matérias Legislativas	Informações sobre matérias legislativas - Projetos, Mensagens, Emendas e outros - em tramitação no Senado Federal. O sistema armazena dados como autoria, prazos, origem, textos resumidos e textos integrais e ainda toda a tramitação.	Processo Legislativo	Sistema
MultiAgendas	Controle de compromissos, tarefas e ocorrências registradas nas agendas dos Senadores.	Permite o controle de todos os eventos e compromissos internos e externos do Senador, das atividades específicas do Gabinete destinadas a dar suporte a eventos planejados, a verificação de prováveis choques de compromissos, a emissão de várias versões de agenda, além de consultas variadas.	Apoio aos Senadores	Sistema
Njur	Normas Jurídicas	Sistema para manutenção das normas jurídicas de hierarquia superior, mantido pela SSINF	Processo Legislativo	Sistema
OrDia	Ordem do Dia Eletrônica - Tablet - Web	Registro das sessões plenárias, com diversas informações acerca do encaminhamento de matérias em tramitação no plenário do SF. Aplicação para visualização da Ordem do dia Eletrônica nos Tablets em Plenário. Aplicação para visualização on-line da Ordem do dia Eletrônica na Internet.	Processo Legislativo	Sistema
PARC	Painel de Acompanhamento das Reuniões das Comissões	Sistema para apresentação de informações nos painéis instalados nos plenários (presença e votação) e nas alas das comissões (agenda).	Processo Legislativo	Sistema
Parlam	Dados de Parlamentares	Armazena os dados dos senadores referentes aos seus mandatos, exercícios, afastamentos e comparecimentos. Contempla rotinas de importação e exportação de dados para a Câmara dos Deputados	Processo Legislativo	Sistema

PLENO	Sistema de Apoio aos Trabalhos em Plenário	Sistema central para apoiar os trabalhos realizados nos plenários das comissões. Mantém os registros de presença, configura os painéis e postos de trabalho e proporciona informações para outros sistemas.	Processo Legislativo	Sistema
PortalCN	Portal do Congresso Nacional	Portal do Congresso Nacional	Processo Legislativo	Portal
PortalComissoes	Portal das Comissões	Portal das Comissões	Informação	Portal
PortalLeg	Portal Legislativo do Senado Federal	Portal para pesquisa nos diversos sistemas da área legislativa, permitindo, ainda, o acompanhamento das matérias em tramitação.	Processo Legislativo	Portal
POSPARLAM	Posto de Trabalho Parlamentar	Sistema executado nos notebooks dos postos dos plenários para fornecer informações ao parlamentar durante os trabalhos das reuniões	Processo Legislativo	Sistema
PPA	Plano Plurianual	Banco de dados do PPA, recebido da SPI.	Orçamentário	Sistema
QOrdem	Questões de Ordem	Sistema de Registro das Questões de Ordem do plenário e das decisões exaradas pelo presidente da sessão plenária.	Processo Legislativo	Sistema
SABIO	Sistema de Cadastro e Autenticação Biométrica	Sistema responsável pelo cadastro da identidade biométrica dos senadores. Proporciona também o serviço de autenticação biométrica.	Processo Legislativo	Sistema
SEDoL	Sistema de Envio de Documentos Legislativos	Tem por objetivo o envio eletrônico de documentos legislativos para publicação. Os arquivos são armazenados no banco de dados para posterior utilização em outros destinos, como DSF (Montagem do Diário do SF, MATE, SIL, NJUR etc...)	Processo Legislativo	Sistema
SELOR	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária	Sistema de Apoio à Elaboração da Lei Orçamentária. Pareceres à LOA. Emissão de autógrafos.	Orçamentário	Sistema
Sicon	Sistema de Informação do Congresso Nacional	Sistema de Informação do Congresso Nacional.	Informação	Sistema
SIGEN	Sistema de Gestão de Normas Jurídicas	Realizar a gestão da informação jurídica considerando o controle da vigência, da eficácia expressa, das versões de textos, além da identificação da norma, dos dispositivos e dos relacionamentos que ocorrem no tempo.	Processo Legislativo	Sistema
SIL	Sistema de Informações Legislativas	O SIL reúne diversos tipos de documentos gerados ao longo do processo legislativo.	Processo Legislativo	Sistema

SisAudio	Sistema de Gravação de Áudio	Aplicativo para gravação digital do áudio das sessões plenárias (comissões e plenário) para posterior utilização na montagem dos textos das sessões pela Taquigrafia do Senado Federal, bem como sua publicação na Internet.	Processo Legislativo	Sistema
Siscon	Sistema do Congresso Nacional	Sistema de apoio às atividades da Coordenação do Congresso Nacional da SGM	Processo Legislativo	Sistema
Thes	THESAURUS	Sistema de controle dos termos controlados THES, mantido pela SSINF.	Informação	Sistema
Thesaurus	Site Thesaurus do Senado Federal	Site para pesquisa no Thesaurus do Senado Federal	Informação	Sistema
TOTEMBIO	Totem de Registro de Presença Biométrica	Aplicação executada em totens para que o parlamentar registre a presença nas reuniões das comissões	Processo Legislativo	Sistema
Tramita	Acompanhamento Seletivo de Matérias em Tramitação	Permite o registro de matérias em tramitação que devem ser acompanhadas pelo Gabinete, podendo ser agrupadas de acordo com similaridade. Alguns grupos são alimentados automaticamente pelo sistema: matérias de autoria do Senador e matérias de relatoria do Senador. O sistema é alimentado com base nos Dados abertos.	Apoio aos Senadores	Sistema
Veto	Apuração dos vetos do Presidente da República	Sistema para registro da votação das sessões de análise de vetos. Processo manual	Processo Legislativo	Sistema

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PARTE A, ITEM 10 DO ANEXO II DA DN TCU N° 134/2013

10.1 Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Tabela 130 Quadro A.10.1 – Aspectos da Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação			
		Sim	Não		
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X			
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X			
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X			
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8. (<u>em elaboração</u>)		X		
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X		
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X		
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X		
8	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.				
	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X		
Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.					
Considerações Gerais					
O Plano de Gestão de Logística Sustentável do Senado Federal está em fase de elaboração, de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 24, de 2014.					

11. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃOS DO TCU

PARTE A, ITEM 11 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

11.1 Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU

Tabela 131 Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	025.421/2013-1	134/2014-1ª CÂMARA	9.3	DE	Ofício 0600/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
9.3. determinar ao Senado Federal que:					
9.3.1. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do artigo 262 do Regimento Interno; dispensando, ainda, o resarcimento das importâncias recebidas de boa-fé, com fundamento no Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;					
9.3.2. comunique aos interessados cujo ato foi considerado ilegal acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não provimento;					
9.3.3. no prazo de trinta dias, encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados cujo ato foi considerado ilegal tomaram conhecimento desta decisão;					
9.3.4. emitir novo ato de pensão civil em favor de Júlia da Cruz Azevedo, Rodrigo Fernandes de Azevedo e Cláudio da Cruz Azevedo, viúva e filhos do ex-servidor, Jesus da Galileia Azevedo, submetendo-os à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência da deliberação que declarou a ilegalidade dos atos originais, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
O benefício de Elza Fernandes de Souza foi cancelado, a partir de 01/03/2014, bem como foi dada ciência à pensionista da decisão do TCU e emitido novo ato da pensão instituída por Jesus da Galileia Azevedo, mat. 113673, em favor de Cláudio da Cruz Azevedo, pois Julia da Cruz Azevedo faleceu em 03/04/1999 e Rodrigo Fernandes de Azevedo atingiu a maioridade em 14/01/2004. Assim, sanadas as irregularidades apontadas, foi enviado o respectivo processo à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU as providências adotadas.					

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa	Código SIORG				
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	023.666/2010-2	818/2014-2ª CÂMARA	9.3	DE	Ofício 2052/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG				
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
9.3 determinar à Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal que:					
9.3.1 faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência, os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado (item 9.1), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;					
9.3.2 encaminhe ao curador do interessado, senhor Eduardo Carlos Borges Rodrigues, cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, remetendo a este Tribunal, no prazo de trinta dias a contar da ciência, cópia do comprovante da data da respectiva notificação.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG				
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
O benefício de Marcos Paulo Ribeiro Gonçalves foi cancelado, a partir de 01/04/2014, bem como foi dada ciência ao curador do pensionista, o Sr. Eduardo Carlos Borges Rodrigues, da decisão do TCU, que julgou ilegal a pensão instituída por Clarice Sobral Ribeiro Gonçalves, mat. 39. Assim, sanadas as irregularidades apontadas, foi enviado o respectivo processo à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU as providências adotadas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	003.985/2014-8	1107/2014-2014-1ª CÂMARA	9.2	DE	Ofício nº 2629/201-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar ao Senado Federal que:					
9.2.1. emita novo ato de pensão, livre da falha detectada, com a exclusão do menor sob guarda constante do benefício e a reversão da cota-parte relativa a ele para Rivaneide Francisca do Nascimento Santos, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 3º, § 7º, <u>Resolução nº 206/2007</u> ;					
9.2.2. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o resarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;					
9.2.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, em caso de não provimento;					
9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Não foi dado ciência a Wanderson Eder Nascimento Santos Passos sobre a ilegalidade da pensão, pois seu benefício foi cancelado em 08/03/2008, quando atingiu a maioridade; e não foi emitido novo ato da pensão instituída por Eder Florentino dos Santos, mat. 8178, revertendo a cota para Rivaneide Francisca do Nascimento Santos, porque a mesma faleceu em 22/06/2007. O processo foi enviado à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU os esclarecimentos acima.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	023.930/2014-4	5375/2014-1ª CÂMARA	9.2	DE	Ofício nº 10746/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
9.2. determinar ao Senado Federal que:					
9.2.1. emita novo ato de pensão, livre da falha detectada, com a exclusão dos menores sob guarda constantes do benefício e a reversão das cotas-partes relativas a eles para José Geraldo Soares da Rocha, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, com apoio no art. 3º, § 7º, <u>Resolução nº 206/2007</u> ;					
9.2.2. no prazo de quinze dias, contados da ciência deste Acórdão, providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes da concessão de pensão civil considerada ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, dispensando o resarcimento das importâncias recebidas de boa-fé;					
9.2.3. comunique aos interessados acerca da presente deliberação, alertando-os de que o efeito suspensivo decorrente de eventual interposição de recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectiva notificações, em caso de não provimento;					
9.2.4. encaminhe ao Tribunal, por cópia, comprovante da data em que os interessados tomaram conhecimento desta decisão.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Não foi dado ciência a Kamila Rossane Araujo Dia e Yasmim Talita Soares Almeida sobre a ilegalidade da pensão, pois o benefício das mesmas foi cancelado em 13/05/2007 e 08/08/2014, respectivamente, quando atingiram a maioridade; e não foi emitido novo ato da pensão instituída por Katia Rossane Ribeiro, mat. 12571, revertendo a cota para José Geraldo Soares da Rocha, porque o mesmo faleceu em 26/01/2010. O processo foi enviado à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU os esclarecimentos acima.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
5	018.016/2008-6	1190/2014-2 ^a CÂMARA	1.6.1	DE	Ofício nº 2841/2014-TCU/SEFIP		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Descrição da Deliberação							
1.6.1. determinar à Secretaria Especial de Editoração e Publicação do Senado Federal que cadastre novo ato inicial de pensão civil da interessada Odair Cordeiro Pimenta de Carvalho (CPF 455.243.601-59), nos termos da IN/TCU 55/2007.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG			
Secretaria de Gestão de Pessoas							
Síntese da Providência Adotada							
Foi cadastrado novo ato inicial de concessão da pensão civil de Odair Cordeiro Pimenta de Carvalho, pensionista do instituidor Carlos Faria Ouro de Carvalho, mat. 129474.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
6	014.747/2008-2			DE	Ofício nº 0259/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Com vistas ao saneamento de processo de pensão civil, o TCU solicitou cópia dos contracheques dos atuais beneficiários de pensão civil a seguir discriminados: Maria Cardoso Cabral e Meg Cabral de Vasconcelos, pensionistas do instituidor Djalma Peracio Cabral, mat. 2565; Dorvalina Alves Malhado, Lorena Amaral Malhado, Lais Amaral Malhado e Hugo Flavio Amaral Malhado, pensionistas do ex-servidor Euclides de Faria Malhado, mat. 124944; Ivo de Araujo Oliveira e Ivo de Araujo Oliveira Neto, pensionistas da instituidora Jenny Leite Oliveira, mat. 4630; Maria de Lourdes da Silveira, Ana Beatriz da Silveira, Julio Cesar da Silveira e Mario Henrique da Silveira Peres, pensionistas do instituidor José Mário da Silveira Junior, mat. 123721.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Foram encaminhados os contracheques de Maria Cardoso Cabral e de Ivo de Araujo Oliveira, pois a pensão de Meg Cabral de Vasconcelos foi cancelada em 28/01/2004, ao atingir a maioridade; Dorvalina Alves Malhado faleceu em 18/12/2013; Lorena Amaral Malhado completou a maioridade em 29/08/2004; Lais Amaral Malhado, em 16/12/2007 e Hugo Flavio Amaral Malhado, em 27/04/2002; Ivo de Araujo Oliveira Neto atingiu a maioridade em 02/07/2004; Maria de Lourdes da Silveira faleceu em 20/09/2007, Ana Beatriz da Silveira completou a maioridade em 02/06/2013; Julio Cesar da Silveira, em 15/01/2003 e Mario Henrique da Silveira Peres, em 19/08/2005.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Conforme Acórdão nº 4769/2014-1ª CÂMARA, foi considerada prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de pensão civil em favor de Dorvalina Alves Malhado, Hugo Flavio Amaral Malhado, Laís Amaral Malhado, Lorena Amaral Malhado, Ana Beatriz da Silveira, Júlio César da Silveira, Maria de Lourdes da Silveira e Mário Henrique da Silveira Peres, em decorrência da cessação dos seus efeitos financeiros, motivada pelo falecimento ou maioridade dos beneficiários;								
Considerar legais e ordenar o registro dos atos de pensões civis em favor de Ivo de Araujo Oliveira e Maria Cardoso Cabral, embora tenha constado partilha indevida com os menores sob guarda Ivo de Araujo Oliveira Neto e Meg Ryse Cabral de Vasconcelos, respectivamente, uma vez que já atingiram a maioridade e suas cotas-partes foram revertidas aos viúvos dos instituidores.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
7	012.071/2011-0			DE	Ofício nº 3001/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Com vistas ao saneamento do processo de pensão civil do instituidor Luciano de Figueiredo Mesquita, mat. 635, o TCU solicitou esclarecimentos acerca da inclusão da parcela quintos e opção na base de cálculo da pensão, e o envio de cópia da documentação que comprove os tempos exercidos pelo servidor em funções comissionadas, bem como cópia do contracheque atual.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Os esclarecimentos foram prestados e encaminhados à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU a documentação solicitada. Foram encaminhados os seguintes documentos: cópia do demonstrativo da função exercida pelo instituidor, comprovando sua nomeação para o cargo de Assessor e as respectivas transformações; ficha financeira de 1995, demonstrando que o ex-servidor recebeu as vantagens quintos/décimos e opção, a partir de 01/07/94, com base na Resolução SF nº 74/94; cópia da informação do Serviço de Aposentadoria de Servidores – SEAPOS sobre a alteração da aposentadoria e seu respectivo registro no sistema SISAC e o contracheque da pensionista Necy Gomes de Figueiredo Mesquita.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
8	012.071/2011-0			DE	Ofício nº 4686/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Com vistas ao saneamento do processo de pensão civil do instituidor Luciano de Figueiredo Mesquita, mat. 635, o TCU solicitou encaminhar à pensionista Necy Gomes de Figueiredo Mesquita o Ofício nº 4681/2014-TCU-SEFIP, com a finalidade de lhe oferecer oportunidade para ampla defesa diante da possibilidade do TCU prolatar decisão que lhe será desfavorável, tendo em vista a irregularidade da inclusão das parcelas quintos e opção na base de cálculo da pensão.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
O Ofício nº 4681/2014-TCU-SEFIP foi encaminhado à pensionista Necy Gomes de Figueiredo Mesquita para conhecimento e prestar os esclarecimentos que julgar necessários ao TCU, dentro de 15 dias a contar do recebimento da correspondência.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Conforme Acórdão nº 4569/2014-TCU-1ª Câmara, prolatado na Sessão Ordinária de 26/08/2014, Ata nº 30/2014, foi considerado legal o ato de concessão de pensão do instituidor Luciano de Figueiredo Mesquita, mat. 635, em favor de Necy Gomes de Figueiredo Mesquita.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada									
Denominação Completa			Código SIORG						
SENADO FEDERAL									
Deliberações do TCU									
Deliberações Expedidas pelo TCU									
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida				
9	011.706/2014-7			DE	Ofício nº 3877/2014-TCU/SEFIP				
Órgão/Entidade	Objeto da Determinação e/ou Recomendação	Código SIORG							
SENADO FEDERAL									
Descrição da Deliberação									
Solicita informações cadastrais e financeiras correspondentes a abril de 2014, de todas as pensionistas do Senado Federal, na situação de filha maior solteira, com fundamento na Lei nº 3.373/58.									
Providências Adotadas									
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG						
Secretaria de Gestão de Pessoas									
Síntese da Providência Adotada									
As informações sobre as pensionistas filhas maiores solteiras da Lei nº 3.373/58 foram devidamente geradas pelo Prodases, gravadas em CD e encaminhadas à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU.									
Síntese dos Resultados Obtidos									
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor									

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
10	017.807/2008-6			DE	Ofício nº 5469/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG				
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Com vistas ao saneamento dos processos de pensão civil dos instituidores Alfredo Calza, mat. 26200; Armando Bispo dos Santos, mat. 3016; Delmiro Saldanha Ramalho, mat. 3788, e George Delanou Trindade Silva, mat. 9894, o TCU solicitou encaminhar os ofícios elaborados por aquela Corte de Contas aos pensionistas: Idália Oliveira de Carvalho Calza (Ofício nº 5470/2014-TCU/SEFIP), Stéfani Calza Machado (Ofício nº 5471/2014-TCU/SEFIP), Francyelle Almeida dos Santos Bomfim (Ofício nº 5473/2014-TCU/SEFIP), Santinha Almeida Santos (Ofício nº 5474/2014-TCU/SEFIP), Delmiro Saldanha Ramalho Neto (Ofício nº 5475/2014-TCU/SEFIP), Helena dos Santos Ramalho (Ofício nº 5477/2014-TCU/SEFIP), Gabriel Cândido de Oliveira Trindade Silva (Ofício nº 5479/2014-TCU/SEFIP), Ivana Quaranta Trindade Silva (Ofício nº 5480/2014-TCU/SEFIP), com a finalidade de lhes oferecer oportunidade para ampla defesa diante da possibilidade do TCU prolatar decisão que lhes será desfavorável, tendo em vista o deferimento da concessão de pensão a menor sob guarda, sem considerar o entendimento firmado no Acórdão nº 2.515/2011-TCU-Plenário. Também foram solicitadas as cópias dos contracheques atuais de todos os beneficiários de pensão dos seguintes instituidores: Armando Bispo dos Santos, Aureo Sá Miranda, Delmiro Saldanha Ramalho, George Delanou Trindade Silva, Maria da Graça Ribeiro Nascimento, Zulmira Maria Oliveira Pereira da Silva.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG				
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Em 02/07/2014, foram encaminhadas as referidas correspondências aos pensionistas Idália Oliveira de Carvalho Calza (Ofício nº 5470/2014-TCU/SEFIP), Stéfani Calza Machado (Ofício nº 5471/2014-TCU/SEFIP), Francyelle Almeida dos Santos Bomfim (Ofício nº 5473/2014-TCU/SEFIP), Santinha Almeida Santos (Ofício nº 5474/2014-TCU/SEFIP), Delmiro Saldanha Ramalho Neto (Ofício nº 5475/2014-TCU/SEFIP), Helena dos Santos Ramalho (Ofício nº 5477/2014-TCU/SEFIP), Gabriel Cândido de Oliveira Trindade Silva (Ofício nº 5479/2014-TCU/SEFIP) e Ivana Quaranta Trindade Silva (Ofício nº 5480/2014-TCU/SEFIP), para conhecimento e prestar os esclarecimentos que julgar necessários ao TCU, dentro de 15 dias a contar do recebimento da correspondência. Não foram enviados os ofícios aos pensionistas Alexandre Almeida Santos, Eduardo Rildo da Silva Saldanha e Bruno Quaranta Trindade Silva, pois seus benefícios foram cancelados em 27/04/2002, 17/03/2005 e 04/10/2000, respectivamente, em virtude de maioria.								
Foi acostado à contracapa do processo, o envelope com as cópias dos contracheques solicitados. O processo foi enviado à Secretaria de Controle Interno para repassar ao TCU os esclarecimentos acima.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
11	023.666/2010-2	818/2014-2ª CÂMARA	9.4	DE	Ofício 2052/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG				
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
9.4 consoante decidido no subitem 9.5.5 do Acórdão 6.051/2013-TCU-Segunda Câmara (com redação dada pelo Acórdão 7.499/2013-TCU-Segunda Câmara), determinar à Diretoria-Geral do Senado Federal, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992, que disponibilize a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, as informações contidas na folha de pagamento de pessoal, de acordo com layout previamente definido pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, com o auxílio da Secretaria de Soluções de Tecnologia da Informação - STI, de forma a tornar mais ágil a atuação fiscalizatória, em especial, a apreciação dos atos de pessoal para fins de registro, haja vista que a pesquisa ao Portal de Transparência do Senado Federal não permite que sejam visualizados os nomes dos beneficiários de pensões, tampouco dos servidores ativos e inativos, e das correspondentes rubricas remuneratórias.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG			
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS								
Síntese da Providência Adotada								
A COPAG enviou em 01/07/2014 Memorando Nº 97/2014 ao TCU informando as rotinas adotadas até aquele momento, cuja demanda aos setores de T.I. do Senado foi iniciada pela COPAG desde abril/2014. O sistema Ergon, de Gestão de Pessoas, que gera as Folhas de Pagamento do Senado, foi parametrizado pelo Prodasen/SEI conforme solicitação do TCU, para geração dos relatórios conforme padrão. Esta primeira edição está sendo remetida neste atual Relatório de Gestão exercício 2014.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Foram obtidos os dados relativos a Custo de pessoal, conforme os padrões do TCU.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								
Verifica-se, em alguns itens do relatório, que os dados acumulados do ano inteiro podem variar de forma diminuta ao longo de exercícios financeiros retroativos (passados), fato que deve ser levado em consideração pelos auditores e fiscais, quando da análise dos gastos anuais atrasados.								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
12	018.300/2006-6				Ofício 4649/2014-SEFIP/TCU			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Cientificar os servidores Elisabeto Matias dos Santos, Jakson Ribeiro de Carvalho, José Pires Neto e Moacir Joaquim de Oliveira a apresentarem ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seus atos de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento dos ofícios nº 4650, 4651, 4652 e 4653/2014-TCU-SEFIP aos servidores relacionados.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio dos ofícios encaminhados com os respectivos Avisos de Recebimento à Secretaria de Controle Interno, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
13	030.403/2008-0				Ofício 4665/2014-SEFIP/TCU			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Cientificar os servidores Antônio Soares Bordalo Filho e José Maria de Amorim a apresentarem ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seus atos de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento dos ofícios nº 4667 e 4668/2014-TCU-SEFIP aos servidores relacionados.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio dos ofícios encaminhados com os respectivos Avisos de Recebimento à Secretaria de Controle Interno, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
14	003.649/2011-3				Ofício 4640/2014-SEFIP/TCU			
Órgão/Entidade			Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
SENADO FEDERAL			Código SIORG					
Descrição da Deliberação								
Cientificar os servidores Orlando José Leite de Castro, Osório Patriota dos Santos e Salete Alves Pereira a apresentarem ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seus atos de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento dos ofícios nº 4641, 4643 e 4645/2014-TCU-SEFIP aos servidores relacionados.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio dos ofícios encaminhados com os respectivos Avisos de Recebimento à Secretaria de Controle Interno, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
15	003.648/2011-7				Ofício 4540/2014-SEFIP/TCU			
Órgão/Entidade			Objeto da Determinação e/ou Recomendação					
SENADO FEDERAL			Código SIORG					
Descrição da Deliberação								
Cientificar os servidores Antônio Carlos Nantes de Oliveira, Cicero Ivan Ferreira Gontijo, Hermes Franco dos Santos, Ione Ramos de Figueiredo, Jovino Oliveira Leite, João Mugayar e João Paixão de Lima a apresentarem ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seus atos de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento dos ofícios nº 4542, 4544, 4545, 4546, 4547, 4548 e 4549/2014-TCU-SEFIP aos servidores relacionados.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio dos ofícios encaminhados com os respectivos Avisos de Recebimento à Secretaria de Controle Interno, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
16	023.665/2010-6				Ofício nº 6556/2014-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Cientificar os servidores João Antônio Barbosa Lopes e João Geraldo Bugarin a apresentarem ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seus atos de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento dos ofícios nº 6557 e 6558/2014-TCU-SEFIP aos servidores relacionados.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio dos ofícios encaminhados com o respectivo Aviso de Recebimento à Secretaria de Controle Interno do servidor João Geraldo Bugarin, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Em relação a João Antônio Barbosa Lopes, esclarecemos que não foi encaminhado o AR respectivo pois, após contato telefônico com o servidor, o mesmo informou que havia recebido o referido ofício tendo entrado em contato com o SINDILEGIS para as providências cabíveis, conforme Processo SF nº 00200.010558/2014-61								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
17					Ofício nº 8095/2014 – TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
Cientificar o servidor Francisco Severino do Nascimento a apresentar ampla defesa diante da possibilidade de o TCU prolatar decisão desfavorável referente à irregularidade encontrada em seu ato de aposentadoria.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Encaminhamento do ofício nº 8096/2014-TCU-SEFIP ao servidor relacionado.								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Envio do ofício encaminhado com o respectivo Aviso de Recebimento à Secretaria de Controle Interno, para posterior remessa ao Tribunal de Contas da União.								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
18	016.651/2011-1	3635/2013-TCU-Plenário	9.4	DE	Ofício nº 18907/2013-TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
9.4. determinar ao Senado Federal que:								
9.4.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência desta deliberação, o pagamento das verbas ora consideradas ilegais referente aos atos de aposentadoria dos interessados Granville Garcia de Oliveira e Núbia Laranjeira Piranji, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;								
9.4.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos interessados Granville Garcia de Oliveira e Núbia Laranjeira Piranji, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, cópias dos comprovantes das datas das efetivas notificações;								
9.5. informar ao Senado Federal, com fundamento no art. 262, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal, que, relativamente ao ato do Sr. Granville Garcia de Oliveira, a concessão ora considerada ilegal poderá prosperar, caso seja emitido novo ato, escoimado da irregularidade verificada, observando-se o disposto no § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;								
9.6. informar ao Senado Federal, relativamente ao ato da Srª. Núbia Laranjeira Piranji, que a interessada poderá optar por uma das seguintes possibilidades:								
9.6.1. requerer a sua aposentadoria com proventos proporcionais a 25/30, com aplicação da Súmula TCU nº 74; nesse caso, deve-se emitir novo ato contemplando a nova concessão;								
9.6.2. comprovar o recolhimento das contribuições previdenciárias relativas ao tempo de serviço rural, de forma indenizada, hipótese em que a autoridade administrativa responsável poderá emitir novo ato, livre da irregularidade ora apontada, e submetê-lo à nova apreciação por este Tribunal, com fundamento nos artigos 260, caput, e 262, § 2º, do Regimento Interno desta Corte;								
9.6.3. retornar à atividade para completar os requisitos legais para aposentadoria, alertando-a de que a nova aposentação dar-se-á pelas regras vigentes no momento da concessão;								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG					
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Os interessados Granville Garcia de Oliveira e Núbia Laranjeira Piranji retornaram à atividade no dia 01/01/2014.								
Síntese dos Resultados Obtidos								

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							
Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
19	005.277/2012-4			DE	Ofício nº 888/2014-TCU/SEFIP		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Descrição da Deliberação							
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados esclarecimentos e cópia dos contracheques dos servidores abaixo relacionados:							
SELMA MARIA SIMÕES SILVA; SÉRGIO MARCOS DE SOUZA, SEVERINA MENDES; SEVERINO MANOEL DE OLIVEIRA; SHIRLEI FARIA PINTO; SIDNEY DE JESUS SILVA VIANA; SILMA AYRES DA SILVA BENTO; SILVIA MARIA BONAMIGO PICCOLI; SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO; SONIA ELEONORA COSTA MEDEIROS; SONIA VERSIANI CINTRA; SORAIA MARIA DE OLIVEIRA; SUZANA MENEZES DA SILVA; SYLVIO VIEIRA PEIXOTO NETO; TADEU IZIDRO PATROCÍNIO DE MORAES; TAIDÊ ARAGÃO CAMPELO; TANIA MARIA GOMES DE OLIVEIRA; TANIA SILVIA TEIXEIRA.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG			
Secretaria de Gestão de Pessoas							
Síntese da Providência Adotada							
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.001687/2014.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	005.264/2012-0			DE	Ofício nº 891/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados esclarecimentos e cópia dos contracheques dos servidores abaixo relacionados:					
FRANCISCO CARNAUBA DE SOUZA; FRANCISCO GUILHERME THEES; FRANCISCO JOSÉ DA SILVA; FRANCISCO JUSTINO DA ROCHA; FRANCISCO MARTINS GOMES; FRANCISCO NAURIDES BARROS; FRANCISCO OLIVAL DE FREITAS FREIRE; FRANCISCO PEREIRA DA SILVA; FRANCISCO SEVERINO DA CRUZ; GAETANO RÉ; GEIZA MARLI SOARES RIBEIRO; GENILSON DO ESPIRITO SANTO JAMAR; GENIVALDO FERNANDES MENDONÇA; GERALDA EUTALINA DE ANDRADE; GERSON DELFINO DE OLIVEIRA; GERVASIO JOSÉ DOS SANTOS; GESMAR DIVINO DA COSTA; GETRO ARTIAGA LIMA E SILVA; GILDOMIRA CASTRO DE ATAYDE; GLEIDE VUOLO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.001685/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	004.623/2014-2			DE	Ofício nº 1603/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam esclarecidos/encaminhados memória de cálculo das parcelas incorporadas de quintos/décimos informando: fração incorporada; código da função; valor da função; funções exercidas que fundamentaram a fração incorporada; descrição das funções exercidas que comprovem o deferimento da vantagem opção FC03 do servidor DAMIÃO PEDRO DE OLIVEIRA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do processo SF nº 00200.002722/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	004.622/2014-6			DE	Ofício nº 1606/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam esclarecidos/encaminhados memória de cálculo das parcelas incorporadas de quintos/décimos informando: fração incorporada; código da função; valor da função; funções exercidas que fundamentaram a fração incorporada. Descrição das funções exercidas que comprovem o deferimento da vantagem opção FC07 do servidor GILBERTO TADEU ALEIXO E SILVA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do processo SF nº 00200.002723/2014-09.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
23	TC 004.489/2014-4			DE	Ofício nº 1625/2014 -TCU/SEFIP		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Descrição da Deliberação							
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que seja encaminhado o contracheque atual do servidor: LUIZ RIBEIRO DE MENDONÇA.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG			
Secretaria de Gestão de Pessoas							
Síntese da Providência Adotada							
Foram encaminhados os documentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.003253/2014-92							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							

Unidade Jurisdicionada								
Denominação Completa			Código SIORG					
SENADO FEDERAL								
Deliberações do TCU								
Deliberações Expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
24	T C 004.494/2014- 8			DE	Ofício nº 1626/2014 -TCU/SEFIP			
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG			
SENADO FEDERAL								
Descrição da Deliberação								
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados os contracheques atuais dos servidores: ELINEA ANSELMO CHAGAS; LUIZ ANTÔNIO DE PAIVA; LUIZ DE ALMEIDA PINTO; LUIZ GONZAGA DA COSTA.								
Providências Adotadas								
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG			
Secretaria de Gestão de Pessoas								
Síntese da Providência Adotada								
Foram encaminhados os documentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.003253/2014-92								
Síntese dos Resultados Obtidos								
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor								

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	TC 004.504/2014-3			DE	Ofício nº 1627/2014 -TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam esclarecidos/encaminhados memória de cálculo das parcelas incorporadas de quintos/décimos informando: fração incorporada; código da função; valor da função; funções exercidas que fundamentaram a fração incorporada do servidor NEYTON XAVIER DE VELLASCO.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do processo SF nº 00200.016400/2004-12					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada										
Denominação Completa					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Deliberações do TCU										
Deliberações Expedidas pelo TCU										
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida					
26	004.506/2014-6			DE	Ofício nº 1629/2014-TCU/SEFIP					
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Descrição da Deliberação										
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados o contracheque atual e o mapa de apuração de tempo de serviço da servidora SANDRA MARIA DE FARIA MATTOS.										
Providências Adotadas										
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG									
Secretaria de Gestão de Pessoas										
Síntese da Providência Adotada										
Foram encaminhados os documentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.003252/2014-48.										
Síntese dos Resultados Obtidos										
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor										

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	TC 022.658/2013-0	5468/2013-TCU-1ª Câmara		DE	Ofício nº 2864/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados os esclarecimentos e documentos comprobatórios a respeito da aposentadoria do servidor RAIMUNDO DE MENEZES VIEIRA, conforme abaixo: Esclarecer quais aposentadorias e/ou remunerações acumuladas com a aposentadoria de consultor legislativo, Fornecer cópia da declaração de não acumulação, Esclarecer se a parcela de função comissionada foi incluída na média que serviu de base para a aposentadoria, encaminhando a planilha de cálculo, Fornecer cópia da documentação que comprove os tempos exercidos pelo servidor em funções comissionadas, Encaminhar memória de cálculos dos proventos de aposentadoria, com a indicação de quais parcelas foram computadas nos referidos cálculos, Encaminhar cópia do contracheque atual.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.011404/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada												
Denominação Completa				Código SIORG								
SENADO FEDERAL												
Deliberações do TCU												
Deliberações Expedidas pelo TCU												
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida							
28	028.203/2013-5	1189/2014-TCU- -Plenário	1.8	DE	Ofício nº 4211/2014-TCU/SEFIP							
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG								
SENADO FEDERAL												
Descrição da Deliberação												
1.8 determinar ao Senado Federal que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cadastre no sistema SISAC, com fundamento nos arts. 3º, inciso II e 7º, § 1º, da IN-TCU nº 55, o ato de cancelamento da concessão de aposentadoria de GUILHERME GRACINDO SOARES PALMEIRA no cargo de Analista Legislativo – Especialidade de Processo Legislativo.												
Providências Adotadas												
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG											
Secretaria de Gestão de Pessoas												
Síntese da Providência Adotada												
Foi cadastrado o ato de cancelamento da concessão de aposentadoria de, sob o nº 30734703-09-2014-000163-0 e encaminhado ao TCU, Processo SF nº 00200.006092/2014-99.												
Síntese dos Resultados Obtidos												
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor												

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	TC 026.635/2010-0			DE	Ofício nº 4280/2014-TCU-SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados documentos e/ou esclarecimentos: cópia do mapa de tempo de serviço, mapa de funções comissionadas exercidas, portaria de designação e contracheque atual dos servidores OSMÁRIO BRANDÃO TELLES FILHO e CELSO DANTAS.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.006554/2014.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada										
Denominação Completa					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Deliberações do TCU										
Deliberações Expedidas pelo TCU										
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida					
30	003.648/2011-7		2, 3 e 4	DE	Ofício nº 4540/2014-TCU/SEFIP					
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Descrição da Deliberação										
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados ofícios a fim de garantir a ampla defesa aos servidores referidos e sejam encaminhados informações/documents/contracheques dos servidores ANTÔNIO CARLOS NANTES DE OLIVEIRA, CÍCERO IVAN FERREIRA GONTIJO, HERMES FRANCO DOS SANTOS, IONE RAMOS DE FIGUEIREDO, JOÃO PAIXÃO DE LIMA, JOVINO OLIVEIRA LEITE e JOÃO MUGAYAR.										
Providências Adotadas										
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG									
Secretaria de Gestão de Pessoas										
Síntese da Providência Adotada										
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do processo SF nº 00200.006234/2014.										
Síntese dos Resultados Obtidos										
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor										

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
31	003.649/2011-3		2 e 3	DE	Ofício nº 4640/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados ofícios a fim de garantir a ampla defesa aos servidores listados – item 2 – e que sejam encaminhados informações/documentos – item 3 – referentes aos seguintes servidores: ORLANDO JOSÉ LEITE DE CASTRO, OSÓRIO PATRIOTA DOS SANTOS, SALETE ALVES PEREIRA, LEDA MARIA RABELO RAMALHO, LÍVIA PEDROSO DE ALMEIDA, MANOEL PEDRO BISPO DOS SANTOS, MARIA DELITH BALABAN, MOISÉS QUININO NETO, REJANE PARAÍSO DE AZEVEDO e RUBENS PRADO LEITE.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do processo SF nº 00200.006233/2014-73.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	008.942/2014-5			DE	Ofício nº 7446/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados os esclarecimentos/documentos: mapa de tempo de contribuição; mapa de tempo de insalubridade; e certidão de tempos averbados dos servidores ANTÔNIO MARIANO DUTRA, JESIVALDO MENDES, MARIA CONCEBIDA FERREIRA DA CUNHA.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foram encaminhados a cópia do laudo pericial nº 1526/1982, que trata do exercício de atividades laborais dos servidores em condições insalubres, bem como os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.009726/2014-65.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Unidade Jurisdicionada							
Denominação Completa				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Deliberações do TCU							
Deliberações Expedidas pelo TCU							
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida		
33	005.264/2012-0			DE	Ofício nº 8860-2014 -TCU/SEFIP		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação				Código SIORG			
SENADO FEDERAL							
Descrição da Deliberação							
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados os esclarecimentos/documentos de mapa de funções comissionadas exercidas, portaria de designação dos servidores relacionados: FRANCISCO JOSÉ DA SILVA, FRANCISCO OLIVAL DE FREITAS FREIRE, FRANCISCO CARNAÚBA DE SOUZA, FRANCISCO JUSTINO DA ROCHA, FRANCISCO NAURIDES BARROS, FRANCISCO SEVERINO DA CRUZ.							
Providências Adotadas							
Setor Responsável pela Implementação				Código SIORG			
Secretaria de Gestão de Pessoas							
Síntese da Providência Adotada							
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.009896/2014.							
Síntese dos Resultados Obtidos							
Serão revistas todas as parcelas VPNI e Opção dos servidores aposentados para diferenciar as funções formalmente designadas das inerentes aos cargos.							
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor							
O item 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário ainda não foi aplicado a todos os servidores da casa.							

Unidade Jurisdicionada										
Denominação Completa					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Deliberações do TCU										
Deliberações Expedidas pelo TCU										
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida					
34	005.277/2012-4			DE	Ofício nº 8861-2014 -TCU/SEFIP					
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG					
SENADO FEDERAL										
Descrição da Deliberação										
O Tribunal de Contas da União – TCU solicita que sejam encaminhados os esclarecimentos/documentos de mapa de funções comissionadas exercidas, portaria de designação dos servidores relacionados: SHIRLEY FARIA PINTO, SILMA AYRES DA SILVA BENTO, SONIA ELEONORA COSTA MEDEIROS, TANIA SILVA TEIXEIRA, SEBASTIÃO JACINTO DE ASSUNÇÃO.										
Providências Adotadas										
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG									
Secretaria de Gestão de Pessoas										
Síntese da Providência Adotada										
Foram encaminhados os documentos e esclarecimentos solicitados por meio do Processo SF nº 00200.009895/2014.										
Síntese dos Resultados Obtidos										
Serão revistas todas as parcelas VPNI e Opção dos servidores aposentados para diferenciar as funções formalmente designadas das inerentes aos cargos.										
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor										
O item 9.2.3 do Acórdão nº 2602/2013-TCU-Plenário ainda não foi aplicado a todos os servidores da casa.										

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
35	025.220/2014-4	6545/2014 – 1ª Câmara	1.8	DE	Ofício nº 13074/2014-TCU/SEFIP
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
SENADO FEDERAL					
Descrição da Deliberação					
1.8. Determinar ao Senado Federal que encaminhe novo ato de aposentadoria de Suely Chaves Barbosa (214.481.401-53) à consideração dessa Corte de Contas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corrigindo as inconsistências relativas ao tempo de serviço, por meio do sistema SISAC.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Secretaria de Gestão de Pessoas					
Síntese da Providência Adotada					
Foi elaborado novo mapa de tempo de contribuição para correção das inconsistências relativas ao tempo de serviço e encaminhado novo ato de aposentadoria pelo sistema SISAC, Processo SF nº 00200.013721/2014-37.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

11.2 Tratamento de Recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI) – SCISF

Tabela 132 Quadro A.11.2.1 – Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF			
Recomendações expedidas pela SCISF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
116	Relatório de Auditoria de Conformidade nº 34/2014-COAUDCON/SCISF CT20140027	Número “3” e respectivo correspondente da Conclusão	Processo nº 00200.023862/2013-87
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES – SADCON			-
Descrição da Recomendação:			
a) Com relação à análise de nº 3 (fl. 321), “Celebração de contrato sem comprovação de regularidade relativa ao INSS e/ou FGTS (art. 195, § 3º, da Constituição Federal; arts. 29, inc. IV, e 55, inc. XIII, da Lei nº 8.666/93; art. 27, ‘a’, da Lei nº 8.036/90; art. 2º da Lei nº 9.012/95; art. 47 da Lei nº 8.212/91; e Decisão nº 559/2001 – Plenário – TCU) Cód. 8.11”, bem como com relação ao correspondente da Conclusão (fl. 321-verso): “estabelecer procedimentos e/ou rotinas que assegurem a existência nos autos de certidões de regularidade fiscal válidas à data de assinatura das avenças”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC			-
Síntese da providência adotada:			
O Processo foi encaminhado da SADCON à COATC (fl. 340-verso), para as providências de sua alçada e, em seguida, à COPLAC, para iguais providências (fl. 342).			
Síntese dos resultados obtidos			
Quanto à letra a)			
No que se refere a essa ocorrência, o Serviço de Planejamento e Controle – SEPCO, responsável pelos procedimentos finais quanto à efetivação das avenças, informou que vem envidando esforços, no sentido de assegurar que as certidões de regularidade fiscais, válidas à data de assinatura dos contratos, estejam anexadas aos autos que os abriga.			

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF					
Recomendações expedidas pela SCISF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
115	Relatório de Auditoria de Conformidade nº 21/2014-COAUDCON/SCISF CT20120010	Número “2” e respectivo correspondente da Conclusão	Processo nº 00200.007180/2011-65		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES – SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Com relação à análise de nº 2 (fls. 868/870-verso), “Previsão de reajustamento por meio de aplicação de índice financeiro, e não por repactuação, nos casos de contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra (art. 4º, inc. I, do Decreto 2.271/97, Acórdãos nºs. 1374/2006 e 893/2008, ambos do Plenário/TCU) (cód. 16.7)”, bem como com relação ao correspondente da Conclusão (fl. 870-verso): “adotar a repactuação como modalidade de reajustamento obrigatória nos contratos de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme art. 5º do Decreto nº 2.271/97 e entendimento jurisprudencial do TCU”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Planejamento e Controle de Contratações – COPLAC					
Síntese da providência adotada:					
O Processo foi encaminhado da SADCON à COPLAC (fl. 873-verso), para as providências de sua alçada, com base no Despacho, exarado à fl. 872.					
Síntese dos resultados obtidos					
<u>Quanto à letra a)</u>					
Ciente. Esclarecemos que esta SADCON está atenta quanto aos procedimentos licitatórios adotados atualmente com vistas à efetivação de contratos de dedicação exclusiva de mão de obra, bem como os seus consequentes reajustamentos, mediante repactuação .					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
70	Relatório de Auditoria nº 33/2014	2	Processo nº 00200.024296/2011-69		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Item 2 – Incongruência ou impropriedade de dispositivo(s) contratual(ais) (art.54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) (cód. 8.7)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Quanto à letra ‘a’ tomamos conhecimento da incongruência ocorrida e a equipe de elaboradores de editais e contratos desta COATC foi orientada a revisá-los com a finalidade de encontrar e sanar possíveis incongruências nos editais licitatórios. Salientamos, contudo, que todo edital licitatório é objeto de análise e conferência pela Advocacia do Senado, que, também, não se atentou para a incongruência apontada.					

UNIDADE JURISDICIONADA								
Denominação completa:		Código SIORG						
SENADO FEDERAL		-						
Recomendações da SCINT/SF								
Recomendações expedidas pela SCINT/SF								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
	013/2014	1; 2; 3; 5-B; 5-C	Processo nº. 00200.033254/2012-08					
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG						
COASAL/SPATR		-						
Descrição da Recomendação:								
1) Cumprir o art. 5º, §3º, do RCCSF, que determina que todo projeto básico e/ou termo de referência deverá ser subscrito pelo Diretor da Secretaria técnica responsável pela contratação;								
2) Fazer constar nos autos, por ocasião da elaboração do Termo de Referência, os documentos, estudos, levantamentos, e/ou outras informações que fundamentem, de forma objetiva, a fixação dos quantitativos a serem contratados, em atendimento ao art. 15, §7º, inciso II, da Lei nº 8,666/93;								
3) Realizar adequado planejamento das necessidades, atentando-se a oscilações de consumo em determinadas épocas do ano, com base em estatísticas de consumo;								
5-B) Anexar aos presentes autos todas as ordens de fornecimento emitidas, acompanhadas do respectivo documento ou ateste de seu recebimento pela contratada;								
5-C) Anexar aos presentes autos os laudos trimestrais exigidos no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira do contrato em relevo.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação	Código SIORG							
1) SPATR								
2) COASAL								
3) COASAL								
5-B) COASAL								
5-C) COASAL								
Síntese da providência adotada:								
1) Nas aquisições atuais, o Termo de Referência consolidado é assinado pelo solicitante e encaminhado para análise e ratificação do Diretor da Secretaria.								

- 2) Nas aquisições atuais, as quantidades solicitadas são definidas com base no consumo médio mensal, anterior à elaboração do Termo de Referência, constante em relatórios extraídos do Sistema de Gestão de Patrimônio e Almoxarifado do Senado Federal, devidamente incorporado aos autos.
- 3) Como explanado no item nº 2, todas as atuais aquisições são realizadas com base no consumo médio mensal anterior à elaboração do Termo de Referência, o que deverá refletir-se em fornecimentos mensais com menor oscilação e em um melhor aproveitamento do quantitativo contratado.
- 5-B) Informamos que durante a execução do presente contrato, o fornecimento, por ser constante, foi realizado apenas mediante a apresentação de Notas Fiscais, não tendo sido encaminhada nenhuma Ordem de Fornecimento à empresa. Adicionalmente, esta COASAL, por ser a unidade responsável pela gestão dos Contratos de fornecimento de água, compromete-se a adotar a citada prática em contratações futuras.
- 5-C) Informamos que não nos foi apresentado, por parte da Contratada, nenhum dos laudos trimestrais exigidos no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira do contrato em relevo.

Síntese dos resultados obtidos

- 1) Termos de Referência adequadamente subscritos pelo Diretor da Secretaria.
 - 2) Correta instrução dos autos, com documentos e informações adequadas para subsidiar os processos de aquisição.
 - 3) Aquisições mais assertivas, compatíveis com os princípios da legalidade e eficiência.
- 5-B) nenhum
- 5-C) nenhum

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	015/2014	1	Processo nº. 00200019767/2013-89 e 00200.005293/2014-79		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria de Patrimônio		-			
Descrição da Recomendação:					
1 – Ausência nos autos de justificativa, amparada em estudos, pesquisas e/ou levantamentos, para o não parcelamento do objeto.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
1 –GABSPATR		-			
Síntese da providência adotada:					

1 – Constan dos autos, à fl. 55, a seguinte justificativa para a adoção do critério de julgamento Menor Preço Global:

“Caso seja adotado o julgamento de menor preço por item- poderemos ter o seguinte cenário: 21 especificações de carimbos, ou seja, 21 tamanhos diferentes, onde, a permanecer este tipo de julgamento, poderemos ter até 21 empresas distintas para fornecimento do objeto CARIMBO. A frequência de solicitações que requer atendimento “urgente” é grande.

Tratando-se de ARP a empresa terá um número de dias para entrega dos materiais após o recebimento da Nota de Empenho. Considerando isto, e também a necessidade do material, haverá com frequência a necessidade de emissão de empenhos diários ou semanais. Com a separação dos itens, esta realidade se agrava. O gerenciamento do fornecimento se tornará ineficiente.

Considerando ainda que após diversas pesquisas, não encontramos na Administração Pública Federal aquisição, para este objeto, que tenha seu julgamento pelo critério Menor preço por item, sendo o critério de julgamento usualmente utilizado para este tipo de avença por diversos órgãos federais é o Menor Preço Global, dentre os quais o Ministério Público Federal e o Conselho da Justiça Federal, por exemplo, julgamos razoável adotarmos também este critério.”

Entendemos que a justificativa apresentada nos autos deixa clara a inviabilidade técnica, do ponto de vista operacional e qualitativo, para a divisão do objeto em itens. Além disso, o custo administrativo e operacional para o controle de dezenas de contratos distintos configuraria um grande prejuízo às atividades diárias do Senado, tornando impossível o atendimento às demandas diárias por carimbos. Ademais, ressaltamos mais uma vez que nenhum órgão da Administração Pública contrata fornecimento de carimbos “por item”, devido à sua manifesta inviabilidade e alto custo de controle e operacionalização. Tais conclusões derivam da lógica de experiências técnicas e operacionais na gestão deste tipo de contrato, não sendo necessária a apresentação de estudo complementar para tal entendimento, a nosso ver.

Obs:

A resposta ao Item nº 2, alínea a, cabe à SADCON.

A resposta ao Item 2, alínea b, cabe aos gestores do Contrato.

Os autos serão enviados respectivamente à COGER (gestores) e à SADCON para as manifestações cabíveis.

Síntese dos resultados obtidos

Nenhum.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nenhuma.

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
jan/14	Nº 054/2013	Itens 1 e 5	Processo nº 00200.012863/2012-15		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SEGRAF/SEMAIN					
Descrição da Recomendação:					
1 - Planejamento deficiente ou inadequado do objeto (arts. 7º, 14 e 15, § 7º, da Lei nº 8.666/93) (cód.1.8).					
5 - Ausência nos autos de atesto da entrega/execução do objeto (arts. 62, 63 e 64 da Lei nº 4.320/64; art. 67 da Lei nº 8.666/93; art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 26/2002; e art. 8º ,inc. XVII, DO Ato da Comissão Diretora nº 2/2008) (cód.11.1) .					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEMAIN – Serviço de Manutenção Industrial					
Síntese da providência adotada:					
<p>Item “1”- Informamos que o objeto solicitado nunca antes havia sido adquirido pelo Senado. Por ser tratar de um equipamento importado fora de linha (ultrapassado) com mais de 20 (vinte) anos de uso, há grandes dificuldades de encontrar peças para uma manutenção corretiva de imediato, pois usaria 4 (quatro) unidades e o restante em estoque para futura manutenção preventiva.. E um equipamento de suma importância onde são realizados todos os trabalhos de livros, avulsos, jornais e etc.</p> <p>Item “5”- Não houve atesto de entrega por não haver a necessidade de aquisição do objeto, uma vez que foi feita adaptação da mesma.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Atualmente, estamos atentos para que situação semelhante à detectada não volte a ocorrer.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
002/2014	Nº 027/2013	Itens 4 e 5.1	Processo 00200.020802/2013-11		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SEDECO/COBIB		-			
Descrição da Recomendação:					
4 - Inclusão nos autos de documento sem assinatura e/ou identificação do responsável (nome/cargo) (art. 22, § 1º, Lei n. 9.784/99, e art. 40 do Decreto n. 93.872/86) (cód. 15.5);					
5 - Outros (cód. 15.99):					
5.2 - Ausência de designação do gestor.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEDECO/COBIB		-			
Síntese da providência adotada:					
Item “4”: atentar-se-á para a observância do disposto no art. 22, § 1º, Lei nº. 9.784/99, e no art. 40 do Decreto nº. 93.872/86, identificando o signatário. No caso em tela, informamos que os documentos foram assinados pela servidora Elaine Ricevich, então coordenadora substituta da Coordenação de Biblioteca;					
Item “5.2”: entendeu-se que, uma vez que não havia sido elaborado contrato, a indicação de gestor não seria necessária. A partir de agora, independente do instrumento, indicar-se-á um gestor e um substituto, de acordo com o Ato da Comissão Diretora nº 10/2010, art. 12, parágrafo único.					
Síntese dos resultados obtidos					
Estaremos atentos para que as ocorrências assinaladas não se repitam.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº. 28/2013	1	Processo nº. 00200.003108/2012-40		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COEDIT		-			
Descrição da Recomendação:					
Não consta a assinatura por parte do Diretor da SEGRAF subscrevendo o Projeto Básico preparado pela COEDIT					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Edições Técnicas – COEDIT		-			
Síntese da providência adotada:					
Apesar do despacho do Diretor da SEGRAF (folha 45) solicitando as providências pertinentes, o que, na prática, significa a devida autorização à proposta apresentada, encaminhamos novamente o processo para novo endosso do Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações. De qualquer forma, serão efetuadas as devidas alterações nas rotinas administrativas para que o Diretor subscreva o projeto básico/termo de referência logo após a assinatura desta Coordenadora.					
Síntese dos resultados obtidos					
Subscrição ao projeto básico por parte do Diretor da SEGRAF.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº. 04/2013	1, 2, 6, 7, 8 e 13	Processo nº 0200.017512/2009-13		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COGER		-			
Descrição da Recomendação:					
Os itens tratam de deficiências constatadas quando da elaboração do Termo de Referência					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COTRAN/SADCT		-			
Síntese da providência adotada:					
O Termo de Referência analisado no Relatório de Auditoria nº 04/2013 foi elaborado por Comissão Especial, instituída pelo Primeiro-Secretário (APS 47/2009 e 64/2009). Não houve participação da Coordenação de Serviços Gerais, então denominada Secretaria de Serviços Gerais. Dessa forma, cabe a esta Coordenação apenas declarar ciência e conhecimento das deficiências e recomendações apontadas no relatório e declarar que iremos observá-los na elaboração de futuros Termos de Referência para contratação de objeto semelhante.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR		-			
Serviço de Gerenciamento de Registro de Preços – SEGREP		-			
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	RA nº 011/2013-SCINT	Itens, 2 5 e 8 das folhas 163/164	Processo nº 00200.023493/2012-41		
Descrição da Recomendação:					
Fl. 163 - Item 2 – Processo não foi encaminhado à autoridade competente para aplicação de sanção; Fl. 164 – Item 5 – Processo não foi encaminhado à autoridade competente para aplicação de sanção. Fl. 164 – Item 8 – Ausência de data em documentos às fls. 26/27..					
Providências Adotadas					
Síntese dos resultados obtidos					
Item 2: Conforme apontado no relatório de auditoria, trata-se de atraso na entrega do material, sob responsabilidade da gestão. Providências respondidas pela gestão às fls. 167/169.					
Item 5: Versa sobre pendências de documentação da empresa perante o SICAF. Quando da vinda dos autos ao SEGREP para a instrução e antes da autorização da Diretoria Geral para emissão da Nota de Empenho, é verificada a regularidade da documentação da empresa perante o SICAF.					
Caso alguma documentação da empresa esteja vencida no SICAF e não seja possível verificar a regularidade por outro meio, a empresa é notificada para que proceda, em prazo razoável, à regularização do cadastro no sistema ou apresente certidões específicas que supram tal exigência. Se isso não ocorrer no prazo informado, os autos são remetidos à gestão para que tome ciência do caso e entre em contato com a empresa no intuito de reiterar a necessidade de regularizar o registro ou, entendendo que a demora da empresa em fazê-lo prejudicará o Senado, encaminhar os autos à Diretoria-Geral para cancelamento da ARP e apuração das penalidades cabíveis.					
Entende-se que adotar o procedimento acima antes de imediatamente encaminhar os autos para que se verifique a pertinência de penalidade à fornecedora beneficiária é prudente. Explica-se: Considerando-se que o SICAF é um sistema que analisa, dos níveis III a IV, a regularidade da empresa perante RFB, FGTS, INSS e ainda receitas Estadual ou Distrital e Municipal (portanto cinco órgãos diferentes) e é atualizado com base na documentação apresentada pela empresa fisicamente no órgão cadastrador e nos sistemas informatizados dos órgãos fiscalizadores citados (quando disponíveis), é comum que, quando da consulta inicial à regularidade da empresa perante o SICAF, o sistema acuse que alguma dessas cinco certidões esteja vencida. Ressalte-se, a exceção é a certidão do SICAF sem, pelo menos, uma dessas cinco certidões com validade expirada em uma consulta inicial.					

Logo, entende-se razoável conceder às empresas prazo, dentro dos parâmetros legais, estipulados pela Lei de Licitações e de Processo Administrativo, para que efetuem a regularização de seus registros no sistema ou apresentem documentação que supra tal exigência. Proceder de modo diverso, encaminhando-se de imediato os autos para a apuração e aplicação de penalidade tornaria praticamente inútil o Sistema de Registro de Preços para a realização de contratações, uma vez que o processo de contratação das empresas ficaria ainda mais moroso. Atualmente, da solicitação da gestão até a emissão da Nota de Empenho leva-se, em média, vinte dias caso a documentação da empresa esteja regular perante o SICAF.

Outro fato a se ressaltar é que o Sistema de Registro de Preços visa salvaguardar, durante até doze meses, preços constantes para que a Administração possa contratar. Nesse período, ainda não há que se falar em contrato administrativo até que a empresa retire a Nota de Empenho ou celebre contrato decorrente de autorização do ordenador de despesas do órgão. Diferente seria o caso de a empresa perder as condições que ensejaram a contratação e apresentar situação irregular ao longo da execução de um contrato administrativo. Portanto, SMJ, parece razoável solicitar à empresa que se regularize, antes mesmo da autorização do ordenador de despesas, para que possa contratar com o Senado.

Obviamente, convocando-se a empresa e havendo demora desta em proceder à regularização de sua situação cadastral perante o SICAF e, entendendo a gestão que a demora incorrerá em prejuízo para o Senado, aí sim, entende-se necessário adotar os procedimentos cabíveis para a apuração, nos termos da lei, da penalidade imputável à empresa por sua situação de irregularidade perante o SICAF.

Item 8: Os documentos acostados às fls. 26/27 são planilhas de controle de saldo de itens das ARPS do Senado Federal e são anexos do memo nº 1.713/2012 – SSPLAC/SADCON, juntado à fl. 28, conforme se verifica no próprio texto do memorando.

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR	
Serviço de Gerenciamento de Registro de Preços – SEGREP	-

Síntese da providência adotada:

Item 2 – sob responsabilidade da gestão;

Item 5 – havendo demora na regularização da documentação, orientar a gestão a solicitar a aplicação de penalidade à fornecedora beneficiária, após relatório da obrigação descumprida.

Item 8 – Entende-se não haver providência a tomar

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
jul/14	Relatório de Auditoria nº 04/2014	2	Processo nº 00200.015881/2013-30		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
Declarar fracassada a licitação e rever os critérios para qualificação técnica das licitantes.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPELI/SADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
Apresentação à DGER de manifestação pormenorizada justificando o procedimento adotado pelo Pregoeiro no Pregão Eletrônico nº 047/2014.					
Síntese dos resultados obtidos					
Confirmação do acerto das providências adotadas para aferição da qualificação técnica da empresa Global Business Consultoria e Informática Ltda à luz do dos itens 19.3 e 19.4 do Edital, do art. 5º do Decreto nº 5.450/2005 e da jurisprudência do TCU.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Inicialmente, cumpre precisar os exatos termos do suposto equívoco de análise da documentação técnica apresentada pela empresa vencedora do certame segundo a ótica da COAUDCON, às fls. 536/537, <i>in verbis</i> :					
“... a aceitação dos atestados de capacidade técnica da empresa vencedora do certame fora feito em desacordo com o edital, por não contemplar integralmente os elementos exigidos no item 12.3.1 do instrumento convocatório, concluindo, ao final, que ‘não há evidencias de uso de critério uniforme para avaliação dos Atestados de Capacidade Técnica apresentados pelas três concorrentes’ (fl. 535).					
(...)					
Conforme visto anteriormente, apenas três licitantes compareceram ao certame, sendo que todas elas apresentaram atestados de capacidade técnica em desacordo com o edital.					
Segundo parecer de fl. 535, nem a própria empresa que executa os serviços objeto do pregão em apreço para o Senado em 2009 (doc. de fls. 491/492) apresentou atestados de capacidade técnica que atendessem as exigências contidas no instrumento convocatório. Ademais, o próprio atestado emitido pelo Senado em prol da empresa vencedora (fl. 490) não cumpriu, por si só, todos os critérios do edital, conforme reconhecido pelo PRODASEN no parecer de fl. 491/verso”.					

Em atenção aos apontamentos feitos no Relatório de Auditoria, o Serviço de Soluções para Gabinetes Parlamentares – SEGAB/COLEP/PRODASEN apresentou, às fls. 543vº/544vº, de forma pormenorizada, os exatos motivos técnicos que ensejaram a inabilitação das empresas EL SHAMMAH INFORMÁTICA LTDA (1ª colocada) e UNIVERSO EMPRESARIAL PARTICIPAÇÕES INFORMÁTICA S/A (2ª colocada).

Em suma, a partir dos atestados de capacidade técnica apresentados por tais licitantes, mesmo após a realização de diligências necessárias ao melhor esclarecimento do conteúdo dos documentos (item 19.3 do edital), não foi possível aferir se os serviços prestados foram, de fato, desenvolvidos utilizando os produtos Keyfile e Keyflow. Note-se que a comprovação de tal condição é substancialmente essencial para a aferição da qualificação técnica da empresa, dada as características do objeto licitado. Logo, **não é autorizado dizer que a inabilitação das empresas EL SHAMMAH INFORMÁTICA LTDA e UNIVERSO EMPRESARIAL PARTICIPAÇÕES INFORMÁTICA S/A foi motivada por questões meramente formais, havendo, na verdade, desatendimento à exigências substanciais do ato convocatório.**

A seu turno, conforme informa o SEGAB, **a situação envolvendo a empresa GLOBAL BUSINESS é distinta das licitantes anteriores**, uma vez que, a partir dos atestados apresentados, foi possível depreender a execução de serviços contendo “desenvolvimento, manutenção, assistência e suporte técnico de aplicativo desenvolvido utilizando os softwares de GED (Keyfile) e Workflow (Keyflow). Há o detalhamento das características mínimas, tecnologias e recursos utilizados para desenvolvimento do aplicativo” (fl. 544vº).

De se notar que, o SEGAB e o Pregoeiro responsável pelo certame, à luz dos itens 19.3 e 19.4 do Edital, do art. 5º do Decreto nº 5.450/2005 e da jurisprudência do TCU, agiram acertadamente ao superar falhas meramente formais e exigências despiciendas, valorizando um juízo de verdade real a respeito da efetiva qualificação técnica da empresa GLOBAL BUSINESS. Afinal, a partir de uma leitura conjunta dos três atestados apresentados, foi possível vislumbrar a realização pretérita, por um período de quatro anos, de serviços “com tecnologias, funcionalidades e equipe técnica similares ao do objeto ora licitado” (fl. 491vº). Ademais, não se pode olvidar que a referida empresa prestou ao Senado Federal serviços idênticos, com as mesmas funcionalidades e complexidades técnicas, o que possibilita à aferição material da qualificação técnica da licitante, de modo que as eventuais impropriedades de ordem estritamente formal poderão ser relevadas.

Não se pode perder de vista que a licitação é instrumento posto à disposição da Administração Pública para a seleção da proposta mais vantajosa. Portanto, selecionada esta e observadas as fases do procedimento, prescinde-se do puro e simples formalismo, invocado aqui para favorecer interesse particular, contrário à vocação pública que deve guiar a atividade do administrador.

(STJ - ROMS 200000625558, rel. Min. José Delgado, publicado no DJ de 18/03/2002, p. 174)

Consoante ensinam os juristas, o princípio da vinculação ao edital não é “absoluto”, de tal forma que impeça o Judiciário de interpretar-lhe, buscando-lhe o sentido e a compreensão e escoimando-o de cláusulas desnecessárias ou que extrapolam os ditames da lei de regência e cujo excessivo rigor possa afastar, da concorrência, possíveis proponentes, ou que o transmude de um instrumento de defesa do interesse público em conjunto de regras prejudiciais ao que, com ele, objetiva a Administração.

(STJ - MS 199700660931, rel. Min. Demócrito Reinaldo, publicado no DJ de 01/06/1998, p. 24).

Nesse desiderato, em diversas assentadas, o Tribunal de Contas da União manifestou-se no sentido de que “não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes” (Decisão nº 178/96 -Plenário, Decisão nº 367/95-Plenário, Decisão nº 681/2000-Plenário e Decisão nº 17/2001-Plenário).

Ora, a possibilidade jurídica de realização de diligências que impliquem a aferição material das condições de habilitação das licitantes, superando-se, inclusive, o conteúdo formal dos atestados, encontra-se plasmada nos normativos que regem as licitações públicas:

Lei nº 8.666/1993:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da imparcialidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
(...)
Art. 43.
§3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.
Decreto nº 5.450/2005:
Art. 5º A licitação na modalidade de pregão é condicionada aos princípios básicos da legalidade, imparcialidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, bem como aos princípios correlatos da razoabilidade, competitividade e proporcionalidade.
Parágrafo único. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
(...)
Art. 26.
§3º No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
Vê-se, portanto, que a anulação da licitação é medida desarrazoada e que pode ensejar contrariedade ao interesse público se analisado o contexto dos fatos: ao anular o certame, a Administração não só será privada de efetivar a contratação com uma empresa que, de fato, possui aptidão técnica para a execução do serviço e apresenta um preço vantajoso, como também terá de realizar um novo certame licitatório, o que demandará custos e tempo.
É preciso frisar que não se trata de uma análise meramente finalística do caso, porquanto não se está a defender que seja relevada uma ilegalidade ocorrida no procedimento licitatório, uma vez que, conforme exposto alhures, não houve irregularidade na declaração de habilitação da empresa GLOBAL BUSINESS e, muito menos, violação ao princípio da isonomia, dado que a situação das empresas inabilitadas é substancialmente diversa da licitante vencedora.
No caso, conforme manifestação do SEGAB às fls. 464/464vº, 480/481 e 543vº/544, diante do não atendimento às formalidades exigidas no item 12.3.1 do Edital, foi oportunizada à EL SHAMMAH INFORMÁTICA LTDA e à UNIVERSO EMPRESARIAL PARTICIPAÇÕES INFORMÁTICA S/A a complementação de informações para comprovação de que os serviços prestados foram, de fato, desenvolvidos utilizando os produtos Keyfile e Keyflow. Ocorre que, diferentemente no que se deu com a empresa GLOBAL BUSINESS, mesmo após a realização das diligências, não foi possível comprovar, materialmente, a experiência pretérita das referidas licitantes. Daí se concluir que não houve violação ao princípio da isonomia, posto que fora conferido às empresas o mesmo tratamento.

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
jun/14	Relatório de Auditoria nº 04/2014	2	Processo nº 00200.023867/2013		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
Assegurar-se de que haja nos autos todos os documentos de habilitação requeridos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPELI/SADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
Juntada às fls. 474/475, da Declaração de Proposta Independente (DPI) formalizada eletronicamente, no sistema COMPRASNET, pela empresa vencedora do certame: ORIGINAL DEDETIZADORA LTDA.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à recomendação da SCINT a partir da juntada dos documentos de fls. 474/475, com os devidos esclarecimentos a respeito da desnecessidade de constar no processo físico as declarações formalizadas eletronicamente pelas empresas participantes do certame no âmbito do sistema COMPRASNET.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Conforme se observa à fl. 474, na oportunidade da aceitação das propostas, é automaticamente informado ao Pregoeiro se as empresas participantes preencheram “sim” ou “não” às declarações exigidas no edital, como a “Declaração de ME/EPP/COOP”, “Declaração de inexistência de fato superveniente”, “Declaração de Menor” e “Declaração independente de proposta”. Cumpre salientar que o preenchimento de tais declarações é condição <i>sine qua non</i> para registro das propostas no sistema COMPRASNET (art. 21, §2º, do Decreto nº 5.450/2005).					

Em face de tal funcionalidade do sistema e considerando que o procedimento em questão, regido pelo Decreto Federal nº 5.450/2005, desenvolve-se em ambiente eletrônico, com as devidas condições de segurança à informação (criptografia e autenticação), *data venia* à manifestação da SCINT, a COPELI entende ser dispensável constar dos autos físicos todas as declarações formalizadas eletronicamente pelos licitantes no âmbito do sistema COMPRASNET. Nesse sentido, vide o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, art. 30, do Decreto nº 5.450/2005:

§ 1º O processo licitatório poderá ser realizado por meio de sistema eletrônico, sendo que **os atos e documentos referidos neste artigo constantes dos arquivos e registros digitais serão válidos para todos os efeitos legais, inclusive para comprovação e prestação de contas.**

§2º Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

§3º A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

De fato, todos os documentos e arquivos da licitação estão disponíveis para consulta no sistema COMPRASNET não apenas para os órgãos de controle interno e externo como também para todo e qualquer cidadão (<http://comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/livre/Pregao/ata0.asp>).

Em acréscimo, face às considerações ora expendidas, entende-se que deverão constar dos autos físicos, extraídos do sistema COMPRASNET, somente aqueles documentos indispensáveis para consultas das unidades do Senado Federal responsáveis pela consecução da contratação do objeto licitado: “Ata de Realização do Pregão Eletrônico”, “Termo de Adjudicação” e propostas e documentos de habilitação enviados pelos licitantes.

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
ago/14	Relatório de Auditoria nº 06/2014	“2”	Processo nº 00200.014817/2008-74		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
2 – Avocação ou delegação de competência não regulamentada e/ou não justificada (arts. 14 e 15 da Lei nº 9.784/99 e art. 22 do Ato da Comissão Diretora nº 29/2009) (cód. 3.4).					
“A minuta de edital foi aprovada pela Comissão Permanente de Licitação, doc. De fls. 117, quando a competência para tala ato seria do Diretor-Geral, segundo o art. 9º, parágrafo único, do Ato da Comissão Diretora nº 29/2003”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPELI/SADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
Os autos foram restituídos à SADCON para a oitiva dos demais setores e unidades envolvidos.					
Síntese dos resultados obtidos					
A expressão “aprovar a minuta de edital e marcar a data de abertura da licitação” não teve como objetivo avocar a delegação da autoridade competente. De fato, o vocábulo “aprovar” está mal empregado no contexto da ata, quando, a bem da verdade, o que a comissão apenas quis dizer era que a minuta do edital estava apta para ser divulgada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
PROCESSO 00200.001512/2014-41 : Renovação da assinatura da base de dados Tarifa Externa Comum – TECWIN WEB		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	015/2014 COAUDCON/SCISF	01/fev			
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Serviço de Desenvolvimento de Coleções - SEDECO/COBIB		-			
Descrição da Recomendação:					
1 – Na ausência de licitação, avaliar preços mediante documentos – como notas fiscais, contratos e propostas – que permitam a identificação precisa dos objetos comparados					
2 – Nos casos em que, em tese, seja possível a existência de soluções similares no mercado, atestar a inviabilidade de competição por meio de declarações de especialistas e unidades técnicas ou estudos que cotejam as alternativas					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Serviço de Desenvolvimento de Coleções - SEDECO/COBIB		-			
Síntese da providência adotada:					
Esse setor procurará obter documentação mais pormenorizada para justificação de preços, no processos de aquisição					
Síntese dos resultados obtidos					
Melhor instrução dos processos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
1 - Os valores presentes nos extratos de licitação citados no Relatório de Auditoria referem-se ao mesmo objeto, mas não citam a quantidade de acessos simultâneos da contratação (a proposta feita ao Senado Federal refere-se a 4 acessos simultâneos, conforme fl. 02). Os preços inferiores sugerem que o quantitativo de acessos é menor do que a assinatura do presente processo. Mas nada se pode afirmar somente a partir dos extratos citados – por isso raramente utilizamos extrato publicados no D.O.U. para justificativa de preços, exatamente porque não trazem as especificidades dos contratos. No entanto, a partir desses valores publicados no DOU, e para circunstanciar as comprovações de preço apresentadas às fls. 12/14, fizemos diligências e pedimos que o fornecedor emitisse uma declaração, assinada, à fl. 15, esclarecendo que todas essas justificativas apresentadas referem-se a mesma modalidade de acesso, 4 usuários, contratada pela Casa.					
2 – O material bibliográfico é selecionado a partir de uma política de coleções consolidada, sendo realizada pelos bibliotecários da COBIB. O profissional bibliotecário tem formação específica para a seleção de material, conforme as especificidades da área de atuação da biblioteca e de acordo com as necessidades de seus usuários, necessidades essas levantadas por vários meios. Nesse caso, a renovação da assinatura foi requerida pela área que a solicitou inicialmente, a CONLEG. A solicitação dessa renovação está expressa no MEMO/CONLEG-GB/SF nº00284/2013, às fls. 16 dos autos.					
É preciso ainda lembrar que a aquisição em questão se trata de produção intelectual e não material, o que por si só torna mínima (e muitas vezes impossível) a possibilidade de similaridade com outros produtos.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria de Conformidade nº – 037/2014-SEACON/COAUDCON/SCISF	3	Processo nº 022691/2009-92		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E CONTABILIDADE - SAFIN		-			
Descrição da Recomendação:					
Item 3 – Pagamento sem a regular liquidação (arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/64) – Cód. 12.7					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Execução Financeira - COEXEFI		-			
Síntese da providência adotada:					
Trata-se do Contrato nº 117/2010 para aquisição de solução de imagens, abrangendo fornecimento de equipamentos, instalação, configuração, ativação, treinamento, suporte técnico e garantia de funcionamento. O item V, da Cláusula Sexta, do referido contrato contém previsão expressa de pagamento mensal pelos serviços de garantia estendida, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.					
A estrutura desse tipo de contratação teve por escopo a manutenção do funcionamento dos componentes entregues ao Senado Federal, nos termos da garantia estendida. Trata-se de manutenção corretiva e não de manutenção preventiva. Em seu Parecer nº CON/NJU-MVR nº 0013/2010 (fls. 238/241), o Núcleo Jurídico – NJU discorreu sobre a necessidade de justificativa para a vigência contratual pretendida, no sentido de conformá-la ao art. 57 da Lei nº 8.666/93, que condiciona a duração dos contratos ao período de vigência dos créditos orçamentários. Em resposta, o Serviço de Acompanhamento e Gestão de Contratos – SAGEC, do Prodasen (fl. 247), entendeu que a garantia estendida, cotada naquele momento de aquisição, conferiria vantagem econômica para o Senado, evitando-se cotações maiores, que invariavelmente aconteceriam em outro processo que visasse exclusivamente a contratação dessa garantia. E, nesses termos, a contratação foi levada a efeito.					
Embora tal contratação possa ensejar o pagamento pela mera disponibilização de mão de obra, procedimento reprovável pelo TCU, o objetivo da contratação não nos parece ter sido a manutenção dos equipamentos, mas tão somente a garantia de funcionamento da solução fornecida, inclusive com substituição de peças e equipamentos, se necessário, não se afigurando, na essência, a prestação de serviços por resultados.					
Por outro lado, a SAFIN, em seu processo ordinário de pagamento da despesa, não tem o condão de avocar a competência técnica imanente da área gestora do contrato, pautando, assim, a sua análise nos elementos financeiros do contrato, à luz da legalidade e do atesto das faturas pelo gestor. No caso em tela, o pagamento das parcelas, independentemente da efetiva demanda pelos serviços, possuía cobertura contratual. Nesse contexto, não lhe seria prudente aferir o mérito das contratações, para desconstituir o pagamento de parcelas contratualmente previstas.					

Síntese dos resultados obtidos

Independentemente das ponderações já elencadas, talvez se configure oportuna a indicação aos órgãos técnicos do Senado, encarregados da elaboração dos Termos de Referência para contratações dessa natureza, de alternativas adotadas em outros contratos, tais como a adoção de preços por demanda ou de preços com fatores de redução. É o caso, por exemplo, do Contrato nº 048/2014, firmado com a empresa Maisdoisx Tecnologia em Dobro Ltda. Nesse contrato, o Senado aplica aos pagamentos mensais dos serviços de garantia e assistência técnica, um Fator de Correção, variável de 0% a 100%, conforme prevê o Parágrafo Décimo da Cláusula Sexta.

1Tal metodologia também é seguida por outros órgãos. O TCU, por exemplo, mantém contrato semelhante com a mesma empresa (Termo de Contrato nº 60/2014)[1], em que justifica a prestação de serviços continuados de assistência, em caso de problemas ou retirada de dúvidas, a teor do Anexo I, in vebis:

“Por se tratar de ferramenta crítica de sustentação do ambiente computacional e de extrema importância para que as informações do TCU se mantenham disponíveis, é de suma importância que a plataforma se mantenha estável e com o mínimo de indisponibilidade possível.”

De forma idêntica ao que se verifica no Senado, conforme Parágrafo Décimo da Cláusula Sexta, o TCU também aplica aos pagamentos mensais, um Fator de Correção, variável de 0% a 100%.

Apesar desse diferencial, nesses casos em que se aplica o Fator de Correção, presume-se que, em não havendo indisponibilidade efetiva que perdure durante o mês, a empresa receberá o valor mensal de forma integral, a exemplo do que ocorreu no Contrato nº 117/2010 do Senado Federal.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Em que pesem essas considerações, a adoção de um Fator de Correção, ou até mesmo de uma estrutura de pagamentos por demanda, para esse tipo de contrato, poderia suprir a recomendação da SCISF, se assim entender o órgão técnico gestor da contratação, a quem cabe verificar se as características técnicas do Contrato nº 117/2010 comportariam metodologia diferente da prevista no termo contratual.

Torna-se relevante, entretanto, contrapor as desvantagens da cobrança por demanda, que poderia estimular a empresa a negligenciar a prestação de serviços, com o propósito de aumentar o número de chamadas.

Assim, entende a SAFIN que cabe à SCISF, em sua prerrogativa regimental, se assim julgar conveniente, propor as recomendações aos órgãos técnicos, que possam elidir a irregularidade de que se reveste o pagamento desse tipo de despesa, a julgar pela ausência de efetiva prestação de serviços ao Senado Federal, para que, na origem, o procedimento licitatório já as adote.

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
71	Relatório de Auditoria nº 37/2014	1 e 2	Processo nº 00200.022691/2009-92		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Item 1 – Existência no instrumento convocatório de cláusulas ou condições que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame (art. 3º, §1º, da Lei nº 8.666/93; Acórdão nº 1.786/2010-2ª Câmara – TCU; Acórdão nº 1.905/2009-Plenário – TCU) (cód. 5.10)					
b) Item 2 - Incongruência ou impropriedade de dispositivo(s) contratual(ais) (art.54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) (cód. 8.7)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Quanto à letra ‘a’ tomamos conhecimento da recomendação e informamos que a equipe desta COATC já foi orientada a solicitar justificativa do órgão técnico quando obrigatória a apresentação de atestado de vistoria. Salientamos, contudo, que todo edital licitatório é objeto de análise e conferência pela Advocacia do Senado, que, também, não se atentou para a falta de justificativa.					
Quanto à letra ‘b’ tomamos conhecimento da incongruência ocorrida e a equipe de elaboradores de editais e contratos desta COATC foi orientada a observar os prazos de vigência específicos para objeto de prestação única e para os serviços de execução diferida. Salientamos, contudo, que todo edital licitatório é objeto de análise e conferência pela Advocacia do Senado, que, também, não se atentou para a incongruência apontada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 37/2014 – COAUDCON/SCISF	4 e 5	00200.022691/2009-92		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Comissão de Gestão de Contratos do Prodases		-			
Descrição da Recomendação:					
4- Promover a devida identificação (nome completo, matrícula e cargo nos atestados apostos em notas fiscais);					
5- Esclarecer se houve atraso na execução da Fase 3 – Treinamento e, em caso positivo, adotar as medidas cabíveis.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
GCONT – Comissão de Gestão de Contratos do Prodases		-			
Síntese da providência adotada:					
1- Promovemos a devida identificação dos atestos;					
2- Entramos em contato com o Gestor do Contrato na época e o mesmo informou que o treinamento foi efetuado em período posterior devido à necessidade do Senado Federal, em virtude de férias, recesso e espaço físico, e não em decorrência de atraso da empresa; Solicitei alguma documentação, mas o servidor informou que já não dispunha de documentos da época da contratação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendações atendidas. A GCONT irá ainda providenciar a confecção de novos carimbos de ateste, onde sejam solicitadas todas as informações necessárias, pois verificamos que diversos fiscais não possuem carimbos.					
Pudemos constatar que não houve atraso e não será necessário tomar medidas para penalização da empresa.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nem todos os gestores e fiscais documentavam o processo com todas as informações pertinentes ao contrato. Como o prazo foi muito longo, de quase 5 anos, isto dificultou o levantamento destes documentos. Alertamos aos fiscais e aos servidores desta comissão que todas as informações devem estar presentes no processo, para que não parem dúvidas sobre o ocorrido.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 36/2014 – COAUDCON/SCISF	1 a 3	00200.21713/2009-05 e 00200.003568/2012-78		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Comissão de Gestão de Contratos do Prodasel		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>1- <i>O gestor do contrato deve juntar aos autos o comprovante de recebimento pela contratada da via assinada do Primeiro Termo aditivo, a fim de viabilizar a conferência do cumprimento do prazo estipulado na Cláusula Terceira do referido instrumento;</i></p> <p>2- <i>Promover a devida identificação (nome completo, matrícula e cargo nos atestados apostos em notas fiscais;</i></p> <p>3- <i>Juntar aos autos o Termo de Recebimento Definitivo do Objeto conforme exigido no contrato.</i></p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
GCONT – Comissão de Gestão de Contratos do Prodasel		-			
Síntese da providência adotada:					
<p>1- <i>O SEPCO, serviço responsável pelo envio do termo assinado, não encontrou o comprovante de recebimento da via assinada pela empresa. A GCONT anexou ao processo as tramitações do processo no SIGAD, onde fica claro que a empresa não poderia ter recebido as vias assinadas antes do dia 25/02/2013, data em que ela já havia prestado a garantia.</i></p> <p>2- <i>Promovemos a devida identificação dos atestos;</i></p> <p>3- <i>Juntamos aos autos o Termo de Recebimento Definitivo;</i></p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendações atendidas. A GCONT irá ainda providenciar a confecção de novos carimbos de ateste, onde sejam solicitadas todas as informações necessárias, pois verificamos que diversos fiscais não possuem carimbos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		COAPAT			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	Relatório de Monitoramento 38/2014	1-A	Processo nº 0200.023972/2013-49		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Coordenação de Administração Patrimonial		COAPAT			
Descrição da Recomendação:					
Juntar aos autos do processo o comprovante de recebimento, pela contratada, da apresentação da garantia para verificação do cumprimento do prazo contratual.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Administração Patrimonial		COAPAT			
Síntese da providência adotada:					
A garantia foi entregue dentro do prazo previsto no Contrato 81/2013 através do processo 0200.014927/2014 enviado à SAFIN.					
Síntese dos resultados obtidos					
A garantia contratual foi entregue dentro do prazo contratual, está sob a guarda da SAFIN e foi juntada aos autos do processo.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O comprovante da garantia contratual consta no processo 0200.014927/2014 foi anexado via SIGAD ao Contrato 81/2013					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		COAPAT			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
2	Relatório de Monitoramento 38/2014	1-B	Processo nº 0200.023972/2013-49		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Coordenação de Administração Patrimonial		COAPAT			
Descrição da Recomendação:					
Juntar aos autos do processo todas as ordens de serviço emitidas, com seus respectivos atestados de recebimento pela contratada, bem como os termos de recebimento do serviços executados, para fins de controle e fiscalização do cumprimento do contrato e liquidação das despesas.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Administração Patrimonial		COAPAT			
Síntese da providência adotada:					
As ordens de serviço que ficam guardadas na COAPAT mensalmente após a conferência para controle e fiscalização do contrato, foram juntadas ao processo em formato PDF					
Síntese dos resultados obtidos					
Seguindo a orientação para criação de documento eletrônico, as ordens de serviço são digitalizadas e armazenadas na COAPAT. Foi juntada ao processo uma cópia em mídia DVD.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A melhor prática recomenda a utilização do SIGAD para a guarda das ordens de serviço e demais documentos pertinentes ao contrato. No entanto, a funcionalidade que permite o upload desta documentação eletrônica ainda não está disponível para esta COAPAT. Até a liberação desta funcionalidade, as ordens de serviço em papel são digitalizadas e ficam sob a guarda desta Coordenação.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
70	Relatório de Auditoria nº 33/2014	2	Processo nº 00200.024296/2011-69		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Item 2 – Incongruência ou impropriedade de dispositivo(s) contratual(ais) (art.54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) (cód. 8.7)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Quanto à letra ‘a’ tomamos conhecimento da incongruência ocorrida e a equipe de elaboradores de editais e contratos desta COATC foi orientada a revisá-los com a finalidade de encontrar e sanar possíveis incongruências nos editais licitatórios. Salientamos, contudo, que todo edital licitatório é objeto de análise e conferência pela Advocacia do Senado, que, também, não se atentou para a incongruência apontada.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 021/2014 -COAUDCON/SCISF	1	Processo nº 007590/2011-3		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COPEGE\COOELET\INFRA		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>Promover medidas concernentes à substituição dos terceirizados prestadores de serviços de manutenção dos sistemas informatizados de sonorização por servidores efetivos, relativamente ao cargo de Técnico Legislativo, Especialidade Eletrônica e Telecomunicações, conforme competências definidas no art. 413 c/c art. 262, inc. XI, alíneas “c” e “e”, do RASF, com a finalidade de evitar a terceirização ilícita de atividades inerentes a categoria funcional existente na Casa;</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPEGE\COOELET\INFRA		-			
Síntese da providência adotada:					
<p>Atualmente o quadro de servidores efetivos é insuficiente para cobrir todas as atividades executadas pelo serviço de manutenção eletrônica – SEMAEL, que ao longo do tempo assumiu atribuições e demandas de outros serviços extintos.</p>					
<p>A estrutura da antiga Secretaria Técnica de eletrônica estabelecida no ADG 4143/2005 c/c ATC 4/2007 convalidado pela resolução 62/2010, continha o Serviço de Manutenção da Taquigrafia – SETATA -, o Serviço de Projetos Eletrônicos – SEPELE – e a Subsecretaria de Manutenção Eletrônica SSTEMA, que foram extintos. Porém, a maioria das demandas e atribuições continuam sendo realizadas pelo atual SEMAEL, formalmente e/ou informalmente, como, por exemplo, a manutenção e suporte técnico à taquigrafia, no sistema de distribuição/gravação de áudio; do extinto SEPELE restou, por necessidade da coordenação, a elaboração de projetos básicos, pareceres técnicos, apoio a licitações e resposta e tramitação de processos administrativos; Da SSTEMA veio a coordenação da manutenção e elaboração de projetos de evolução do sistema, que necessita de atualizações periódicas. Portanto, atualmente, é necessária a continuidade da prestação de serviços em análise.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 021/2014 - COAUDCON/SCISF	3	Processo nº 007590/2011-3		
Órgão/entidade objeto da recomendação					
COPEGE\COOELET\INFRA					
Descrição da Recomendação:					
<p>Nas contratações com dedicação exclusiva de mão de obra, fazer constar no projeto básico o orçamento estimativo dos custos unitários da mão de obra, bem como exigir, no instrumento convocatório, que as licitantes apresentem, juntamente com a proposta, planilha contendo a composição dos custos unitários da mão de obra a ser alocada na contratação, com a respectiva memória de calculo, por força do art. 7º, §2º, inc. II da Lei nº 8.666/93.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPEGE\COOELET\INFRA		-			
Síntese da providência adotada:					
<p>Os órgãos técnicos redobrarão a atenção às especificações dos serviços a serem licitados e incluirão, quando couber, o orçamento estimativo dos custos unitários de mão de obra, assim como exigirão da contratada as planilhas da composição dos custos unitários de mão de obra e a respectiva memória de calculo de acordo com os termos legais previstos na Lei 8.666/93.</p>					
<p>Ressaltamos que as especificações técnicas elaboradas estão de acordo com os dispositivos legais vigentes, consideramos que o processo em análise é da espécie prestação de serviços, e foi elaborado de acordo com as necessidades do Senado Federal.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº – 029/2014	3	Processo nº 12638/2013-97		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SAFIN		-			
Descrição da Recomendação:					
JUNTAR AOS AUTOS CERTIFICADOS REGULARIDADE COM O FGTS					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SAFIN		-			
Síntese da providência adotada:					
ANEXADO AS FLS 236 E 237 CERTIFICADO DE REGULARIDADE					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº – 032/2014 – COAUDCON/SCISF		Processo nº 00200.033261/2012-00		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COOTELE/SETEMO		-			
Descrição da Recomendação:					
1 – Ausência nos autos de apresentação de garantia (art. 56 da Lei nº 8.666/93) (cód. 11.3).					
Não consta dos autos a apresentação da garantia referente AP Terceiro Termo Aditivo de fls. 204/205.					
2 – Inclusão nos autos de documento sem assinatura e/ou identificação do responsável (nome/cargo) (art.22, §1, Lei nº 9.784/99, e art. 40 do Decreto nº 93.872/86 (cód. 15.5)					
Todos os documentos de detalhamento dos cálculos de glosas doram acostados aos autos sem identificação e assinatura do responsável por sua elaboração (vide. P. ex. , fls. 68/69, 94/95, 107, 111).					
3 – Outros (cód. 15.99)					
3-A) à fl. 164, o gestor encaminha ao órgão financeiro “(...) as faturas avulsas de janeiro, fevereiro, março e abril/2013 (fls. 149/160) consolidadas em boleto único”, as quais foram objeto de pagamento conforme doc. De fl. 165.					
Considerando que as faturas relativas aos citados meses de janeiro, fevereiro, março e abril/2013 já haviam sido regularmente pagas, cabe ao gestor elucidar os motivos autorizadores do pagamento de faturas adicionais relativamente a períodos anteriormente pagos.					
3-B) Não constam dos autos as faturas relativas aos períodos de junho/2014 em diante.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SETEMO		-			
Síntese da providência adotada:					
Item 1 - Conforme documentos anexos, a garantia foi apresentada pela empresa no dia 15/12/2014 e juntada aos autos.					
Por ter descumprido o prazo contratual para apresentação da garantia, será instaurado processo administrativo, que será devidamente instruído com os documentos e atos necessários e, em seguida, enviado à autoridade competente para a aplicação da multa.					
Item 2 – Em que pese todos os citados documentos serem nominalmente relacionados nos despachos/memorandos/ofícios dos gestores da época, fundamentando as glosas nos referidos estudos, os gestores procederam de acordo com as orientações do Coordenador da COAUDCON/SCISF, assinando todos os documentos que se encontravam sem assinatura no referido contrato.					
Ressalte-se que tal procedimento passa a ser padrão neste SETEMO.					

3-A) Primeiramente há que se ressaltar que NÃO HOUVE PAGAMENTO EM DUPLICIDADE.

As faturas avulsas foram auditadas à época e constatou-se que realmente os serviços prestados não haviam sido faturados pela empresa.

Outrossim, que todos os dados destas auditorias encontram-se salvos na pasta do SETEMO no “drive U:” do Servidor do Senado Federal e que estes estão à disposição da SCISF para a análise que entender necessária.

Como tais arquivos contêm informações sigilosas, tais como os números dos acessos (“linhas”), nome do usuário, número do discado, horários, datas, etc., por muitos considerados como amparados pelo direito constitucional do sigilo telefônico/telecomunicações, não os anexamos aos autos do processo. Haja vista que estes tramitam por diversos departamentos do Senado Federal e o risco de violação do sigilo aumentaria com a sua disponibilização nos autos.

Ainda sobre as faturas avulsas pagas posteriormente, explica-se a não cobrança tempestiva basicamente por questões operacionais e do tarifador da Contratada, que em alguns casos não fez a inclusão da cobrança dos novos acessos ativados no mês da fatura.

Contudo, a fim de esclarecer quaisquer dúvidas, será juntado aos autos uma planilha que indique com a clareza possível, uma vez tratarem-se de dados sigilosos, que os serviços cobrados de forma avulsa não foram cobrados anteriormente.

3-B) É fato que à época da análise feita pelo SCISF as faturas dos citados meses ainda não constavam dos autos, contudo, esta semana recebemos as faturas relativas aos meses faltantes, com exceção das de novembro e dezembro de 2014.

A causa da ausência das faturas diz respeito às auditorias realizadas em todas as faturas apresentadas pela Contratada.

O SETEMO analisa as faturas e glosa os valores cobrados em desconformidade com o que determina o contrato e envia os arquivos glosados para a análise da empresa Contratada. A contestação pela empresa normalmente tem sido demorada, a despeito das constantes cobranças realizadas pelos gestores. Normalmente a Licitada contesta as glosas, que são analisadas e, se não pertinentes, não alteradas pelo Senado. A decisão é novamente encaminhada à Contratada, que deve emitir a fatura.

Neste ponto o contrato não prevê penalização, nem permite ao Senado pagar apenas o que entender devido. Já o novo contrato para prestação deste tipo de serviço, previsto para iniciar em janeiro de 2015, prevê que, se a empresa não apresentar a contestação dos valores dentro do prazo contratual, ela estará tacitamente concordando com a análise feita pelo Senado Federal.

Com a adoção de tal medida, dificilmente voltará a ocorrer um lapso temporal tão grande entre a prestação dos serviços e o efetivo pagamento por parte do Senado Federal.

Síntese dos resultados obtidos

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 034/2014	1 e 4	Processo nº 00200.023862/2013-87		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria de Controle Interno – Coordenação de Auditoria de Contratações		-			
Descrição da Recomendação:					
Apresentar justificativas, prestar os esclarecimentos e informações pertinentes e adotar ações necessárias ao saneamento dos achados apontados, nos termos das recomendações formuladas nos itens 1 e 4 do Relatório.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Serviço de Portaria e Zeladoria - Sepoze		-			
Síntese da providência adotada:					
Item 1 – Esclarece inconveniência de migrar jornais e revistas para formato eletrônico;					
Item 4 - Esclarece que a anexação do comprovante de recebimento da via assinada do contrato pela contratada aos autos é de competência da Sadcon					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 080/2014	Itens 29 e 30	Processo nº 00200.000588/2010-25		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SPATR		-			
Descrição da Recomendação:					
Promover a alteração do Termo de Cessão de Uso incluindo cláusula que explice os valores a serem pagos a título de cessão (TAXA DE USO), discriminando-o daqueles devidos a título de resarcimento das despesas incorridas com água, energia elétrica, segurança, conservação e limpeza, telefone, equipamentos de informática, etc., em conformidade com o determinado no item 9.2.3 do Acórdão TCU nº 187/2008.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEAIM/SPATR		-			
Síntese da providência adotada:					
Solicitado através do processo nº 00200.011755/2011-44, alteração do Ato 30/2002 da Comissão Diretora, bem como alteração das minutas dos Termos de Cessão, Permissão e inclusão do Termo de Utilização de Uso					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando deliberação superior					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
1 - Hoje no cálculo do m² as despesas com água, energia, segurança, conservação e limpeza, etc. compõe a base de cálculo.					
2 - Quanto a despesas incorridas com telefonia e informática são cobrados conforme consta na tabela de Custo do Exercício 2014 anexa.					
3 - Os itens 1 e 2 são reajustados anualmente conforme determina o art. 4º do Ato 30/2002 da Comissão Diretora.					
Mesmo com as alterações a SINFRA terá dificuldades de implantar dentro do Senado Federal um relógio ou hidrômetro para cobrança individual do consumo de água e energia de cada utente.					
Do ponto de vista operacional e econômico não seria prudente que tais valores constasse no Termo de Cessão/Permissão/Utilização de Uso (custo de um termo aditivo), uma vez que, todos os utentes são comunicados oficialmente dos valores a serem praticados no próximo exercício.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 080/2014	Itens 29 e 30	Processo nº 00200.000588/2010-25		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SPATR		-			
Descrição da Recomendação:					
Corrigir o nome nos controle administrativos, compatibilizando a titularidade com o Termo de Permissão de Uso e com o registro no Portal da Transparência.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEAIM/SPATR		-			
Síntese da providência adotada:					
Os registros do SEAIM sempre constaram os dados corretos se há divergência entre outros registros administrativos não foram produzidos pelo SEAIM.					
Esta sendo enviado para o Portal da Transparência a integra dos Termos de Cessão Uso e Permissão de Uso, além de outras que detectamos necessária.					
Síntese dos resultados obtidos					
Concluso					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 080/2014	Itens 29 e 30	Processo nº 00200.000588/2010-25		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SPATR		-			
Descrição da Recomendação:					
Substituir o Termo de Permissão de Uso por TERMO DE CESSÃO DE USO					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEAIM/SPATR		-			
Síntese da providência adotada:					
A substituição do Termo de Permissão de Uso, de Cessão de Uso e de Utilização de Uso, será realizada logo após deliberação por parte da Comissão Diretora da mudança do Ato 30/2002 e das alterações dos referidos Termos de Cessão, Permissão e Utilização de Uso, constante do processo nº 00200.011755/2011-44					
Síntese dos resultados obtidos					
Todos os Termos serão refeitos e devidamente ajustados conforme parecer ADVOSF nº 378/2012					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nada a declarar					

UNIDADE JURISDICIONADA								
Denominação completa:		Código SIORG						
SENADO FEDERAL		-						
Recomendações da SCISF/SF								
Recomendações expedidas pela SCISF/SF								
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida					
	Relatório de Auditoria nº 080/2014	Itens 30c	Processo nº 00200.000588/2010-25					
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG						
SPATR		-						
Descrição da Recomendação:								
c) deve-se incluir no cômputo das despesas relativas à manutenção e conservação dos imóveis que compõem o conjunto arquitetônico do Senado Federal (Tabela I) a parcela referente a sua depreciação, já que constitui despesas ínsita a estes bens imóveis e que, por imposição legal, são calculadas e registradas na contabilidade do Senado Federal no SIAFI, observando tais informações e critérios de cálculo junto à SAFIN.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação	Código SIORG							
SEAIM/SPATR	-							
Síntese da providência adotada:								
Será incluída na base de calculo da Tabela I para o exercício de 2016 uma vez que para 2015 a mesma já foi aprovada.								
Síntese dos resultados obtidos								
Atendida para o exercício de 2016 e inserida na proposta de alteração do Ato nº 30/2002 processo nº 00200.011755/2011-44								
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor								
Nada a declarar								

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF/SF			
Recomendações expedidas pela SCISF/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 080/2014	Itens 30d	Processo nº 00200.000588/2010-25
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SPATR			-
Descrição da Recomendação:			
d) igualmente, devem ser consideradas no cômputo das despesas com informática, se já não o são, aquelas relativas à contratação de licença de softwares, obtendo tais informações e critérios de cálculo junto a PRODASEN.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SEAIM/SPATR			-
Síntese da providência adotada:			
Será solicitado ao PRODASEN a inclusão do item Licença de Softwares na tabela de calculo para o exercício de 2016 uma vez que a de 2015 já foi aprovada.			
Síntese dos resultados obtidos			
Atendido para o exercício de 2016			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada a declarar			

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL			-		
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
61	Relatório de Auditoria nº 06/2014	'1'e '2'	Processo nº 00200.014817/2008-74		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>a) Item 1 – Ausência nos autos de aprovação do projeto básico ou termo de referência pela autoridade competente (art. 7º, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/93; Acórdão nº 609/2007 – Plenário – TCU e art. 9º, inc. II, do Decreto nº 5.450/2005) (cód. 1.4).</p> <p>b) Item 3 – Incongruência ou impropriedade de dispositivos editalícios (art. 40 da Lei nº 8.666/93) (Cód. 5.5).</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
DADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à DADCON para as providências de sua alcada e posterior envio ao SEPPRE.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Quanto ao item “a””, informa-se que à época não existia a centralização atual das compras do Senado Federal, sendo estas realizadas de forma separada por cada um dos órgãos vinculados (PRODASEN, Gráfica e Senado), tendo sido o presente processo levado a cabo pelo PRODASEN, ou seja, nenhum dos servidores responsáveis pela elaboração do edital referente ao processo em tela trabalham atualmente nesta DADCON. Quanto à aprovação de projetos básicos e termos de referência na atualidade, é possível afirmar que desde a edição do Ato que regula as compras e contratações do Senado Federal (ATC nº 10/2010), tal procedimento tem sido cumprido em todos os processos licitatórios, que são centralizados e passam pelo crivo da SADCON desde o advento do ATC nº 3/2010.</p> <p>Quanto ao item “b””, verificou –se, de fato, que houve divergência entre o valor descrito no Anexo I do Edital e o de fato pesquisado. No entanto, não houve maiores prejuízos para o certame, com exceção à <u>possível</u> não participação de outros fornecedores. Conforme já dito, a equipe que trabalhou no processo não está mais em exercício nesta SADCON, o que dificulta esclarecimento dos fatos. No que se refere às licitações atuais, os preços estimados divulgados nos editais de Pregão e utilizados para balizar as contratações são aqueles pesquisados pelo SEPPRE, salvo para certames cujo objeto seja mão de obra, que atualmente são obtidos por meio de planilhamento realizado pela COPLAC. Atualmente a COPELI realiza conferência do edital e da conformidade de todo o processo antes da marcação da abertura do certame, o que minimiza possíveis novas ocorrências de erros similares.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 03/2014-COAUDCON/SCISF	1	Processo nº 00200.000538/2012-18		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SAFIN/COEXEFI – Contrato 149/2011 CAESB		-			
Descrição da Recomendação:					
Detalhar as despesas de acordo com os subitens do Plano de Contas da Administração Pública, evidenciando a correta execução orçamentária. No caso, despesa decorrente da cobrança de encargos moratórios foi apropriada na nota de empenho emitida para fazer face às despesas contratuais.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COEXEFI – Coordenação de Execução Financeira		-			
Síntese da providência adotada:					
COEXEFI – por tratar-se de apropriações realizadas em exercícios anteriores, não foi possível reclassificar a despesa. Doravante, a recomendação será acatada, tendo sido levada ao conhecimento dos servidores lotados nesta Coordenação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:			Código SIORG
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF/SF			
Recomendações expedidas pela SCISF/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº – 001/2014	2	Processo nº 6462/2014-98
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SAFIN			-
Descrição da Recomendação:			
2 – PAGAMENTO REALIZADO SEM APRESENTAÇÃO DA CNDT.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
SEPAF – SERVIÇO DE PAGAMENTO DE FORNECEDORES			-
Síntese da providência adotada:			
INFORMAMOS QUE QUANDO DO PAGAMENTO DA NF Nº 051, A CONTRATADA ENCONTRA-SE REGULAR PERANTE O FGTS, INSS E COM OS DÉBITOS TRABALHISTAS, CONFORME DOCUMENTAÇÃO ANEXADA.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº. 03/2014 – COAUDCON/SCISF	2	Processo nº. 00200.000538/2012-18		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GESTOR/SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – Contrato 149/2011 CAESB		-			
Descrição da Recomendação:					
O gestor do contato deve esclarecer as condições em que ocorreu a danificação de hidrômetro, conforme cobrado pela contratada às fls. 357.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA – SINFRA		-			
Síntese da providência adotada:					
Determinou-se a manifestação do gestor substituto em relação às circunstâncias que deram origem ao dano no hidrômetro.					
Síntese dos resultados obtidos					
Manifestação do gestor substituto no sentido que “ <i>a avaria ao visor foi um processo que durou vários meses. Inicialmente o visor do instrumento se apresentava nebuloso, mas ainda permitindo a leitura do registro de vazão d’água. Com o passar do tempo a transparéncia do visor foi se reduzindo, chegando ao ponto de ocultar a vazão acumulada pelo totalizador, havendo, então, a necessidade de troca do medidor. É impossível determinar a ação inicial que precipitou o dano ao instrumento.</i> ” Adicionalmente, o gestor informou que “ <i>o inciso IX da Cláusula Quarta do Contrato nº 0149/2011</i>					
<i>deixa claro que o ônus pela substituição do hidrômetro em caso de dano é do Senado Federal. Dessa forma, esclarece-se que o atesto à fl. 357 refere-se a substituição do hidrômetro com visor danificado por um novo hidrômetro, nos termos pactuados com a concessionária.</i> ”					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria de Conformidade nº 04/2014 – SEACON/COAUDCON/SCISF	1	Processo nº 0200.023864/2013		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Coordenação de Serviços Gerais - COGER		-			
Descrição da Recomendação:					
Fazer constar nos autos os documentos e/ou informações que fundamentem, de forma objetiva, a fixação dos quantitativos a serem contratados, em atendimento ao art. 15, §7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Coordenação de Serviços Gerais		-			
Síntese da providência adotada:					
Anexados aos autos informações relativas ao prazo de garantia de dedetizações utilizadas pelo mercado. São informações obtidas em páginas especializadas e de fornecedores na internet (fls.). O prazo de garantia de dedetizações, de 3 (três) meses, é o principal indicador do período de atividade dos principais produtos utilizados no mercado. Assim, findo o período de atividade dos produtos, recomenda-se nova aplicação, a fim de que o local não corra o risco de infestação de pragas. Em órgãos como o Senado, de área ampla, não uniformemente distribuída, com funcionamento das mais diversas atividades (serviço médico-hospitalar, salas, restaurante, lanchonete, marcenaria, depósito de bens, viveiro, etc.) e, em alguns casos, em áreas residenciais afastadas (Residência Oficial), recomenda-se que, preventivamente, haja aplicação tão logo encerra-se a atividade dos produtos de dedetização. Não fazê-lo equivale a expor as dependências à proliferação de pragas, com risco de comprometimento à saúde dos trabalhadores e aos bens públicos. Com garantia de 3 meses, recomenda-se dessa forma que as aplicações sejam trimestrais. Prova de que o dimensionamento praticado no contrato do Senado corresponde ao praticado no mercado são contratos da Administração Pública, com exigência semelhante e já contidas e anexadas ao presente processo, entre eles relacionamos os contratos de dedetização do TJDF (fls. 147/155), STJ (fls. 158/163), Ministério da Integração Nacional (fls. 204/231), Ministério das Comunicações (fls. 234/239), Ministério dos Transportes (fls. 242/249), Câmara dos Deputados (250/256), todos com obrigações de aplicações trimestrais, e STF (fls. 263/267), com obrigações ainda mais rigorosas, de aplicações bimestrais. Nas próximas contratações, o Termo de Referência conterá tais informações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendimento à recomendação da Scint e comprovação de que o contrato do Senado atende aos preceitos, ao dimensionamento e às especificações existentes na Administração Pública e no mercado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
As informações não foram prestadas à época pela necessidade de celeridade ao processo de contratação (o contrato anterior apresentava-se em final de vigência) e por já serem especificações comuns ao mercado, praticados na Administração Pública e também já praticados em contratos anteriores do Senado. A nosso ver, as especificações já encontravam-se suficientemente claras para a contratação. Ademais, tal recomendação também não foi sequer levantada quando da análise do Termo de Referência pela ADVOSF.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
jul/14	Relatório de Auditoria nº 08/2014	“3”	Processo nº 00200.023755/2012-78		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
Adequar os termos dos próximos editais de pregão ao contido no item 9.3.2 do Acórdão nº 694/2014 – TCU – Plenário, que trata dos critérios de avaliação das intenções de recurso.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPELI/SADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
Reiteramos a recomendação aos pregoeiros para absterem-se de analisar o mérito do recurso e observarem tão somente os requisitos de admissibilidade (sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação), conforme dispõe o item 9.3.2 do Acórdão 694/2014/Plenário.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ciência dos pregoeiros.					
Atendimento à recomendação da SCINT.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 08/2014	1, 2, 7 e 8	Processo nº 00200.023755/2012-78		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria de Patrimônio – Spatr/Coordenação de Serviços Gerais – Coger/ Serviço de Portaria e Zeladoria - Sepoze		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>Item 1: Fazer constar nos autos os documentos e/ou informações que justifiquem, de forma objetiva, as quantidades e as unidades a serem adquiridas, em atendimento ao art. 15, §7º, inciso II, da Lei nº 8.666/93;</p> <p>Item 2: Verificar junto à unidade solicitante dos serviços a possibilidade de substituir, no todo ou em parte, as assinaturas dos jornais, revistas e periódicos por versões eletrônicas, em consonância com a Política Socioambiental adotada por esta Casa Legislativa por meio do ATC nº 4/2013;</p> <p>Itens 7 e 8: Zelar para que todos os documentos processuais estejam datados e assinados.</p>					
Providências Adotadas					
Coordenação de Serviços Gerais – Coger/ Serviço de Portaria e Zeladoria - Sepoze		Código SIORG			
Síntese da providência adotada:					
<p>Item 1: Manter o fornecimento e distribuição regular de jornais e revistas de grande circulação, bem como jornais dos Estados de interesse dos Senhores Senadores e outras publicações de interesse da Administração da Casa (incluídas as Residências Oficiais dos Senhores Senadores), em cumprimento ao disposto no Ato nº 66 de 1993 da Comissão Diretora que disciplina a distribuição de jornais e revistas no Senado Federal.</p> <p>Item 2: Não há possibilidade de substituição, tendo em vista que a preferência dos Senhores Parlamentares é pela versão impressa. Atualmente o Senado disponibiliza o acesso eletrônico a 3 (três) principais jornais de grande circulação.</p> <p>Itens 7 e 8: Com relação ao item 7, todos os documentos processuais encontram-se devidamente datados e quanto ao item 8, todos foram assinados pelo responsável.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Embora o Relatório de Auditoria da SCISF tenha apontado algumas deficiências ou inadequações do objeto, o contrato foi integralmente cumprido, não tendo causado nenhum prejuízo à Casa. As recomendações da SCISF serão rigorosamente observadas para as próximas contratações..					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
551/2014	Nº 06/2014	4 e 10	Processo nº 00200.014817/2008-74		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON (Secretaria de Administração de Contratações)					
Descrição da Recomendação:					
2 – Deficiência na pesquisa de preço (art. 15, inc. V, da Lei nº 8.666/93, e art. 6º do Ato da Comissão Diretora nº 10/2010) Cód. 6.4)					
10 – Outros (cód. 15.99)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEPPRE (Serviço de Pesquisa de Preço)					
Síntese da providência adotada:					
Item 4 – Na época, a pesquisa de preços era, tal como todo o processo de contratação, descentralizado, sendo realizada de maneira direta em cada um dos órgãos vinculados (PRODASEN, Gráfica e Senado Federal). Ao verificar os autos, constatamos que a primeira pesquisa de preços foi realizada pelo SAA (Serviço de Aquisições e Contratações do PRODASEN) e não incluiu órgãos públicos. No entanto, no mesmo processo, foram realizadas outras pesquisas de preço posteriores, nas quais, por exemplo, foi incluído o Contrato nº 0170/2008, da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica). Ademais, nas pesquisas atualmente realizadas no SEPPRE, sempre se busca pelo menos um documento de órgão público (Edital, Contrato, Ata de Pregão ou de Registro de Preço etc.), que possa servir como fonte de amostra de preço praticado.					
Item 10 – Fazia pouco tempo, havia sido feita uma mudança no processo de pesquisa. Esta passou a ser realizada pelo ex-SEPPAQ (atual SEPPRE), em vez do SAA do PRODASEN. Houve um equívoco entre o nome de duas empresas: CompLine e Copy Line, por isso a primeira não havia sido consultada. Na pesquisa realizada em setembro de 2011, a empresa CompLine foi consultada, conforme fl. 537.					
Atualmente, além de pesquisarmos fontes cadastradas em nossos bancos de dados e obtidas na Internet (empresas, órgãos públicos, índices oficiais etc.), solicitamos ao órgão técnico, em todas as pesquisas, que indique fontes que julgar relevantes.					
Devido a chegada, nos últimos dias, de processos que necessitam de tramitação urgente, não foi possível analisar este processo e responder aos questionamentos da SCISF no prazo estipulado de 5 (cinco) dias corridos.					
Síntese dos resultados obtidos					
O número de fontes consultadas, com o apoio do órgão técnico, vem aumentando consideravelmente. Ademais, temos tido mais atenção na escolha das empresas consultadas, para evitar equívocos, como o ocorrido.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
# 01	Relatório de Auditoria nº 016/2014	I-1-(A)	00100.070920/2014-71		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases e CPGISC – Comissão Fiscal		-			
Descrição da Recomendação:					
A) Não consta dos autos a documentação requerida da empresa, prevista em diversos itens da Cláusula Segunda do Contrato: “X – providenciar junto ao CREA, em até 30 dias da contratação , a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, com remessa de cópia autenticada à fiscalização; (grifou-se) XVIII – apresentar, na data de assinatura do contrato, declaração comprovando que manterá em Brasília-DF, durante todo o período de execução contratual, pelo menos um engenheiro eletricista especializado em manutenção de instalações elétricas e um engenheiro mecânico especializado em manutenção de sistemas de ar-condicionado de precisão, com registro válido no CREA, e detentores de acervo técnico compatível com exigido nesta contratação, que deverão supervisionar e responsabilizar-se pela confecção, apresentação e execução do Plano de Manutenção e sua estrita observância por parte da contratada. (grifou-se) PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá providenciar, em até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do Contrato, o Certificado de cadastramento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal – CBMDF, NT-19/04/99, referente aos serviços de manutenção de sistemas de prevenção contra incêndio. A sua não-apresentação será motivo de rescisão nos termos da Cláusula Décima Terceira deste contrato. (grifou-se)” Não consta dos autos, notadamente, o certificado de cadastramento da empresa junto ao Corpo de Bombeiros.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão de Gestão Integrada da Sala-cofre – CPGISC (fiscal do Contrato)		-			
Síntese da providência adotada:					
Considerando que o processo de Contratação (SIGAD nº 00200.012714/2012-56) encontra-se na COAUDCON, a documentação foi anexada ao processo de Pagamento (SIGAD nº 00200.021003/2013-53), a saber: 1) ARTs ns. 0720140019888, 0720140019891 e 0720140019906, CREA-DF, registrado em 24/4/2014; 2) Declaração de Responsabilidade Técnica e Atestados Técnicos, cuja ‘Certidão de Acervo Técnico’ constam os senhores Eng. João Yassuo Martins Suzuki (carteira nº 61815/D-MG), Engenheiro Eletricista; Eng. Mário Co-sentino Machado Homem (carteira nº 40033/D-MG), Engenheiro Civil; e Eng. Rômulo Pimenta de Souza (carteira nº 10442/D-DF), Engenheiro Mecânico, devidamente cadastrados na “Certidão de Registro e Quitação”, com validade até 31/12/2014, no CREA-DF; além de cópias das Carteiras de Trabalho da equipe técnica da empresa ACECO T.I., correlatas. Também foi anexada ao processo de Pagamento uma cópia do Certificado de Credenciamento do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, com validade até 16/5/2015, autenticada pelo próprio Senado, a partir do original apresentado pela empresa prestadora dos serviços.					
Síntese dos resultados obtidos					

A documentação faltante foi juntada ao processo de pagamento, em atendimento à “II-Conclusão, item (a) do Relatório de Auditoria de Conformidade nº 016/2014-SEAUDCON/COAUDCON/SCISF”.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Desde antes de maio/2014, o processo SIGAD nº 00200.012714/2012-56 (de Contratação) estava tramitando em diversos Setores desta Casa Legislativa, para fins de providenciar a prorrogação do referido Contrato SF nº 072/2013 por mais um ano (de 1º de agosto de 2014 a 31 de julho de 2015), e, mesmo tendo sido entregues alguns documentos específicos de Atestado de Capacidade Técnica e regularidade técnico-contratual, o processo de Contrato, em si, não retornou ao Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases – GCONT e nem à Comissão de Gestão Integrada da Sala-cofre – CPGISC, para fins de anexação dos referidos documentos. E como se julgou não ser conveniente anexar inúmeros documentos ao processo de Pagamento (SIGAD nº 00200.021003/2013-53), os documentos assinalados pela Secretaria de Controle Interno que já haviam sido entregues pela empresa contratada ficaram na guarda do PRDSTI/Prodases

, sem que fossem entranhados a algum processo, o que redundou nestas recomendações/determinações da Secretaria de Controle Interno.

Instada pela Comissão de Gestão Integrada da Sala-cofre (Fiscal), a empresa Contratada – ACECO T.I. – apresentou a documentação faltante com validade atual, a qual foi anexada ao processo de Pagamento.

O Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases – GCONT assinala que houve demora na assinatura do Termo Aditivo que prorrogou o Contrato SF nº 072/2013, e que o referido processo de Contratação ficou por cerca de seis meses fora do PRDSTI/Prodases, dificultando a detecção de eventuais lacunas documentais no processo. Além disso, ao ser prorrogado, muitos dos requisitos contratuais deveriam ser averiguados também no âmbito da Secretaria de Administração de Contratações – SADCON.

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
# 02	Relatório de Auditoria nº 016/2014	I-1-(B)	00100.070920/2014-71		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases e CPGISC – Comissão Fiscal		-			
Descrição da Recomendação:					
A) Ainda em relação às obrigações da contratada, previstas na Cláusula Segunda, inciso XII, observou-se que a apresentação dos documentos fiscais juntamente com os relatórios mensais não estão sendo apresentados sempre nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à realização das respectivas manutenções: “XII - apresentar após a conclusão dos serviços previstos no Plano de Manutenção, a fatura/nota fiscal em estrita observância com os termos avençados. O período mínimo entre um faturamento e outro é de 30 (trinta) dias, observada a entrega das faturas sempre nos primeiros 5 (cinco) dias úteis do mês subsequente à realização das manutenções sempre acompanhadas dos relatórios de manutenção.” (grifou-se)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão de Gestão Integrada da Sala-cofre – CPGISC (fiscal do Contrato)		-			
Síntese da providência adotada:					
Por diversas vezes a empresa contratada foi instada a apresentar a documentação que dá suporte aos pagamentos. Apesar de prestar os serviços com regularidade e com elevada competência técnica, a empresa não tem mostrado a mesma agilidade quando se trata de adotar as providências administrativas decorrentes. Como os pagamentos não são autorizados sem que a documentação esteja completa e adequada, a contratada acaba prejudicando a si própria em razão do atraso nos pagamentos correspondentes aos serviços prestados.					
Síntese dos resultados obtidos					
A contratada comprometeu-se a sanar as pendências documentais e a reformular sua sistemática administrativa, de forma a entregar tempestivamente os faturamentos e os relatórios mensais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor e/ou fiscal					
A empresa ACECO T.I. informou que vem sofrendo reformulação empresarial em decorrência de mudanças acionárias. Uma parte substancial das ações da empresa foi adquirida no exterior por outro grupo controlador, implicando mudanças de sistemáticas internas e de dirigentes de diversos setores ao longo deste ano, o que acarretou impactos administrativos e de gestão. Mesmo assim, a contratada respondeu prontamente a diversas ações técnicas de grande magnitude e relevância realizadas na sala-cofre este ano.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
# 03	Relatório de Auditoria nº 016/2014	I-1-(C)	00100.070920/2014-71		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases e CPGISC – Comissão Fiscal		-			
Descrição da Recomendação:					
A) Observou-se, ainda, que o Plano de Manutenção apresentado pela empresa... não contempla diversos itens exigidos na ‘Cláusula Quarta – Do Regime de Execução’ do contrato em questão: “PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA deverá entregar em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, e antes de quaisquer ações de manutenção, o Plano de Manutenção, composto ele um relatório detalhado (em formato MS WORD), contendo informações sobre o estado dos equipamentos; indicação dos componentes que porventura estejam deficientes; indicação dos componentes que necessitam ser substituídos, inclusive com fotos; indicação sobre o estado dos cabos, conectores, olhais, partes mecânicas e indicação de eventual substituição, se necessário, inclusive com fotos; o Planejamento prévio (em formato MS PROJECT) para os próximos 12 (doze) meses, com indicação detalhada das ações a serem executadas periodicamente, inclusive com indicação dos ‘itens’ (materiais e serviços constantes das planilhas I e II) que serão utilizados (indicar sua necessidade na linha cronológica ao longo da execução contratual). O relatório deverá conter fotos coloridas e legíveis da identificação afixadas nos chassis, placa de controle, partes mecânicas, quadros de distribuição, e demais partes do ambiente ‘Sala-Cofre’. A proposta de manutenção deverá estar de acordo com os procedimentos mínimos de manutenção contidos no Parágrafo Décimo e com os manuais dos fabricantes. A marcação da execução do Plano de Manutenção deverá ser feita em formato MS PROJECT e também deverá ser indicada expressamente no Relatório Mensal, que deverá ser entregue junto com cada faturamento.” (grifou-se)(...)					
Na conclusão do Relatório de Auditoria de Conformidade nº 016/2014-SEAUDCON/COAUDCON/SCISF (documento SIGAD nº 00100.070920/2014-71), recomenda:					
“b) assegurar que a apresentação dos relatórios mensais e o plano de manutenção cumpra os termos previstos em contrato;(...)					
d) os serviços corretivos, emergenciais ou eventuais devem ser especificados e devidamente justificados, exigindo-se, quando couber, documentação referente, como os manuais, recomendações e instruções de fabricantes”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão de Gestão Integrada da Sala-cofre – CPGISC (fiscal do Contrato)		-			
Síntese da providência adotada:					
Na ocasião do início dos trabalhos, em agosto/2013, a empresa ACECO T.I. entregou tanto o Planejamento Anual de Manutenções Preventivas (2013-2014) quanto o “Relatório de Inspeção da Sala-cofre do Prodases” (contendo fotos e descrições de erros/problemas existentes dentro do ambiente da Sala-cofre do Prodases), que ficaram sob a guarda do Serviço de Infraestrutura de Data-Center – SEINDC/COINTI. Diante da atual recomendação de auditoria, esses documentos foram anexados ao processo de Pagamento (SIGAD nº 00200.021003/2013-53).					
A contratada foi novamente orientada pela Fiscalização para que os relatórios apresentados mensalmente sejam compatíveis e aderentes ao plano de manutenção e aos termos contratuais.					
Síntese dos resultados obtidos					
A empresa ACECO T.I. comprometeu-se a reformular e atualizar o Planejamento Anual de Manutenções para o novo período de vigência contratual, bem como elaborar um novo ‘Relatório de Inspeção da Sala-cofre do Prodases’, contemplando a configuração atual. Essas atividades não impactarão a continuidade dos trabalhos técnicos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor e/ou fiscal					
Diante da necessidade de trabalhos prévios que antecederam a renovação do Contrato nº 072/2013, que redundou no Termo Aditivo de prorrogação, o processo SIGAD nº 00200.012714/2012-56 (de Contratação) permaneceu em outros setores – fora do PRDSTI/Prodases – desde maio/2014, dificultando a devida anexação de documentação aos autos. Diante de tal situação, a documentação disponível foi anexada ao processo de Pagamento (SIGAD nº 00200.021003/2013-53).					

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF/SF			
Recomendações expedidas pela SCISF/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 10/2014- SEACON/COAUDCON/SCISF	“Números 3A e 3B da Análise”	Processo nº. 00200036892/2011-91
	Contratos CT20130048 e CT 2014007		
Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG		
	-		
Descrição da R			
a) Com relação à análise de número 3-A (fl. 1494-Verso) “Doravante, por ocasião da elaboração dos instrumentos convocatórios e termos contratuais, atente-se para o fato de que o ANS não deve ser concebido como multa ou penalidade, visto que possui natureza, finalidade e forma de aplicação distintas daquelas atribuídas às sanções administrativas”.			
b) Com relação à análise de número 3-B (fl. 1494-v) “Verificar se houve descumprimento da Cláusula segunda, parágrafo sexto, dos contratos, bem como termo de confidencialidade da informação, em decorrência de divulgação pela contratada, na internet, de notícias relativas ao objeto da presente contratação”.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
Todas as Coordenações do Prodases que elaboram Termos de Referências.	-		
Síntese da providência adotada:			
Item 3A - A diretoria do Prodases irá orientar as coordenações para que doravante, por ocasião da elaboração dos instrumentos convocatórios e termos contratuais, atente-se para o fato de que o ANS não deve ser concebido como multa ou penalidade, visto que possui natureza, finalidade e forma de aplicação distintas daquelas atribuídas às sanções administrativas.			
Item 3B – Não se aplica a este contrato. Os links relacionados à fl. 1494 não tem relação com o contrato em questão e se referem ao contrato de Copiadoras (Contrato 0122/2010), e não ao contrato de impressoras. O contrato 0122/2010) não está na gestão do Prodases. Salienta-se que às fls. (1503 a 1505), consta o inteiro teor dos Links mencionados acima.			
Síntese dos resultados obtidos			
Quanto à Letra a)			
Ciente. O conteúdo dos autos será divulgado internamente nas áreas responsáveis pela elaboração de termos de referências e projetos básicos, quanto ao fato da ANS não ser concebida como multa ou penalidade.			
Quanto a Letra b)			
Não se Aplica ao contrato em questão.			

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	Relatório de Auditoria nº. 18/2014	1 e 2	processo nº 012599/12-3		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
“a) <u>Item 1</u> : promover a adjudicação ... anexando aos autos a decisão correspondente.”;					
e					
“c) <u>Item 2</u> : o pregoeiro deve, sempre que mantiver sua decisão, submeter ao Diretor-Geral Adjunto os recursos interpostos pelos licitantes, na forma do inciso VII do artigo 34 do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal, instituído pelo ATC nº 10/2010;”.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão Permanente de Licitação - COPELI		-			
Síntese da providência adotada:					
Cópias da decisão do pregoeiro, da autoridade competente e dos Termos de julgamento de recursos e de Adjudicação do Pregão eletrônico, que constam do Sistema Comprasnet, foram impressas e anexadas aos autos.					
Síntese dos resultados obtidos					
Nenhum					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Quanto ao item 1: o pessoal da DGERAD é que é responsável pela impressão e inserção dos documentos alusivos as decisões da autoridade competente, inclusive o Termo de Adjudicação, no devido processo físico. Provavelmente tal ação deve ter sido esquecida neste caso.					
Quanto ao item 2: Não só o pregoeiro que realizou o certame em análise quanto os demais pregoeiros do Senado Federal tem conhecimento das normas vigentes para os processos licitatórios e as utiliza diariamente. Neste caso em particular, excepcionalmente, o Pregoeiro esqueceu de imprimir o documento pertinente à decisão tomada e a secretaria da COPELI não conferiu a totalidade das páginas, fato que não costuma acontecer.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
031/2014	Nº 017/2014	Item 1	Processo nº 00200.006597/2011-19		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG		
SADCON/COCDIR					
Descrição da Recomendação:					
1 – Publicação fora do prazo (arts. 26, caput, e 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93) (cód. 7.6)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COCDIR/SADCON					
Síntese da providência adotada:					
Item “1” – Inicialmente, ressalto que os postos de chefia no âmbito da COCDIR/SADCON foram modificados recentemente. Já quanto ao apontamento acima, destaco que temos diligenciado já em inúmeros processos a implantação de procedimentos padronizados de modo que, podemos afirmar, esse ano (2014) não ocorreu publicação fora do prazo, ao menos no âmbito das compras diretas.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atualmente, estamos atentos para que situação semelhante à detectada não volte a ocorrer.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
662/2014	Nº 018/2014	3	Processo nº 00200.005717/2013-14		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON (Secretaria de Administração de Contratações)					
Descrição da Recomendação:					
3 – Pesquisa de preços defasada (art. 43, inc. IV, da Lei nº 8.666/93; Acórdão nº 99/1995 – Plenário – TCU; Acórdão nº 310/1995 – Primeira Câmara – TCU; Decisão nº 302/98 – Primeira Câmara – TCU; e Acórdão nº 3294/2009 – Segunda Câmara – TCU) (Cód. 6.2).					
Não consta do Processo nº 200.005717/2013-14 que tenha sido realizada pesquisa de preços relativa ao Contrato nº 0026/2014, conforme determinação do Diretor-Geral à fl. 237.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEPPRE (Serviço de Pesquisa de Preço)					
Síntese da providência adotada:					
Ao verificarmos o SIGAD, observamos que, após a decisão do Diretor-Geral às fls. 237/237-v, e antes deste relatório de auditoria, não houve tramitação do processo 00200.005717/2013-14 ao SEPPRE, conforme fls. 3318/3320. A primeira vez que se deu conhecimento a este Serviço acerca da decisão tomada, foi agora, por meio deste relatório de auditoria. Assim, não se procedeu à pesquisa solicitada à época, porque não se tomou conhecimento de sua necessidade, visto que não se teve acesso aos autos desde então.					
Síntese dos resultados obtidos					
Desde o início, cumprimos decisões superiores, relacionadas ao processo de pesquisa ou à necessidade de sua realização.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 013/2014-SEACON/COAUDCON/ SCISF	Número “5-C” da Análise e o corres-pondente da Conclusão	Processo nº. 00200.033254/2012-08		
	Contrato CT20130062				
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
COASAL/SPATR		-			
Descrição da Recomendação:					
5-C) Anexar aos presentes autos os laudos trimestrais exigidos no Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira do contrato em relevo.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COASAL – Coordenação de Administração e Suprimento de Almoxarifados		-			
Síntese da providência adotada:					
A contratada foi notificada para que apresentasse os laudos trimestrais de análise técnica comprovando as boas condições de consumo da água fornecida, conforme Parágrafo Quarto da Cláusula Terceira do Contrato nº 0067/2014.					
Síntese dos resultados obtidos					
Os referidos laudos foram devidamente acostados aos autos às fls. 419-422.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Nenhuma.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
1	Relatório de Auditoria nº 11/2014	Item 3 Letra C	00.200.005042/2013-11		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/GBACON		-			
Descrição da Recomendação:					
AUSÊNCIA DE DATA EM DOCUMENTO					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SADCON/GBACON		-			
Síntese da providência adotada:					
Foi registrada a data do documento de fls. 111, e comunicado aos servidores do GBACON/SADCON, para observar a necessidade de datar os documentos, quando do encaminhamento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
# 01	Relatório de Auditoria nº 019/2014	I-1	00100.075476/2014-80		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
GCONT – Núcleo de Gestão de Contratos do Prodases e CPGISC – Comissão Fiscal		-			
Descrição da Recomendação:					
Item I-1: Ausência de subscrição do projeto básico ou termo de referência pelo Diretor da Secretaria responsável (art. 5º, § 3º, do Regulamento de Compras e Contratações do Senado Federal, instituído pelo ATC nº 10/2010) (cód. 1.17)					
Não consta no projeto básico de fls. 655/679 a assinatura do Diretor do PRODASEN, em desacordo com o disposto no § 3º, artigo 5º, do Regulamento de Compras do Senado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Comissão Permanente de Gestão Integrada da Sala-cofre – CPGISC (fiscal do Contrato)		-			
Síntese da providência adotada:					
A ausência de assinatura do Diretor do PRODASEN, à época, à fl. 679, já foi devidamente sanada e, também, foi corrigida a ausência da assinatura de um dos membros (fl. 676) da Comissão que elaborou o Projeto Básico em dezembro/2012.					
Síntese dos resultados obtidos					
A sistemática atual, na elaboração de projetos básicos, é de sempre colocar as assinaturas dos elaboradores dos documentos e também dos respectivos superiores hierárquicos, inclusive com assinatura do Diretor da Secretaria, no caso PRDSTI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Após a detalhada análise, por parte da Secretaria de Controle Interno, do processo SIGAD nº 00200.012714/2012-56 (em 5 volumes), de contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva do ambiente da sala-cofre do Prodases, que resultou no Relatório de Auditoria de Conformidade nº 019/2014-SEAUD-CON/COAUDCON/SCISF; os gestores e fiscais do Contrato nº 072/2013 adotaram as providências solicitadas no Item I-1, ínsitas na letra ‘a’ da Conclusão (fl. 1599 dos autos): “a) os diretores de secretaria devem assinar os projetos básicos das contratações oriundas de sua unidade”... sendo que os restantes das demais providências cabíveis são, essencialmente, da alçada da Secretaria de Administração de Contratações – SADCON, do Senado Federal.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
66	Relatório de Auditoria nº 26/2014	1	Processo nº 00200.026485/2012-57		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>a) Item 1 – Incongruência ou impropriedade de dispositivos contratuais (art. 54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) (cód. 8.7)</p> <p>b) Item 3 – Existência no instrumento convocatório de cláusulas ou condições que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do certame (art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/93; Acórdão nº 1.786/2010 - 2ª Câmara – TCU; Acórdão nº 565/2010 – 1ª Câmara – TCU; Acórdão nº 5.826/2009 – 1ª Câmara – TCU, Acórdão nº 1.905/2009- Plenário – TCU) (cód. 5.10)</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
<p>Quanto ao item “a”, informa-se que esta COATC, ao elaborar as minutas dos instrumentos convocatórios que instruem os procedimentos licitatórios no âmbito de Senado Federal, utiliza o modelo de contratação constante do Projeto Básico ou Termo de Referência apresentado, contudo, atualmente, já estamos orientando os órgãos técnicos a não mais utilizarem como modelo de contratação o pagamento por mera disponibilidade, apesar da resistência que temos encontrado. Ao mesmo tempo, a equipe de elaboradores de editais desta COATC foi orientada a revisar os editais com a finalidade de encontrar e sanar possíveis incongruências como a encontrada neste achado de auditoria, para que não mais ocorram.</p> <p>Deve ser considerado que – por força do disposto no artigo 57, § 1º, do Ato nº 23/2014, da Diretoria-Geral do Senado Federal, bem como tendo em vista o que determina o parágrafo único do art. 38 da Lei Geral de Licitações – as minutas de editais são previamente examinadas e aprovadas pela Advocacia do Senado Federal.</p> <p>Quanto ao item “b”, informa-se que não é usual nos editais elaborados pela COATC a existência da exigência de comprovação por parte da licitante de que deva possuir em seu quadro profissionais responsáveis pela execução dos serviços, o texto usualmente utilizado é: “A comprovação de que o profissional pertence ao quadro permanente da empresa ou que possua vínculo contratual com a mesma poderá ser realizada mediante a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), ou da ficha de registro de empregado, ou do contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio ou de contrato de prestação de serviço.” A redação informada foi aprovada pela Comissão de Minutas Padrão do Senado Federal. Portanto, verifica-se que foi um equívoco o texto utilizado na licitação em questão, e os servidores responsáveis pela elaboração de editais foram orientados a se atentarem para que o texto padrão seja utilizado, em detrimento da redação constante do Projeto Básico ou Termo de Referência apresentado pelo órgão técnico, orientando os órgãos do Senado Federal.</p> <p>Novamente deve ser considerado que – por força do disposto no artigo 57, § 1º, do Ato nº 23/2014, da Diretoria-Geral do Senado Federal, bem como tendo em vista o que determina o parágrafo único do art. 38 da Lei Geral de Licitações – as minutas de editais são previamente examinadas e aprovadas pela Advocacia do Senado Federal.</p>					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
67	Relatório de Auditoria nº 25/2014	1	Processo nº 00200.030817/2011-17		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Item 1 – Incongruência ou impropriedade de dispositivos editalícios (art. 40 da Lei nº 8.666/93) (cód. 5.5)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Quanto ao item “a”), informa-se que esta COATC, ao elaborar as minutas dos instrumentos convocatórios que instruem os procedimentos licitatórios no âmbito de Senado Federal, utiliza como base as minutas padrão de editais, aprovadas pela Comissão de Minutas Padrão e instituídas pelo Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2008.					
Ademais, deve ser considerado que – por força do disposto no artigo 57, § 1º, do Ato nº 23/2014, da Diretoria-Geral do Senado Federal, bem como tendo em vista o que determina o parágrafo único do art. 38 da Lei Geral de Licitações – as minutas de editais são previamente examinadas pela Advocacia do Senado Federal.					
<i>Ex positis</i> , em cumprimento ao disposto no art. 3º, parágrafo segundo, do Ato da Comissão Diretora nº 16/2008, requer-se que o atendimento da recomendação exarada pela Secretaria de Controle Interno para adequar os termos dos próximos editais de pregão ao contido no item 9.3.2 do Acórdão nº 694/2014 – TCU – Plenário seja submetido à análise da Comissão de Minutas Padrão e à apreciação da Advocacia do Senado Federal.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
68	Relatório de Auditoria nº 23/2014	1	Processo nº 00200.019107/2013-06		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATAÇÕES - SADCON		-			
Descrição da Recomendação:					
a) Item 1 – Incongruência ou impropriedade de dispositivos contratuais (art. 54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93) (cód. 8.7)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COATC		-			
Síntese da providência adotada:					
O processo foi encaminhado pela SADCON à COATC para as providências de sua alçada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Quanto à letra ‘a’ houve um erro material na minuta de contrato. A equipe de elaboradores de editais e contratos desta COATC foi orientada a revisá-los com a finalidade de encontrar e sanar possíveis incongruências como a encontrada neste achado de auditoria, para que não mais ocorram.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
724/2014	Nº 025/2014	5	Processo nº 00200.030817/2011-17		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON (Secretaria de Administração de Contratações)					
Descrição da Recomendação:					
5 – Inclusão nos autos de documento sem numeração e/ou rubrica (art. 22, § 4º da Lei nº 9.784/99, item 4.2.1 do Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo Administrativo) (cód. 15.6)					
Diversas folhas, embora numeradas, não foram rubricadas (ex: 336/359)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEPPRE (Serviço de Pesquisa de Preço)					
Síntese da providência adotada:					
Em todos os processos nos quais trabalhamos, atualmente, são verificadas as paginações, carimbagens e rubricas necessárias.					
Síntese dos resultados obtidos					
Tais verificações evitam ocorrências como a citada neste RA.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
dez/14	Relatório de Auditoria nº 025/2014	“2” e “3”	Processo nº 00200.030817/2011-17		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COPELI		-			
Descrição da Recomendação:					
<p>- O Pregoeiro, sem pré mantiver sua decisão, deve submeter o recurso interposto em pregões eletrônicos à apreciação do Diretor-Geral Adjunto de Contratações, por força do art. 10, inc. V, do ATC nº 12/2014 c/c art. 10, inc. III, do ATC nº 12/2014;</p> <p>- Nos pregões em que houver recurso, o Pregoeiro deve encaminhar os autos ao Diretor-Geral Adjunto de Contratações, para adjudicação, conforme art. 10, inc. III, do ATC nº 12/2014.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COPELI/SADCON		-			
Síntese da providência adotada:					
Foi reiterada a recomendação aos Pregoeiros e demais servidores da COPELI que, em caso de recurso conhecido pelo Pregoeiro (acatamento da intenção de recurso), os autos deverão ser remetidos à Diretoria-Geral Adjunta de Contratações para o respectivo julgamento e adjudicação.					
Síntese dos resultados obtidos					
Ciência dos Pregoeiros e servidores da COPELI.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Em relação aos apontamentos da SCINT, a COPELI, <i>data venia</i> , entende que o não acatamento da intenção recursal por parte do Pregoeiro em razão da ausência de alguns dos pressupostos de admissibilidade implica, a bem da verdade, na inexistência de “recurso idôneo”, de modo que, em tais casos, caberia ao Pregoeiro a própria adjudicação do objeto, conforme previsão contida no art. 11, IX, c/c art. 26, §1º, ambos do Decreto nº 5.450/2005.					
Tanto é verdade, que o próprio sistema COMPRASNET, na situação em que o Pregoeiro rejeita a intenção de recurso, possibilita a direta adjudicação do certame. Tal possibilidade é lastreada na redação do §1º do art. 26 do Decreto nº 5.450/2005, que preconiza a competência do Pregoeiro para adjudicar a licitação em caso de rejeição da intenção recursal por ausência dos pressupostos de admissibilidade.					
Dessa forma, em casos tais, o Pregoeiro, após adjudicar o objeto da licitação, encaminha os autos diretamente ao Diretor-Geral do Senado Federal para homologação do procedimento. Por outra via, os autos serão enviados à Diretoria-Geral Adjunta de Contratações apenas quando houver acatamento da intenção recursal e, no mérito, improcedência do recurso, porquanto, aí, o Pregoeiro estará “mantendo a sua decisão”, situação que impõe a devolução da matéria recursal à autoridade superior.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL					
Recomendações do OCI					
Recomendações expedidas pelo OCI					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
032/2014	Nº 027/2014	Item 2	Processo nº 00200.012136/2012-58		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
SADCON/COCDIR					
Descrição da Recomendação:					
2 – Fundamentação legal incorreta ou imprecisa (art. 37, caput, da Constituição Federal) (cód. 15.2)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
COCDIR/SADCON					
Síntese da providência adotada:					
Item “2” – Inicialmente, ressalto que os postos de chefia no âmbito da COCDIR/SADCON foram modificados recentemente. Já quanto ao apontamento acima, destaco que temos diligenciado para que tal inconsistência não ocorra, inclusive, hoje, os processos de inexigibilidade possuem sempre parecer jurídico que, dentre outros apontamentos, indica qual o enquadramento legal correto para cada caso.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atualmente, estamos atentos para que situação semelhante à detectada não volte a ocorrer.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não há.					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 29/2014	1	Processo nº 0200.012368/2013-97		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Prodasen/GCONT		-			
Descrição da Recomendação:					
Recomenda-se rescisão contratual, com a realização de novo certame licitatório, se for o caso, vinculando o pagamento à unidade quantitativa de serviços de manutenção corretiva efetivamente executada.					
Avaliar se da execução contratual advieram prejuízos ao erário, instituindo, se for o caso, procedimento específico para apurar possíveis danos ao erário e responsabilidades.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Prodasen/GCONT		-			
Síntese da providência adotada:					
<u>Modelo de Contratação por remuneração fixa mensal</u>					
O relatório de auditoria levanta a questão de que a contratada recebe o pagamento mensal, sem que tenha prestado serviços em alguns meses.					
Entretanto, primeiramente é importante esclarecer que o modelo de contratação adotado, nesse caso, é o de “remuneração fixa mensal”. Nesse modelo, a empresa contratada, bem como as demais participantes do processo licitatório, estimam seus custos e elaboram suas propostas de preços baseado nos seguintes itens:					
<ul style="list-style-type: none"> • <i>Quantidade e especificações técnicas dos equipamentos;</i> • <i>Quantidade estimada de acionamentos do período a ser contratado;</i> • <i>Valor e quantidade de peças a serem substituídas;</i> • <i>Tempo e Condições de uso dos equipamentos;</i> 					
Esse modelo de contrato se assemelha a, e nesse caso substitui, o serviço de garantia fornecido por fabricantes de equipamentos. O intuito é garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos, por meio da manutenção corretiva. Paga-se um valor mensal para que a contratada assuma os riscos e corrija de forma tempestiva qualquer interrupção no funcionamento desses equipamentos.					
Desta forma, a prestação dos serviços de manutenção corretiva não é constante. Em alguns meses pode não haver nenhum chamado, enquanto em outros meses podem haver diversos chamados. Num determinado mês pode acontecer, por exemplo, de um computador ficar totalmente inoperante e ter que ser substituído, sem que o Senado tenha que pagar nenhum valor a mais por isso. Como explicado anteriormente, esse modelo segue o mesmo princípio dos contratos de garantia fornecidos por fabricantes e vendedores de equipamentos.					

Esse modelo é inclusive adotado para manutenção corretiva de outros tipos de equipamentos, como impressora e ar-condicionado. Contratos que seguem esse modelo são utilizados inclusive no Tribunal de Contas da União (TCU), no contrato oriundo do Pregão Eletrônico nº 09/2014. Pode-se citar também o exemplo do contrato de manutenção de impressoras do Tribunal Regional do Trabalho 14ª Região, oriundo do Pregão Eletrônico 41/2013.

Vinculação dos pagamentos aos resultados obtidos

Outra afirmação feita no Relatório de Auditoria é que não há vinculação dos pagamentos aos resultados alcançados. Entretanto, o Contrato nº 052/2013 prevê Níveis Mínimos de Serviços (NMS), de forma a garantir a qualidade e agilidade na prestação dos serviços, conforme orientações do Tribunal de Contas da União. Nesse contrato, a remuneração da empresa contratada fica vinculada ao cumprimento dos níveis de serviço descritos na Cláusula Quarta do contrato.

A Nota Técnica nº 06/2010 Sefti/TCU esclarece o assunto:

“Contratações com nível mínimo de serviço possuem mecanismos que possibilitam à Administração remunerar o fornecedor na medida do cumprimento do nível de serviço pactuado no ajuste, adequando-se, portanto, ao paradigma da efetivação de pagamentos por resultados. Além disso, constituem uma forma recomendável de alcançar eficiência, eficácia e qualidade na prestação de serviços terceirizados, bem como se mostra aderente ao princípio da legalidade aplicado à Administração Pública.”

Desta forma, o Contrato nº 052/2013 prevê explicitamente a vinculação do pagamento aos resultados alcançados.

Comparação com o Modelo de Contratação por chamado

Ainda sobre este assunto, um modelo alternativo para esse tipo de serviço seria o de “remuneração por chamado”. Esse modelo prevê um custo variável, onde cada manutenção seria orçada para em seguida ser submetida a aprovação, implicando na indisponibilidade dos computadores durante este processo.

Este modelo de remuneração das manutenções por chamado impõe ao Senado implementação de logística adicional, em que cada acionamento deve ser vistoriado por servidor habilitado, de forma a averiguar a manutenção realizada, para fins de atesto. Além disto, e o que é mais preocupante, neste formato prevê-se tempo adicional para conclusão da manutenção, por conta da necessidade de verificação e atesto por um técnico especializado do Senado.

A empresa contratada, nesse modelo, estaria sem receber pagamentos, mas teria que estar equipada para atender os acionamentos, com equipe técnica especializada e disponível para pronto atendimento, bem como as peças necessárias para reposição. Isto impõe uma logística com custos.

Ademais, no modelo de remuneração por chamado, quanto mais problemas ocorrem, mais a empresa é remunerada, o que traz o risco de resolução parcial dos incidentes, para que posteriormente seja feito um outro chamado, e a empresa remunerada novamente.

Conclusão

Ante o exposto, conclui-se que a contratação de manutenção com custo fixo mensal/anual é mais viável tendo em vista os argumentos relatados. Além disso, o Contrato nº 052/2013 está em conformidade com o paradigma de pagamentos vinculados a resultados alcançados, conforme orientações do TCU. Por fim, tendo em vista os esclarecimentos apresentados, não houve prejuízos ao erário.

Síntese dos resultados obtidos

Em relação ao modelo mais adequado para contratação de serviços de manutenção corretiva, serão feitas consultas à SADCON e à Diretoria-Geral Adjunta de Contratações para deliberar sobre o tema.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº 29/2014	2	Processo nº 0200.012368/2013-97		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Prodasen/GCONT		-			
Descrição da Recomendação:					
A Administração deve aplicar as penalidades cabíveis sempre que a contratada descumprir suas obrigações contratuais, conforme já decidido pelo Tribunal de Contas da União e pelo TRF – 1ª Região.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
Prodasen/GCONT		-			
Síntese da providência adotada:					
Primeiramente é importante esclarecer o conteúdo da Cláusula Quarta, parágrafo Sétimo:					
<i>"As glosas a que se referem os parágrafos quarto, quinto e sexto serão aplicadas somente para as ocorrências abertas no período de cobertura da parcela até o limite de 50% do valor mensal do contrato sem prejuízo de demais multas e sanções previstas na Cláusula Décima Terceira."</i>					
O trecho “sem prejuízo das demais multas e sanções” possibilita, caso as glosas não sejam suficientes ou proporcionais aos danos causados, que sejam aplicadas também as multas e sanções previstas na Cláusula Décima Terceira.					
Na situação levantada pela auditoria, ocorrida no período de 07/09/2013 a 06/10/2013, a aplicação da glosa foi suficiente e proporcional aos fatos ocorridos. Na ocasião, ocorreram atrasos de algumas horas no atendimento à solicitação de serviços, descumprindo assim os acordos níveis de serviço definidos no contrato.					
Assim, foi indicada pela GCONT a glosa por atraso de início (1%) e de conclusão dos serviços (2%), conforme disposto na Cláusula Quarta, parágrafos quarto, quinto e oitavo do Contrato nº 052/2013. Em seguida foi encaminhado para a Diretoria Geral Adjunta de Contratações para deliberação sobre a aplicação de penalidade adequada à situação.					
Considerando os princípios da razoabilidade, da finalidade e da motivação, foi sugerido que não houvesse outras penalidades, além da glosa já aplicada. Entendeu-se que os atrasos ocorridos não causaram prejuízo ao Senado, e que a glosa efetuada já teve um caráter educacional e de adequação do valor pago ao nível de serviço praticado.					
Tendo em vista que não houve prejuízo à Administração, e por entender que não cabia aplicação de penalidade cumulativa à glosa, o Diretor-Geral Adjunto, à época, decidiu acatar a sugestão da GCONT.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCINT/SF					
Recomendações expedidas pela SCINT/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Itens do RA	Comunicação Expedida		
1	Relatório de Auditoria nº 030/2014 COAGES/SCISF	1, 2 e 3	Processo nº 00200.030580/2012-55		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF		-			
Descrição da Recomendação:					
1 – Apresentação de garantia após o prazo estabelecido no contrato (art. 56 da Lei nº 8.666/93) (Cód. 11.5).					
O Parágrafo Primeiro da Cláusula Nona do contrato estabelece que a contratada tem o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de assinatura, para efetivar a prestação da garantia e apresentar o comprovante respectivo. No entanto, a contratada apresentou a apólice de seguro-garantia (doc. De fls. 39/44) emitida pela JMalucelli Seguradora S/A em 20/11/2012, enquanto o contrato foi assinado em 30/10/2012, caracterizando um atraso mínimo de 10 (dez) dias no cumprimento daquela obrigação contratual.					
2 – Ausência nos autos de encaminhamento à autoridade competente para aplicação de sanção administrativa (arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, e art. 8º, inc. XII, do Ato da Comissão Diretora nº 02/2008) (Cód. 10.2).					
Não consta dos autos que o gestor do contrato tenha comunicado à autoridade competente o atraso ocorrido na prestação da garantia contratual, conforme determina o 8º, inc. XII, do Ato da Comissão Diretora nº 02/2008.					
3 – Ausência nos autos da identificação (nome/cargo) do autor do atesto (art. 22, § 1º, Lei nº 9.784/99; e art. 40 do Decreto nº 93.872/86) (cód. 11.2).					
Em diversas notas fiscais (vide p. ex., fls. 124, 144, 156, 180, 193, 204), foram consignados os atestos sem a identificação completa do fiscal, faltando o nome, matrícula e o cargo do servidor, o que pode ser feito por meio de aposição de carimbo, conforme Art. 40 do Decreto nº 93.872/86.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
SEGRAF - Servidor Eduardo José Cavalcanti de Souza – mat. 30160 Gestor Substituto do Contrato nº 130/2012					
Síntese da providência adotada:					
Considerando que o processo ora auditado é o financeiro, o servidor Eduardo José Cavalcanti de Souza, matrícula 30160, gestor substituto deste contrato, irá tratar o assunto sobre o atraso da apresentação do seguro-garantia, constante dos itens 01 e 02 do RA nº 030/2014, em processo apartado deste, a ser anexado ao principal de nº 00200.024296/2011-69 (original do contrato), a fim de se evitar possíveis atrasos no pagamento regular dos serviços prestados.					
Quanto ao item 03, os gestores titular e substituto, signatários dos “atestos” das notas fiscais, realizaram a identificação das assinaturas mediante aposição do nome completo, matrícula e cargo.					
Síntese dos resultados obtidos					
Itens 01 e 02: instrução em processo apartado; Item 03: recomendação atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCINT/SF			
Recomendações expedidas pela SCINT/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório de Auditoria nº 033/2014 COAUDCON/SCISF	2 e 4	Processo nº 00200.024296/2011-69
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Secretaria de Editoração e Publicações - SEGRAF			-
Descrição da Recomendação:			
2 – Incongruência ou impropriedade de dispositivo(s) contratual(is) (art. 54, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/93_ (cód. 8.7).			
A Cláusula Quinta do Contrato nº 0130/2012, doc. De fls. 880/894, estabelece que o Senado pagará à contratada conforme proposta por esta apresentada, não sendo permitido em nenhuma hipótese o pagamento de serviços não executados ou executados de forma incompleta.			
A proposta da empresa, doc. De fls. 837/840, reproduz o texto do edital: “Contratação de empresa especializada de serviços de impressão digital colorida a laser, por meio de disponibilidade e instalação de 02 (dois) equipamentos novos, de primeiro uso e em linha de produção, incluindo serviços de execução, software de gerenciamento, inventário e contabilização, manutenção e fornecimento de suprimentos (exceto papel), durante 36(trinta e seis) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações do edital e seus anexos”.			
Consta do edital, proposta e contrato, que ao Senado será franqueada, mensalmente, 150 milheiros de páginas, representando esta franquia um valor mínimo a ser pago à contratada, independentemente da quantidade dos serviços prestados, consoante a alteração do Projeto Básico, inserta às fls. 742 e aprovada pela Diretora-Geral às fls. 746.			
Portanto ficou pactuado um pagamento mensal mínimo à contratada, em razão dos serviços disponibilizados e franqueados ao Senado, garantindo à contratada o direito de receber o valor da franquia mesmo se a produção for inferior a 150 milheiros.			
No entanto, o Parágrafo Quarto da mencionada Cláusula Quinta do contrato estabelece que o pagamento efetuar-se-á mensalmente, com base na produção aferida.			
Assim sendo, as condições de pagamento dos serviços, estabelecidas pela Cláusula Quinta do contrato, estão incongruentes, pois o caput daquela cláusula estabelece o pagamento de um valor mínimo, estipulado em razão dos serviços franqueados, conforme praticado no processo nº 031151/12-4, ao passo que o Parágrafo Quarto daquela cláusula estabelece que o pagamento será efetuado com base na produção aferida.			
4 – Ausência de adoção de modelo de contratação baseado em resultados (art. 3º e 4º, II, do Decreto n			
º 2.271/97, art. 7º, inc. VI, c/c § 4º, do Ato DGER nº 023/2014, Acórdãos 449/2005, 1330/2008, 669/2008, 1453/2009, 1099/2008, 3006/2010 e 1996/2011 – todos do Plenário/TCU) (cód. 16.1).			
O modelo de remuneração adotado na presente contratação, ao definir o valor mensal a ser pago à contratada em função da franquia mínima disponibilizada ao Senado, pode levar ao pagamento sem a respectiva prestação dos serviços, desde que o Senado não utilize integralmente a franquia contratada durante o exercício, visto que a franquia é acumulável nos termos do Parágrafo Terceiro da Cláusula Quinta do contrato firmado.			
Dessa forma, caso o Senado não utilize integralmente os milheiros da franquia mínima contratada, ainda assim a contratada receberá o valor integral, estando caracterizado, em tais hipóteses, o pagamento por disponibilidade, sem a respectiva prestação dos serviços de impressão, afrontando dispositivos legais e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.			
A Lei nº 4.320/64, art. 62, § 2º, inc. III, dispõe:			
“Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. § 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base: III – os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço . (grifamos)”.			

O Decreto nº 2271/97, que regulamenta a contratação de serviços pela Administração Pública Federal, estabelece que:

Art. 3º O objeto da contratação será definido de forma expressa no edital de licitação e no contrato exclusivamente como prestação de serviços. § 1º Sempre que a prestação do serviço objeto da contratação puder ser avaliada por determinada unidade quantitativa de serviço prestado, esta deverá estar prevista no edital e no respectivo contrato, e será utilizada como um dos parâmetros de aferição de resultados. (Grifos nossos).

O Tribunal de Contas da União recomenda a remuneração de serviços mensurados por resultados, rechaçando o pagamento pela mera disponibilidade ou locação de mão de obra:

Vide Acórdãos 786/2006; 669/2008 e 1.453/2009 todos do Plenário/TCU.

Não há fundamento legal para o pagamento de despesas mediante a contração de “franquia mínima”, visto que, conforme demonstrado, o pagamento das despesas está vinculado à sua efetiva realização, observado o estágio da “liquidação” contido no citado art. 63 da lei nº 4.320/64.

Portanto, o pagamento por serviços de impressão gráfica deve vincular-se à unidade quantitativa de impressões executadas e/ou ao atendimento a níveis de serviços preestabelecidos em contrato, segundo disposto no art. 3º, § 1º, do Decreto nº 2.271/97, e art. 7º

, inc. VI, c/c §4º, do Ato DGER nº 023/2014.

CONCLUSÃO:

Item 2 e 4: Face à ausência de fundamento legal para o pagamento de despesas mediante “franquia mínima”, adotar novo modelo de contratação para substituir o presente contrato, o qual vincule o pagamento da contratada à unidade quantitativa de serviços executados e/ou ao atendimento a níveis de serviços preestabelecidos.

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
SEGRAF - Servidor Eduardo José Cavalcanti de Souza – mat. 30160 Gestor Substituto do Contrato nº 130/2012	
Síntese da providência adotada:	
Item 2	
As incongruências nas condições de pagamento dos serviços, estabelecidas pela Cláusula Quinta do contrato, já foram sanadas com as alterações contratuais realizadas no Primeiro Termo Aditivo do contrato, conforme cópia acostada às fls. 908/909.	
Item 4	
Na 8ª reunião da Comissão Diretora do Senado Federal, realizada em 25 de novembro de 2014, foi aprovado o projeto de atualização do parque gráfico. Trata-se de projeto elaborado por técnicos da Gráfica do Senado, e que representa mais um ciclo evolutivo no processo de gestão da impressão na SEGRAF. Com ênfase no modelo não proprietário, atende a determinação da Comissão Diretora quanto a busca de maior economicidade e melhoria dos gastos públicos. O projeto prevê a redução de mão de obra, a redução de custos e manutenção, a redução de gastos com insumos e apresenta uma alternativa de geração de receita com a alienação de bens obsoletos ou inadequados ao dimensionamento da demanda que vem sofrendo uma redução significativa nos últimos cinco anos.	
Com base nas recomendações exaradas no presente relatório, os contratos de reprografia de larga escala firmados com as empresas RICOH BRASIL S/A., MAXSYS BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. e MARB SERVIÇOS LTDA., mediante a execução dos Contratos de nrs. 109/2011, 110/2011 e 130/2012, respectivamente, serão oportunamente substituídos com a proposição de novos modelos de contratação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
O projeto básico foi concebido de modo que a demanda de produção de larga escala da SEEP possibilitasse prever a contratada uma garantia de execução mínima mensal/anual, o que fez toda a diferença no custo do milheiro praticado.	

Contratos desta natureza implica em elevados custos de aquisição dos equipamentos, manutenção com fornecimento de peças e consumíveis, além do fornecimento da mão de obra especializada, de modo que se o pagamento fosse tão somente pela produção efetivamente realizada, conforme se recomenda, traria incertezas à contratada, de modo que seus custos estariam embutidos na expectativa mínima de impressões, elevando a precificação do milheiro.

Diante desse regime de execução e forma de pagamento, foi possível obter preço mais vantajoso para a Administração.

No contrato ora em apreço, não houve a necessidade até o momento de sanar eventual equívoco no dimensionamento da franquia mensal mínima através de supressão do objeto contratual [ao contrário do Contrato nº 109/2011 – suprimido em 25% dentro do limite legal], tendo por acertada a decisão de manter as condições preestabelecidas.

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF/SF			
Recomendações expedidas pela SCISF/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13/2014	Relatório de Auditoria nº 026/2014	“2” e “3”	Processo nº 00200.026485/2012-57
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
SADCON/COPELI			-
Descrição da Recomendação:			
Exigir da contratada a apresentação da planilha de custo prevista no item 3.3.1 do Edital;			
Acostar aos autos os documentos comprobatórios do atendimento ao item 11.3.1, alínea “b”, do Edital.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
COPELI/SADCON			-
Síntese da providência adotada:			
Foi reiterada a recomendação aos Pregoeiros para realizarem a aceitabilidade das propostas nos estritos termos estabelecidos no ato convocatório.			
De todo modo, em relação à recomendação “3-B”, vale salientar que é entendimento desta COPELI, a partir de julgados do TCU (conforme demonstrado no próprio Relatório de Auditoria) que disposições similares à constante no item 11.3.1, “b”, referem-se, na verdade, a requisitos a serem demonstrados pela empresa vencedora ao tempo da execução contratual.			
Síntese dos resultados obtidos			
Ciência dos Pregoeiros.			
Atendimento à recomendação da SCINT.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA			
Denominação completa:		Código SIORG	
SENADO FEDERAL			-
Recomendações da SCISF/SF			
Recomendações expedidas pela SCISF/SF			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Relatório de Auditoria nº 015/2014	2 - B	Proc. 019767/2013-89
Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG		
Coordenação de Serviços Gerais - COGER	-		
Descrição da Recomendação:			
Juntar aos autos do processo de pagamento nº 005293/201-79 as ordens de fornecimento emitidas, bem como os respectivos comprovantes ou atestados de recebimento de tais documentos pela contratada, contendo a data em que esta tomou ciência da ordem de serviço, com o fito de viabilizar o controle de cumprimento do prazo contratual de execução dos serviços.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação	Código SIORG		
SEAOP	-		
Síntese da providência adotada:			
Em síntese, a providência solicitada visa fiscalizar a atividade do gestor, pessoa designada pelo Diretor-Geral. A escolha é feita após análise de seu treinamento, formação técnica e experiência. Sua tarefa é a de representar o Senado Federal junto a terceiros, nas ações e procedimentos destinados a promover o acompanhamento, a fiscalização e o controle efetivo do fiel cumprimento do objeto do contrato e das condições pactuadas, conforme determina o Ato da Comissão Diretora nº 2 de 2008. Em seu artigo 5º, inciso VI, dispõe a norma: “art. 5º São diretrizes básicas para a gestão de contratos no Senado Federal: ... VI – Utilização de instrumentos e rotinas administrativas claras e simples, compatíveis com uma gestão de contratos moderna e eficaz”. Ainda sob a perspectiva da legalidade, o Decreto Presidencial nº 83.936 de 1979, com base no decreto que instituiu o Programa Nacional de Desburocratização, em seus considerandos, ponderou que, a) no relacionamento da Administração com seus servidores e com o público deve prevalecer o princípio da presunção da veracidade, que consiste em acreditar-se, até prove em contrário, que as pessoas estão dizendo a verdade; b) que a excessiva exigência de Prova documental constitui um dos entraves à pronta solução dos assuntos que tramitam nos órgãos e entidades da Administração Federal; c) que, em troca da simplificação processual e da agilização das soluções, cumpre aceitar-se, conscientemente, o risco calculado da confiança, uma vez que os casos de fraude não representam regra, mas exceção, e não são <u>impeditos</u> pela prévia e sistemática exigência de documentação (grifo nosso). O gestor do contrato tem a obrigação funcional de relatar qualquer irregularidade relacionada à execução contratual. Tal imposição decorre de força normativa. A presunção de veracidade de que goza seus atos <u>impõe prova ao contrário</u> no sentido de sua contestação. No caso em commento, em todas as Notas Fiscais enviadas pela empresa para pagamento há um carimbo de atesto do gestor. No texto “atesto que o serviço foi executado” ou “atesto que o material foi entregue” constante nos carimbos há a mensagem implícita segundo a qual o “material foi entregue ou “o serviço foi executado” <u>nas condições pactuadas no contrato</u> , inclusive quanto ao cumprimento do prazo de entrega. Entendímos dessa forma. Mas, a partir de agora, anexaremos todos os pedidos internos, bem como todas as ordens de serviço ao processo de pagamento, o que talvez represente um adicional de 300 folhas por mês ao processo. E mais, findo o contrato, os documentos nele constantes deverão ficar arquivados pelos prazos regulamentares de procedimento de arquivo. Sem dúvida, há que se considerar o espaço físico utilizado para tal, bem como a onerosidade da medida. Se levarmos em consideração a política adotada por esta Casa no sentido da necessidade de adotar políticas de racionalização administrativa, promovendo assim a economia de recursos públicos e maior eficiência administrativa, talvez estejamos indo na contramão, mas, por determinação desse Órgão de Controle, assim o faremos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº – 027/2014	1	Processo nº 00200.012136/2012-58		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
STVSEN		11.16			
Descrição da Recomendação:					
<p>Ausência nos autos de documento que viabilize a verificação do cumprimento de prazo contratual. Não consta nos autos documento atestando o recebimento do conteúdo das obras objeto do licenciamento em apreço, inviabilizando, assim, a verificação do cumprimento do prazo estipulado no Parágrafo segundo da Cláusula Segunda e, também inviabilizando a identificação do termo inicial da vigência contratual estipulada na cláusula décima primeira do contrato.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
STVSEN					
Síntese da providência adotada:					
<p>À folha 140 do processo encontra-se ofício de número 1041/2012/COPEGE, no qual é informado que o serviço foi executado em prazo anterior ao pactuado. Como complemento do referido memorando, encontra-se na fl.139 a nota fiscal com carimbo próprio de recebimento dos itens, bem como nome da responsável por seu recebimento.</p> <p>De qualquer forma, no Nos próximos contratos serão previsto documento próprio que indique data da entrega, conteúdo, tipo de mídia e assinatura do fiscal do contrato responsável pelo material, conforme modelo na fl. 133.</p>					
Síntese dos resultados obtidos					
Clareza nos dados relativos ao controle de recebimento de objeto, tais como data, quantidade, prazos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

UNIDADE JURISDICIONADA						
Denominação completa:		Código SIORG				
SENADO FEDERAL		-				
Recomendações da SCISF/SF						
Recomendações expedidas pela SCISF/SF						
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida			
	Relatório de Auditoria nº – 027/2014	4	Processo nº 00200.012136/2012-58			
Órgão/entidade objeto da recomendação	Código SIORG					
STVSEN						
Descrição da Recomendação:						
Nos casos excepcionais de dispensa de exigência de garantia contratual, a autoridade competente para celebrar a contratação deve autorizar tal medida mediante justificativa devi-damente formalizada nos autos.						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação	Código SIORG					
STVSEN						
Síntese da providência adotada:						
Além da previsão da garantia do objeto, com as suas especificidades, a partir dos próximos Projetos Básicos será inserido um item que trate especificamente da garantia contratual que facilite a possibilidade de resarcimento da Administração por eventual inadimplemento durante a execução do ajuste.						
Síntese dos resultados obtidos						
Maior garantia na execução contratual.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						
No entendimento desse setor, a exigência de garantia contratual é pertinente nos casos em que a execução é contínua e nos quais a Administração faz o pagamento de acordo com sua execução. Claramente, a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra configura um caso típico em que a garantia se faz necessária para o bem da administração e dos funcionários contratados pela empresa. No entanto, quando se trata de ajuste cujo pagamento pela Administração está vinculado a entrega de objeto material, com prazos bem estabelecidos, há que se avaliar se a garantia é um elemento positivo ou negativo face à burocracia que ela acarreta à gestão. No caso do contrato em tela, por exemplo, a garantia contratual seria um empecilho ao prazo de entrega do objeto. No mais, cabe ao órgão técnico e à área de contratação verificar a pertinência ou não de exigência de garantia contra-tual e incorporar tal elemento no projeto básico.						

UNIDADE JURISDICIONADA					
Denominação completa:		Código SIORG			
SENADO FEDERAL		-			
Recomendações da SCISF/SF					
Recomendações expedidas pela SCISF/SF					
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida		
	Relatório de Auditoria nº – 027/2014	4	Processo nº 00200.012136/2012-58		
Órgão/entidade objeto da recomendação		Código SIORG			
STVSEN					
Descrição da Recomendação:					
Nos casos excepcionais de dispensa de exigência de garantia contratual, a autoridade competente para celebrar a contratação deve autorizar tal medida mediante justificativa devi-damente formalizada nos autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação		Código SIORG			
STVSEN					
Síntese da providência adotada:					
Além da previsão da garantia do objeto, com as suas especificidades, a partir dos próximos Projetos Básicos será inserido um item que trate especificamente da garantia contratual que facilite a possibilidade de resarcimento da Administração por eventual inadimplemento durante a execução do ajuste.					
Síntese dos resultados obtidos					
Maior garantia na execução contratual.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
No entendimento desse setor, a exigência de garantia contratual é pertinente nos casos em que a execução é contínua e nos quais a Administração faz o pagamento de acordo com sua execução. Claramente, a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra configura um caso típico em que a garantia se faz necessária para o bem da administração e dos funcionários contratados pela empresa. No entanto, quando se trata de ajuste cujo pagamento pela Administração está vinculado a entrega de objeto material, com prazos bem estabelecidos, há que se avaliar se a garantia é um elemento positivo ou negativo face à burocracia que ela acarreta à gestão. No caso do contrato em tela, por exemplo, a garantia contratual seria um empecilho ao prazo de entrega do objeto. No mais, cabe ao órgão técnico e à área de contratação verificar a pertinência ou não de exigência de garantia contra-tual e incorporar tal elemento no projeto básico.					

11.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

Tabela 133 Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores do Senado Federal, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	6	6	81
		* suplênciac	* suplênciac	
	Entregaram a DBR	6	6	81
		* suplênciac	* suplênciac	
	Não cumpriram a obrigação	0		0
			0	
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	idem Autoridades
	Entregaram a DBR	-	-	Idem Autoridades
	Não cumpriram a obrigação	-	-	Idem Autoridades
Funções Comissionadas	Obrigados a entregar a DBR	847	549	8.176
(Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Entregaram a DBR	847	549	6.223
	Não cumpriram a obrigação	0	0	1.010

Fonte: Comissão Permanente de Recepção e Controle da Declaração de Ajuste Anual-COMIRPF, instituída pelo Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2006.

11.4 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

No exercício de 2014, há o registro de instauração, constante no processo 00200.015867/2013-36, de procedimento relativo à Tomada de Contas Especial por meio da Portaria do Primeiro-Secretário nº 14/2014. Entretanto, sua execução perpassou o ano de 2014, estando, ainda, em processo de execução.

11.5 Alimentação SIASG e SINCOV

Figura 6 Declaração de Inserção de Dados no SIASG e no SINCOV

Quadro A.11.5 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **WANDERLEY RABELO DA SILVA**, CPF nº 399.275.711-00 (**Diretor**), exercido na (**Secretaria de Administração de Contratações - SADCON**) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores, ressalvados os casos em que os autos não são encaminhados à COCDIR/SADCON após deliberação e previamente à emissão do empenho para registro da dispensa ou inexigibilidade no SIASG; ou em que os empenhos são emitidos diretamente no SIAFI e não através do SISME/SIASG.

Brasília, 10 de maio de 2015


WANDERLEY RABELO DA SILVA

(CPF nº 399.275.711-00)

(Diretor/Secretaria de Administração de Contratações/SADCON)

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

PARTE A, ITEM 12 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 134/2013

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras De Contabilidade Aplicadas Ao Setor Público

Em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, mais especificamente a NBC T 16.9 e NBC T 16.10, foi realizada a depreciação dos bens patrimoniais registrados no Ativo Imobilizado pelo método das cotas constantes, de acordo com a Macrofunção SIA-FI 020330 – REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DA UNIÃO, SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES, utilizando-se a tabela de vida útil econômica e as taxas de depreciação disponibilizadas na referida Macrofunção.

Da mesma forma, foi realizado o registro da amortização dos bens intangíveis, observando-se a vigência contratual. As aquisições de licenças de uso de software que não possuem prazo contratual, ou seja, sem vida útil definida, não foram amortizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1) – Ativo Intangível, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

No ano de 2014, os imóveis sob a gestão do Senado Federal não sofreram reavaliação. No exercício anterior, o processo de reavaliação foi efetuado com base na pauta de valores venais de terrenos e edificações do Distrito Federal para efeito de lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano – IPTU, resultando em um acréscimo de R\$ 104.645.313,12 ao resultado do exercício daquele ano.

As avaliações e mensurações dos itens do Ativo e do Passivo foram efetuadas obedecendo-se a metodologia da NBC T 16.10. Foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para os grupos de contas 1.1.2.1.9.00.00 e 1.1.2.2.9.00.00.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado foi de R\$ 11.312.849,13 com o registro da depreciação e amortização e R\$ 8.757,07 com o ajuste de diminuição das provisões constituídas.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

12.2.1 Identificação da Estrutura Orgânica do Senado Federal Responsável pelo Gerenciamento de Custos

A partir de 08 de outubro de 2014, a unidade administrativa com a competência de exercer a função de Órgão Setorial do Sistema de Custos do Governo Federal é o Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica – EGOV, vinculado à Diretoria-Geral (DGER), conforme o art. 256 do Ato da Comissão Diretora nº 12, de 2014.

12.2.2 Identificação das Subunidades Administrativas do Senado Federal das quais os Custos são Apurados

Em face de que a Setorial de Custos do Senado Federal foi definida somente em 08 de outubro de 2014, os estudos para a implantação de um sistema de custos e metodologia de rateio dos custos das unidades administrativas ainda estão incipientes. Entretanto, o Senado Federal adota classificação por Unidades Gestoras Responsáveis (UGR), as quais são incumbidas do planejamento e acompanhamento das ações orçamentárias que lhe são afetas, total ou parcialmente, agrupadas em alguns casos em Unidades de Controle de Gastos (UCG), conforme tabela abaixo:

Tabela 134 Classificação por Unidades Gestoras

UCG		UGR		Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Valores Pagos	Despesa Executada por Inscrição em Restos a Pagar Não Processados	Despesas Executadas	Crédito Disponível
20006	PRESIDENCIA DO SENADO FEDERAL	20006	PRESIDENCIA DO SENADO FEDERAL	14.183,00	14.183,00	14.183,00	14.183,00		14.183,00	
20008	DIRETORIA GERAL	20008	DIRETORIA GERAL	42.035.155,40	41.660.328,18	36.596.567,96	36.596.543,16	5.063.760,22	41.660.328,18	374.827,22
		20043	PARLAMENTO LATINO AMERICANO	48.128,00	48.128,00	48.128,00	48.128,00		48.128,00	
		20044	ASSOCIACAO INTERPARLAMENTAR DE TURISMO	10.000,00	7.315,20	7.315,20	7.315,20		7.315,20	2.684,80
		20045	UNIAO INTERPARLAMENTAR	600.562,22	599.949,10	46.337,52	46.337,52	553.611,58	599.949,10	613,12
		20058	COORDENACÃO DE ATIVIDADES EXTERNAS	4.762,52	4.762,52	325,8	325,8	4.436,72	4.762,52	
		20059	COORD. DE LOGISTICA E APOIO A PARLAMENTARES	1.911.970,33	1.911.970,32	1.534.675,43	1.534.675,43	377.294,89	1.911.970,32	0,01
		20061	FORUM INTERPARLAMENTAR DAS AMERICAS	47.332,94	47.169,63	47.169,63	47.169,63		47.169,63	163,31
20009	SECRETARIA GERAL DA MESA	20009	SECRETARIA GERAL DA MESA	980.003,87	979.600,60	786.076,05	784.679,20	193.524,55	979.600,60	403,27
20019	SECRETARIA DE FINAN. ORC. E CONTABILIDADE	20019	SECRETARIA DE FINAN. ORC. E CONTABILIDADE	24.532.636,09	24.532.636,09	21.032.636,09	21.032.636,09	3.500.000,00	24.532.636,09	
20020	SECRETARIA DE PATRIMONIO	20020	SECRETARIA DE PATRIMONIO	10.472.409,73	10.459.776,00	5.765.583,79	5.762.755,03	4.694.192,21	10.459.776,00	12.633,73
		20037	COORDENACAO DE SERVICOS GERAIS	29.595.735,14	29.595.735,14	27.057.516,04	27.057.516,04	2.538.219,10	29.595.735,14	

20021	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DE CONTRATACOES	20021	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DE CONTRATACOES	687.907,48	687.907,48	578.214,53	578.214,53	109.692,95	687.907,48	
20022	SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	20022	SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	4.361.929,10	4.361.929,10	3.928.472,73	3.928.472,73	433.456,37	4.361.929,10	
		20031	SERH - PESSOAL ATIVO - SENADORES	37.109.737,77	35.249.790,38	35.249.790,38	35.249.790,38		35.249.790,38	1.859.947,39
		20032	SERH - PESSOAL ATIVO - EFETIVOS	1.288.235.896,33	1.265.671.586,28	1.265.671.586,28	1.264.580.107,16		1.265.671.586,28	22.564.310,05
		20033	SERH - PESSOAL ATIVO - COMISSIONADOS	391.401.237,30	371.376.959,74	371.376.959,74	371.376.959,74		371.376.959,74	20.024.277,56
		20034	SERH - PESSOAL INATIVO - APOSENTADOS	1.107.961.161,61	1.102.074.923,18	1.098.174.753,45	1.098.174.753,45	3.900.169,73	1.102.074.923,18	5.886.238,43
		20035	SERH - PESSOAL INATIVO - PENSIONISTAS	292.726.207,93	290.718.317,01	290.718.317,01	290.718.317,01		290.718.317,01	2.007.890,92
		20036	SERH - PESSOAL INATIVO - IPC	20.563.847,91	19.609.155,41	18.944.862,83	18.944.862,83	664.292,58	19.609.155,41	954.692,50
20023	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	20023	SECRETARIA DE COMUNICACAO SOCIAL	50.478.151,26	47.472.989,18	34.421.304,62	34.416.871,24	13.051.684,56	47.472.989,18	3.005.162,08
20026	SEC. DE GESTAO DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO	20026	SEC. DE GESTAO DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO	1.430.343,43	1.429.909,27	1.161.158,48	1.161.158,48	268.750,79	1.429.909,27	434,16
20040	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	20038	COORDENACAO TECNICA DE ELETRONICA	7.943.010,33	7.943.010,33	5.255.493,81	5.251.681,80	2.687.516,52	7.943.010,33	
		20040	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	50.726.416,46	50.325.320,89	32.447.818,89	32.286.062,34	17.877.502,00	50.325.320,89	401.095,57
		20053	COORDENACAO DE OPERACOES DE TELECOMUNICACOES	13.884.392,66	13.884.392,66	9.569.140,29	9.569.140,29	4.315.252,37	13.884.392,66	
20042	INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO	20042	INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO	941.991,59	898.555,33	843.422,61	843.422,61	55.132,72	898.555,33	43.436,26

		20060	ILB - PROGRAMA INTER-LEGIS	5.680.294,52	5.630.293,52	4.709.675,67	4.709.675,67	920.617,85	5.630.293,52	50.001,00
20050	SECRETARIA DE POLICIA LEGISLATIVA	20050	SECRETARIA DE POLICIA LEGISLATIVA	28.981.796,58	28.981.796,58	21.152.857,85	21.102.334,78	7.828.938,73	28.981.796,58	
20052	SECRETARIA INTEGRADA DE SAUDE	20039	SIS - ASSISTENCIA MEDICA AOS SENADORES	8.571.737,84	8.570.682,36	8.281.756,44	8.281.756,44	288.925,92	8.570.682,36	1.055,48
		20041	SIS - SERVIÇO MEDICO DE EMERGENCIA	389.651,60	389.651,60	310.028,75	310.028,75	79.622,85	389.651,60	
		20052	SECRETARIA INTEGRADA DE SAUDE	113.641.160,89	113.641.160,89	110.883.817,87	110.883.817,87	2.757.343,02	113.641.160,89	
20063	SECRETARIA DE TRANSPARENCIA	20063	SECRETARIA DE TRANSPARENCIA	1.503.831,48	1.503.831,48	1.412.334,43	1.299.366,36	91.497,05	1.503.831,48	
20100	SECRETARIA DE EDITORACAO E PUBLICACOES	20100	SECRETARIA DE EDITORACAO E PUBLICACOES	17.484.400,91	17.484.400,91	15.704.594,45	15.704.594,45	1.779.806,46	17.484.400,91	
20300	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	20300	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO	50.550.774,71	50.528.318,80	24.938.440,96	24.938.440,96	25.589.877,84	50.528.318,80	22.455,91
	NÃO ALOCADO		NÃO ALOCADO	176.165.473,07	98.108,77			98.108,77	98.108,77	175.882.974,40
Total:				3.781.674.232,00	3.548.394.544,93	3.448.671.316,58	3.447.242.093,97	99.723.228,35	3.548.394.544,93	233.095.297,17

12.2.3 Descrição Sucinta do Sistema Informatizado de Apuração dos Custos

Informação prejudicada, em face de não haver sistema de custos implantado.

12.2.4 Práticas de Tratamento e Alocação Utilizadas no Âmbito das Subunidades ou Unidades Administrativas para Geração de Informações de Custos

Informação prejudicada, em face de não haver sistema de custos implantado.

12.2.5 Impactos Observados na Atuação do Senado Federal, bem como no Processo De Tomada de Decisões, que Podem Ser Atribuídos À Instituição Do Gerenciamento De Custos

Informação prejudicada, em face de não haver sistema de custos implantado.

12.2.6 Relatórios Utilizados pelo Senado Federal para Análise de Custos e Tomada De Decisão

Informação prejudicada, em face de não haver sistema de custos implantado. Todavia, as tomadas de decisão são possíveis em virtude de relatórios gerados por meio, além do Siafi Gerencial, de Dataware House (DW) como o Business Objects (BO) e Qlikview, que replicam em vários bancos de dados, como o Siga Brasil, Arquimedes 2.0 e Galileu, bem como em sistemas internos (GEP, Gescon, Ergon e Planor, por exemplo).

12.3 Conformidade Contábil

O registro da conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial é efetuado mensalmente no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pela Coordenação de Contabilidade – CONTAB, após a verificação dos demonstrativos contábeis, com fundamento nos Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, bem como na Conformidade dos Registros de Gestão, no Plano de Contas da União, no Manual SIAFI e em outros instrumentos que subsidiam o processo de análise.

O contador responsável não exerce quaisquer funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, como por exemplo: autorizar, aprovar e executar registros de gestão ou ainda efetuar a conformidade de registro de gestão, obedecendo assim ao princípio de segregação de função.

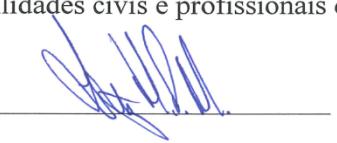
Durante o ano de 2014 foram observadas 05 (cinco) ocorrências de ressalvas que foram regularizadas ainda dentro do exercício. Porém, na conformidade contábil do Balanço Geral da União – BGU do mês de Dezembro de 2014, ficou apontada a ocorrência de restrição contábil 680 – Divergência Valores Liquidados X Passivo Financeiro, na Unidade Gestora 02000 – Senado Federal pelo seguinte motivo:

- *Em 16 de janeiro de 2015, após o fechamento do SIAFI para lançamentos contábeis retroativos a 2014, foram registradas, por processo automático, as Notas de Sistema NSCCONT 6705 a 6768, com a baixa do saldo de controle de restos a pagar processado com conta-corrente célula*

- da despesa, em virtude da desativação da rotina utilizada pelo documento ATUFOLHA.*
- *Em resposta ao questionamento efetuado por esta Casa quanto ao procedimento adotado, a Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT/STN via Comunica 2015/0367954, explicitou que o controle de restos a pagar processado com conta corrente célula da despesa foi baixado em virtude de descontinuidade da rotina, em Janeiro de 2015 referente à Dezembro de 2014, e que não seria mais possível a retirada da restrição na conformidade contábil do mês de Dezembro/2014.*

12.4 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

Tabela 135 Quadro A.12.4.1 – Declaração do Contador Afirmativa da Fidedignidade das Demonstrações Contábeis – Declaração Plena

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (Órgão Superior)	Código do Órgão		
SENADO FEDERAL	02000		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2014, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p> 			
Local	Brasília/DF	Data	20 de fevereiro de 2015
Contador Responsável	Luiz Henrique de Paiva Marques	CRC nº	SP222053/0-O T-DF

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

PARTE A, ITEM 13 DO ANEXO II DA DN TCU N^o 134/2013

Este relatório não possui quaisquer outras informações a serem disponibilizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

PARTE A, ANEXO III DA DN TCU Nº 134/2013

O ano de 2014 revelou-se como um período de grandes mudanças. Neste sentido, o Senado Federal investiu suas forças no desenvolvimento de projetos estruturantes que elevam a organização a novos paradigmas relacionados ao aperfeiçoamento e controle de seus processos operacionais.

Desta forma, desenvolveu-se o Programa de Sistematização das Contratações, responsável por tornar o processo de contratações e gestão de contratos no Senado Federal mais eficiente e célere, por meio da análise e melhoria dos processos de trabalho, de um maior suporte computacional a estes processos e da revisão da normatização específica.

Os investimentos foram triplicados em áreas-chave da estrutura administrativa desta Casa, tais como a Legislativa, a de Processamento de Dados e a de Comunicação Social, promovendo a modernização e a consequente eficiência e economicidade de seus processos gerenciais e operacionais. Neste sentido, a Modernização das Comissões transformou-se em um marco desta nova fase de racionalização administrativa, gerando maior agilidade e segurança aos processos nela empenhados.

O controle e a racionalização dos custos ainda se fizeram presentes no ano que se passou. Seguindo as diretrizes da Mesa Diretora, o Senado Federal não se utilizou de qualquer suplementação orçamentária; o orçamento foi o menor dos últimos cinco anos; as horas extras, que em 2010 representaram um gasto de R\$ 63 milhões, este ano foram de apenas R\$ 4 milhões; os dispêndios com os Correios caíram de R\$ 16 milhões em 2010 para R\$ 2,5 milhões em 2014, enquanto que os relacionados às Diárias e Passagens saltaram de R\$ 16 milhões em 2010 para somente R\$ 2,8 milhões em 2014. Por fim, convém ressaltar que os investimentos supracitados foram inteiramente custeados com recursos próprios advindos da venda da folha de pagamentos ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal.

A transparência continua sendo uma das prioridades da Alta Administração. Nesta perspectiva, a Fundação Getúlio Vargas considerou esta Casa como a mais transparente dentre os 138 órgãos então pesquisados. Dentre todas as instituições, apenas o Senado Federal respondeu a 100% de suas demandas advindas pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) e em um prazo médio (15,8 dias) que corresponde à metade daquele estabelecido na referida lei (30 dias). Tudo isto surge como resultado da criação de instrumentos fundamentais à transparência das ações organizacionais, tais como a Secretaria de Transparência, o Conselho de Transparência e Controle Social e o Portal da Transparência na internet.

Apesar de representar os interesses federativos do Estado Brasileiro, esta Câmara Alta procurou aproximar-se cada vez mais dos anseios da sociedade brasileira, estimulando sua participação no processo legislativo por meio do programa e-Cidadania. Apenas em 2014, sua base de seguidores no Facebook obteve um acréscimo de 132%; o número de Audiências Interativas evoluiu 63%, enquanto que o de Ideias Legislativas publicadas subiu 44%; já as Propostas de Debates publicadas ampliaram-se em 80%.

Por fim, ressalta-se a importância desta Casa Legislativa na árdua, porém gratificante, tarefa de prospectar-se como exemplo balizador dos princípios da boa governança pública, além de servir como representante institucional dos interesses federativos, consolidando e fortalecendo, destarte, a democracia brasileira.

ANEXOS E APÊNDICES**PARTE A, ANEXO III DA DN TCU N^o 134/2013**

Este relatório não possui quaisquer anexos e/ou apêndices a serem relacionados.

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF



